O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Terça-feira 30 de ABRIL de 2024 • R$ 7,00 • Ano 145 • Nº 47677
estadão.com.br

PEDRO KIRILOS/ESTADÃO

Um palco de 800m² para Madonna; cantora já está no Rio

Estrutura montada na praia e, na frente dela, o Copacabana Palace (*à direita na foto*), onde Madonna está hospedada desde ontem; para o show da noite do sábado, cantora trouxe equipe de 200 pessoas e 270 toneladas de equipamentos. __C8

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Cristian Budu __C1

Um pianista clássico que vai além da partitura

Relatório da CGU __A10

Obra de pavimentação só interessa a fazenda de ministro

Venezuela __A11

Diplomata discreto é cartada final opositora contra Maduro

Vigilância sanitária __A18

Epidemia de dengue atinge todos os bairros de São Paulo

Judiciário __A8

Maioria do Supremo omite audiências e agendas com políticos

__ Apenas 4 ministros expõem compromissos com frequência; Corte diz não ser obrigada a informar

Dos onze ministros do STF, apenas Edson Fachin, Cármen Lúcia, Cristiano Zanin e o presidente Luís Roberto Barroso figuram entre os que assiduamente tornam públicos seus compromissos diários. Num caso recente de falta de transparência, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes não informaram que passariam ao menos três dias em Londres, para participar do 1.º Fórum Jurídico Brasil de Ideias, evento organizado pelo Grupo Voto. Ministros do STF também já tiveram "agendas secretas" com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com o senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) e, no governo anterior, com o presidente Jair Bolsonaro (PL). O Código de Ética da Magistratura estabelece que a atuação dos magistrados deve ser norteada pelo princípio da transparência. Em nota, o STF afirmou que, em 2007, a então presidente, Ellen Gracie, fez "uma sugestão de divulgação da agenda de compromissos no site, ficando a critério de cada ministro manifestar seu interesse".

Multa imposta pelo TSE __A8

Lula e sua coligação terão de pagar R$ 250 mil a Bolsonaro

Coluna do Estadão __A2

Petrobras tem revés em duelo com agro

Oscar Medeiros Filho __A6

Qual o sentido de Ocidente para o Brasil?

Eliane Cantanhêde __A9

Força da extrema direita não é 'bobagem'

E&N Governo central __B1 e B2

Na contramão das previsões, contas públicas fecham março com déficit

Contas do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registraram déficit em março. Mercado projetava superávit. O resultado acumulado no primeiro trimestre do ano é o mais baixo desde 2020.

R$ 1,5 bilhão
foi o déficit do governo central em março

E&N Desoneração __B4

Se liminar de Zanin não for derrubada, tributação volta a valer no dia 20

Caso decisão continue em vigor, haverá impacto direto em empresas que empregam mais de 9 milhões de pessoas.

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA

Governo quer usar Polícia Rodoviária Federal para vigiar ferrovias e hidrovias

Ministério da Justiça prepara uma PEC para reformular responsabilidades na área de segurança pública. __A15

E&N Varejo __B25 e B26

Justiça dá aval a recuperação da Casas Bahia; ações sobem 34%

Mercado vê alívio para caixa da empresa, que costurou pedido com bancos credores após piora de cenário sobre juros.

Notas e Informações __A3

As contradições de um governo gastador

Governo precisa cortar gastos e apostar no caminho da boa política com o Congresso.

O Brasil no 'Eixo da Revolta'

Edição de hoje
3 CADERNOS – 56 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Esportes, Para fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento, A fundo

Tempo em SP
24° Mín. 30° Máx.

ISSN - 1516-293-1

INÊS249

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO GAYER E AUGUSTO TENÓRIO
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Petrobras perde força no duelo com agronegócio após derrota em agência do setor

A Petrobras perdeu força no duelo com o agronegócio em torno do combustível do futuro, projeto de lei que incentiva a produção de biodiesel. O revés veio em resolução da Agência Nacional do Petróleo (ANP) aprovada na semana passada. A medida impõe ao diesel coprocessado, produzido pela estatal, o mesmo tratamento oferecido ao diesel A, poluente e de origem fóssil. Na prática, a ANP atrapalhou planos da Petrobras de inserir o coprocessado no projeto em tramitação no Senado, com o argumento de que esse combustível seria limpo. "Comprova o que venho dizendo: não podemos incluir produto de origem fóssil num texto sobre combustíveis renováveis", afirmou à *Coluna* o deputado Alceu Moreira (MDB), presidente da Frente Parlamentar do Biodiesel.

● **EM DOBRO.** Para além dos coprocessados, a ANP impôs outra derrota à Petrobras: anunciou que formulará, em seis meses, cronograma para substituir de vez o diesel S500, mais poluente, pelo S10. A transição entre os combustíveis terá de ser acelerada. Procuradas, Petrobras e ANP não comentaram até o fechamento.

● **ALIANÇA.** Como revelou a *Coluna*, a Petrobras e a aliança entre governo Lula e agronegócio rivalizam sobre a política para o biocombustível. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, reuniu-se no final de semana com a senadora Tereza Cristina (PP), ex-ministra de Bolsonaro.

● **TÔ FORA.** Lideranças sindicais chegam divididas ao Dia do Trabalhador, nesta quarta-feira. O deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade) e o ex-deputado Luiz Antônio de Medeiros, fundador da Força Sindical, não participarão do ato das centrais com o presidente Lula.

● **ASPAS.** "A manifestação deste 1.º de Maio virou um ato para levantar a bola do Lula. O presidente já afirmou que bajulação não ajuda, mas quem não levanta a bola não é bem-vindo", declarou Medeiros à *Coluna*. Para o ex-deputado, o Planalto não tem agido em defesa da classe.

● **IDEIA.** Relator do projeto que regulamenta aplicativos de transporte, o deputado Augusto Coutinho (Republicanos) vai propor que a contribuição previdenciária seja opcional para motoristas. O *texto original do Planalto previa contribuição obrigatória ao INSS por motoristas e empresas.*

● **DESIDRATADO.** Para Coutinho, a flexibilização do texto deve diminuir a resistência da categoria à proposta. "Queremos entregar um relatório harmonioso, que preveja melhores condições de trabalho aos motoristas, até 20 de maio", revelou à *Coluna*. O relator ainda descarta obrigar motoristas a virar MEIs.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Augusto Coutinho, deputado federal (Republicanos-PE)

● **IMPASSE.** Os advogados das vítimas da tragédia de Mariana, que movem ação na Justiça em Londres, criticaram a proposta de acordo apresentada ontem pelas mineradoras Vale e BHP. Dos R$ 127 bilhões propostos, só metade é dinheiro novo, afirma a defesa.

● **É POUCO.** "A nova proposta mascara um acordo insuficiente, que contempla apenas União e Estados, negligencia os pedidos de reparação integral dos afetados e, principalmente, insulta a dignidade das vítimas", disse à *Coluna* o advogado José Eduardo Cardozo, consultor do escritório Pogust Goodhead no Brasil.

PRONTO, FALEI!

João Amoêdo
Ex-presidente do Partido Novo

"Ministros do Supremo e de Estado, presidentes e diretores do BC deveriam limitar suas participações a eventos que possam ser acompanhados pelo público."

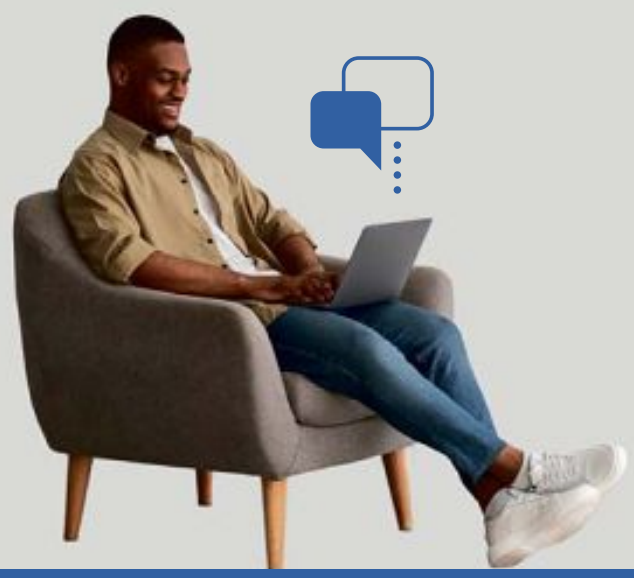
CLICK

REDES SOCIAIS/GEDDEL VIEIRA LIMA

Geddel Vieira Lima
Ex-ministro e ex-deputado

Recebeu em Salvador o ministro das Cidades, Jader Filho (MDB). Os dois conversaram sobre a política no Estado. Geddel é articulador político da sigla na Bahia.

ESTADÃO Recomenda



AQUI É MAIS FÁCIL ENCONTRAR O QUE PRECISA ONLINE

Conheça e acompanhe!

GETTY IMAGES

LAR | MODA E BELEZA | TECH | BEBÊS E CRIANÇAS | BEM-ESTAR | PRESENTES | PROMOÇÕES

INÊS249

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JÚLIO CÉSAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

As contradições de um governo gastador

Mais do que cobrar responsabilidade fiscal do Legislativo, o governo precisa cortar seus próprios gastos e apostar no caminho da boa política para solucionar impasses com o Congresso

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o Congresso Nacional também precisa ter responsabilidade fiscal. A cobrança foi uma resposta à péssima – e previsível – reação dos parlamentares à desastrada ação do governo no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e dos municípios.

Para o ministro, o mais recente capítulo dessa novela expõe uma relação desequilibrada entre os Poderes, na qual o Executivo teria de assumir o ônus da austeridade sozinho, enquanto o Congresso estaria livre para criar despesas ou renunciar a receitas sem ter a obrigação de compensá-las. "Virou um parlamentarismo que, se der errado, não dissolve o Parlamento, e sim a Presidência da República, e chama o vice", disse Haddad, em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*.

Haddad até tem alguma razão no diagnóstico. De fato, quando a meta fiscal deixa de ser cumprida, a culpa recai majoritariamente sobre o presidente da República, ainda que o Legislativo também tenha sua parcela de contribuição no resultado, sobretudo em razão das emendas parlamentares e do fundo eleitoral.

Caberia, no entanto, uma dose de autocrítica por parte do governo para que o Legislativo não fizesse ouvidos moucos ao apelo de Haddad. Com que autoridade o governo se sente à vontade para cobrar alguma austeridade do Congresso semanas depois de pedir ao mesmo Congresso autorização para gastar R$ 15 bilhões a mais neste ano e de anunciar a mudança, para pior, das metas fiscais de 2025 e 2026?

No caso específico da desoneração da folha de pagamento, seria de bom-tom que o governo tivesse humildade para reconhecer o custo da prepotência de se ausentar do debate com o Legislativo enquanto ele ocorria. Não é segredo que Lula da Silva não tenha maioria na Câmara e no Senado, mas onde estavam seus representantes quando os setores se articulavam pela extensão do benefício e a política era aprovada em sessões públicas na Câmara e no Senado?

O veto presidencial à desoneração e a publicação de uma medida provisória anulando a proposta aprovada pelo Legislativo no apagar das luzes de 2023 já haviam sido mal recebidos, mas a ação apresentada pela Advocacia-Geral da União (AGU) ao STF foi uma verdadeira declaração de guerra à política. A rapidez com que o ministro Cristiano Zanin concedeu a liminar bem como os quatro votos favoráveis que sua decisão já recebeu mostram que o governo não terá pudor em fazer uso da aliança com o STF para emparedar o Congresso.

É verdade que o Legislativo conquistou um poder crescente e até desproporcional para definir como parte do Orçamento deve ser gasta na forma de emendas, mas também é fato que o Congresso aprovou toda a agenda econômica defendida por um governo que não detém maioria no Legislativo. Ainda que essas medidas tenham sido parcialmente desidratadas, elas foram fundamentais para garantir um impulso à arrecadação no primeiro trimestre, e é nela que o governo se agarra para alcançar a meta fiscal deste ano.

Nesse sentido, a reação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), é absolutamente compreensível. "Uma coisa é ter responsabilidade fiscal, outra bem diferente é exigir do Parlamento adesão integral ao que pensa o Executivo sobre o desenvolvimento do Brasil", afirmou, em resposta ao ministro Haddad.

Mais do que cobrar o Legislativo, é papel do governo dar o exemplo e tomar a iniciativa de cortar seus gastos. Em paralelo, é prudente não acirrar ainda mais os ânimos e voltar a apostar no caminho da boa política. Ainda que o governo vença a batalha da desoneração com o apoio do Judiciário, esse episódio terá consequências nefastas nas relações entre os Poderes.

O Legislativo certamente vai reagir com iniciativas para podar o poder do Judiciário e será pouco receptivo a qualquer outra iniciativa enviada pelo Executivo ao Congresso, o que é especialmente grave no momento em que os parlamentares se preparam para regulamentar a reforma tributária. Não será dessa maneira que o equilíbrio entre os Poderes será restabelecido.●

O Brasil no 'Eixo da Revolta'

A deplorável aliança com Irã, China e Coreia do Norte para dar fôlego à Rússia do delinquente Putin só é explicável pela megalomania de Lula, que se arvora em líder do 'Sul Global'

A despeito das pesadas sanções impostas pelo Ocidente à Rússia por conta de sua guerra criminosa contra a Ucrânia, Vladimir Putin tem obtido êxitos na frente de batalha e no plano econômico. A economia russa está longe da exuberância em meio ao conflito. Ao mesmo tempo, porém, está distante do eventual colapso que, na visão dos países sancionadores, talvez pudesse levar ao fim da guerra e, quiçá, à responsabilização de Putin por seus crimes. A China, claro, é a grande responsável pela vitalidade desse regime delinquente, mas, desafortunadamente, parte considerável do fôlego de Putin tem vindo do Brasil.

O **Estadão** revelou há poucos dias que, neste terceiro mandato presidencial de Lula da Silva, o Brasil expandiu os laços econômicos com a Rússia. Tal é o grau de cooperação entre os dois países atualmente que, em 2023, a meta de trocas comerciais entre o "B" e o "R" dos Brics originários – US$ 10 bilhões – foi superada pela primeira vez em duas décadas. No ano passado, o volume de negócios com Moscou chegou a US$ 11,3 bilhões. Hoje, o Brasil é o maior comprador de diesel russo (6 milhões de toneladas adquiridas em 2023). Os fertilizantes russos vêm em seguida na agenda comercial do País, respondendo por compras que chegam a quase US$ 4 bilhões ao ano.

Lula, como se vê, não quer saber se há mais de dois anos Putin comete atrocidades em série na Ucrânia e ameaça a paz na Europa como nunca antes alguém o fez desde o final da 2.ª Guerra. Tampouco tem procurado alternativas decentes para a aquisição daqueles produtos. Ao optar por negociar com um pária internacional, Lula decerto aproveita uma vantagem comercial para adquirir insumos essenciais para as próprias atividades econômicas do Brasil. Afinal, com poucos países para transacionar diante do cerco internacional, Putin se vê obrigado a oferecer condições competitivas àqueles que se dispõem a fazer negócios com um criminoso de guerra. Mas o barato sai caro.

Em que pese o apelo comercial, sobretudo no caso dos fertilizantes, matéria-prima para o segmento mais pujante da economia brasileira, o agronegócio, o que Lula busca, na verdade, é o fortalecimento do tal "Sul Global", aliança antiocidental da qual o petista mal disfarça o desejo de ser proclamado líder. Imbuído desse espírito megalomaníaco, o presidente da República não parece ter perdido um minuto de sono preocupado com o alto preço político que sua escolha impõe ao Brasil. Para dizer o mínimo, sob Lula, o País tem afrouxado cada vez mais os laços que o unem aos valores ocidentais que, historicamente, constituíram a espinha dorsal da política externa brasileira: a defesa da liberdade, dos direitos humanos, do Estado Democrático de Direito, do multilateralismo e da solução pacífica dos conflitos.

Não se sabe se por ignorância, má-fé ou péssimo aconselhamento, Lula tem confundido o protagonismo dessa ficção chamada "Sul Global" com a defesa de uma nova governança internacional mais adequada para um mundo "multipolar". O busílis é que não há multipolaridade alguma em jogo. O que está em curso é a união de um punhado de ferozes ditaduras em busca de ajuda mútua contra os Estados Unidos, a União Europeia e tudo mais que possa ser interpretado pelos autocratas como ameaças a seus desígnios liberticidas. É a esse tipo de aliança que o Brasil deveria pertencer? É a isso que Lula da Silva pretende rebaixar o País?

Do ponto de vista estratégico, ou seja, a longo prazo, o Brasil não tem rigorosamente nada a ganhar alinhando-se ao que a revista *Foreign Affairs* chamou de o "Eixo da Revolta". Trata-se da conjunção de esforços da China, do Irã e da Coreia do Norte para fortalecer a Rússia, enfraquecer o Ocidente, em particular os Estados Unidos, e, como se não bastasse, violentar a soberania ucraniana. O Brasil, segundo analistas internacionais, é considerado um país "estratégico" para o triunfo desse clube antiocidental – o que, mais que uma vergonha, representa uma traição aos princípios que nos constituem como nação.●

INÊS249

ESPAÇO ABERTO

Transformação digital e prosperidade inclusiva

Carolina Rossini, CV Madhukar e Maria Luciano

Se, no mundo físico, as malhas de transporte, as redes elétricas e os sistemas de telecomunicações criam infraestruturas que possibilitam ganhos públicos e privados, as infraestruturas públicas digitais (IPDs) desempenham um papel semelhante na economia digital. Infraestruturas digitais que garantam a verificação de identidade, transferências seguras de dinheiro e compartilhamento seguro de dados são necessárias para que possamos fazer compras online, acessar serviços públicos e para empresas operarem.

O Brasil está celebrando o marco de três anos de seu revolucionário sistema de pagamentos instantâneos, o PIX. Desde o seu lançamento, o PIX superou significativamente as expectativas de uso e promoveu a inclusão financeira, com 143 milhões de cidadãos (mais de 70% da população adulta do País) e 13 milhões de empresas (79% do total do País) registrados até agora. Para empresários, oferece transferências de baixo custo em diversos casos – transferências de crédito, pagamentos de contas, comércio eletrônico, pagamentos programados e recorrentes, etc.

Outro exemplo brasileiro é a plataforma Gov.br, que abrange todas as informações e os serviços públicos digitais oferecidos pelo governo federal, com mais de 146 milhões de cidadãos registrados.

O desenvolvimento das capacidades digitais envolvidas nas interfaces cidadão-governo também se mostrou particularmente essencial em tempos de crise, como vimos com o Conecte SUS e o Auxílio Emergencial durante a pandemia de covid-19.

No entanto, estes mesmos exemplos também indicam as possíveis limitações das IPDs. A falta de confiança e de conhecimento pelos cidadãos sobre como o PIX funciona tem sido associada ao aumento de casos de fraude. A disseminação do Auxílio Emergencial é dificultada pela desigualdade de conexão de um país onde 36 milhões de pessoas não têm acesso à internet – e, portanto, têm seu acesso limitado a serviços públicos e ajuda financeira. Já os Acordos de Cooperação Técnica assinados pelo Ministério da Economia em 2021 deram a instituições financeiras acesso temporário ao banco de dados do Gov.br para "degustação experimental", sem oferecer transparência sobre esse arranjo. E o Conecte SUS tem enfrentado muitos problemas técnicos, como ataques cibernéticos, vazamento de dados, relatos de instabilidade e informações desatualizadas.

> *Esforço coletivo para unificar a definição de infraestruturas públicas digitais é oportunidade para criarmos soluções que impulsionem a inovação e os negócios e empoderem os cidadãos*

O potencial das infraestruturas públicas digitais para a inclusão, o desenvolvimento e a inovação tem orientado um esforço global de pensar em seu desenho e governança contínua. Apesar da natureza geopolítica das agendas da economia digital, em setembro passado as 20 jurisdições que compõem o Grupo dos Vinte (G20) chegaram a um consenso sobre os princípios que devem orientar a criação e o uso das IPDs: segurança, proteção, confiabilidade, responsabilidade, inclusão e interoperacionalidade.

Salvaguardas eficazes em cada etapa do ciclo de vida das IPDs são essenciais para garantir a segurança e a proteção dos usuários. Sem elas, esses sistemas podem ser mal utilizados, expondo os cidadãos a riscos como violações de privacidade, roubo de identidade e fraude e exclusão no acesso a serviços públicos essenciais.

No Quênia, o sistema nacional de identificação com registro biométrico tem sido utilizado para discriminar grupos minoritários. Sua implementação também foi criticada por desviar recursos de questões consideradas de maior prioridade pelos quenianos e por não ter sido precedida por avaliações de impacto a direitos humanos.

Mecanismos de governança que sejam coletivos, inclusivos, transparentes e viabilizem a prestação de contas podem aumentar a confiança dos usuários, ajudando a incorporar os valores e as prioridades das comunidades nas IPDs. Estes podem ter diferentes formatos, como relatórios de impacto, processos licitatórios, conselhos de supervisão e consultas públicas.

No México, a ideia de um banco de dados biométricos de usuários de telefones celulares foi contestada pela sociedade civil, resultando numa decisão da Suprema Corte que declarou sua inconstitucionalidade por considerar desproporcionais os altos riscos associados ao uso de dados biométricos. Este esforço societal por trás da decisão ilustra como a falta de participação e de consulta à sociedade pode levar a desenhos que contrariam o interesse público.

Padrões abertos possibilitam a interoperabilidade necessária para que qualquer um utilize IPDs, nivelando o campo para todos os atores, privados e públicos, inovarem, prevenindo monopólios de dados, contribuindo para a soberania digital dos países e promovendo a cooperação transfronteiriça.

A Índia, por exemplo, tem compartilhado sua Interface Unificada de Pagamentos de código aberto com outros países, o que tem ajudado aquele país a projetar sua influência diplomática.

Este esforço coletivo sem precedentes para mobilizar linguagem e unificar uma definição de infraestruturas públicas digitais apresenta uma oportunidade para criarmos soluções que impulsionem a inovação e os negócios e empoderem os cidadãos. ●

SÃO, RESPECTIVAMENTE, COFUNDADORA E DIRETORA DE POLÍTICAS E PESQUISA NA DATASPHERE INITIATIVE; CEO NO FUNDO CO-DEVELOP; E PESQUISADORA NA CONNECTED BY DATA E NO IEA-USP

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

STF

Regalo em Londres

A leitura do editorial *Está faltando pudor* (**Estadão**, 28/4, A3) não me causou indignação, mas desalento. Fiquei sabendo, ao lê-lo, que um seletíssimo grupo de importantes autoridades dos Três Poderes foi transportado para Londres a fim de participar do 1.º Fórum Jurídico Brasil de Ideias, coisa muito importante para o futuro da Nação. Fiquei sabendo, também, que a brilhante plêiade era composta de três ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), membros do Superior Tribunal de Justiça, o procurador-geral da República, o próprio ministro da Justiça, o advogado-geral da União, o diretor-geral da Polícia Federal, senadores e deputados. Pena que as ideias que brotaram de tão doutos cérebros jamais serão conhecidas dos brasileiros vulgares, porque foi proibido o acesso da imprensa ao evento. As despesas, incluindo passagens aéreas, refeições de R$ 2 mil e diárias de R$ 8 mil, foram pagas por uma empresa privada de tecnologia digital. O editorial vai além: informa que recentemente um ministro do STF viajou em "missão internacional" aos torneios de Roland Garros e da Champions League, à custa de um advogado *muy amigo*; e, ainda, que empresas públicas e privadas, algumas com processos no STF, financiam um *meeting* anual em Lisboa promovido por outro membro do STF. As autoridades dos Três Poderes já sabem o quanto podem abusar do povo brasileiro impunemente, desde que façam parte do sistema, da patota. O pudor virou coisa ultrapassada, antiga, e, quando o pudor se retira, entra o desfrute. Aí é regalar-se.

Affonso Maria Lima Morel
São Paulo

'Está faltando pudor'

Muito bom o editorial do **Estadão** sobre os convescotes de autoridades brasileiras no exterior. Se são eventos para discutir problemas brasileiros e os participantes são brasileiros, por que realizá-los no exterior? O que eles querem é passear. Convide estas autoridades para um evento em Carapicuíba e eu aposto que ninguém irá.

Renato Maia
Prados (MG)

Extravagância brasileira

Esta viagem de ministros do STF a Londres, para discutir o Brasil, paga integralmente por uma empresa privada, em qualquer outro país seria motivo de exoneração *ad nutum*. Bem, em qualquer país, mas aqui...

Panayotis Poulis
Rio de Janeiro

Poderes da República

Corte de gastos

Indubitavelmente, o governo Lula erra ao judicializar neste momento a desoneração da folha de pagamento, porém a cobrança do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, por corte de gastos deveria ter resposta pronta: se o objetivo é reduzir gastos, então que seja abandonada a PEC do Quinquênio; que se limite a 10% o valor atual do fundo eleitoral; que sejam revisadas as verbas de gabinete; e que façam valer o teto salarial do Supremo Tribunal Federal, sem decisões teratológicas estabelecendo qualquer tipo de verba como indenizatória (a propósito, o Poder Judiciário decide sempre favoravelmente em causa própria, mas os jurisdicionados comumente têm os pleitos negados em demandas semelhantes). Ou seja, o corte de gastos a que Rodrigo Pacheco se refere pode vir, em primeiro lugar, do Legislativo e do Judiciário, para que se possa, então, cobrar o Poder Executivo.

João Eduardo da Silva
São Paulo

Almirante Negro

Herói da Pátria?

Quem é João Cândido e por que o comandante da Marinha não quer que ele seja 'herói da Pátria' (**Estadão**, 25/4). A Marinha herdou o costume de punir faltas disciplinares com castigos físicos, chibatadas, do costumeiro hábito das Marinhas inglesa e portuguesa, tendo sido o rigoroso castigo abolido em 1889 por ocasião da Proclamação da República, mas, infelizmente, reabilitado logo depois. Aconteceu que marinheiro punido com 250 chibatadas por ter ferido um antigo cabo a navalha deu causa para que revoltosos, liderados pelo chamado Almirante Negro, na noite de 22 de novembro de 1910, assassinassem seis oficiais e o comandante do Encouraçado Minas Gerais, talvez inspirados na revolta dos marinheiros russos ocorrida no Encouraçado Potemkin. Para completar a revolta, utilizaram-se do potente navio de guerra para bombardear a cidade do Rio de Janeiro, matando duas crianças. Será que este cidadão, que usou de armas contra brasileiros para atingir seus até louváveis intentos de classe, merece mesmo servir como exemplo de herói nacional para a nossa juventude?

Paulo Marcos Gomes Lustoza
Rio de Janeiro

INÊS249

ESTADÃO BLUE STUDIO

Cursos técnicos abrem as portas do mercado de trabalho

Especialização é uma alternativa que se adapta a qualquer pessoa, em qualquer momento da vida

Com duração entre um e dois anos, os cursos técnicos são opção vantajosa e estratégica para quem pretende se inserir com agilidade no mercado de trabalho – seja para buscar o primeiro emprego, especializar-se ainda mais na profissão já exercida, desenvolver uma segunda carreira ou empreender.

"Quando me perguntam sobre o perfil de quem pode se interessar em fazer um curso técnico, sempre respondo que é uma alternativa que se adapta a qualquer pessoa, em qualquer momento da vida", diz Gilberto Garcia, gerente de Desenvolvimento do Senac SP, instituição que oferece cursos técnicos em quase 50 áreas nas 63 unidades espalhadas pelo Estado de São Paulo.

A maior parte dos cursos desse portfólio pode ser frequentada por pessoas acima de 14 anos – com exceção daqueles que são da área de Saúde, reservados a maiores de 18 anos. Garcia ressalta que há alguns mitos em torno do ensino técnico que precisam ser esclarecidos. Um deles é de que os cursos são excessivamente concentrados nas questões práticas de uma profissão, o que deixaria a formação humana em segundo plano. "Se isso até pode ter sido uma realidade no passado, hoje é muito diferente. As competências socioemocionais estão fortemente integradas ao currículo dos cursos técnicos", destaca o gerente.

Senac SP oferece cursos técnicos em quase 50 áreas

Getty Images

Nos cursos do Senac SP, os ambientes educacionais e os laboratórios simulam e reproduzem a realidade do mercado, mas esse tipo de experiência vai muito além dos muros da instituição. Foi o caso, por exemplo, do intercâmbio buscado por alunos do curso de Logística de Jundiaí com colegas da mesma área no Canadá, para responder a um desafio proposto pelos professores sobre oportunidades de melhoria no transporte de cargas entre os dois países.

Jeito Senac de educar

Há, também, iniciativas que mesclam o mundo do trabalho com uma visão ampla de cidadania, a exemplo de um aplicativo desenvolvido por alunas do curso técnico em Administração da unidade de Taubaté para conectar agricultores orgânicos com os moradores da região. "Esse olhar para o mundo real é um dos ingredientes mais importantes do que chamamos internamente de 'jeito Senac de educar', um estilo que foi sendo moldado e aprimorado ao longo dos 80 anos de existência da instituição", diz Garcia.

Outro mito em relação aos cursos técnicos, lembra o gerente, é relacionado à remuneração – que, supostamente, não alcançaria o mesmo padrão oferecido aos egressos de cursos de graduação. "Temos dados consistentes sobre os efeitos positivos dos cursos técnicos na carreira e na renda dos alunos", descreve o gerente do Senac SP. Uma pesquisa do Senac nacional demonstrou que 74% dos alunos que saem dos cursos técnicos conseguiram, dentro do primeiro ano após a formatura, um novo trabalho ou obtiveram promoção no emprego que já tinham.

A projeção é de que o mercado de trabalho brasileiro continuará com forte demanda nos próximos anos por força de trabalho qualificada nas mais diversas áreas contempladas pelos cursos técnicos, a exemplo de tecnologia da informação, logística, comunicação, saúde, construção civil, confecção e vestuário, turismo e hospitalidade, entre várias outras.

Conteúdo patrocinado

Quer uma escola conectada com as necessidades, tendências e exigências do mundo do trabalho?

Conheça nossos cursos técnicos e o Programa Senac de Gratuidade:

sp.senac.br/bolsas

Confira as regras e disponibilidade de **bolsas de estudo**.

INÊS249

ESPAÇO ABERTO

Qual o sentido de Ocidente para o Brasil?

Oscar Medeiros Filho

O retorno da competição geopolítica observado especialmente após a crise financeira global de 2007 tem provocado a reconfiguração do tabuleiro internacional e realinhamentos estratégicos. Isso se mostra especialmente importante para o Brasil, por sua estatura geopolítica, sua condição de *global player* e pelo fato de ter nas duas maiores potências globais – China e EUA – seus principais parceiros estratégicos. Por sua condição histórica, geográfica e cultural, o Brasil é visto hoje como um elo entre dois blocos regionais: o Ocidente e o Sul Global. Sob tal condição, o País desfruta de um inegável capital geopolítico, o que lhe proporciona capacidade de barganha diante das grandes potências.

Entretanto, a eclosão dos diversos incidentes geopolíticos nos últimos anos, especialmente a guerra na Ucrânia e o conflito Israel-Hamas, pode vir a forçar o Brasil a tomar partido em relação a um dos lados, retirando do País a confortável e desejável posição de equidistância entre os candidatos a *hegemon*. Assim, diante do quadro de ampliação das pressões de ambos os lados, o Brasil poderá ver-se sob um dilema duplo: se vai ter de se alinhar a algum destes blocos e, em caso positivo, a qual deles.

Considerando tal cenário, é necessário um amplo debate nacional sobre quem, afinal, somos. Neste artigo, vou me deter especificamente sobre o sentido de Ocidente para o Brasil. Para tanto, sugiro uma abordagem crítica à obra de um dos personagens mais influentes no cenário brasileiro da segunda metade do século 20 e que tinha na ideia da lealdade ao Ocidente um elemento central: Golbery do Couto e Silva.

Escrevendo no início dos anos 1950, Golbery ajudou a formular a doutrina da Escola Superior de Guerra, num contexto que, para ele, era marcado pela ameaça do "comunismo oriental" à "democracia ocidental". Segundo Golbery, o sentido de Ocidente para o Brasil ia além de fatores geográficos (um país atlântico e pertencente ao Hemisfério Ocidental), sendo visto como "ideal", "propósito" ou "programa", expressos pelas ideias de ciência, democracia e cristianismo. Conforme as palavras de Golbery: "É preciso, sobretudo, testemunhar, à evidência, que somos não só por origem, mas ainda mais por convicção, povos deste mundo livre do Ocidente que estaremos prontos a defender".

> ***Hoje, o sentido de Ocidente é muito diferente daquele descrito por Golbery do Couto e Silva no início dos anos 50***

Passados mais de 70 anos dos escritos de Golbery, a questão que se coloca hoje é: em que medida a ideia de *Ocidente* enquanto projeto de futuro ainda impacta nas escolhas e preferências geopolíticas nacionais e constitui-se fator determinante para alinhamentos internacionais futuros?

Se, por um lado, ainda não temos as respostas claras, por outro lado há sinais de que a pressão do Ocidente por uma resposta positiva tende a aumentar. Recentemente, por exemplo, duas iniciativas norte-americanas sugerem resgatar o sentido de defesa coletiva do Hemisfério Ocidental (continente americano). A primeira diz respeito à Iniciativa da Bacia do Atlântico, incorporando o Atlântico Sul no escopo estratégico da Otan. A segunda se refere à adoção do conceito de "dissuasão integrada" no âmbito dos países americanos, por meio da cooperação regional em defesa e segurança, proposta oficialmente apresentada durante a XV Conferência de Ministros da Defesa das Américas, realizada em Brasília em julho de 2022. Aparentemente, o Brasil tende a resistir a tais propostas.

O fato é que o sentido de Ocidente hoje é muito diferente daquele descrito por Golbery. O mundo se tornou multipolar e interdependente. Além disso, a ideia de Ocidente como propósito e programa desejável, que tanto encantava Golbery, parece dar sinais de degradação. Recentemente, este jornal publicou um interessante artigo de Sergio Fausto (*Confusa ideologia antiocidental*, 2/3, A4), que revelou que, "nos últimos anos, tornou-se moda atribuir ao Ocidente grande parte dos males que acometem o mundo. A moda tem adeptos sobretudo na esquerda, mas também na extrema direita nacionalista sob influência do Kremlin". O fato é que, em ambos os casos, o sentido de Ocidente não remeteria mais à ideia de revolução científica, democracia e direitos humanos. Muito pelo contrário. Para a extrema esquerda, o Ocidente representa a fonte do colonialismo e, consequentemente, da desigualdade e da escravidão. Para a extrema direita, trata-se de uma sociedade moralmente corrompida, despida de seus valores tradicionais.

O dilema duplo a ser enfrentado pelo Brasil nas próximas décadas, portanto, é complexo e não será de fácil resolução. O cálculo envolve dimensões de natureza geopolítica e ideológica. Se, por um lado, um maior alinhamento com o Ocidente põe em risco a manutenção das relações pragmáticas com países do Sul Global, além de comprometer o grau de autonomia estratégica historicamente desejado pelo Brasil como potencial representante dos países do Sul nas principais mesas de negociação internacionais, por outro lado, pode nos distanciar do maior capital relacionado à ideia de Ocidente: a sua tradição democrática. ●

DOUTOR EM CIÊNCIA POLÍTICA PELA USP, É PROFESSOR DE GEOPOLÍTICA NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO UNICEUB

TEMA DO DIA

WERTHER SANTANA/ESTADÃO - 18/9/2023

Altas temperaturas

Mais de 370 cidades de São Paulo são afetadas por onda de calor fora de época

As altas temperaturas vão continuar nos primeiros dias do mês de maio, com os termômetros podendo atingir máximas de 40°C. O interior de São Paulo está entre as regiões nas quais o calor deve ser mais intenso. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Precisamos parar de desmatar nossas florestas e parar de queimar combustíveis fósseis! Isso é pra ontem!"
ÉRIKA MARIN GUIMARÃES

● "Calor vai virar regra, espanto será encontrar gelo no planeta Terra."
RAFAEL MELO ROCHA

● "Na Região Sul, o outono virou verão. Era uma vez o outono e o inverno!"
ELVIRA TURATO

● "Nós, de Araçatuba, já estamos acostumados. Aqui é verão por 330 dias no ano."
IGOR GONÇALVES ROCHA

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

STOCK.ADOBE.COM

Reajuste salgado

Planos de saúde coletivos terão aumento de 14%. ●
https://l1nq.com/m49vl

Saúde

Como ajudar o bebê a se desenvolver no 1.º ano de vida. ●
https://l1nq.com/YwpGw

Newsletter

'Conectado': assine e comece o dia bem informado. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

INÊS249

ESTADÃO BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado pela Prefeitura de São Paulo

CIDADE DE SÃO PAULO

Prefeitura entrega trecho da Santo Amaro com melhorias de mobilidade, mais bonita e comércio valorizado

Mudanças incluem fios enterrados, corredor e pontos de ônibus reformados e calçadas amplas e acessíveis

Edson Lopes Jr./Secom

Trecho reformado da avenida Santo Amaro

A Prefeitura de São Paulo entrega nesta terça-feira (30/04) a 1ª fase das obras de requalificação da avenida Santo Amaro, no trecho entre a avenida Juscelino Kubitschek e a rua Afonso Braz. O resultado é uma via mais bonita e com melhorias na área de mobilidade urbana, tanto para pedestres como para os veículos, nas redes de drenagem, saneamento e abastecimento e na valorização do comércio.

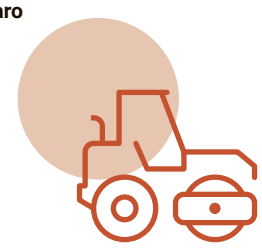
Dessa forma, a via passa a contar com infraestrutura compatível com as demandas contemporâneas, ou seja, mais acessível, segura, funcional e atrativa para novos investimentos. Os recursos são de R$ 161,4 milhões, provenientes da Operação Urbana Faria Lima.

Estendendo-se pelas áreas de três subprefeituras (Santo Amaro, Vila Mariana e Pinheiros), a Santo Amaro é uma das principais vias arteriais de São Paulo, conectando a zona sul ao centro. Ao longo dos anos, no entanto, passou por um processo de degradação, o que prejudicava o fluxo de pedestres e realçava o contraste estético com bairros vizinhos como Vila Nova Conceição, Moema, Vila Olímpia e Itaim Bibi, importantes polos econômicos da capital.

Iniciada em julho de 2022, a modernização da avenida impacta diretamente cerca de 310 mil pessoas. Entre os benefícios estão calçadas mais amplas, percursos acessíveis, enterramento de fios de energia elétrica e telecomunicações, remoção dos postes de concreto, reforma do corredor e das paradas de ônibus, nova iluminação com LED, aperfeiçoamento dos sistemas de água, esgoto e gás, nova rede de captação de água das chuvas, renovação da sinalização e plantio de árvores.

Somando todos os materiais utilizados abaixo do solo, como valas técnicas, galerias, dutos secos, cabos enterrados, além de tubulações de água, esgoto e gás, seria possível dar cem voltas no estádio do Maracanã.

Com a entrega da 1ª fase das obras, quatro linhas de ônibus voltam aos seus itinerários e atenderão o corredor da avenida Santo Amaro.



310 mil
PESSOAS BENEFICIADAS

1,5 mil
EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS

240 mil
METROS DE FIAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES ENTERRADOS

5,5 mil
METROS DE VALAS TÉCNICAS SUBTERRÂNEAS

74
NOVOS POSTES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM LED

MELHORIAS

- Reforma do corredor de ônibus
- Renovação das paradas de ônibus
- Enterramento de redes aéreas
- Melhoria da infraestrutura subterrânea
- Requalificação e reforma dos pavimentos
- Ampliação do sistema de drenagem urbana
- Nova iluminação pública com LED
- Postes de concreto removidos
- Passeios mais amplos e acessíveis
- Melhorias na sinalização e acessibilidade universal
- Novo projeto paisagístico

LINHAS DE ÔNIBUS QUE VOLTARAM

5111/10
Term. Sto. Amaro/Term. Pq. D. Pedro II

5131/10
Cid. Ademar/Pq. D. Pedro II

669A/10
Term. Sto. Amaro /Term. Princ. Isabel

7550/10
Term. Sto. Amaro/Metrô Sta. Cecília

Obra inclui 2 tipos de pavimento e mais árvores

O projeto de requalificação do pavimento da via levou em consideração as necessidades de segurança, durabilidade e funcionalidade. O pavimento flexível foi selecionado para o lado da calçada, destinado a veículos leves, a fim de facilitar futuras obras de manutenção de empresas prestadoras de serviços. Já o corredor de ônibus ficou com o pavimento rígido, propício para veículos pesados. Essa divisão promove uma distância segura entre os veículos pesados e os pedestres, garantindo maior segurança.

Áreas verdes

As áreas verdes foram expandidas na avenida, com 120 árvores plantadas de diferentes espécies, como ipê branco, ipê rosa, caroba, pau-cigarra, pau-viola, sibipiruna, quaresmeira, mirindiba-rosa e palmeira.

Ao longo do trecho revitalizado, foram distribuídas mais mil mudas de flores ornamentais nativas da Mata Atlântica, selecionadas por suas características ecológicas de florada e frutificação. Esse plantio forma um mosaico que não apenas embeleza o ambiente, como contribui para a promoção da biodiversidade e melhoria da qualidade do ar.

Abastecimento

A substituição completa das redes de esgoto e água não apenas resultará em maior eficiência no uso da água, reduzindo as perdas, mas também modernizará os serviços prestados à população. Isso se deve à substituição das antigas tubulações de ferro e anilhas por tubulações modernas de Polietileno de Alta Densidade (PEAD), um material rígido e resistente.

Comerciante espera mais clientes

Há 36 anos no setor de alimentação, o comerciante Osório Joaquim, de 58 anos, aprovou as mudanças. Ele espera que, com a avenida mais bonita e calçadas ampliadas, as vendas de sua lanchonete "Novo Sabor" aumentem. "O visual novo é impactante. Valeu a pena. Já tenho uma boa clientela e estou com muita esperança de que essa revitalização atraia novos consumidores", diz Joaquim, que emprega 17 pessoas em seu estabelecimento.

Conteúdo patrocinado

INÊS249

Judiciário

Maioria do STF não divulga encontros e audiências com políticos e advogados

Só quatro ministros expõem compromissos diários regularmente; regimento da Corte não obriga a apresentação de agendas; para especialistas, falta de transparência fere Constituição

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) esconde as agendas de seus encontros e eventos diários. Cinco dos 11 ministros divulgaram suas atividades, sendo que apenas quatro deles fizeram registros regulares no site do STF. Procurada, a Corte afirmou que não existe regra interna que obrigue a divulgação de agendas dos magistrados.

A ausência de um protocolo de transparência no Supremo permitiu, por exemplo, que os ministros André Mendonça, Kassio Nunes Marques e Gilmar Mendes tivessem "agendas secretas" com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em contextos de acirramento das tensões entre o Executivo federal e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante as eleições de 2022. Foram ao menos três encontros de Bolsonaro com esses magistrados naquele ano. As reuniões só vieram a público por causa da quebra do sigilo telemático do ex-ajudante de ordens da Presidência Mauro Cid pela CPI Mista do 8 de Janeiro.

Outro encontro que só se tornou público depois de ocorrido foi a audiência do senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) com Gilmar no início de abril, quando o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) ainda não tinha encerrado o julgamento do parlamentar por suspeita de abuso de poder econômico nas eleições de 2022. A reunião só se tornou conhecida após apurações de veículos da imprensa.

No dia 15 de abril, Gilmar e seus colegas de tribunal Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin jantaram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na casa do decano do STF. Nenhum deles divulgou o encontro na agenda do STF.

REGISTROS. O **Estadão** analisou as agendas dos ministros do Supremo do período de janeiro de 2023 a abril de 2024. O ministro Dias Toffoli, por exemplo, divulgou somente oito dias de compromissos entre 1.º e 23 de fevereiro de 2023, e então abandonou a publicidade de seus atos. Com isso, somente Edson Fachin, Cármen Lúcia, Zanin e o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, passaram a figurar entre os que assiduamente informam seus compromissos.

Em nota enviada após a publicação da reportagem no portal do **Estadão**, o STF afirmou que, em 2007, a então presidente do tribunal, Ellen Gracie, fez "uma sugestão de divulgação da agenda de compromissos no site, ficando a critério de cada ministro manifestar seu interesse".

> ***"Esse fato é bastante grave se você considera que o STF é o guardião da Constituição. Atenta contra a Lei de Acesso à Informação, que é a regulamentação de um direito da Constituição"***
>
> **Marina Atoji**
> **Diretora da Transparência Brasil**

Fachin é o ministro mais constante na divulgação de audiências. Ele registrou compromissos na agenda do STF em 201 dias. Barroso divulgou afazeres em 154 dias, sendo cem deles já como presidente. Ele assumiu o comando da Corte em setembro do ano passado.

A estrutura da presidência faz com que os ministros que ocupam o posto divulguem diariamente as atividades, algo que nem sempre é mantido quando deixam a posição. Luiz Fux divulgava as agendas regularmente quando era presidente, mas parou de reportar os compromissos assim que deixou o cargo, em setembro de 2022.

Outro nome que faz a divulgação regular de suas atividades é Cármen Lúcia. Foram reportados compromissos em 148 dias durante o período analisado. Zanin tornou públicas as agendas em 99 dias desde que vestiu a toga de ministro, em agosto do ano passado. Dino, recém-chegado ao STF, não divulgou nenhuma vez a agenda de compromissos em dois meses na Corte. Além de Dino e Fux, Moraes, Gilmar, Mendonça e Nunes Marques não informam as reuniões que mantiveram no período.

A Constituição determina que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União (...) obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". O Código de Ética da Magistratura estabelece que a atuação dos magistrados deve ser norteada pelo princípio da transparência, sendo proibido, por exemplo, que um juiz atenda apenas uma das partes de um processo.

CONTROLE SOCIAL. Para a diretora de Programas da Transparência Brasil, Marina Atoji, os magistrados ferem a Constituição ao ocultar as agendas e impedir o controle social de suas atividades. Ela citou, por exemplo, a impossibilidade de defesa e acusação identificarem tratamento desigual de um ministro no número de audiências. Outro ponto destacado por ela é a possibilidade de os magistrados incorrerem em situações de conflito de interesses sem que ninguém saiba e possa fazer as cobranças devidas.

"Esse fato é bastante grave se você considera que o STF é o guardião da Constituição. Atenta contra a Lei de Acesso à Informação, que é a regulamentação de um direito da Constituição que determina que as informações sobre atos e ações de órgãos públicos devem ser publicizadas sem que ninguém deva pedir ativamente", disse Marina. O **Estadão** procurou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mas não teve resposta.

O presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, Roberto Livianu, reforçou que a divulgação dos compromissos está diretamente associada ao princípio da publicidade. Disse ainda que seria "saudável e agregaria valor à imagem dos ministros" construir um código de ética e um sistema autorregulatório para o tribunal. Em novembro, a Suprema Corte dos Estados Unidos criou um código de ética para controlar as viagens dos juízes.

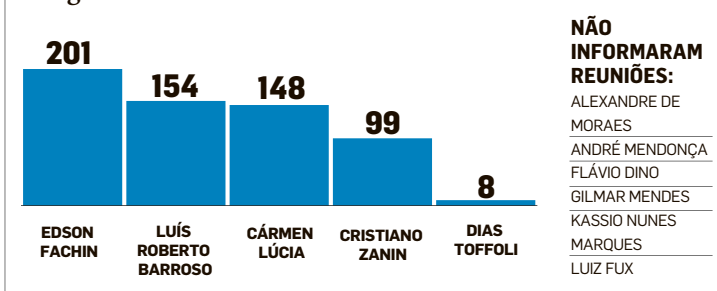
"É absolutamente necessário que a sociedade tenha a expectativa de conhecer essas agendas", disse Livianu. "Conhecer a agenda dos agentes públicos do Executivo, Legislativo e Judiciário é um direito do cidadão. Apesar de não haver regramento expresso, é razoável fazer uma interpretação associando o código da magistratura ao princípio da publicidade, e é dever dos ministros tornar públicas essas agendas."

LONDRES. Num caso recente de falta de transparência, Gilmar, Toffoli e Moraes não informaram que passariam ao menos três dias em Londres, na Inglaterra, para participar do 1.º Fórum Jurídico Brasil de Ideias. O evento, organizado pelo Grupo Voto, também reuniu membros do governo federal. A presidente da organização é a cientista política Karim Miskulin, que, em 2022, promoveu almoço do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) com 135 empresárias, em São Paulo.

O Grupo Voto não informou abertamente quem são os seus patrocinadores, tampouco se foram convidados agentes do setor privado que possam ter interesse em ações que tramitam no STF. A instituição diz que sua missão é promover "diplomacia empresarial e relações institucionais", sob o slogan: "Há 20 anos fomentando a união dos setores público e privado em busca de um Brasil mais competitivo". ●

DIVULGAÇÃO

Número de dias em que houve registros de compromissos na agenda



OBS.: DADOS COMPREENDEM O INTERVALO ENTRE 1º DE JANEIRO DE 2023 E 17 DE ABRIL DE 2024. CALENDÁRIO TEVE 325 DIAS ÚTEIS NO PERÍODO

FONTE: AGENDA DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Justiça Eleitoral

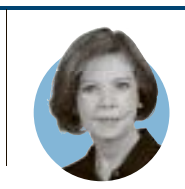
TSE multa Lula em R$ 250 mil por ataques a Bolsonaro

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) condenou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Coligação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV) a pagarem multa de R$ 250 mil pelo impulsionamento indevido de críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na campanha de 2022. O julgamento foi unânime no plenário virtual. Os ministros seguiram o posicionamento da relatora, Cármen Lúcia.

A Justiça Eleitoral só permite o impulsionamento de publicações na internet para promoção do próprio candidato. O uso do recurso para propaganda negativa é vedado. Lula foi condenado porque divulgou vídeo que associou a imagem de Bolsonaro a palavras como "incompetente", "mentiroso" e "desumano". Ao acionar o TSE, o ex-presidente alegou que foi alvo de "graves ofensas".

Durante a campanha, a Corte mandou Lula tirar o vídeo do ar. Na ocasião, Cármen alegou que, "independentemente de sua veracidade ou não", a publicação tinha potencial de prejudicar Bolsonaro. ● RAYSSA MOTTA

INÊS249



Eliane Cantanhêde *E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede*

Não é 'bobagem'

Assim como Donald Trump minou a confiança popular em sua adversária Hillary Clinton e tentou transformá-la em corrupta por ter usado e-mails oficiais para mensagens particulares – fichinha perto do que ocorre por essas bandas de cá –, a extrema direita da Espanha ataca e calunia a mulher do primeiro-ministro Pedro Sánchez, Begoña Gómez, como forma de desgastar e tentar derrubar o governo socialista, aliado à direita não extremista.

As redes sociais, dominadas pela extrema direita e por algoritmos, elegeram Trump nos EUA, deram vitória ao Brexit na Inglaterra, alavancaram Jair Bolsonaro no Brasil, garantiram Javier Milei na Argentina e estão por trás de partidos e movimentos radicais na Itália, Alemanha, Hungria, Polônia, na própria Espanha, com o Vox, e até no equilibrado Portugal, com o Chega. Há quem ache a força crescente da extrema direita e da internet uma "bobagem". Há controvérsias.

O presidente Lula avalia como preocupante e que o Brasil, o mais rico país da América Latina, com uma polarização insana entre esquerda e bolsonarismo, está no alvo. Elon Musk, do X, atacou Alexandre de Moraes, o Supremo e a democracia brasileira; Milei fez juras de amor a ele e endossou as suas investidas; e Israel Katz, chanceler de Israel, deixou claro quem está realmente na mira:

> ***A extrema direita internacional avança e tem uma arma poderosa, a internet. Cadê a resistência?***

"Se alguém deveria ser bloqueado ou censurado no X, deveria ser você, @Lulaoficial. Você tem o hábito de censurar e distorcer a verdade, então não é surpresa que esteja tentando censurar os outros", escreveu.

Enquanto articula golpes de Estado, a extrema direita inverte a realidade e acusa os adversários, de centro e de esquerda, de ameaça à democracia, à liberdade de expressão, à oposição, sem abdicar de velhas bandeiras que Bolsonaro, por exemplo, usou e abusou nas duas campanhas presidenciais e nos quatro anos de mandato, da boca para fora: Deus, Pátria e família.

Lula vem conversando com o francês Emmanuel Macron, o português Marcelo Rebelo de Sousa e o espanhol Pedro Sánchez, a quem defendeu ostensivamente dos ataques da extrema direita. Depois de uma forte resistência democrática no Brasil, que uniu da esquerda à direita contemporânea, é hora de articular a resistência internacional, ainda muito incipiente. A extrema direita é articulada e tem uma arma poderosa, a internet. O outro lado parece estar dormindo no ponto.

MUJICA. Pepe Mujica, que defendeu liberdade, democracia, igualdade, honestidade e diálogo toda a vida, anunciou, aos 88 anos, que tem câncer de esôfago, com metástase. Que falta fazem os Mujicas! ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONEWS EM PAUTA

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

LEILÃO ONLINE DE IMÓVEIS
TERRENO NO TUCURUVI/SP
LOCALIZADO NA RUA SÃO NESTOR, S/N
APROXIMADAMENTE 360M²
DESOCUPADO
A 1KM DO METRÔ E SHOPPING TUCURUVI E COM FÁCIL ACESSO AO TRANSPORTE PÚBLICO E À AV. DR. ANTÔNIO MARIA LAET. PRÓXIMO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CORREIOS, RESTAURANTES, MERCADO, LAVANDERIA E ACADEMIA.
15/05 ÀS 15H00 LANCE INICIAL: R$ 350.000,00
SÃO PAULO/SP, TUCURUVI, TERRENO, SITUADO A RUA SÃO NESTOR, S/N, PERFAZENDO 45 METROS DE FRENTE AOS FUNDOS, EM AMBOS OS LADOS, ENCERRANDO COM ÁREA DE MAIS OU MENOS 360,00M², MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 2108 DO 15º REGISTO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP E INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 087.156.0016-3. OBS.1: O IMÓVEL ESTÁ SENDO LEILOADO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, TANTO EM TERMOS FÍSICOS QUANTO EM TERMOS DOCUMENTAIS, CABENDO EXCLUSIVAMENTE AO COMPRADOR SE INFORMAR ANTECIPADAMENTE SOBRE TAIS ESTADOS E EFETUAR SEUS LANCES CONSIDERANDO POSSÍVEIS REGULARIZAÇÕES POSTERIORES AO LEILÃO. OBS.2: OS DÉBITOS DE IPTU EM ABERTO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2015 A 2021, POSSUEM PPI HOMOLOGADO E OS DÉBITOS DOS ANOS DE 2021 E 2022, FICARÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO VENDEDOR, BEM COMO A CONCLUSÃO E BAIXA DESSES VALORES/ACORDOS. REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2024 FICARÁ A CARGO DO FUTURO ARREMATANTE. DESOCUPADO. VISITAS DEVERÃO SER PREVIAMENTE AGENDADAS COM EMERSON (SETOR DE IMÓVEIS), NO TELEFONE: (11) 2464-6460 - RAMAL: 6460 OU ATRAVÉS DO E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR.
IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
SODRÉ SANTORO 45 anos
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Com Tarcísio e Caiado

'Plantamos sementes nesses 4 anos', diz Bolsonaro

Ao lado de Tarcísio de Freitas e Ronaldo Caiado, Jair Bolsonaro disse ontem que, caso ele não retorne ao comando do País, deixou "sementes". Os governadores são apontados como possíveis "herdeiros" do ex-presidente para 2026. Bolsonaro participou da Agrishow, em Ribeirão Preto (SP). ●

CELIO MESSIAS/GOVERNO SP

Protesto contra nomeação

MST invade superintendência do Incra em Alagoas

O Movimento dos Sem Terra (MST) invadiu ontem a sede do Incra em Alagoas, em protesto à nomeação de Junior Rodrigues do Nascimento como superintendente. Nascimento foi indicado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e substituiu no cargo o primo do parlamentar. ●

INÊS249

Maranhão

Pavimentação de estrada atendeu só a interesse de ministro, diz CGU

Obra revelada pelo 'Estadão' passa em frente à fazenda de Juscelino Filho; ele diz que asfalto beneficia população local

ANDRÉ SHALDERS
BRASÍLIA

A pavimentação da estrada que passa em frente à fazenda do ministro das Comunicações, Juscelino Filho, em Vitorino Freire (MA), só atendeu às necessidades dele e não beneficiou a população local. A afirmação é de técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU), em um relatório preliminar sobre o assunto.

O dinheiro foi repassado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), vindo do orçamento secreto. Deputado licenciado, Juscelino admitiu ser padrinho da indicação da verba. Revelada pelo **Estadão** em janeiro de 2023, a obra passou a ser investigada pela Polícia Federal e pela CGU. O ministro nega irregularidades e diz que o asfalto beneficia a população.

O inquérito da PF apura suspeita de irregularidades no repasse de emendas parlamentares e desvio de verbas da Codevasf na cidade de Vitorino Freire, administrada pela irmã do ministro, Luanna Rezende (União Brasil). Em setembro de 2023, ela chegou a ser afastada da prefeitura, após ser alvo da Operação Benesse, da PF. Dias depois, voltou ao cargo por decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Orçada em R$ 7,5 milhões, a obra de pavimentação em Vitorino Freire foi contratada pela prefeitura em fevereiro de 2022. "De um total de 23,1 km, envolvendo R$ 7,5 milhões, 18,6 km, 80%, beneficiariam as propriedades do parlamentar e, ao que parece, de forma individual. Os restantes 4,5 km beneficiariam cinco povoações locais e ainda de forma isolada, sem integração com a rodovia estadual, nem com a sede do município", diz trecho do relatório da CGU. O documento foi obtido pelo jornal *Folha de S.Paulo* e confirmado pelo **Estadão**. A CGU aguarda a manifestação da Codevasf.

Emenda

Juscelino direcionou verba do orçamento secreto para asfaltar estrada na cidade administrada por sua irmã

Os técnicos da CGU dizem ainda que os 4,5 km próximos às propriedades da Fazenda Alegria, de Juscelino, não se "mostram suficientes para atender ao objetivo de fornecer melhor escoamento e acesso a serviços públicos pela população das povoações beneficiadas, pois não foi prevista uma conexão para se chegar ao centro do município ou a uma rodovia pavimentada". O relatório aponta a existência de outros locais com quantidade "significativamente maior" de casas, sem asfaltamento, e que poderiam ter sido beneficiadas pela pavimentação.

Como nem todo o recurso foi pago à empreiteira, existe o risco de mais R$ 1,5 milhão ser perdido com "potencial risco de desvio de finalidade, dado que o objetivo social e o interesse público do citado convênio não se aparentam contemplados no projeto apresentado", diz o órgão de controle.

PREJUÍZO. Em novembro, a própria Codevasf detectou problemas na obra, como asfalto malfeito, ruas esburacadas, rachaduras e falta de sinalização. Segundo a CGU, a Codevasf teria identificado prejuízo ao erário de R$ 736,2 mil, por causa dessas falhas. Ainda segundo os técnicos, a licitação que resultou na contratação da Construservice tem indícios de irregularidades.

Em nota, Juscelino disse ser "o maior interessado" na resolução do caso, e reiterou que a estrada beneficia centenas de moradores de Vitorino Freire. O ministro afirmou ainda que sua função, na qualidade de parlamentar, é a de apresentar emendas, mas não de executar e fiscalizar as obras que serão tocadas com os recursos.

"(*Minha*) Conduta sempre foi pautada pela ética, responsabilidade social e utilização adequada dos recursos públicos para melhorar as condições de vida da população mais pobre", afirma a nota. "Como deputado, a função é destinar emendas parlamentares que beneficiem as pessoas que mais precisam, um instrumento legítimo do Congresso Nacional. A execução e a fiscalização das obras não são uma atribuição do parlamentar."

"A estrada em questão conecta 11 povoados, onde centenas de pessoas sofrem, diariamente, com grandes desafios para se locomoverem ao trabalho, escolas, hospitais e postos de saúde, especialmente durante períodos chuvosos, quando a via se torna intransitável, isolando essa população. Portanto, acima de tudo, é um bem do povo de Vitorino Freire. É uma demanda antiga da população", declarou. ●

VODCAST
dois**pontos**
Forme **sua opinião**
ouvindo os "Dois Pontos"

EPISÓDIO
27

Geração Z no mercado de trabalho: problemática ou consciente?

Avessos a burocracias, não gostam de trabalhar e rompem hierarquias. Estas são apenas algumas das características associadas à geração Z (nascidos entre 1995 e 2012). Será que a avaliação é justa? Por outro lado, a categoria também é responsável por levantar questionamentos, a exemplo da saúde mental e da forma de trabalhar, que pressionam empresas e pessoas comuns a repensarem a relação com o trabalho.

Para entender as principais nuances da discussão e o contexto brasileiro dos jovens trabalhadores, a nova edição do Dois Pontos convidou para a bancada a empreendedora **Giulia Braide** e a especialista em Futuro do Trabalho **Maíra Blasi**.

O episódio tem a apresentação da colunista do Estadão, **Roseann Kennedy**, e participação da repórter de Carreiras do Estadão, **Jayanne Rodrigues**.

Use o QR code para acessar

Basta apontar a câmera do seu celular para a imagem acima.

ESTADÃO

INÊS249

Eleição de julho

Diplomata discreto é última cartada para pôr fim à ditadura na Venezuela

Edmundo González Urrutia, de 74 anos, substituto de María Corina Machado, é o escolhido da oposição para derrotar Maduro e encerrar duas décadas de chavismo

CAROLINA MARINS

Depois de a ditadura de Nicolás Maduro proibir a candidatura de María Corina Machado e de Corina Yoris, a chapa opositora definiu o diplomata Edmundo González Urrutia como candidato na eleição de 28 de julho. Até então desconhecido, ele se tornou a última carta-da para encerrar duas décadas de chavismo.

Seu nome não era nem de longe a primeira opção da Plataforma Unitária Democrática (PUD), aliança que reúne vários partidos de oposição sob a liderança de María Corina. A escolha foi uma surpresa para o próprio Urrutia. "Nunca pensei estar nesta posição", admitiu o candidato, em entrevista à France-Presse.

Sua candidatura surgiu ao acaso, apenas para garantir que a PUD tivesse lugar na cédula. A aliança havia definido que Yoris substituiria María Corina, mas o sistema não permitiu o registro da filósofa como candidata – sem que houvesse qualquer explicação.

Diante da janela que se fechava, surgiu Urrutia. A intenção era substituí-lo mais adiante, mas as chances de um novo nome também ser barrado consolidou sua candidatura. "Quando me propuseram isso, eu disse que, se a designação fosse unânime, era um compromisso que eu aceitaria. E assim foi", afirmou.

"A candidatura de Urrutia mostra como o governo reduz a competitividade eleitoral à sua mínima expressão", explica Xavier Rodríguez-Franco, cientista político e apresentador do podcast *Mirada Semanal*. "A oposição não teve nenhuma outra opção."

IVAN REYES/AP - 24/4/2024

Edmundo González Urrutia: aposta da oposição, diplomata moderado faz aceno ao chavismo em busca de uma reconciliação nacional

> ***"Urrutia esteve à margem da política e isso contribui para reduzir o nível de desconfiança. Porque, após tantos fracassos, as pessoas foram se distanciando dos partidos tradicionais de oposição"***
> **Xavier Rodríguez-Franco**
> **Cientista político e apresentador do podcast 'Mirada Semanal'**

BIOGRAFIA. Urrutia tem 74 anos e é diplomata de carreira, formado pela Universidade Central da Venezuela (UCV). Em 1981, fez mestrado em relações internacionais pela American University, de Washington. Foi embaixador na Argélia, entre 1991 e 1993, e na Argentina, de 1998 a 2002.

Ocupou cargos na chancelaria, entre 1994 e 1998, e dirigiu o comitê de planejamento estratégico do Ministério das Relações Exteriores. "Urrutia atuou em cinco governos, incluindo o de Hugo Chávez. Essa formação faz dele um moderado", disse o analista político Francisco Alfaro Pareja.

Antes de se tornar candidato, Urrutia não tinha fotos na internet e mal utilizava as redes sociais. Agora, corre contra o tempo para dar entrevistas e popularizar seu nome. Ser um desconhecido, no entanto, apesar do desafio, é também seu maior ativo. "Ele sempre esteve muito nas sombras", disse Rodríguez-Franco.

A discrição joga a favor, já que desperta pouca rejeição. O maior desafio da oposição era justamente definir um nome que reunisse tanto apoio quanto María Corina, mas sem o passivo dos nomes famosos da oposição. "Urrutia esteve à margem da política e isso contribui para reduzir o nível de desconfiança. Porque, após tantos fracassos, as pessoas foram se distanciando dos partidos tradicionais de oposição", afirma Rodríguez-Franco.

Outro risco era de o nome cair em uma "malha fina" de entraves do chavismo, o que parece menos provável com um diplomata sem histórico político e enrosco na Justiça. Porém, não impossível, já que Corina Yoris também atendia aos mesmos requisitos.

CONSENSO. O nome do diplomata também serviu para finalmente chegar a um consenso na oposição, que historicamente é fragmentada e desconfiada de si mesma. Um consenso que, talvez, nem o chavismo esperava. "A chave é a unidade. Dizem que o candidato não é Edmundo González Urrutia, mas sim a unidade", aponta Alfaro Pareja.

Não à toa, em suas primeiras entrevistas, ele faz questão de dizer que a líder da oposição continua sendo María Corina. "Urrutia atrai apoio tanto de setores mais radicais da oposição, ligados a María Corina, quanto de grupos moderados", afirma Alfaro Pareja.

> **Reconciliação**
> **O discurso de Urrutia beira a anistia, que seria a única forma de convencer Maduro a entregar o poder**

Entre as razões para o chavismo manter Urrutia como candidato estaria o efeito surpresa, segundo o analista. Chamado de "candidato tampão", ele deveria ser substituído até 22 de abril, quando terminava o prazo para confirmação das candidaturas. Todos esperavam uma mudança, que não aconteceu. "Para o governo, nunca existiu a possibilidade de que ele acabasse sendo o candidato de fato. Isso torna mais difícil inventar qualquer desculpa para rejeitá-lo."

Mas ninguém descarta que Maduro ainda utilize algum artifício legal para invalidar a candidatura de Urrutia. "Sua nomeação provocou comoção dentro do chavismo, porque pesquisas mostram que as pessoas estão mais dispostas a votar em alguém desconhecido do que em Maduro", afirma Rodríguez-Franco.

Em suas entrevistas, Urrutia tem falado em "reconciliação" e tentado entrar em contato tanto com a oposição que ainda não o conhece quanto com pessoas próximas do governo. O termo reconciliação era mais difícil de se esperar vindo de María Corina, vista como inimiga mortal do regime.

O discurso de Urrutia traz uma linguagem que beira a anistia, que pode não agradar muitos setores perseguidos da sociedade venezuelana, mas é vista como a única forma de convencer o chavismo a entregar o poder em caso de derrota.

"A mensagem que Urrutia tem dado é de aproximação com o governo, de diálogo com as Forças Armadas e de reconciliação nacional", disse Alfaro Pareja. "É uma oportunidade importante de saída para o governo, que poderia se afastar temporariamente para retornar em algum momento mais tarde." ● COM AFP

INÊS249

Conflito em Gaza

Polícia reprime ato na Sorbonne contra a guerra

Nos EUA, estudantes desafiam ultimato para desmontar acampamento na Universidade Columbia, em NY

PARIS

Poucos dias depois de estudantes ocuparem o Instituto de Estudos Políticos (Sciences Po Paris), a polícia francesa voltou a reprimir atos pró-Palestina. Ontem, as forças de segurança invadiram a Universidade de Sorbonne, em Paris, para expulsar 50 ativistas que queriam montar acampamento dentro do edifício.

Segundo um comunicado da polícia, dezenas de estudantes reuniram-se no interior e fora do câmpus para o protesto. O comando das forças de segurança descreveu a operação como rápida, realizada com calma e sem incidentes. São raras as intervenções policiais na Sorbonne, um local simbólico de revoltas estudantis.

REPRESSÃO. Em um comunicado, a universidade afirmou que não era "mais possível entrar" nos edifícios da Sorbonne, que foram fechados "por decisão da reitoria". Os exames também foram cancelados. O gabinete do primeiro-ministro francês, Gabriel Attal, afirmou que ele "pediu que a Sorbonne fosse esvaziada rapidamente", como ele havia solicitado "no caso da Sciences Po, na sexta-feira".

O objetivo do governo francês é tentar desativar o mais rapidamente possível as mobilizações estudantis contra a guerra em Gaza para evitar um cenário como nos EUA, onde acampamentos e manifestações em mais de 11 Estados americanos provocaram confrontos com a polícia, que detetve mais de mil estudantes.

CHRISTOPHE ENA/AP

Polícia na Sorbonne: corrida para evitar que protestos se espalhem

COLUMBIA. Estudantes americanos desafiaram o ultimato da Universidade Columbia, de Nova York, para acabar com o acampamento pró-palestinos no câmpus ou enfrentar uma suspensão imediata. Ao fim do prazo, encerrado na tarde de ontem, às 14 horas (15 horas em Brasília), a manifestação continuava com cerca de 300 pessoas e 120 tendas montadas.

Os estudantes exigem que a universidade retire os fundos de investimento e a cooperação com empresas que lucram com a ação militar de Israel em Gaza. Após o impasse nas negociações com os líderes do movimento, Columbia pediu aos estudantes que desocupassem o câmpus voluntariamente.

"O atual acampamento não autorizado e a perturbação no câmpus da Universidade Columbia estão criando um ambiente pouco acolhedor para os membros da nossa comunidade", dizia o aviso. "Por favor, reúnam imediatamente seus pertences e deixem o acampamento."

Aqueles que saíssem dentro do prazo e assinassem um documento se comprometendo em obedecer as normas da instituição e não violar nenhuma regra até o fim do próximo ano letivo poderiam terminar o semestre sem encarar punições pela participação no acampamento. O informe alertava ainda que, caso contrário, os estudantes seriam suspensos e perderiam o acesso ao câmpus.

AMEAÇA. Ainda não está claro como a universidade pretende garantir que o acampamento seja desmontado antes das cerimônias de graduação, que começam no dia 15. A reitora de Columbia, Nemat Shafik, descartou acionar a polícia novamente. "Pedimos à polícia de Nova York que liberasse um acampamento uma vez", escreveu Nemat, em nota. "Trazer de volta a polícia seria contraproducente."

A ameaça surtiu um efeito parcial. No início da noite, a reitoria anunciou que havia começado a suspensão dos estudantes. Muitos deixaram o acampamento, sem qualquer intervenção da polícia. Apenas algumas dezenas de estudantes restaram em cerca de 80 barracas, de acordo com o *New York Times*. ● NYT e AP

START

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NO AR

Hub multiplataforma amplifica conteúdos de transformação digital que impactam nos negócios e na sociedade

Entrevistas com **grandes especialistas**

Análises e novidades do setor

Apresentado por:

Daniel Gonzales
Jornalista

Foto: Daniel Teixeira/Estadão

Acesse e conheça:

Realização:

Criação:

Patrocínio:

INÊS249

Libertação dos reféns

Israel cede em negociações por cessar-fogo com Hamas

RIAD

Israel reduziu o número de reféns que deseja que o Hamas liberte na primeira fase de negociações de uma nova trégua em Gaza, segundo autoridades israelenses, aumentando a esperança de um cessar-fogo. Enquanto isso, os EUA pressionam o Hamas a aceitar os termos da trégua, que não inclui uma pausa permanente.

Por meses, Israel exigiu que o Hamas libertasse pelo menos 40 reféns – mulheres, idosos e os que estão gravemente doentes – para garantir uma nova trégua. Agora, o governo israelense está disposto a se contentar com apenas 33, de acordo com as autoridades, que falaram sob condição de anonimato. A mudança seria em parte pelo fato de Israel acreditar que alguns dos 40 tenham morrido em cativeiro.

Com isso, aumentou o otimismo que os dois lados possam selar a primeira trégua desde o cessar-fogo de novembro, quando o Hamas libertou 105 reféns em troca de 240 prisioneiros palestinos. Um alto funcionário do Hamas, Izzat al-Rishq, disse ontem que o grupo estava estudando a nova proposta israelense, mas não deu detalhes.

O Hamas e seus aliados capturaram cerca de 240 israelenses e estrangeiros no ataque de 7 de outubro, o que levou Israel a declarar a guerra em Gaza. Acredita-se que mais de 130 reféns ainda estejam em cativeiro – alguns supõem-se que tenham morrido.

As negociações mediadas pelo Egito e pelo Catar estão paralisadas há meses devido a desacordos sobre o número de reféns e prisioneiros que deveriam ser trocados. Outro obstáculo seria a permissão de Israel para que civis retornem às suas casas no norte de Gaza – e quantos poderiam fazê-lo.

A duração de um cessar-fogo é outro ponto de discórdia. O Hamas quer que seja permanente, enquanto Israel deseja outra pausa temporária, para que ainda possa enviar tropas para Rafah, a última grande cidade de Gaza sob controle do Hamas. Membros de extrema direita da coalizão governista de Israel ameaçaram derrubar o governo do primeiro-ministro, Binyamin Netanyahu, se a guerra terminar sem a derrota total do grupo terrorista.

BLINKEN. O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, viajou ontem pela sétima vez ao Oriente Médio, desde o início da guerra, para aumentar a pressão sobre Israel e Hamas por um cessar-fogo. No Fórum Econômico Mundial em Riad, na Arábia Saudita, Blinken disse que Israel fez uma oferta "extraordinariamente generosa" e apenas o Hamas estava no caminho de um acordo.

Risco político

Extrema direita ameaça derrubar governo de Israel se a guerra acabar sem a derrota total do Hamas

"A maneira mais rápida de acabar com isso é chegar a um cessar-fogo e a libertação de reféns", disse. "O Hamas tem diante de si uma proposta extraordinariamente generosa por parte de Israel. Estou esperançoso de que eles tomarão a decisão certa e podemos ter uma mudança fundamental na dinâmica." ● AP, NYT e AFP

LEILÃO ONLINE DE MATERIAIS
22/05 ONLINE 15H00
DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO DE ABATE BOVINOS/OVINOS, DESOSSA, EMBALAGEM E OUTROS
EQUIPAMENTOS DE ABATE BOVINO
Box de atordoamento, Alicate hidráulico de patas, Chute de pata, Elevadores hidráulico troca de patas / descedor de pialo, Lavatório de cabeças, Mesa do deslocador de mandíbula / cabeça, Nórias, esteiras, Plataformas fixas / pneumáticas / elevatória, lavatórios mãos / cabeça, Lavador de aventais / botas, esterilizadores
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES!
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Flávio Cunha Sodre Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Uruguai

Mujica revela ter câncer no esôfago

O ex-presidente do Uruguai, José Mujica, de 88 anos, anunciou ontem que está com um tumor no esôfago, descoberto após um check-up de rotina. Segundo ele, o "órgão está muito comprometido". "Quero transmitir às meninas e aos meninos que a vida é bela, mas se desgasta", disse o ex-presidente uruguaio. ●

AFP

Escócia

Premiê renuncia após partido perder maioria

O premiê da Escócia, Humza Yousaf, renunciou ontem, desencadeando uma corrida do Partido Nacional Escocês (SNP) para evitar eleições antecipadas. Yousaf, o primeiro muçulmano a ocupar o cargo, caiu após expulsar o Partido Verde da coligação por diferenças sobre os objetivos das mudanças climáticas, perdendo a maioria no Parlamento. ●

INÊS249

COM ANTÔNIO PENTEADO MENDONÇA
PODCAST
NO RITMO DA VIDA
SÉRIE QUE TRATA DE DIFERENTES ASPECTOS DO COTIDIANO, COM TEMAS QUE BUSCAM MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E AS EXPECTATIVAS DAS PESSOAS
Realização:
ESTADÃO
Criação:
ESTADÃO BLUE STUDIO
Apoio:
ELDORADO FM 107,3
Oferecimento:
CNseg
Confederação Nacional das Seguradoras
EPISÓDIOS INÉDITOS TODA SEMANA, SEMPRE ÀS TERÇAS-FEIRAS NAS PLATAFORMAS DE PODCAST

INÊS249

(IN)**SEGURANÇA PÚBLICA:** GESTÃO E RECURSOS

Governo federal planeja usar a PRF para fiscalizar ferrovias e hidrovias

Ministério da Justiça prepara uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para reformular responsabilidades na segurança pública e regulamentar o 'SUS' do setor

PAULA FERREIRA
BRASÍLIA

O governo federal quer usar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública para fortalecer e ampliar o escopo de atuação da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Polícia Penal Federal. O modelo vem sendo acompanhado de perto pelo próprio ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, que vê na PEC uma ferramenta para corrigir os problemas na área.

Segundo o **Estadão** apurou, uma das ideias em análise é incluir na PEC prerrogativa para que a PRF atue também em ferrovias e hidrovias, adquirindo maior força ostensiva. A visão é de que isso incrementaria ações de inteligência, que se complementariam com a ação mais ostensiva da PRF, aumentando a tração da União no combate ao crime organizado.

Atualmente, a Marinha faz o patrulhamento fluvial em regiões de fronteira. No caso das ferrovias, a Constituição prevê a Polícia Ferroviária Federal, mas a corporação está praticamente extinta. Conforme o estudo Raio X das Polícias, publicado em fevereiro pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a polícia ferroviária, embora tenha previsão constitucional, nunca chegou a ser formalmente instituída, já que o Ministério da Justiça não criou estrutura de cargos e salários para a função. A carreira aguarda até hoje um departamento específico, a exemplo do que foi feito com a PRF.

GESTÃO ANTERIOR. Na gestão Jair Bolsonaro (PL), a PRF ganhou espaço em operações contra o crime, mas episódios de letalidade – sobretudo a morte de Genivaldo Santos em 2022, que morreu asfixiado em uma viatura – colocaram a atuação dessa corporação em xeque.

O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes chegou a dizer que a existência da polícia rodoviária deveria ser "repensada" após outro episódio violento, a morte de uma garota de 3 anos baleada por agentes em setembro, na Baixada Fluminense.

Para essa nova mudança, há uma minuta inicial do texto da PEC, mas a proposta será amadurecida internamente e pode mudar. Ainda não há prazo para que o rascunho seja apresentado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A segurança pública é uma das áreas de pior avaliação do governo Lula. Pesquisa Ipec divulgada na semana passada mostrou que 42% dos brasileiros reprovam a gestão federal na área. No setor, a proposta tem sido vista como uma estratégia do ministro para dividir a fatura do fracasso na segurança com outros atores políticos. De modo que passe a mensagem de que está se movimentando para solucionar o problema, mas há outras questões envolvidas.

AÇÃO CONJUNTA. O ministro defende que a Constituição seja modificada para que a União tenha mais poderes, com planejamento nacional de caráter compulsório para os outros órgãos de segurança. Ele argumenta ainda que a segurança pública é muito "compartimentalizada" no que diz respeito a atribuições da União, dos Estados e municípios.

Em palestra fechada no Instituto de Advogados de São Paulo (Iaps) no dia 21, Lewandowski defendeu a alteração na Constituição. Ele diz que, apesar da instituição do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) em junho de 2018, em um país federativo a União tem competências limitadas para vincular a ação de Estados e municípios.

Nesse sentido, defende que a PEC permita que o governo federal elabore plano nacional de segurança. Mas garantindo que os entes federados definam estratégias relacionadas a peculiaridades locais.

"Na verdade, esse Susp foi concebido à imagem e semelhança do SUS (*Sistema Único de Saúde*). Só que o SUS está na Constituição, é uma rede hierarquizada, que tem uma distribuição nacional de médicos, enfermeiras, profissionais de saúde. E conta com recursos próprios vinculantes", disse Lewandowski no almoço com advogados.

O ministro defende a perspectiva de que a constitucionalização do modelo também poderia inserir uma reserva de recursos para a área. O Susp, chamado de "SUS da Segurança", foi sancionado em 2018, mas até o momento não saiu do papel. A legislação determina que haja colaboração, estratégias integradas, compartilhamento de dados e de estruturas entre os entes da federação. Na prática, no entanto, o que se vê são operações pontuais realizadas de forma integrada e não coordenação perene que direcione os órgãos policiais no combate ao crime.

"Se saúde e educação, juntamente com segurança pública, são os problemas que mais afligem o cidadão brasileiro, talvez seja o momento de constitucionalizarmos também o Susp, dando-lhe verba própria para que possa cumprir suas finalidades. Verba essa não para a União, mas que seja distribuída ao longo de todo sistema, que inclui desde a Polícia Federal até as guardas municipais", afirmou. ●

O que está em jogo

13 mil agentes,
é o número atual de policiais rodoviários federais, praticamente o mesmo efetivo de policiais federais.

11 mil
policiais militares existem no Estado do Maranhão, que está entre os que têm efetivo inferior ao da corporação federal. O mesmo ocorre com Santa Catarina, que tem 9,9 mil PMs.

R$ 12,2 mil
É o piso desde dezembro para um PRF. O teto chega a R$ 23 mil

625
novos agentes federais rodoviários foram nomeados no último ano da gestão Jair Bolsonaro, exatamente o mesmo número de novos policiais federais

R$ 4 bilhões
em recursos federais para segurança pública estariam empoçados nos Estados, conforme balanço de março do Ministério da Justiça. A avaliação é de os Estados têm tido dificuldade de executar os recursos por motivos variáveis, incluindo falta de projetos.

O Susp ao centro
Versão da segurança do SUS, avaliação é que faltam recursos e iniciativas para poder tirá-lo do papel

Políticos são céticos, enquanto especialistas veem pontos positivos

Por ora, o tema não foi discutido com a presidência da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara. O presidente da comissão, deputado Alberto Fraga (PL-DF), afirma que está à disposição de Lewandowski. "Se for para proporcionar uma segurança pública de qualidade, não tem nenhum problema. Eu até ajudo. Acho que não precisaria de uma PEC, eu aplicaria o Susp", ponderou.

Em entrevista ao canal Globo News, o secretário nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, disse que a pasta discutirá o tema com governadores. O de Goiás, Ronaldo Caiado (União), opositor ao governo, vê uma proposta vaga. Ao **Estadão**, ele disse que o governo não precisa de uma PEC para pôr em prática diretrizes importantes de segurança.

"O que estamos precisando não é o governo federal querer achar que vai traçar diretrizes sem que conheça a realidade de cada Estado. Minha realidade é uma, a do Mato Grosso é outra. Na Amazônia, é outra. Para que as diretrizes sejam apresentadas, não precisa de PEC", afirma Caiado. "O que faz falta para mim? Helicóptero, um satélite para ter informações de que preciso, ter drones, um sistema de inteligência da mais qualificada."

ESPECIALISTAS. Professora do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF), Jacqueline Muniz explica que, para dar certo, uma mudança na Constituição deve ser profunda. Ela aponta a necessidade de rever o artigo 144, que estabelece atribuições de União e Estados. "O modelo atual possibilita intencionalmente as 'carteiradas' entre as polícias e a 'bateção de cabeça'." Segundo ela, deixar os papéis claros é importante para definir o perfil de cada polícia e facilitar uma articulação.

Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio Lima diz que a legislação atual já permite espaço para que o governo federal atue na articulação das forças de segurança. "A ideia de uma PEC que reforce o caráter de coordenação federativa do Susp é positiva, mas já existe espaço para inovações na segurança que passam pela ideia de pactuar regras comuns e padrões operacionais. As leis orgânicas das Polícias Civis e Militares, por exemplo, podem ser um bom ponto de partida para definir critérios de alocação de efetivos ou mecanismos de cooperação." ●

Exemplo a seguir
Presidente do Fórum sugere usar leis orgânicas das polícias como ponto de partida de reformulação

INÊS249

Clima

Onda de calor afeta 372 cidades de SP e põe a capital em estado de atenção

Bloqueio atmosférico inibe a passagem de frentes frias e dificulta a formação de nuvens que provocam chuva significativa

GONÇALO JUNIOR
RENATA OKUMURA

Uma onda de calor atinge cidades de ao menos seis Estados brasileiros e motiva um alerta de perigo pelo menos até amanhã. De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a faixa de risco engloba parte de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, além de todo o Mato Grosso do Sul.

De acordo com o Inmet, 372 das 645 cidades paulistas estão na área afetada pela onda de calor fora de época, que inclui máximas passando dos 40°C em alguns locais. O interior de São Paulo está entre as regiões nas quais o calor deve ser mais intenso. Apesar do pico amanhã, as temperaturas devem permanecer elevadas durante toda a semana, segundo a empresa MetSul, com máximas em torno de 35°C.

"O calor neste fim de abril e início de maio fugirá muito ao normal. É uma situação extraordinária do ponto de vista climatológico, uma vez que temperaturas neste patamar previsto desviam absurdamente das normais históricas. As máximas devem ficar perto e podem mesmo alcançar 40°C em algumas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro", afirma a meteorologista Estael Sias, da MetSul.

"É importante ressaltar que, nesta época do ano, o calor costuma ser menos intenso por causa da menor incidência de radiação solar e de dias mais curtos. No entanto, essa onda de calor desta semana está trazendo temperaturas típicas de verão para o outono brasileiro, desafiando as expectativas climatológicas usuais para o mês de maio", afirma também a empresa Climatempo, em sua avaliação do cenário atual.

SÃO PAULO. Na capital paulista, os termômetros podem ficar com máximas entre 31°C e 33°C em algumas tardes desta semana. Hoje, por exemplo, as condições do tempo permanecem muito semelhantes ao que se viu no fim de semana e ontem: céu com poucas nuvens e predomínio de sol, com temperatura máxima em torno dos 32°C nas horas mais quentes do dia. Destaque para a madrugada, que ainda terá termômetros na casa dos 21°C.

A Defesa Civil do Município mantém toda a cidade em estado de atenção para altas temperaturas. "Nos próximos dias, o tempo segue seco e ensolarado, com temperaturas elevadas para esta época do ano e índices de umidade atingindo valores em torno dos 30% durante as tardes", destaca o órgão municipal. Segundo a empresa meteoblue, as máximas na capital ainda aumentam durante a semana, chegando a 32°C na sexta.

Totalmente atípico
'É uma situação extraordinária do ponto de vista climatológico', afirma meteorologista

O QUE ESTÁ ACONTECENDO? De acordo com o Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas da Prefeitura de São Paulo (CGE), existe um sistema de alta pressão atuante sobre o continente, o que deu origem a um bloqueio atmosférico que inibe a passagem de frentes frias e dificulta a formação de nuvens que provocam chuva significativa. Desta forma, a expectativa é de que este mês também termine com precipitação muito abaixo do que era esperado. ●

Cuidados e informações

● As zonas do Estado de São Paulo com alerta de perigo
São José do Rio Preto
Presidente Prudente
Bauru
Ribeirão Preto
Araçatuba
Marília
Araraquara
Piracicaba
Assis

● Fique atento aos principais cuidados
Beba bastante líquido;
Atividades físicas não são recomendadas;
Evite exposição ao sol nas horas mais quentes do dia;
Use hidratante para pele e umidifique o ambiente;
Se necessário, acione a Defesa Civil (telefone 199) e o Corpo de Bombeiros (telefone 193).

● Efeito El Niño?
Os especialistas observam que o quadro atual é atípico, enquanto o fenômeno de aquecimento da água do oceano é sazonal. Mas podem existir ligações. No fim da semana passada, o Inmet lançou o balanço do El Niño no País em 2023 e no primeiro trimestre deste ano. No quesito temperatura, elas ficaram acima da média em grande parte do País, sobretudo no Nordeste.

Customer Experience e o encantamento do cliente de serviços

A 9ª edição do ranking está no ar com foco nos serviços que melhor encantam os consumidores em 33 categorias

LEIA TAMBÉM:
- O que é uma experiência excelente para o cliente de serviços?
- IA acelera a entrega mais humanizada e personalizada
- Omnicanalidade facilita a resolução de problemas e comunicação empática

Confira o ranking completo. Acesse

Realização: ESTADÃO
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Parceria: HSR Specialist Researchers
Patrocínio: extra MERCADO, Ipiranga, Pão de Açúcar, SEM PARAR, vivo

INÊS249

Ambiente

S. Sebastião aposta em cogestão de unidades ecológicas

O objetivo é construir cinturão verde para ampliar a resiliência do município a eventos climáticos extremos, evitando ocupações

A prefeitura de São Sebastião, litoral norte de São Paulo, e o Instituto Conservação Costeira (ICC) lançaram neste mês o pacote "São Sebastião Resiliente", que inclui a criação de quatro unidades de conservação (UCs) em um modelo de cogestão público-privada. O objetivo é construir um cinturão verde para ampliar a resiliência do município a eventos climáticos extremos, evitando ocupações em áreas de risco.

A iniciativa ainda prevê a restauração de cerca de 600 hectares de áreas degradadas, além de atividades de educação ambiental e de ecoturismo. As UCs devem seguir o modelo da Área de Proteção Ambiental (APA) Barra do Sahy, criada em 2013 sob a pressão de 7 mil assinaturas da sociedade civil. A área de 4 km² contorna as três comunidades que estiveram no epicentro da tragédia de fevereiro de 2023, quando 64 pessoas morreram após uma chuva de 700 milímetros.

"Todas as áreas ao redor foram devastadas, enquanto na APA não caiu uma só árvore", observa a diretora executiva do ICC, Fernanda Carbonelli. Segundo ela, se não fosse pela unidade de conservação, o número de mortes teria sido maior, já que mais áreas de risco teriam sido ocupadas.

"A prefeitura viu na criação de UCs uma solução simples", afirma ela. Em 2018, o ICC doou ao poder público municipal um mapeamento das áreas de risco, incluindo aquelas onde a tragédia de fevereiro aconteceu, mas nenhuma ação consistente foi tomada.

"Foram necessários dez anos de cogestão da APA e uma tragédia de grandes proporções para o poder público agir", lamenta Fernanda. "Precisamos aproveitar a mobilização atual para focar na prevenção e parar de enxugar gelo." A estimativa é de que a APA Barra do Sahy tenha impedido a construção de novas casas e empreendimentos em 70% de sua área, mantendo a vegetação intacta nessa parcela.

O modelo a ser adotado
A Área de Proteção (APA) Barra do Sahy, criada em 2013 sob a pressão de 7 mil assinaturas da sociedade

DETALHES. As novas Unidades de Conservação Barra do Una, Juquehy, Enseada e Pitangueiras/Barequeçaba devem abarcar cerca de 10 km². O plano é que a área forme um grande cinturão verde ao se conectar com porções do Parque Estadual da Serra do Mar, que abrange 70% dos 402 mil km² do município.

Outras 12 áreas vulneráveis a ocupações e desastres ambientais e que poderiam se tornar UCs foram identificadas no mapeamento aéreo feito pelo ICC a pedido da prefeitura, após o desastre. Se isso acontecesse, mais 6 km² seriam acrescentados ao cinturão verde.

Mas a prefeitura não tem a intenção de transformar os locais em unidades de conservação. "São áreas degradadas pós-catástrofe, onde devemos fazer recuperação, tirando espécies invasoras e plantando vegetação nativa", diz o secretário do Meio Ambiente, Flávio Queiroz. ● MARTINA MEDINA

Ideia é bancar iniciativa com royalties do petróleo

Para as novas UCs, a perspectiva do instituto é de que a prefeitura assuma parte do custo por meio de um fundo que usaria os royalties da exploração do petróleo. Em 2023, eles renderam mais de R$ 1 bilhão ao município, que abriga o oleoduto da maior unidade da Transpetro. Parte desse valor vai para a reconstrução da cidade.

Além de finalizar o levantamento georreferenciado das áreas a serem transformadas em UCs e daquelas que serão restauradas, o pacote ainda depende da redação de um projeto de lei a ser enviado à Câmara Municipal. Especialistas e pessoas envolvidas na iniciativa, cujo anúncio acontece em ano eleitoral, temem que os trâmites possam se estender para além de outubro, colocando em risco a continuidade do projeto nas próximas gestões.

Segundo Queiroz, a gestão atual deve priorizar a aprovação da lei e efetivar a criação de duas UCs ainda neste ano. As unidades Juquehy e Enseada são as mais adiantadas, com cerca de 70% do processo de desapropriação finalizado. "Em um prazo de 60 a 90 dias devemos ter uma dessas unidades liberadas", afirma. Uma vez classificada como unidade de conservação, a área não pode perder o status e sua proteção se torna obrigatória. ●

INÊS249

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital

Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 29/04

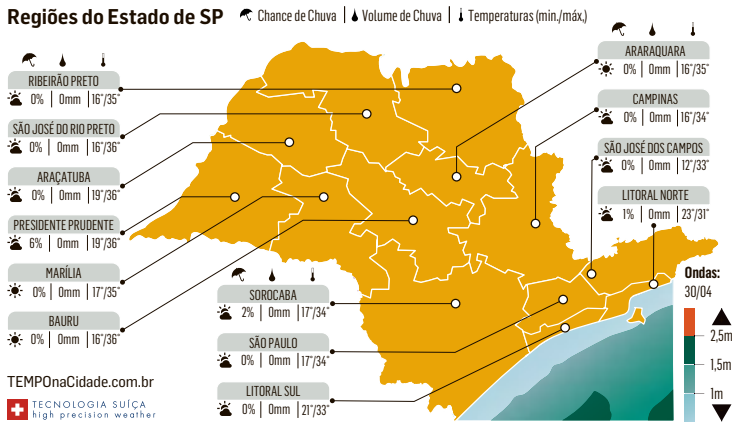
HOJE: MANHÃ	HOJE: TARDE	HOJE: NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA	AMANHÃ	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
0% 25°	0% 30°	0% 24°	0MM	35 a 100%	20°/31°	20°/32°	22°/32°	20°/33°

SOL — NASCENTE: 6h25 POENTE: 17h41

LUA: **CHEIA**

CHEIA	23/04	20h48
MINGUANTE	01/05	08h27
NOVA	08/05	00h21
CRESCENTE	15/04	16h13

Regiões do Estado de SP — Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (min./máx.)



TEMPOnaCidade.com.br
TECNOLOGIA SUÍÇA high precision weather

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	70%	11mm	25°C/29°C
BELÉM	80%	11mm	25°C/31°C
BELO HORIZONTE	0%	0mm	19°C/28°C
BOA VISTA	60%	30mm	25°C/32°C
BRASÍLIA	10%	0mm	19°C/28°C
CAMPO GRANDE	5%	0mm	24°C/32°C
CUIABÁ	5%	0mm	26°C/35°C
CURITIBA	0%	0mm	18°C/28°C
FLORIANÓPOLIS	0%	0mm	23°C/28°C
FORTALEZA	65%	9mm	26°C/29°C
GOIÂNIA	0%	0mm	20°C/32°C
JOÃO PESSOA	0%	0mm	25°C/31°C
MACAPÁ	60%	8mm	26°C/32°C

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	40%	2mm	25°C/30°C
MANAUS	55%	5mm	26°C/32°C
NATAL	60%	19mm	26°C/28°C
PALMAS	0%	0mm	20°C/33°C
PORTO ALEGRE	100%	37mm	22°C/26°C
PORTO VELHO	45%	1mm	26°C/32°C
RECIFE	10%	0mm	26°C/30°C
RIO BRANCO	35%	3mm	25°C/33°C
RIO DE JANEIRO	0%	0mm	23°C/28°C
SALVADOR	65%	6mm	25°C/29°C
SÃO LUÍS	65%	18mm	25°C/29°C
TERESINA	55%	14mm	25°C/30°C
VITÓRIA	10%	0mm	23°C/28°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	27°C/33°C
ATENAS	+6h	15°C/21°C
BARCELONA	+5h	15°C/16°C
BERLIM	+5h	15°C/23°C
BRUXELAS	+5h	8°C/17°C
BUENOS AIRES	0h	17°C/19°C
CARACAS	-1h	22°C/29°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	17°C/27°C
ESTOCOLMO	+5h	1°C/6°C
GENEBRA	+5h	5°C/12°C
JOANESBURGO	+5h	15°C/23°C
LIMA	-2h	20°C/23°C
LISBOA	+4h	12°C/17°C
LONDRES	+4h	8°C/17°C

	FUSO	MÍN./MÁX.
LOS ANGELES	-4h	13°C/20°C
MADRID	+5h	10°C/17°C
MIAMI	-1h	23°C/25°C
MONTEVIDÉU	0h	16°C/20°C
MOSCOU	+6h	11°C/19°C
NOVA YORK	-1h	13°C/16°C
PARIS	+5h	8°C/16°C
ROMA	+5h	10°C/18°C
SANTIAGO	0h	6°C/17°C
SYDNEY	+14h	15°C/20°C
TEL-AVIV	+6h	20°C/22°C
TÓQUIO	+12h	17°C/22°C
TORONTO	-1h	8°C/12°C
WASHINGTON	-1h	20°C/30°C

Vigilância sanitária

Capital paulista registra epidemia de dengue em todos os seus 96 distritos

Jardim Paulista e Moema, antes sem nível epidêmico, agora têm, respectivamente, 329 e 304,1 casos a cada 100 mil habitantes

VICTÓRIA RIBEIRO

Todos os distritos da cidade de São Paulo enfrentam epidemia de dengue, de acordo com o boletim epidemiológico divulgado ontem pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS). É considerado epidemia sempre que uma doença tem taxa de incidência superior a 300 casos por 100 mil habitantes.

Até o boletim epidemiológico divulgado na segunda-feira anterior, somente dois dos 96 distritos da capital paulista ainda não haviam atingido o nível epidêmico: Jardim Paulista e Moema. Agora, ambos os distritos também se encontram nessa condição, com incidências de 329,0 e 304,1, respectivamente.

Os dois continuam sendo os distritos paulistanos com menor incidência de dengue, seguidos de Saúde (366,2), Vila Mariana (373,8) e República (395,5). Já o ranking de distritos com maior incidência da doença é liderado por Jaguara (10.598,1), seguido de São Miguel (7.039,2), São Domingos (4.569,6), Itaquera (4.561,4) e Guaianases (4.156,7).

De acordo com o Painel de Arboviroses, atualizado até esta segunda-feira, às 15h43, a cidade de São Paulo havia registrado 275.842 casos confirmados de dengue. A incidência geral é de 2.408,8 casos por 100 mil habitantes.

ÓBITOS. Com relação aos óbitos em decorrência de dengue, o Município apresenta 67 confirmados. Além disso, 261 mortes estão em investigação.

Líder em incidência
O distrito de SP com maior nível epidêmico é Jaguara, com mais de 10,5 mil casos por 100 mil habitantes

Ao **Estadão**, a SMS afirmou que intensificou as ações de combate ao mosquito da dengue, de domingo a domingo, e aumentou em seis vezes o número de agentes nas ruas, que passou de 2 mil para 12 mil. "Somente neste ano, foram realizadas mais de 5,3 milhões de ações de combate ao *Aedes aegypti* na capital, como visitas casa a casa, vistorias a imóveis, ações de bloqueio de criadouros e nebulizações", destacou a SMS por meio de nota.

A secretaria ressalta a importância da vacinação, disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) para crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos. As doses estão sendo aplicadas nas 471 unidades básicas de saúde (UBSs), de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e de segunda a sábado, nas AMAs/UBSs integradas, no mesmo horário.

Para receber a vacina, a criança precisa estar acompanhada de um responsável, portando documento de identidade, cartão de vacina e comprovante de residência ou escolar.

FAIXA ETÁRIA. No dia 17 deste mês, o Ministério da Saúde recomendou que Estados e municípios ampliassem o público-alvo da vacina contra dengue, caso tivessem doses a vencer até esta terça, 30 de abril – o que, segundo a administração municipal, não é o caso da capital paulista. A indicação do ministério era que, caso houvesse risco de perda de vacina, as redes poderiam aplicar doses em pessoas de 6 a 16 anos de idade.

Segundo a nota técnica, caso a ampliação ainda não fosse suficiente para dar conta do estoque de vacinas a vencer, os municípios poderiam vacinar pessoas de 4 a 59 anos, faixa etária prevista na bula da vacina. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor reclama de água acumulada em esquina

Reclamação de Fernando Oliveira: "Gostaria de relatar que na esquina da Avenidas Santo Amaro e Rouxinol, em Moema, zona sul da cidade, está acumulando muita água. Todos os dias, observo que há água parada neste trecho localizado entre as duas avenidas. Peço ajuda para que as autoridades resolvam o quanto antes este problema."

Resposta da subprefeitura: "A Subprefeitura da Vila Mariana informa que enviou uma equipe ao local e verificou que havia uma obstrução em um dos ramais de águas pluviais. O trecho foi prontamente desentupido com a máquina de hidrojato. Os munícipes têm à disposição um canal aberto para abrir solicitações. Isso pode ser feito por meio do Portal 156, acessível no site, no aplicativo SP 156 ou pela central de atendimento telefônico no número 156. Pode ser solicitada a limpeza e desobstrução manual e automatizada de bueiros, bocas de lobo e bocas de leão. Bueiro ou boca de lobo é a vala que fica geralmente ao longo das vias pavimentadas, para onde escoam as águas da chuva drenadas pelas sarjetas com destino às galerias pluviais. Boca de leão é uma espécie de grelha que capta águas e direciona para as galerias pluviais." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Palacio das Industrias

Foi inaugurado hontem, officialmente, o imponente Palacio da Agricultura e da Industria, construido no Parque D. Pedro II, á Varzea do Carmo. O pavilhão occupa uma área de 6.500 metros quadrados,

Compõe-se de dois corpos principaes, ligados por galerias e pateos.

O corpo principal do Palacio, com varios pavimentos sobrepostos será destinado a museus permanentes, exposições.

Terá salões para conferencias e festas, gabinetes, laboratorios e commodos para administração; o corpo secundario, em um só pavimento, será destinado a exposições de animaes, de cereaes, depositos de ferragem e outras dependencias.

A planta fol disposta em conformidade com as variadas applicações das diversas partes do edificio, o que lhe dá uma combinação de pittoresco effeito architectonico: a parte destinada a museus, salões e gabinetes, é fechada em torno de um vasto 'hall' envidraçado, com galerias internos e externas. ●

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

MISSAS

Vilma Corrêa Mechetti – Hoje, às 17 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa (7º dia).

Francisco Batista Lima – Amanhã, às 19 horas, na Paróquia de Santo Eduardo, na R. dos Italianos, 567, Bom Retiro (1 ano).

Arthur Oscar Sampaio Corrêa – Dia 3, às 11 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32 (7º dia).

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP-Regula). Não há funerárias particulares.

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

INÊS249

Campeonato Brasileiro

São Paulo e Palmeiras fazem clássico pobre e ficam no empate sem gols

Rivais optam pelo jogo cauteloso, criam poucas chances de gol no MorumBis e não saem no 0 a 0, resultado ruim para as duas equipes, que não conseguem deslanchar

RICARDO MAGATTI

O Choque-Rei anterior foi marcado por tensão, reclamações e xingamentos. Ontem à noite, porém, São Paulo e Palmeiras fizeram um clássico bastante morno. Cautelosos, os rivais pouco produziram no MorumBis, onde as defesas prevaleceram sobre os ineficientes ataques. O resultado do duelo da quarta rodada do Brasileirão na noite de ontem não poderia ser outro senão o empate sem gols.

A igualdade é um mau negócio para os dois, que não conseguiram ainda deslanchar no Brasileirão depois de quatro jogos. O São Paulo, que desde que demitiu Thiago Carpini ainda não foi derrotado, soma quatro pontos. O Palmeiras tem cinco. Ambos estão mais próximos dos últimos colocados do que dos primeiros.

Os primeiros 45 minutos foram os piores. Houve mais cartões amarelos do que chances criadas, um sintoma do quão pobre foi o futebol apresentado pelos rivais na etapa inicial. A primeira parte foi de marcação, estudo, erros e faltas em profusão. A única defesa foi feita por Rafael, que salvou o São Paulo em cabeceio de Gustavo Gómez. Esta finalização de cabeça do paraguaio capitão palmeirense foi o que de melhor aconteceu no primeiro tempo.

Do lado do São Paulo, armado com três zagueiros, Luciano como armador e dois atacantes, André Silva e Calleri, a dupla de ataque, tentou, mas não chegou nem perto de finalizar no gol defendido por Weverton.

Disposto em campo com três atacantes, incluindo o jovem Estêvão, o Palmeiras voltou do intervalo melhor. Endrick, atento, roubou bolas importantes. Se não estava, como seus companheiros, na mais inspirada das noites, o fenômeno oriundo da base palmeirense, incomodou os zagueiros na base da briga. Foi dessa maneira, roubando uma bola do desatento Arboleda, que o jogo poderia ter sido decidido a favor dos visitantes.

PÉ SALVADOR. Depois de tirar a bola de Arboleda e deixar o defensor no chão na ponta da área, Endrick rolou para Lázaro, livre, bater de primeira. Rafael já não estava no lance, mas Alisson se esticou e salvou.

O São Paulo respondia nos contra-ataques. Foi de um contragolpe que nasceu a melhor oportunidade do time tricolor. Calleri, de costas, como deu, cutucou de calcanhar após cruzamento de Luciano. A bola resvalou na trave e saiu.

Foram esses os melhores lances protagonizados pelos rivais, que continuaram se estranhando em campo. Abel e Zubeldía tentaram mudar o ritmo com as substituições, mas o jogo seguiu ruim até o final.

O empate impede que o São Paulo derrube o tabu de sete anos – ou seis jogos, sem vencer o Palmeiras no MorumBis em clássicos pelo Brasileirão. Ambos têm compromissos pela Copa do Brasil na quinta-feira. Às 19h30, o time tricolor vai ao Pará enfrentar o Águia de Marabá no Mangueirão. Às 21h30, a equipe alviverde recebe o Botafogo de Ribeirão Preto no Allianz Parque. ●

4ª RODADA DO BRASILEIRÃO

SÃO PAULO 0 — PALMEIRAS 0

SÃO PAULO: Rafael; Alan Franco, Arboleda e Diego Costa; Igor Vinícius, Bobadilla, Alisson, Luciano (James Rodríguez) e Wellington (Michel Araújo); André Silva (Ferreira) e Calleri. **Técnico:** Luis Zubeldía.
PALMEIRAS: Weverton; Marcos Rocha (Mayke), Gustavo Gómez, Murilo e Piquerez (Vanderlan); Aníbal Moreno, Richard Ríos e Raphael Veiga; Estêvão (Luis Guilherme), Endrick (Rony) e Flaco López (Lázaro).
Técnico: Abel Ferreira.
Árbitro: Wilton Pereira Sampaio (Fifa/GO).
Amarelos: Diego Costa, Gómez, Igor Vinícius, Endrick, Murillo, Calleri, Michel Araújo, Abel Ferreira.
Público: 55.694 torcedores.
Renda: 3.444.111,00.
Local: MorumBis, em São Paulo.

ALEX SILVA/ESTADÃO

Marcos Rocha e Calleri brigam pela bola em clássico no MorumBis

Corinthians

Interesse por Wesley vira problema para a diretoria

Os dois gols de Wesley na vitória por 3 a 0 diante do Fluminense colocam o atacante revelado na base corintiana ainda mais em evidência. A diretoria promete organizar um plano de carreira para o jogador, mas vem sofrendo com o assédio do West Ham, da Inglaterra.

Após recusar proposta de 15 milhões de euros (R$ 82,2 milhões) dos ingleses, o clube viu a oferta aumentar para 18 milhões de euros (R$ 98,6 milhões), segundo a ESPN. E o medo da diretoria é que as altas cifras levem Wesley a pedir para ser vendido. O Corinthians já negociou o zagueiro Murilo e o volante Moscardo para a Europa neste ano.

O Corinthians garante que não recebeu ofertas do West Ham ou de qualquer outro time pelo jogador e frisa que o valor da multa é de R$ 500 milhões. Wesley já renovou o vínculo até 2027 e ganhou um aumento salarial.

O jogador virou uma válvula de escape do ataque após Romero e Yuri Alberto voltarem ao jejum de gols. Sua habilidade e velocidade pela beirada o transformaram em principal peça ofensiva de António Oliveira, ainda mais após a lesão de Pedro Henrique, que vinha ganhando espaço e se ausentará por tempo indeterminado por problema muscular no posterior da coxa.

Gustavo Mosquito também deixou o jogo com os cariocas acusando problema físico e pode fazer o treinador usar sua quarta escalação diferente seguida amanhã, quando a equipe visita o América-RN, pela terceira fase da Copa do Brasil.●

Santos

William volta a treinar e se torna opção para o ataque

Após ficar cerca de dois meses afastado, o atacante Willian Bigode foi a novidade no treinamento de ontem no Santos. O jogador participou da atividade com o restante do grupo santista e passa a ser mais uma opção para o técnico Fábio Carille para a disputa da Série B.

No início de março, o atacante de 37 anos sofreu uma lesão no músculo anterior da coxa esquerda e ficou entregue ao departamento médico. Um dos nomes mais experientes do elenco, ele agora volta para tentar recuperar o seu espaço.

Com ele, Carille aumenta o seu leque de opções para as próximas partidas. ●

Liga dos Campeões

Ancelotti, no comando do Real, revê time que o demitiu

Carlo Ancelotti já esteve no comando do Bayern de Munique. Em 2017, foi demitido após levar 3 a 0 do Paris Saint-Germain na segunda rodada da fase de grupos da Liga dos Campeões. Hoje, na abertura das semifinais da versão atual da principal competição europeia, ele voltará ao Allianz Arena como rival, dirigindo o Real Madrid, mas garante não ter sentimento de vingança ou necessidade de mostrar que os bávaros erraram.

O treinador entende que o Real precisa fazer um "jogo perfeito" hoje para levar a decisão da vaga na final viva para Madri – a volta será em 8 de maio.●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● **Brasileiro Sub-20**
Santos x Fluminense
14h50 / SporTV
● **Liga dos Campeões**
Bayern x Real Madrid
Semifinal
16h / SBT, TNT e MAX
● **Copa Do Brasil**
Bahia x Criciúma
18h30 / SporTV e Premiere
Operário-PR x Grêmio
20h / Prime Vídeo
Atlético-MG x Sport
21h / SporTV e Premiere

BASQUETE
● **Euroliga**
Olympiakos x Barcelona
15h30 / BandSports
● **NBA**
NY Knicks x Phil 76ers
19h30 / Prime Vídeo

FUTSAL
● **Campeonato Paulista**
Corinthians x AABB
19h / BandSports

BEISEBOL
● **MLB**
A. Braves x Seattle Mariners
22h30 / ESPN2 e Star+

INÊS249

Futebol

Ronaldo acerta venda da SAF do Cruzeiro a dono de supermercado

Ex-jogador vende seus 90% no clube mineiro para Pedro Lourenço por R$ 600 milhões; ele comprou em 2021 por R$ 400 milhões

CRIS MATTOS/STAFF IMAGE/CRUZEIRO–1/3/2023

Pedro Lourenço com Ronaldo; SAF do Cruzeiro muda de mãos

Ronaldo acertou a venda de 90% das ações da SAF do Cruzeiro ao empresário de 68 anos Pedro Lourenço, dono da rede Supermercados BH. O acordo foi selado em reunião na tarde de ontem no centro de treinamento do clube, em Belo Horizonte, e ainda depende de aprovação de órgãos regulatórios e tramitações legais. O valor da negociação não foi divulgado, mas estima-se que seja de R$ 600 milhões – o Fenômeno pagou R$ 400 milhões pelo clube em dezembro de 2021.

"Estamos comprando a SAF do Ronaldo não comercialmente. É o amor que temos pelo Cruzeiro. Lógico que é um negócio, mas é pelo carinho e o respeito que tenho pelo torcedor. Essa compra é pelo amor que tenho pelo clube", disse Lourenço em entrevista coletiva. A porcentagem adquirida pelo empresário foi a mesma comprada por Ronaldo em dezembro de 2021.

Lourenço também destacou o desejo de ter o executivo Alexandre Mattos como o "homem do futebol" do Cruzeiro. O dirigente estava no América-MG e já teve a saída comunicada pelo clube. "Ele (Mattos) está animado. O Pedro (filho de Lourenço) vai ser o assistente do Alexandre", afirmou o novo dono da SAF cruzeirense à Rádio Itatiaia.

Pedro Lourenço era conselheiro do Cruzeiro e já se envolveu na gestão do clube com patrocínio e investimentos para contratação de jogadores na década passada. Segundo dados da Associação Brasileira de Supermercadistas (Abras), a rede de supermercados do empresário registrou faturamento de mais de R$ 17,3 bilhões em 2023, o quinto maior do Brasil no período.

Conselho de Administração
Pelo acordo, Ronaldo continua como membro do Conselho de Administração da SAF do Cruzeiro

DEVER CUMPRIDO. Ronaldo assumiu a SAF do Cruzeiro em 2021 e conduziu a equipe de volta à elite do futebol brasileiro no primeiro ano de gestão. O ex-jogador falou sobre a venda. "Uma mistura de sentimentos bate em mim, mas principalmente o sentimento de dever cumprido", disse.

"Inevitável não lembrar dois anos e quatro meses atrás, quando eu irresponsavelmente assumi esse grande desafio que foi comprar a SAF. Entrego o Cruzeiro nas mãos do Pedrinho com a sensação de tranquilidade e de dever cumprido, uma vez que a situação era muito precária", afirmou o ex-jogador. "Quero agradecer a todos os colaboradores do Cruzeiro, funcionários, jogadores, treinadores, diretores e o maior patrimônio do Cruzeiro, que é a torcida", destacou ele.

Ele afirmou que cumpriu o objetivo que tinha no clube mineiro. "Reerguer o Cruzeiro, colocar no seu devido lugar e, no momento certo, passar para a pessoa certa", disse. "Estarei sempre na torcida para que possam fazer o Cruzeiro cada vez maior." ● MILENA TOMAZ

Tênis

Bia Haddad vai às quartas e pega a número 1 em Madri

MADRI

A brasileira Beatriz Haddad Maia está nas quartas de final do WTA 1000 de Madri pela primeira vez na carreira, após vencer ontem Maria Sakkari por 2 sets a 0, com um duplo 6/4. Porém, depois de passar pela grega 11.ª colocada no ranking mundial, ela terá uma adversária muito mais dura pela frente: a polonesa Iga Swiatek, primeira do ranking, que bateu a espanhola Sara Sorribes por 6/1 e 6/0.

Bia diz estar preparada para o desafio contra Swiatek. "Eu a conheço muito bem, já ganhei dela e também treinamos juntas. Eu me sinto preparada para entrar na quadra e fazer o meu melhor", atual número 14 na lista da WTA.

Apesar do discurso confiante, Bia afirmou que o favoritismo está do lado da rival polonesa. "A Iga é a melhor jogadora de todo o circuito mundial nos últimos três anos. Ela tem um jogo muito consistente e também é bastante concentrada na quadra", comentou.

O retrospecto entre as duas remete a um certo equilíbrio, apesar de a europeia ter pequena vantagem. Em três duelos, foram duas vitórias da líder do ranking e um triunfo da brasileira.

Para Thiago Monteiro, o torneio acabou. Ele estava embalado pelo triunfo sobre Stefanos Tsitsipas, mas ontem caiu na terceira rodada ao perder por 6/4 e 7/6 (9/7) para Jiri Lehecka.●

Música

SASHA ARUTYUNOVA/THE NEW YORK TIMES

Em Cremona, na Itália, ela adotou o nome artístico de Anna Arietti

Da Coreia à terra dos Stradivarius

Aos 32 anos, Ayoung An é estrela em ascensão na arte de criar violinos

VALERIYA SAFRONOVA
THE NEW YORK TIMES

Quando Ayoung An tinha 8 anos, seus pais lhe compraram um violino. Toda noite ela dormia com o instrumento no travesseiro. A menina cresceu em Pyeongtaek, na Coreia do Sul. E, na adolescência, tomou uma decisão: seria uma luthier. Com o tempo, uma jornada cheia de reviravoltas a levou até Cremona, no norte da Itália – desde o século 16, um famoso centro de fabricantes de violinos, entre eles Antonio Stradivari. Hoje, An, aos 32 anos, tem oficina na cidade e é uma estrela em ascensão no mundo da luteria.

O estúdio de An está repleto de pilhas de madeira que precisam secar ao ar livre por cinco a dez anos antes de se tornarem instrumentos. Violinos como os dela, feitos segundo a tradição de Stradivari e Giuseppe Guarneri, exigem dois meses de trabalho e são vendidos por cerca de US$ 18 mil. "Consigo fazer um violino em três semanas, mas não gosto. É um objeto muito precioso para a pessoa que o compra."

An tinha 17 anos quando resolveu que se mudaria para a casa de uma família americana num subúrbio de Chicago para poder frequentar uma escola de ensino médio local e, por fim, estudar na Escola de Fabricação de Violinos de Chicago. Seus pais tentaram impedi-la. "Fiquei dias sem comer", conta An. No fim, eles cederam. "Quando me despedi no aeroporto, eles ficaram chorando. Mas eu não. Eu estava muito animada."

Dois anos depois de se mudar, ela descobriu que uma das escolas mais conhecidas, a Escola Internacional de Fabricação de Violinos, ficava em Cremona. Então, em 2011, aos 20 anos, ela se mudou mais uma vez para um novo país.

An é a integrante mais jovem de um consórcio dedicado a manter as tradições da fabricação de violinos em Cremona. Ela está tão imersa no método de fabricação que, por sugestão de um mentor, criou um nome de artista, Anna Arietti, para se adequar à cultura italiana.

ETIQUETA. Um momento importante é quando os luthiers colocam sua etiqueta dentro do instrumento, ritual chamado de "batismo". Para fazer sua etiqueta, An carimba sua assinatura à tinta em um pequeno pedaço de papel. Em seguida, usando uma tradicional mistura caseira de pele bovina derretida com pele de coelho, ela cola a etiqueta dentro de uma das metades do instrumento. Ela também queima a assinatura de seu nome coreano com um pequeno ferrete aquecido.

Estratégia
Os pais eram contra a escolha da filha e ela, em protesto, ficou dias sem comer; deu certo

Em seguida, as duas metades são seladas, completando o corpo do instrumento. Seu nome artístico italiano fica do lado de dentro, intacto por toda a vida do violino.

"É por isso que eu queria fazer violinos", diz An. "Se uma única pessoa tocar meu violino daqui a 100 ou 200 anos, serei lembrada." ● TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

MILAN LEILÕES
39 ANOS
Soluções para:
• Industrias
• Bancos
• Seguradoras
info@milanleiloes.com.br

B1
DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B28)

Contas públicas Sinal trocado

Na contramão das previsões do mercado, março fecha com déficit

Governo registra rombo de R$ 1,5 bi no mês, enquanto resultado acumulado no 1.º trimestre é o mais baixo desde 2020; secretário afirma que meta é 'factível'

FERNANDA TRISOTTO
AMANDA PUPO
BRASÍLIA

As contas do governo central (conceito que reúne Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registraram em março um déficit primário (diferença entre receitas e despesas, sem contar o pagamento dos juros da dívida) de R$ 1,527 bilhão – ante R$ 7,085 bilhões, em valores nominais, há um ano. Apesar da diferença, o resultado do mês passado ficou bem longe da mediana das expectativas do mercado financeiro, de um superávit de R$ 1,4 bilhão, segundo levantamento do Projeções Broadcast.

No acumulado do ano, o resultado é de superávit de R$ 19,431 bilhões, mas esse número é o pior desde 2020, pressionado pelo pagamento antecipado de precatórios (sentenças judiciais que não permitem mais recurso). Em igual período do ano passado, o indicador estava positivo em R$ 31,209 bilhões, em termos nominais. Já em 12 meses até março, o governo central apresenta um déficit de R$ 247,4 bilhões, o equivalente a 2,2% do PIB.

A divulgação dos novos resultados vem no momento em que o governo enfrenta resistência no Congresso à aprovação de novas propostas para aumentar a arrecadação. Também ganhou status de briga entre os Poderes a manutenção ou não da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e de prefeituras, depois que o Senado recorreu contra decisão do ministro Cristiano Zanin, do STF, que sustou o benefício a partir de pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (*mais informações nas pág. B4*).

Espaço
Considerando a margem de 0,25 ponto, meta permitiria déficit de até R$ 28,8 bi no ano

Para 2024, o governo persegue duas metas. Uma é a de resultado primário, que deve ser neutro (0% do PIB), com uma variação de 0,25 ponto porcentual para mais ou menos, conforme estabelecido no arcabouço. O limite seria, então, de um déficit de até R$ 28,8 bilhões. A outra meta é a de limite de despesas, que é fixo em R$ 2,089 trilhões neste ano.

No último Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, publicado em março, o Ministério do Planejamento e Orçamento estimou um déficit de R$ 9,3 bilhões para este ano, equivalente a 0,1% do PIB.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse considerar "viável e factível" a meta fiscal estabelecida para 2024 e para os próximos anos. Mas repetiu que o Brasil "não tem margem para queimar" em relação ao cenário fiscal, e que, apesar do resultado considerado positivo para o primeiro trimestre, é preciso ficar "muito atento" sobre a dinâmica de receitas e despesas.

"Um fôlego maior nas contas públicas só virá se a arrecadação se mantiver tão boa como foi até aqui ou houver uma sinalização mais enérgica do governo para cortar despesas", disse João Leme, da Tendências, que projeta déficit de 0,7% do PIB em 2024.

● COLABOROU DANIEL TOZZI MENDES

'METAS FISCAIS NÃO ERAM CRÍVEIS', DIZ EXECUTIVO DO GOLDMAN SACHS. PÁG. B2

SODRÉ SANTORO 45 anos
LEILÃO ONLINE IMPERDÍVEL
02/05 • QUINTA • 09H30
MERCEDES-BENZ
AMG GT43 3.0
TB 9G-TRONIC G/E 4P 21/21
BLINDADA | KM: 11.936
ORIGEM: FINANCIAMENTO
Visitação de 24 a 30/04 (em dias úteis) da 15h às 17h, mediante agendamento exclusivamente através do telefone 11-2464-6464.
IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.
SODRÉ SANTORO
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192
Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

INÊS249

O recado do voto de Zanin sobre a desoneração da folha

ARTIGO

Raquel Landim
Jornalista, é âncora da CNN Brasil

Ao suspender a desoneração da folha de pagamento de empresas e prefeituras, abrindo nova crise entre os Poderes, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin faz uma observação interessante.

Lá no fim do seu voto, ele diz que concede a liminar até o julgamento do mérito ou a correção da infração constitucional e abre literalmente um parênteses: "com a oportunidade do necessário diálogo institucional."

Traduzindo do juridiquês para a realidade da política, a que ele se refere? Que Fernando Haddad, ministro da Fazenda, e Rodrigo Pacheco, presidente do Senado Federal, voltem para a mesa de negociação.

Até as "pedras" sabiam que Haddad recorreria ao Supremo Tribunal Federal se o Congresso Nacional permanecesse irredutível na desoneração da folha. O ministro fez diversos alertas porque a medida é inconstitucional, já que não aponta a origem dos recursos para a benesse.

Com a extensão do benefício dos setores produtivos para os municípios em ano de eleições, a conta ficou salgada demais – R$ 20 bilhões – para um governo com dificuldades fiscais e que se recusa a fazer reformas que cortem gastos.

Amparado na força dos lobbies empresariais e na proximidade das eleições municipais, que aumenta a pressão dos prefeitos, e na fragilidade política do governo Lula, o Congresso foi tocando de lado e deixando tudo como está. Haddad mandou uma medida provisória, depois um projeto de lei, cuja urgência foi retirada.

> ***Traduzindo do juridiquês, Zanin quer dizer que Haddad e Pacheco voltem para a mesa de negociação***

Aliás, esse é um assunto que o Brasil "toca de lado" faz tempo. A desoneração da folha surgiu no governo Dilma, foi renovada por Michel Temer e Jair Bolsonaro e nunca demonstrou efetividade que a justificasse, apontam diferentes estudos.

Deputados e senadores dizem que foi uma "afronta" do governo recorrer ao STF, mas a medida é inconstitucional e é papel da Advocacia-Geral da União (AGU) questioná-la. Contudo, é verdade que o governo Lula muitas vezes recorre ao Supremo por falta de maioria no Congresso, apesar da distribuição de ministérios, emendas e cargos.

Talvez num gesto de que o STF não quer mais "encampar" todas as brigas do Executivo, o ministro Luiz Fux pediu vistas. O prazo é de 90 dias. Um período que pode ser utilizado por Haddad e Pacheco para encontrar o "diálogo institucional" pregado por Zanin.

Já estamos em maio e as empresas fizeram seu planejamento fiscal, o que demanda flexibilidade também da Fazenda para evitar perdas de postos de trabalho em setores já sensíveis. Estarão Haddad e Pacheco dispostos a conversar para finalmente chegar a um acordo? ●

Alberto Ramos

'O mercado estava certo: as metas fiscais não eram críveis'

Para executivo do Goldman Sachs, incertezas sobre resultados fiscais pesam sobre rating do País

FELIPE RAU/ESTADAO-16/5/2022

ENTREVISTA

Foi economista sênior do Fundo Monetário Internacional (FMI) por seis anos, e está no Goldman Sachs desde 2003

CÍCERO COTRIM

A mudança das metas fiscais prova que o governo deseja gastar mais para aquecer a economia e que o mercado estava certo ao duvidar da trajetória de resultados primários apresentada pelo Ministério da Fazenda. A afirmação é do diretor de pesquisa macroeconômica para América Latina do banco americano Goldman Sachs, Alberto Ramos. Em entrevista ao *Estadão/Broadcast*, ele alerta que ainda há o risco de uma mudança na meta de 2024, de déficit zero, e até na de 2025, alterada de um superávit de 0,5% do PIB para resultado nulo. E essa incerteza na seara fiscal, segundo Ramos, pesa sobre o rating soberano do País.

"O tema fiscal e o baixo crescimento potencial da economia, o baixo crescimento da produtividade na economia, são os dois fatores que provavelmente atrasam um pouco a obtenção do grau de investimento", diz.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

A mudança das metas fiscais mostra uma menor disposição do governo para fazer um ajuste fiscal?
Esse compromisso nunca existiu de maneira séria. O mercado nunca acreditou, nunca deu valor a esse arcabouço como âncora fiscal. Se o objetivo era que funcionasse como âncora, falhou, porque a percepção do mercado é que vamos ter déficits primários a perder de vista. Essas revisões da meta provam que o mercado estava certo ao suspeitar que as metas não eram críveis. Elas já não eram ambiciosas, não estabilizavam a dinâmica da dívida e requeriam aumento muito forte da carga tributária. Isso mostra duas coisas: o governo quer, através de todos os instrumentos à sua disposição, manter a economia robusta; e considera o gasto público como um instrumento essencial. Não estou dizendo que é fácil entregar superávits primários e que o governo não quer, mas o que tem valor é fazermos coisas que não são fáceis. E a urgência disso é óbvia e ululante.

Isso pode afastar o investidor estrangeiro do Brasil, que tem endividamento alto para os padrões de países emergentes?
Até pode ser que não afaste, mas é um ponto de vulnerabilidade. Se muda o cenário externo e, de repente, há uma preocupação maior com a dinâmica fiscal a nível global, e os juros globais começam a subir por causa de prêmio de risco, isso vai bater no Brasil. E o Brasil, nesse quesito, começa em uma posição de debilidade: tem déficits primários, dívida alta e que continua a crescer e uma carga tributária que já é muito alta. Desde a PEC da transição, a carga tributária tem aumentado significativamente e não para gerar primário, mas para suportar gastos. Isso é complicado porque não resolve o problema e, à medida que você aumenta a carga tributária, fica com menos margem para lidar com um problema no futuro.

Isso afasta a chance de o Brasil atingir o grau de investimento?
Sem dúvida. O tema fiscal e o baixo crescimento potencial da economia, o baixo crescimento da produtividade na economia, são os dois fatores que provavelmente atrasam um pouco a obtenção do grau de investimento.

> ***"Quem controla o gasto é o governo e, se não tem receita, tem de ajustar o gasto... O cenário básico está mudando aqui e lá fora. O câmbio se movimentou bastante e há a questão fiscal. O gato subiu no telhado"***

O governo antecipou o debate sobre a meta fiscal de 2025 num momento em que o mercado ainda debatia o risco de mudança da meta de 2024. Existe chance de o alvo deste ano ainda ser alterado?
Existe. Algumas avaliações mostram que talvez a receita ainda esteja superestimada e o gasto, subestimado. O mesmo se aplica a 2025. Claro que existem as receitas extraordinárias, os dividendos da Petrobras, e isso ajudaria, talvez, a mitigar o buraco. Mas acho que é bem possível que antes do fim do ano a meta de 2024 venha a ser revisada para baixo, e também a de 2025. O mercado espera um déficit entre 0,6% e 0,7% do PIB e, se estiver certo, ainda vai haver mais revisões.

Isso vai erodindo a credibilidade fiscal do País?
Isso começou em 2023. Mesmo tirando o pagamento dos precatórios, em 2023 o governo já entregou um resultado fiscal bem pior do que era a meta indicativa da Fazenda. Em 2024, vamos pelo mesmo caminho. Isso não exime o governo de responsabilidade: quem controla o gasto é o governo e, se não tem receita, tem de ajustar o gasto.

Declarações recentes do presidente do BC, Roberto Campos Neto, puseram fim no consenso de que o Copom seguiria a indicação de cortar a Selic em 0,5 ponto porcentual em maio. O cenário do Goldman Sachs mudou?
Não. Sempre tivemos um corte de 0,25 ponto em junho. O que está em risco agora é a decisão de maio. Campos Neto está comunicando de forma muito clara para o mercado que o forward guidance sempre foi uma prescrição condicional. Agora, aumentou muito a incerteza global: tem uma guerra no Oriente Médio que parece estar se intensificando, uma maior preocupação com a inflação nos Estados Unidos, com o Fed parecendo que quer puxar cada vez mais para o fim do ano o início de uma normalização da política monetária. O cenário básico está mudando. O câmbio se movimentou bastante e há uma reprecificação de ativos financeiros que provavelmente até muda o balanço de riscos. E há a questão fiscal. O gato subiu no telhado.

Existe o risco de o BC ter de interromper o ciclo de cortes com a taxa Selic?
Certamente que sim. Antes desses eventos, já havia uma minoria de analistas que tinha uma taxa terminal de dois dígitos. Eu tinha 9,5% desde meados de 2023, mas hoje é possível que seja para mais. ●

INÊS249

PIONEIRO DOS TRICICLOS NO MUNDO, COM 75 ANOS DE HISTÓRIA! NASCIDO DA VESPA E EM EVOLUÇÃO DESDE 1948

CARGO
R$39.900,00 + FRETE
*20% DE ENTRADA E SALDO EM ATÉ 48X, FINANCIADO PELO BANCO SANTANDER.

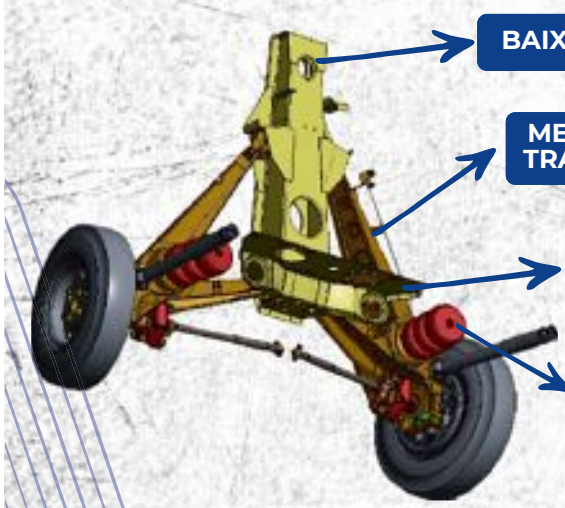
CARREGA ATÉ 500KG

PASSENGER
R$39.900,00 + FRETE
*20% DE ENTRADA E SALDO EM ATÉ 48X, FINANCIADO PELO BANCO SANTANDER.

3 PASSAGEIROS + MOTORISTA

ISENÇÃO DE RODÍZIO / PERSONALIZAÇÃO ILIMITADA / IPVA REDUZIDO
ECONOMIA DE COMBUSTÍVEL 30KM/L

SUSPENSÃO TRASEIRA INDEPENDENTE



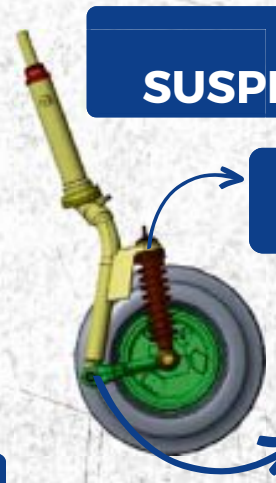
BAIXA MANUTENÇÃO

MECÂNICA ROBUSTA E TRANSMITE CONFORTO

SUSPENSÃO TRASEIRA COM BRAÇOS OSCILANTES INDEPENDENTES

AMORTECEDORES E ESTRUTURA ROBUSTA COM BOLSAS DE BORRACHA DE ALTA RESISTÊNCIA

DIREÇÃO & SUSPENSÃO DIANTEIRA



AMORTECEDOR COM MOLA HELICOIDAL

MECANISMO DE LIGAÇÃO ANTI-MERGULHO

NÃO PERCA ESTA OPORTUNIDADE DE MUDAR O JOGO PARA O SEU NEGÓCIO! ENTRE EM CONTATO CONOSCO HOJE MESMO E DESCUBRA COMO O PIAGGIO APE PODE REVOLUCIONAR SUA MOBILIDADE E AUMENTAR SEUS LUCROS.

*VERSÃO CUSTOMIZADA COM VALORES ADICIONAIS AO ORIGINAL

(011) 5051 - 3080 piaggiocommercialvehiclesbr
Av. Indianópolis, 564 - Indianópolis - São Paulo - SP

INÊS249

NOTAS E INFORMAÇÕES

Mais barulho no setor elétrico

Acusação de aparelhamento político em entidades de controle é a nova crise na energia

A vocação inabalável do governo para gerar crises ronda o setor elétrico que, próximo de completar 30 anos do processo de privatização, vive um período de cobranças e indefinições. Ao atraso das negociações para renovar, ou não, as 20 concessões que estão em vias de expirar, juntou-se a obstinação do presidente Lula da Silva para reduzir, a qualquer custo, as tarifas de energia, mirando os dividendos eleitoreiros que possa disso extrair. Agora, mais uma peça foi inserida na desordem, com acusações de aparelhamento político no comando de duas importantes entidades coordenadoras do setor.

O Operador Nacional do Sistema (ONS) mudou a diretoria; e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o conselho. A natureza jurídica das duas instituições é de direito privado, com representação de todos os segmentos do setor elétrico e do governo, incumbido de indicar o principal executivo de cada uma. Nas duras críticas ao processo sucessório, o governo está sendo acusado de ter exorbitado de suas funções, instrumentalizando a direção das entidades. O ONS coordena as operações de geração e transmissão; e a CCEE, a compra e venda de energia elétrica.

"Não resta a menor dúvida de que a responsabilidade pela caminhada rumo ao colapso é de todos: dos agentes setoriais e dos Poderes Legislativo e Executivo", acusou a Frente Nacional dos Consumidores de Energia, que reúne 15 diferentes entidades, em comunicado público. Inicia-se assim mais um capítulo de um enredo caótico que envolve um setor essencial para o desenvolvimento econômico.

O período de negociação para renovar as concessões de distribuidoras, por exemplo, deveria servir para o aperfeiçoamento dos critérios necessários à garantia do investimento e da boa prestação do serviço. É questão de definir prioridades, especialmente diante das crises de desabastecimento recentes e da mudança de padrões climáticos. Afinal, as concessões, que vencem entre 2025 e 2031, atendem a 64% de todo o mercado nacional, com mais de 55 milhões de consumidores como potenciais prejudicados por um trâmite inexplicavelmente emperrado.

Somente em janeiro, depois de dois anos de conversas, chegou-se à aprovação de termos preliminares de acordo. Até propostas de novos canais de fiscalização surgiram. Ora, o setor elétrico conta com uma agência reguladora, a Aneel, que precisa apenas de independência e autonomia, financeira e administrativa, para fazer o seu trabalho. A má vontade com agências reguladoras é notória no lulopetismo, talvez por ferir sua inclinação centralizadora, mas elas são qualificadas para assegurar o controle e o equilíbrio do mercado, livre de intromissão política.

Não será surpresa se a obsessão atual de Lula da Silva por reduzir o valor das contas de luz produzir mais alguma "genialidade", para usar uma célebre expressão do petista. O caminho natural para sanear o setor e baixar a conta de luz passa necessariamente pela redução dos penduricalhos impostos por matérias legislativas. Mas o governo petista prefere um caminho que lhe é mais familiar – o do aparelhamento e da centralização.●

Folha de pagamento **Desoneração**

Se liminar não for derrubada, tributação volta a partir do dia 20

Data marcaria cobrança de alíquota 'cheia' sobre a contribuição das empresas, afirmam especialistas

CAROLINA MAINGUÉ PIRES
LAVÍNIA KAUCZ
BRASÍLIA

Se a liminar dada pelo ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendendo a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia, continuar valendo pelas próximas três semanas, haverá um impacto direto para milhares de empresas que empregam mais de 9 milhões de pessoas. Isso porque 20 de maio é a próxima data para recolhimento da contribuição patronal, segundo advogados ouvidos pelo *Estadão/Broadcast*.

O tributo "cheio" já está incidindo proporcionalmente sobre os salários desde o dia 25 de abril, quando Zanin publicou a liminar suspendendo trechos da lei que prorrogou a desoneração da folha. Como o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) protocolada pelo governo foi paralisado após pedido de vista do ministro Luiz Fux, na sexta-feira, o que vale, por enquanto, é a decisão de Zanin.

Até a suspensão do julgamento, havia cinco votos favoráveis à manutenção da liminar – ou seja, faltava apenas um para formação de maioria. Fux tem até 90 dias para devolver o processo a julgamento, e ainda não há expectativa para a devolução, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*.

Também na sexta-feira, o Senado apresentou um recurso no próprio STF contra a decisão de Cristiano Zanin. No recurso, os advogados do Senado alegam, inicialmente, que a decisão monocrática de Zanin não observa os preceitos legais e sequer foram ouvidos o Congresso e a Procuradoria-Geral da República (PGR). "A lei que rege o processo constitucional de controle concentrado pelos instrumentos de ADI (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) e de ADC (Ações Declaratórias de Constitucionalidade) jamais previu a possibilidade de deferimento de medida cautelar por decisão monocrática do relator", diz o Senado na petição.

> ***"Para as empresas que decidam aguardar a decisão definitiva do STF, é melhor provisionar internamente os valores. Essa decisão é a mais arrojada"***
> **Isabelle Tralli**
> **VBD Advogados**

ALTERNATIVAS. Com a liminar em vigor, a advogada Isabelle Tralli, do escritório VBD, explica que há três caminhos possíveis para as empresas. O primeiro deles é seguir a determinação e recolher os tributos. O segundo é entrar na Justiça para questionar a reoneração e fazer um depósito judicial com os valores em disputa até que o Supremo tome uma decisão definitiva, no mérito, sobre o tema. A terceira opção, mais arriscada, é continuar recolhendo os tributos com base na lei da desoneração.

"Para as empresas que decidam aguardar a decisão definitiva do STF para só então deixar de aplicar a desoneração, é melhor provisionar internamente os valores. Essa decisão é a mais arrojada e não se alinha com a decisão do ministro Zanin", diz a tributarista.

Gustavo Taparelli, sócio do Abe Advogados, avalia que a expectativa jurídica é desfavorável aos contribuintes, considerando a composição do Supremo. Mas destaca que a expectativa política é mais positiva, tendo em vista a força do Congresso. Isso porque, o argumento que baseou o pedido do governo e a decisão de Zanin foi a falta de estudos sobre o impacto financeiro da desoneração. O Congresso, por outro lado, disse que já está providenciando essas informações para apresentar ao ministro. "As empresas estão aguardando. Nossa orientação é não tomar nenhuma via judicial, aguardar um pouco", diz Taparelli.

Os 17 setores

- **Confecção e vestuário**
- **Calçados**
- **Construção civil**
- **Call center**
- **Comunicação**
- **Construção e obras de infraestrutura**
- **Couro**
- **Fabricação de veículo e carroçarias**
- **Máquinas e equipamentos**
- **Proteína animal**
- **Têxtil**
- **TI (tecnologia da informação)**
- **TC (tecnologia da comunicação)**
- **Projeto de circuitos integrados**
- **Transporte metroviário de passageiros**
- **Transporte rodoviário coletivo**
- **Transporte rodoviário de carga**

ANTERIORIDADE. Ainda que a liminar tenha efeitos imediatos para o recolhimento dos tributos, advogados ponderam que há grandes chances disso ser questionado na Corte. Segundo o tributarista André Mendes Moreira, sócio do Sacha Calmon Misabel Derzi Advogados, a jurisprudência do STF garante pelo menos 90 dias para a volta da tributação quando algum benefício fiscal é revogado. "É a própria jurisprudência do STF. Quando você declara inconstitucional algum benefício fiscal, no caso das contribuições, você tem que dar ao contribuinte a noventena", afirma Moreira.

Cristiane Romano, sócia da área de Tributário do Machado Meyer Advogados, explica que esse prazo tem relação com o princípio da anterioridade, previsto na Constituição. "O artigo 195, parágrafo 6º, determina que as contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado", observa.

Até o momento, não há pedidos específicos no STF para que a decisão de Zanin passe a valer somente depois dos 90 dias, mas o Senado e entidades do setor produtivo já apresentaram recursos para tentar derrubar a liminar. A Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), que pediu para ser aceita como amicus curiae (terceiro interessado na causa), pleiteou que a cautelar não seja referendada pelo plenário ou, no mínimo, que haja a "modulação prospectiva dos seus efeitos". A entidade, no entanto, não entrou em detalhes sobre tal modulação.

De acordo com Taparelli, o governo ainda pode argumentar que as empresas deviam estar preparado para a reoneração desde a edição da medida provisória que revogou trechos da Lei da Desoneração. A MP dizia que a cobrança começaria em 1º de abril, 90 dias após sua publicação. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu prorrogar apenas parte da medida, excluindo a reoneração. Como o governo havia dado os 90 dias para a cobrança, a argumentação pode ser de que contribuintes já deveriam estar preparados para recolher o tributo cheio no dia 1º de abril.●

INÊS249

ESTADÃO BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por Salesforce.

Escutar o cliente é o maior benefício proporcionado pela inteligência artificial

Tecnologia não deve ser vista como um recurso que afasta as empresas do relacionamento humano

César Bochi: "Para manter a eficiência, precisamos de soluções cada vez mais escaláveis"

Divulgação/Sicredi

Fabio Costa: "A disseminação dos recursos de IA generativa coloca todas as empresas em condições semelhantes"

Divulgação/Salesforce

César Bochi e Fabio Costa falam sobre os desafios da transformação digital no Sicredi

Com mais de 7,5 milhões de associados, 42 mil colaboradores e 2,6 mil agências em todo o Brasil, o Sicredi – mais antiga instituição financeira privada do País – tem como principal característica a relação próxima entre gerente e cliente. Como tirar proveito das ferramentas da tecnologia, a exemplo da inteligência artificial, sem sacrificar esse vínculo tão precioso? O diretor-presidente do banco cooperativo, César Bochi, e o general manager da Salesforce, Fabio Costa, falaram sobre o tema.

Como fazer transformação digital numa instituição tão marcada pelo relacionamento pessoal?

César Bochi – Estar próximo do associado é a nossa grande força, mesmo que as transações aconteçam de forma digital. Investimos bastante em tecnologia, tanto que o nosso aplicativo é um dos mais bem avaliados do País, mas o fato de continuarmos abrindo muitas agências, cerca de 200 por ano, demonstra que queremos ter uma relação de longo prazo com a comunidade. Sempre contratamos pessoas da região, que conhecem e vivem as necessidades e o perfil local. A questão central da transformação digital, para o Sicredi, é liberar tempo para escutar o associado, entender o contexto, conhecer os planos para o futuro, ajudá-lo a enfrentar eventuais dificuldades econômicas.

Fabio Costa – Esse aspecto que o César mencionou é muito importante: ganhar tempo e eficiência para ter uma escuta melhor. Oferecer outros canais de atendimento além do presencial não significa reduzir a proximidade com o cliente, desde que você tenha essa escuta apurada. A gente percebe que o Sicredi lida muito bem com esse desafio, conseguindo encontrar o equilíbrio entre a relação humana e a transformação digital.

César, o Sicredi tem uma forte atuação no agronegócio. Como o setor tem respondido à transformação digital?

César Bochi – De fato, temos mais de 700 mil associados no agro, já que a maior parte das nossas cooperativas nasceu no campo. Somos hoje o segundo maior player financiador do agro no Brasil. Para manter a eficiência, precisamos ter soluções cada vez mais escaláveis. O uso de dados e da inteligência artificial ajuda a hiperpersonalizar as ofertas de produtos e o acompanhamento da jornada de cada associado. Ou seja, não olhar só a foto, mas o filme inteiro. Nosso processo de transformação é baseado em três pilares: visão de futuro, gestão de responsabilidade e gestão por resultados. Esse terceiro é o mais importante: ter clareza sobre objetivos, oportunidades de negócios e problemas que a gente quer resolver.

Fabio, que pontos você destacaria no processo de transformação digital do Sicredi?

Fabio Costa – A gente sabe que, num projeto de transformação digital, uma das partes mais complexas é fazer com que as pessoas mudem a forma de trabalhar. Isso aconteceu rapidamente no Sicredi, que conseguiu uma taxa de adoção muito alta das novas tecnologias pelos gerentes. Com isso, os gerentes passaram a ter uma visão 360 graus de cada cliente, o que permite aprimorar o padrão de comunicação. A instituição certamente está preparada para novos passos, como a inteligência artificial generativa.

Por falar em IA generativa, como vocês veem o desafio de manter o foco no que realmente importa ao utilizar essa tecnologia, que traz tantas possibilidades?

César Bochi – Não há como ficar distante dessa tecnologia. Temos o Theo, nosso assistente virtual, e lançamos no final do ano passado o TheoGPT, ambiente que consome as informações do ChatGPT e, aqui dentro da empresa, acrescenta informações internas. Já estamos usando em alguns processos, como análise de crédito. A gente se preocupa muito com o bem-estar financeiro do associado. O nosso "não" para o crédito tem que ser educativo, precisa ajudar o cliente a ver que ele teria dificuldades para encaixar aquela dívida no orçamento. Qual o crédito certo para que um sonho não vire pesadelo? A inteligência artificial pode ter um papel importante para identificar padrões e trazer ao cliente algo que faça sentido para ele.

Fabio Costa – Gosto de usar a imagem de que a IA generativa é como um avião enorme, que pode te levar para muitos lugares, mas antes você precisa fazer pousar no lugar certo. E o lugar certo neste primeiro momento é onde estão os clientes, onde há interação com o humano. É aí que está o imponderável, aquilo que não é controlado nem estava planejado. Digamos que em 70% das interações com os clientes as situações são esperadas. A grande ajuda da IA generativa está nas demais situações, pela capacidade de explorar, em tempo real, as alternativas de resposta a situações inesperadas, que não haviam sido planejadas e têm uma série de detalhes específicos.

Conteúdo patrocinado

Agora você também é um Einstein
com a IA confiável da Salesforce.
salesforce

INÊS249

Siderurgia Importação de aço

Governo avalia ações para evitar que cotas levem a alta na importação

Área técnica teme corrida de grandes importadores para adquirir volumes sem sobretaxa, em prejuízo dos demais setores

AMANDA PUPO
BRASÍLIA

O governo estuda regulamentar as cotas de importação de itens da siderurgia de forma a evitar uma corrida pela compra de produtos que possa atropelar importadores com menos capacidade. Para isso, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, a ideia é distribuir o volume das cotas que serão criadas para 11 especificações de aço (NCMs) por períodos. A operacionalização disso ainda está em análise, já que o plano é que as regras comecem a vigorar daqui a cerca de um mês.

Com a medida, o Executivo tenta responder a um dos receios gerados pela criação das cotas, de que houvesse a antecipação de importação por alguns players específicos, grandes distribuidores, por exemplo, que acabariam por consumir prioritariamente o aço sem a sobretaxa. Como antecipou o *Estadão/Broadcast*, pelo regime aprovado só o que for importado acima do volume estipulado estará sujeito à alíquota majorada de 25%.

Sob forte pressão das siderúrgicas nacionais, de um lado, e da indústria consumidora do aço, de outro, o governo avalia que conseguiu dar uma resposta equilibrada e, nos bastidores, diz ter colhido bons retornos dos dois lados. Publicamente, esse retorno veio por meio de notas e declarações de entidades e empresas.

"Não podemos dizer que estamos plenamente satisfeitos, porque isso vai depender dos resultados do sistema de cota com tarifa de 25% aplicada ao volume que exceder", disse ao **Estadão** o presidente do grupo ArcelorMittal no Brasil, Jefferson De Paula, que também é presidente do conselho diretor do Instituto Aço Brasil.

Segundo De Paula, foram nove meses de constantes reuniões com autoridades em Brasília, principalmente nos ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e da Fazenda, para mostrar o quanto o setor estava sendo afetado por "importações predatórias" de aço. "Da forma que estava, com aumento de 50% (*nas importações*) no ano passado em relação a 2022, ociosidade de 40% da capacidade de produção e participação de 20% a 25% (*dos importados*) no consumo do mercado brasileiro, não tinha como continuar operando nem mantendo o ritmo de investimentos no País", disse.

SEM ARESTAS. No governo, considera-se que a questão foi pacificada principalmente por ter havido uma escolha classificada como criteriosa das NCMs afetadas pela cota e sobretaxa – sem atingir frontalmente setores com forte capacidade de mobilização e igualmente importantes para os planos econômicos do governo Lula. Como é o caso do mercado da construção civil, uma vez que o vergalhão, principal item siderúrgico consumido pelas empresas, ficou de fora da medida, o que levou a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) a declarar que o setor não deverá ser impactado.

> **Lista**
> **O governo definiu cotas para 11 tipos de aço, que representam 77% dos volumes importados**

Da mesma forma, foram deixados de fora do alcance da sobretaxa itens que poderiam gerar efeitos inflacionários – as 11 categorias (NCMs) escolhidas representam 77% do volume importado num universo das 31 para as quais as siderúrgicas queriam o Imposto de Importação de 25%. Hoje, a alíquota sobre o aço importado no Brasil é de 10,8%.

O impacto da medida sobre os preços é ínfimo, de 0,005%, se todas as 11 NCMs chegarem à taxação máxima, segundo pessoas do governo. A proteção do governo é vista como necessária não só para preservar financeiramente as empresas nacionais, mas também para evitar um aumento da vulnerabilidade externa do País com relação ao aço consumido internamente.

MOVIMENTO GLOBAL. Sem ter uma visão clara do efeito da adoção das cotas, o governo definiu que a medida terá duração inicialmente de 12 meses a contar da entrada em vigor das cotas. Mas pode não ficar limitada a esse período, observam pessoas próximas às discussões. Uma eventual renovação de prazos dependerá do comportamento dos mercados.

Com a adoção das cotas, o Brasil se alinhou a uma série de decisões protecionistas com relação ao aço adotadas por países parceiros, como os Estados Unidos, além de países da América Latina, que começam a impor barreiras para conter a invasão do aço importado, especialmente do aço chinês.

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) ainda terá de monitorar o comportamento das NCMs não incluídas nas cotas, pelo risco de a importação desses itens aumentar em substituição aos que terão sobretaxa. ●

Vicar Promoções Desportivas S/A

CNPJ: 00.532.511/0001-54

Demonstrações Financeiras Levantadas em 31/12/2023 (em Reais)

Balanço Patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Ativo Circulante	**14.722.015,42**	**12.919.366,31**
Disponível	717.068,36	6.195.397,75
Contas a Receber	6.613.913,29	3.575.625,58
Impostos a Recuperar	794.599,07	2.142.686,03
Adiantamentos e Empréstimos	3.391.089,28	456.723,50
Despesas Antecipadas	61.447,39	48.933,45
Contratos de Patrocínio	3.143.898,03	500.000,00
Ativo Não Circulante	**18.964.106,20**	**13.963.219,48**
Adiantamentos e Empréstimos	13.439.398,07	9.586.685,09
Investimentos	2.264.380,40	585.393,83
Imobilizado	15.316.616,14	15.146.199,18
Imobilizado - Depreciação Acumulada	(12.271.288,41)	(11.486.133,96)
Intangível	327.511,87	202.511,87
Intangível - Amortização	(112.511,87)	(71.436,53)
Total do Ativo	**33.686.121,62**	**26.882.585,79**

Balanço Patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Passivo/Passivo Circulante	**12.053.160,93**	**6.848.419,87**
Fornecedores	4.267.619,14	872.453,71
Obrigações Tributárias	341.640,83	940.554,41
Outros Débitos	267.618,57	298.592,15
Adiantamentos e Empréstimos	5.590.390,13	2.801.852,71
Contas Provisionadas	1.218.194,42	1.484.966,89
Participações Societárias a pagar	367.697,84	450.000,00
Passivo Não Circulante	**745.227,63**	**2.682.266,57**
Adiantamentos e Empréstimos	–	1.692.000,89
Outras obrigações	745.227,63	990.265,68
Patrimônio Líquido	**20.887.733,06**	**17.351.899,35**
Capital Social	7.896.000,00	7.896.000,00
Reserva Legal	1.539.430,03	1.147.638,34
Reservas de Lucros	11.452.303,03	8.308.261,01
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**33.686.121,62**	**26.882.585,79**

Demonstração do Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta de Vendas e Serviços	**74.965.526,11**	**76.240.477,44**
(–) Impostos sobre Vendas	(1.568.923,00)	(2.854.396,91)
Receita Líquida de Vendas e Serviços	**73.396.603,11**	**73.386.080,53**
(–) Custos das Vendas e Serviços	(52.656.944,15)	(40.623.906,03)
Resultado Bruto	**20.739.658,96**	**32.762.174,50**
Despesas e Receitas Operacionais		
Despesas c/Pessoal	(2.475.476,23)	(4.098.073,56)
Despesas Gerais	(9.186.164,46)	(7.912.444,11)
Despesas Financeiras	(167.792,80)	(132.389,83)
Receitas Financeiras	60.672,20	670.145,70
Resultado da Equivalência Patrimonial	(281.315,90)	(1.845.090,98)
Despesas Operacionais	(771.805,50)	(1.120.191,41)
Outras Receitas/Despesas não Operacionais	42,64	(513.414,03)
Total de Despesas e Receitas Operacionais	**(12.821.840,05)**	**(14.951.458,22)**
Resultado Operacional	**7.917.818,91**	**17.810.716,28**
(–) IR e CS	(81.985,20)	(666.867,49)
Resultado Líquido	**7.835.833,71**	**17.143.848,79**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Total
Saldo Anterior	**7.896.000,00**	**1.147.638,34**	**8.308.261,01**	**17.351.899,35**
Resultado do Exercício	–	–	7.835.833,71	**7.835.833,71**
Incorporação/inversão de Reservas	–	391.791,69	(391.791,69)	–
Lucros Distribuídos	–	–	(4.300.000,00)	**(4.300.000,00)**
Saldo Atual	**7.896.000,00**	**1.539.430,03**	**11.452.303,03**	**20.887.733,06**

Diretoria
Sergio de Figueiredo Silveira Filho - Diretor

Contador
Leandro Sabadim Ribeiro - CRC: 1SP257875/O-4

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ: 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2580/2024 - CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 2048/2024

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade de direito privado sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de **INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE 140 TELÃS MOSQUETEIRAS QUADRIFIX COM DOBRADIÇA E TRAVAS ESCAPULAS**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras e Contratação da FFM.**

TUPAR S.A.

CNPJ/ME nº 66.786.849/0001-40 - NIRE 3530013191-6

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da TUPAR S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 66.786.849/0001-40, com sede na Chácara Nossa Senhora de Fátima, nº 66.000, na Estrada Municipal de Canguiri, em Itu, Estado de São Paulo, CEP 13.301-331, a ser realizada nos termos do Art. 125 da Lei nº 6.404/1976, em 1ª convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, no dia 16 de Maio de 2024 às 10h, e 2ª convocação às 11h, na Av. João Pedro Cardoso, 151, 1º andar, sala 01, Parque Jabaquara, São Paulo - SP, 04355-000, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e aprovação das Contas, do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Aumento de Capital; (iii) Encerramento. Os documentos de interesse para a realização da assembleia geral ordinária se encontram à disposição dos acionistas para consulta na Av. João Pedro Cardoso, 151, 1º andar, sala 01, Parque Jabaquara, São Paulo - SP, 04355-000. São Paulo, 30 de Abril de 2024. **Fernandes da Costa dos Santos** - Diretor.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ/ME nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000 - Companhia Aberta

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de Março de 2024

No dia 28/03/2024, às 09h, de modo presencial, na sede social da (**"Companhia"** ou **"CSED"**). **Presença:** Presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Sr. Wolfgang Stephan Schwerdtle - **Presidente;** Sra. Jéssica Caroline da Silva Angeiras - **Secretária. Deliberações: i.** aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, as quais serão submetidas à apreciação da AGOE; **ii.** aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2023, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2024, com base nas Demonstrações Financeiras aprovadas no item acima, a ser submetida à apreciação da AGOE, nos termos da Proposta da Administração a ser divulgada para a AGOE; **iii.** aprovar a proposta da fixação do número de assentos do Conselho de Administração para o próximo mandato e a eleição dos membros do Conselho de Administração, a ser submetida à apreciação da AGOE, nos termos da Proposta da Administração a ser divulgada para a AGOE; **iv.** consignar que, após a devida verificação e o recebimento de declarações individuais dos candidatos ao Conselho de Administração abaixo mencionados, nos termos do artigo 17, incisos I e II do Regulamento do Novo Mercado da B3, e do artigo 7º, incisos I e II, do Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (**"RCVM 80"**), restou confirmada a adequação dos Srs. Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva, Renato Russo e Silvio José Genesini Junior, aos critérios de independência previstos no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado e no artigo 6º do Anexo K da RCVM 80, de forma que, se eleitos, tais membros serão considerados conselheiros independentes; **v.** Aprovar a proposta de alteração do artigo 5º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, com sua consequente consolidação, a ser submetida à apreciação da AGOE, em razão do cancelamento de 2.506.200 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de novembro de 2023, se ratificada pela AGOE; **vi.** Aprovar os termos e condições da Proposta da Administração a ser submetida à AGOE; e **vii.** a convocação da AGOE para deliberar sobre as matérias indicadas acima, nos termos da Proposta da Administração a ser divulgada para a AGOE. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 28/03/2024. **JUCESP** nº 154.365/24-5 em 18/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras,** cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

CONCORRÊNCIA:

FFM 0533/2024-00 – "PICOLÉ COM FREEZER EM COMODATO" **FFM 0572/2024-00** – "FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO TIPO CONDENSADORA 15TR"

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS REGULAMENTO FFM

FFM 1491/2023-00 (RC 2.628) LOTES 01 a 04; 07; 09 e 10 – FRACASSADO, LOTE 05 – CWBCARE PROD. MED. HOSP. LTDA, 37.778.759/0001-00, LOTE 06 – CBS MEDICO CIENTIFICA LTDA, 48.791.685/0001-68, LOTE 08 – BACE COM. INTERNACIONAL LTDA, 47.411.780/0001-26, LOTE 11 – MONACO DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA, 29.010.039/0001-71.
FFM 0018/2024-00 (RC 2.042) MAXXI VIX COM ATACADISTA E REPRES LTDA, 41.977.198/0001-45
FFM 0117/2024-00 (RC 39.841) DELIGHT GASTRONOMIA LTDA, 51.925.377/0001-92
FFM 0270/2024-00 (RC 39.909) FRANCISCO BASTO DE MEDEIRO, 08.004.577/0001-83

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2024 – REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURAS AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS A SER OFERECIDO AOS PACIENTES GERIÁTRICOS E INFANTIS. Disputa: dia 14/05/2024 às 10:00 horas.
Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE ADAPTAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO ONIBUS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA ITINERANTE. Disputa: dia 16/05/2024 às 10:00 horas.
Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras.

Prefeitura Municipal de Arujá, 29 de abril de 2.024.

INÊS249

INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE

CNPJ Nº 60.967.551/0001-50

Relatório da Administração

Somos gratos pelos desafios e iniciativas trabalhadas por toda a Instituição no ano de 2023. Começamos pelo Planejamento Estratégico, que foi revisado e aprovado pelo Conselho Deliberativo, delineando os caminhos até 2026. No Ensino Superior, conquistamos a renovação da nota máxima do MEC, tanto para a Universidade Presbiteriana Mackenzie quanto para a Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio de Janeiro; além da nota máxima para o curso de Direito da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília. Nessa localidade, expandimos nossas instalações com a aquisição de um novo prédio, permitindo a ampliação de turmas em adequadas instalações para nossos alunos. Ainda, firmamos parcerias para ampliar a oferta de cursos de Pós-Graduação EaD, com projetos pedagógicos e cursos alinhados com as demandas do mercado de trabalho. Na Educação Básica, realizamos a incorporação do Colégio do Instituto Cristão (Castro - PR), que possui 108 anos de história, atuando no Ensino Médio e no Ensino Médio Técnico agrícola. Esse colégio passou a fazer parte dos Colégios Presbiterianos Mackenzie, mas agora com o nome Instituto Cristão Mackenzie. Com essa incorporação, o Mackenzie passa a contar com seis unidades, instaladas em cinco cidades de quatro estados do Brasil. Os Sistemas de Ensino tiveram importante crescimento neste ano, alcançando mais de 95 mil alunos e mais de 410 escolas parceiras em todo o Brasil. Na área da Saúde, as realizações têm sido consideráveis. O Hospital Universitário Evangélico Mackenzie (HUEM), hospital de alta complexidade localizado em Curitiba - PR, teve avanços significativos em diversas especialidades de atendimento, suprindo a capital paranaense com atendimento de referência. A Faculdade Evangélica Mackenzie do Paraná (FEMPAR), nossa faculdade de Medicina que atua em parceria com o HUEM, também obteve a nota institucional máxima (5) do MEC. O Hospital Evangélico Dr. e Sra. Goldsby King, em Dourados - MS, unidade associada ao Mackenzie, tem aprimorado suas ações de atendimento, seus processos e resultados. A gestão do Mackenzie tem sido trabalhada pela Diretoria Executiva do IPM sob a orientação constante do Conselho Deliberativo. E fruto deste direcionamento, destacamos o Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL), focado na preparação e aprimoramento dos líderes da Instituição, onde suas competências são trabalhadas dentro da Academia Corporativa Mackenzie. Também é relevante mencionar o Programa Mackenzie de Renovação (PMR), que, com a substituição do sistema de gestão e educacionais, trará ganhos expressivos para a instituição, em especial de produtividade, na integração e no atendimento aos alunos. Agradecemos aos colaboradores pela dedicação, ao Conselho Deliberativo pelo apoio e direcionamento, e à Chancelaria pelo trabalho em sua missão de nos conservar em comunhão. Os números da Instituição são reflexo da dedicação de todos para a honra e glória de Deus. Isso nos mobiliza a estarmos comprometidos com a excelência na educação e no cuidado com as pessoas. Este breve relato mostra a provisão e o cuidado presentes na jornada do Mackenzie e assim agradecemos por tudo isso e buscaremos honrar essas bênçãos com o nosso trabalho.

Milton Flávio Moura - Diretor-Presidente do Instituto Presbiteriano Mackenzie.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

ATIVO	Notas	2023	2022
Ativo circulante		**179.205**	**199.869**
Caixa e equivalentes de caixa	5	36.584	47.143
Aplicações financeiras	6	20.639	11.210
Contas a receber educação	7	65.299	91.625
Contas a receber - saúde	7.1	31.247	33.737
Estoques	8	17.415	10.919
Outros créditos		2.356	1.828
Despesas antecipadas		5.665	3.407
Ativo não circulante		**1.782.642**	**1.651.965**
Aplicações financeiras LP	6	35.409	30.285
Partes relacionadas	9	137.164	126.206
Depósitos judiciais	10	1.760	4.154
Investimentos		449	6.240
Propriedade para investimentos	11	448.709	419.682
Imobilizado	12	1.030.961	958.347
Intangível	13	111.797	88.476
Direito de uso - *leases*	3.9(b)	16.393	18.575
Total do ativo		**1.961.847**	**1.851.834**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2023	2022
Passivo circulante		**250.735**	**249.643**
Empréstimos e financiamentos	14	27.980	43.448
Fornecedores	15	33.105	38.208
Salários e encargos sociais a recolher	16	119.370	110.021
Outras contas a pagar	17	34.408	24.535
Mensalidades recebidas antecipadamente	18	27.367	25.163
Contratos de arrendamento		8.505	8.268
Passivo não circulante		**211.125**	**187.185**
Empréstimos e financiamentos LP	14	179.875	154.974
Provisão para contingências	19	9.457	13.909
Obrigações com terceiros LP		13.345	7.224
Contratos de arrendamento LP		8.448	11.078
Patrimônio líquido	20	**1.499.987**	**1.415.006**
Patrimônio social		1.125.551	1.111.054
Reserva de superávits		45.081	8.661
Ajuste de avaliação patrimonial		280.901	280.901
Superávits dos exercícios		48.454	14.390
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.961.847**	**1.851.834**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida - Educação		**1.064.870**	**991.236**
Mensalidades	21 a	1.020.951	954.755
Venda de produtos		13.135	12.040
Cursos extracurriculares		1.992	2.699
Taxas e inscrições		3.247	3.636
Receitas patrimoniais		17.083	9.865
Outras receitas	21 c	8.462	8.241
Receita operacional líquida - Saúde		**304.017**	**248.910**
SUS21 b		264.085	218.525
Convênios	21 b	25.915	22.957
Particulares	21 b	4.335	1.848
Receitas patrimoniais - Saúde		99	240
Outras receitas - Saúde	21 c	9.583	5.340
Despesas operacionais		**(1.303.533)**	**(1.236.034)**
Vendas		(51.170)	(59.210)
Pessoal e encargos	22	(859.079)	(784.506)
Gerais e administrativas	23	(319.147)	(320.865)
Depreciação e amortização		(74.137)	(71.453)
Resultado financeiro líquido	24	**(8.259)**	**12.207**
Despesas financeiras		(38.667)	(29.080)
Receitas financeiras		30.408	41.287
Superávits dos exercícios		**57.095**	**16.319**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Receitas	**1.771.306**	**1.564.491**
Receitas de atividades área educacional	1.402.466	1.297.131
Receitas de atividades área saúde	305.269	249.399
Receitas patrimoniais	45.866	10.658
Outras receitas	17.705	7.303
Insumos adquiridos de terceiros	**350.694**	**341.139**
Custos de manutenção das atividades	1.608	5.381
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	349.086	335.758
Perda/recuperação de valores ativos	-	-
Valor adicionado bruto	**1.420.612**	**1.223.352**
Depreciações/amortizações/PCLD (reversões)	107.618	97.833
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	**1.312.994**	**1.125.519**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	30.408	41.287
Valor adicionado total a distribuir	**1.343.402**	**1.166.806**
Distribuição do valor adicionado		
Colaboradores	860.971	786.035
Agentes financeiros	50.776	41.362
Assistência educacional	372.467	322.431
Governo	2.093	659
Superávit do exercício	57.095	16.319
Valor adicionado total distribuído	**1.343.402**	**1.166.806**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Superávits dos exercícios	57.095	16.319
Resultado abrangente do exercício	57.095	16.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de superávit	Superávits acumulados	Total
Em 31/12/2021	**1.070.796**	**280.901**	**6.732**	**40.258**	**1.398.687**
Incorporação ao patrimônio social	40.258	-	-	(40.258)	(0)
Superávit do exercício	-	-	-	16.319	16.319
Constituição de reserva	-	-	1.929	(1.929)	
Incorporação ao patrimônio social	-	-	-	-	-
Em 31/12/2022	**1.111.054**	**280.901**	**8.661**	**14.390**	**1.415.006**
Superávit do exercício	-	-	-	57.095	57.095
Incorporação do Patrimônio	14.497	-	-	- 14.390	107
Constituição de reserva	-	-	36.420	8.641	27.779
Em 31/12/2023	**1.125.551**	**280.901**	**45.081**	**48.454**	**1.499.987**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

	Notas	2023	2022
Das atividades operacionais			
Superávits dos exercícios		50.428	14.390
Reserva de superávits		34.446	1.929
Incorporação Patrimônio ICM		107	-
Total		**84.981**	**16.319**
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício ao caixa gerado/ (aplicado) nas atividades operacionais			
Depreciação e amortização		66.577	63.533
Resultado na baixa de ativos imobilizados		423	564
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		25.789	26.816
Reversão de contingências		-	(5.390)
Adições para contingências	19	1.414	1.390
Juros partes relacionadas		(6.544)	(9.266)
Baixa partes relacionadas		143	-
Propriedade para investimento		(28.895)	(3.135)
Juros sobre empréstimos		32.161	22.947
Superávit ajustado		**176.049**	**113.778**
Decréscimo (acréscimo) de ativos			
Aplicações financeiras		(14.553)	81.233
Contas a receber educação		537	(19.759)
Contas a receber saúde		2.490	(7.300)
Estoques	08	(6.496)	(851)
Despesas antecipadas		(2.258)	1.933
Outros créditos		(528)	1.071
Devoluções partes relacionadas		5.760	16.293
Bens de direito de uso		2.182	(136)
Depósitos judiciais		2.394	(10)
Acréscimo (decréscimo) de passivos			
Fornecedores		(29.779)	11.715
Salários e férias a pagar		9.349	19.348
Outras contas a pagar		15.994	19.433
Contratos de arrendamento		(2.393)	214
Matrículas recebidas		2.204	11.733
Baixas contingenciais		(5.866)	(3.768)
Caixa aplicado pelas (gerado nas) atividades operac.		**155.086**	**244.927**
Das atividades de investimento			
Propriedade para Investimentos		(132)	(1.248)
Baixa Investimentos		5.791	-
Aquisição de ativo imobilizado		(81.029)	(132.358)
Aquisição de ativo intangível		(43.780)	(28.799)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(119.150)**	**(162.405)**
Das atividades de financiamento			
Aportes partes relacionadas		(23.767)	(46.403)
Captação de empréstimos		96.929	54.900
Amortização de empréstimos		(119.657)	(60.515)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento		**(46.495)**	**(52.018)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(10.559)**	**30.504**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		47.143	16.639
No final do exercício		36.584	47.143
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(10.559)**	**30.504**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional - O Instituto Presbiteriano Mackenzie ("Instituto") é uma associação civil filantrópica, confessional cristã reformada, sem fins lucrativos e econômicos, com finalidade educacional, assistencial e de saúde que tem como associada vitalícia a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). Suas atividades iniciaram em 1870, quando o Sr. George e a Sra. Mary Ann Annesley Chamberlain, um casal de missionários presbiterianos, fundaram a escola americana com os cursos: Escola normal e Filosofia. Com o sucesso e repercussão internacional, o advogado estado-unidense, John Theron Mackenzie, doou recursos, sem nunca ter vindo ao Brasil, para a construção da Escola de Engenharia em São Paulo. Desde sua fundação, o Instituto é agente de uma série de inovações pedagógicas que acompanham e influenciam o cenário da educação no país. Um de seus principais objetivos é formar cidadãos com capacidade de discernimento, com critérios e condições para fazer a leitura do mundo em que vivem, a partir de valores e princípios eternos, e que sejam aptos a intervir na sociedade. Reconhecido como entidade filantrópica e de utilidade pública é beneficiado com isenções de taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais. O Instituto é o mantenedor: **a) Educação -** Universidade Presbiteriana Mackenzie, com seus *campi* nas cidades de São Paulo, Campinas e Barueri. Faculdade Presbiteriana Mackenzie, com seus *campi* nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília. Faculdade Evangélica Mackenzie do Paraná ("Fempar") na cidade de Curitiba, com o curso de medicina. No total são 50 cursos de graduação presenciais, 163 cursos de pós-graduação, 14 cursos de mestrado e 14 de doutorado. No Ensino a Distância (EaD), com 15 cursos de graduação e 31 de pós-graduação em 60 polos educacionais, atendendo 16 estados mais o Distrito Federal. Colégio Presbiteriano Mackenzie nas cidades de São Paulo, Barueri, Brasília e Palmas. **b) Saúde -** Hospital Universitário Evangélico Mackenzie ("Huem"), na cidade de Curitiba, presta serviços ambulatoriais e hospitalares, de acordo com suas especialidades na média e alta complexidade, dentro de sua capacidade técnico-operacional, dispondo de mais de 45 serviços médicos. Possui contratualização com o município local para atendimento gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atendimento da iniciativa privada (operadoras de saúde suplementar e seguros saúde) e particular. Sua estrutura contempla 500 leitos (438 SUS e 62 na iniciativa privada) com uma área física de 22 mil m², distribuídos em 08 andares, 03 unidades ambulatoriais externas, uma unidade com o Centro de Oncologia Mackenzie e a Unidade Mackenzie da Mulher, bem como uma unidade Ambulatorial Pediátrica, uma unidade Ambulatorial Oftalmológica, uma Unidade de Dermatologia e Cosmiatria e serviços de apoio diagnóstico, além da unidade administrativa. Por ser um hospital universitário atua de forma integrada e de cooperação com a Fempar na realização de atividades educacionais na área da saúde, com pesquisa, estágio e residência médica para os estudantes do curso de medicina em todas as suas especialidades. Em atendimento ao previsto no estatuto social, os recursos do Instituto são aplicados integralmente em suas finalidades institucionais. As aplicações desses recursos estão representadas pelas suas despesas operacionais e investimentos patrimoniais. **1.1. Ações estratégicas de crescimento do Mackenzie -** Ao longo do ano o Instituto realizou diversos investimentos estratégicos objetivando sua expansão e fortalecimento. Destaques importantes aos investimentos na Educação, com a aquisição de novo imóvel, com maior capacidade, em Brasília-DF, onde a Instituição objetiva sua expansão. Em 2022 foi inaugurado o prédio da Faculdade do Rio de Janeiro, e em 2023 entrou em funcionamento, além disso, a Faculdade de Medicina recebeu relevantes investimentos em suas estruturas operacionais aprimorando suas instalações. Igualmente relevante foram os investimentos na Universidade, onde após os anos restritivos da pandemia, a Instituição aplicou recursos na modernização de suas instalações, a fim de manter sua reconhecida excelência educacional. Na área de Saúde a Instituição ao longo dos últimos 04 anos, desde a aquisição do Hospital Universitário Evangélico Mackenzie ao final do ano de 2018 e início da gestão em 2019, revolucionou o Hospital, levando à população curitibana atendimento de referência SUS e ampliando sua atuação também nos Convênios e particulares. Isso tem sido possível pelos investimentos que levaram o Hospital a um novo patamar de atuação, que trará benefícios a todos os envolvidos no trabalho da Saúde. Na sua estrutura administrativa o Instituto se prepara para a troca de seu sistema de gestão computacional, integrando as diversas áreas de atuação, levando ao aprimoramento dos controles e da gestão mediante os investimentos realizados em tecnologia e equipamentos. **1.2. Benefício Programa Universidade para Todos (Prouni) -** O Instituto aderiu ao Prouni, programa do Ministério da Educação que foi criado pelo Governo Federal em 2004, que visa a oferecer bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a candidatos que tenham participado do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Desse modo, utilizamos o Prouni para a composição das gratuidades no cálculo de aplicação de recursos em bolsas de estudos. **1.3. Incorporação da Associação do Instituto Cristão -** O Instituto incorporou em 13 de novembro de 2023 a Associação do Instituto Cristão de Castro (PR), assumindo todas as operações, onde ela passou a ser denominada Instituto Cristão Mackenzie (ICM). Na mesma data ocorreu a consolidação dos balanços na incorporadora (Instituto). O acervo incorporado está apresentado como segue:

Ativo	**30.008**
Ativo circulante	**27.650**
Caixa e equivalentes de caixa	87
Aplicações financeiras	102
Contas a receber	77
Estoques	2.692
Outros créditos	24.692
Ativo não circulante	**2.358**
Investimentos	445
Imobilizado	1.913
Passivo	**30.008**
Passivo circulante	**1.995**
Empréstimos e financiamentos	499
Fornecedores	817
Salários e encargos sociais a recolher	679
Passivo não circulante	**127**
Empréstimos e financiamentos	127
Patrimônio líquido	**27.886**
Patrimônio social	107
Reservas	34.446
Superávits ou déficits acumulados	(6.667)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis - **2.1. Declaração de conformidade -** As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a norma de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) - ITG 2002 (R1)). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Deliberativo em 12 de março de 2024, conforme previsto no estatuto do Instituto, capítulo VII, artigos 37 e 38, que tratam dos exercícios financeiros. **2.2. Base de mensuração -** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: **i)** Ativo imobilizado recebido em doação, mensurado pelo valor justo na data da doação; e **ii)**Instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação -** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos -** A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração do Instituto use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para *impairment* do ativo intangível, mensuração de instrumentos financeiros e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de cenários diferentes daqueles previstos quando da constituição dessas estimativas. O Instituto revisa as estimativas e as premissas de forma contínua. **2.5. Demonstração do resultado abrangente -** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado. **3. Principais políticas contábeis** - **3.1. Apuração do resultado -** O resultado das operações foi apurado em conformidade com o regime contábil da competência. A receita de prestação de serviço é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos futuros serão gerados para o Instituto e puder ser mensurada de forma confiável, em atendimento à norma contábil NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente. **a) Educação -** A receita compreende a contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços durante o curso das atividades. As receitas incluem as mensalidades da educação básica, educação superior (graduação e pós-graduação), educação a distância (EaD), cursos de especialização e extensão, além de outros serviços de ensino e taxas de inscrições em vestibulares. **b) Saúde -** As receitas são decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde, mediante contratos com o Sistema Único de Saúde (SUS) e outras instituições privadas, assim como doações, subvenções e convênios. As receitas com subvenções, convênios e doações com restrição, são registradas conforme determina a Norma Contábil ITG 2002 (R1)) e NBC TG 07, sendo reconhecidas em conta de passivo até que os requisitos objeto da subvenção, convênio e doação sejam atendidos para reconhecimento em conta de resultado (Nota Explicativa nº 17). **3.2. Instrumentos financeiros -** Os instrumentos financeiros são, inicialmente, registrados em seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada balanço, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas categorias: **(i)** custo amortizado; **(ii)** valor justo por meio de resultado; e **(iii)** valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Recursos vinculados a convênios: recursos vinculados a convênios representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados no projeto para fazer frente às obrigações do convênio. **3.4. Aplicações financeiras -** As aplicações financeiras referem-se aos recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha. Esses recursos estão classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa por não fazerem parte da gestão do dia a dia do Instituto. **3.5. Mensalidades a receber -** Representam os valores de realização, deduzidos do ajuste para crédito de liquidação duvidosa, que é constituído com base na análise dos riscos de perda esperada de realização. As mensalidades/matrículas recebidas no exercício corrente referentes aos serviços educacionais do exercício subsequente são classificadas no passivo circulante como "Mensalidades antecipadas" e reconhecidas no resultado de acordo com a prestação de serviço, em atendimento à Resolução do CFC NBC TG 47 - receita de contrato com clientes. **a) Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) -** Em 2011, o Instituto firmou convênio com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa do Ministério da Educação destinado a financiar a educação de nível superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. O Instituto manteve convênio ativo com o FIES até o ano de 2018. Em 2019 o convênio não foi renovado, tendo sido renovado em novembro 2022 para oferta de vagas em 2023. Em 2023, o saldo de mensalidades a receber (Fies) era de R$ 1.030 (R$ 21 em 2022), cujo montante se refere aos alunos contemplados com o benefício na vigência do convênio e permanecerão até a conclusão do curso. **b) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) -** Constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos serviços prestados e nas negociações a receber. Esta estimativa foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pelo Instituto, ou seja, com base histórico de títulos não liquidados, em anos anteriores e, assim, atendendo à resolução CFC nº 1.409/12 (NBC - ITG 2002 (R1)), em seu item 14. **3.6. Estoque -** Refere-se a materiais para revenda e de consumo, avaliados ao custo médio de aquisição, considerando o custo e o valor líquido de realização, dos dois o menor, quando aplicável, reduzido por provisão para obsolescência e por redução ao valor de mercado. **3.7. Depósitos judiciais -** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando há impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 10). **3.8. Propriedade para investimento -** O Instituto adota o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio e por entender que é a melhor informação para análise de mercado, conforme orientação apresentada na NBC TG 28 (R4) – propriedade para investimento. O valor justo dos terrenos mencionados (Nota Explicativa nº 11) está suportado por laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes e realizados em periodicidade anual. **3.9. Imobilizado -** É registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados, e deduzido de depreciação e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, conforme determina a Resolução CFC nº 1.177/2009 NBC TG 27 (R4) - Ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes: **Anos -** Edifícios - 05 a 100; Instalações - 05 a 10; Máquinas e equipamentos - 03 a 10; Móveis e utensílios - 05 a 10; Computadores - 05; Veículos - 04 a 10; Livros - 10. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se este valor for maior que seu valor recuperável estimado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **a) Imobilizado em andamento -** São construções, equipamentos, imóveis e terrenos que não estão em operação e são constituídos pelo custo do projeto, mão de obra, materiais, honorários advocatícios e serviços de terceiros (consultoria) para a aquisição dos bens. **b) Arrendamento mercantil -** De acordo com a NBC TG 06 (R3) determina que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso (*Right of use* – ROU). **c) Ativos biológicos -** Abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos tais como as matrizes (suínos e bovinos em formação para abate) ou produtos agrícolas (lavouras de milho e soja para comercialização). Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda quando da realização da colheita. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos são feitas anualmente pela Associação, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem em linha específica da demonstração do resultado, denominada "variação do valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do exercício e no final do exercício encerrado. **3.10. Intangível -** O ativo intangível com vida útil indefinida compreende o ativo adquirido de terceiros, mensurado pelo custo total de aquisição, deduzido de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) e tem seu valor recuperável testado anualmente. A manutenção do ativo é suportada anualmente por estudo técnico sobre a recuperabilidade do ativo intangível, emitido pela área técnica interna do Instituto, conforme exigido pela NBC TG 04 (R4), itens 107 e 108: "107. Ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado. 108. De acordo com a NBC TG 01, o Instituto deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil: (a) anualmente; e (b) sempre que existirem indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor." **3.11. Redução ao valor recuperável -** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda em seu valor recuperável. Um ativo tem perda em seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, que podem ser estimados de maneira confiável. **3.12. Passivo circulante e não circulante -** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **3.13. Benefícios a empregados -** As obrigações do plano de previdência privada de contribuição definida são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, no resultado. **Outros benefícios -** Adicionalmente, o Instituto oferece aos seus colaboradores outros benefícios, como assistência médica e odontológica, vale refeição e alimentação, seguro de vida e de acidentes pessoais, convênio farmácia, clube de benefícios e auxílio creche (aos elegíveis). Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **3.14. Provisões -** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **a) Provisões para riscos judiciais -** O Instituto é parte em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais, cuja probabilidade classificada por seus assessores jurídicos representam perdas prováveis. A administração do Instituto entende que essas contingências estão adequadamente apresentadas nas demonstrações contábeis (Nota Explicativa nº 19). **3.15. Patrimônio líquido -** Representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição, que são empregados integralmente nos objetivos sociais. O superávit/déficit é apresentado no balanço patrimonial, na conta "Superávit do exercício", sendo, posteriormente, transferido para a conta de patrimônio social. **3.16. Demonstração do fluxo de caixa -** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.17. Convênios e parcerias -** O reconhecimento da receita e despesas é efetuado pelo regime de competência do exercício. Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e a crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante. À medida que os gastos do convênio incorrem, no mesmo momento as receitas com convênio são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito do passivo de gastos a incorrer em convênios. **4. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados -** Não há novas normas e/ou interpretações emitidas que não entraram em vigor ou ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis divulgadas pelo Instituto. **5. Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata e não estão vinculadas a operações de risco.

	2023	2022
Caixa e bancos	491	2.667
Aplicações financeiras - equivalentes de caixa (até 90 dias)	36.093	44.476
Total	**36.584**	**47.143**

6. Aplicações financeiras - As aplicações financeiras estão representadas por letras financeiras, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) – com remuneração média que varia entre 98% e 104% do CDI e poupança. Estão compostas conforme segue:

Tipo	Remuneração média (*)	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	2023	2022
Letra financeira	106,0% a 107,5%	-	22.820	22.820	27.963
CDB/DI	98% a 104%	-	12.389	12.389	1.984
Aplicaut	20% a 86%	15.496	-	15.496	7.106
Poupança	TR +0,5%	5.143	200	5.343	4.442
Total		**20.639**	**35.409**	**56.048**	**41.495**

(*) Média da rentabilidade dos fundos. **Recursos financeiros com restrição -** As aplicações financeiras relacionadas a seguir foram dadas em garantia em operações de financiamentos, advindas de convênios educacionais com destinação específica e garantia de aluguel compondo o saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicação no ativo não circulante.

Tipo	Processo	2023	2022
Letra financeira	Contrato de empréstimo	22.820	27.963
CDB/DI	Contrato de empréstimo e garantia fiança	12.389	1.984
Aplicaut	Convênios com restrição e subvenções	15.496	7.106
Poupança	Conv

INÊS249

INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE

Equip. de áudio e vídeo	16.606	-	1.657	(42)	(2.968)	**15.253**
Computadores e perif.	21.043	7	4.575	(119)	(8.290)	**17.216**
Veículos	1.127	-	807	-	(550)	**1.384**
Livros	8.538	-	204	-	(1.658)	**7.084**
Instr. de laboratório	23.717	1.124	5.797	(44)	(4.191)	**26.403**
Imob. curso novas unid.	398	-	-	(17)	-	**381**
Imob. em andamento	198.741	117.892	(107.685)	-	-	**208.948**
Total	**958.347**	**119.155**	**-**	**(423)**	**(46.118)**	**1.030.961**

12.1. Imóveis com restrições - O imóvel relacionado a seguir, de propriedade do Instituto, está arrolado pela Receita Federal, em que a união federal estava cobrando as contribuições previdenciárias (cota patronal). Consoante informações de nossos consultores jurídicos, a execução foi extinta e realizado peticionamento requerendo o cancelamento da penhora, devido ao fato de tais processos terem sentença favorável ao "Instituto", aguardando liberação judicial. (Nota Explicativa nº 19.2). Barueri - SP - Avenida Mackenzie, 905 e 805 - nº 24.314. O imóvel relacionado a seguir foi adquirido por financiamento, e não pode ser vendido/alienado até liquidação total do financiamento, previsto para dezembro de 2030. Rio de Janeiro - RJRua Marquês de Olinda, nº 51, 70 e 70 Fundos - nºs 36.627, 42.112 e 66.276. Os imóveis relacionados a seguir foram adquiridos, por leilão judicial (Fempar e Huem), e já foram quitados na sua integralidade, sendo seu último pagamento efetuado em outubro de 2023, no entanto, ainda está em tramite judicial a averbação da matrícula dos imóveis.

Localidade	Endereço	Matrícula
Curitiba - PR	Rua Padre Anchieta, 2740, 2770 e 2800	nº 41.836 a 41.838
Curitiba - PR	Rua Padre Anchieta, 2740	nº 32.042
Curitiba - PR	Rua Augusto Stellfeld, 1908	nº 11.159, 28.999 e 45.338
Curitiba - PR	Rua Desembargador Otávio do Amaral, 245	nº 859 a 862
Curitiba - PR	Rua Sebastião Braganholo, 65	nº 84.266
Curitiba - PR	Rua Sebastião Braganholo, 75	nº 84.267
Curitiba - PR	Rua Sebastião Braganholo, 87	nº 84.268
Ponta do Paraná - PR	Avenida dos Sabiás, s/n	nº 33.834

12.2. Imóveis/terrenos em comodato - O Instituto utiliza os imóveis (terrenos e prédios) cedidos por terceiros **(*)**, suportados por contratos de comodatos, não remunerados, sem compromisso de devolução, compreendendo os seguintes *campi*:

Campus	Localização	Área total
Brasília - DF	Lote 08 e 09, Quadra 906, SGA Sul	23.250 m2
Brasília - DF	SHIS-QI 05, Chácara 74 a 79 – Lago Sul	67.680 m2
Campinas - SP	Av. Brasil, 1200	22.000 m2
Guarulhos - SP	Av. Benjamin Hammis Hubbicut, 3774	70.000 m2
Palmas - TO	Quadra ARSE 12, nº12/14 da Alameda 30 - Loteamento Palmas	4.805 m2
Rio de Janeiro - RJ	Av. Rio Branco, 277	1.953 m2
São Paulo - SP	Quadrilátero formado pelas Ruas Maria Antônia, Itambé, Piauí e Consolação	45.470 m2
São Paulo - SP	Rua Piauí, 85	258 m2
São Paulo - SP	Rua Piauí, 95	370 m2
Itapetininga - SP	Bairro do Mato Seco	10.000 m2

(*) Imóveis e terrenos cedidos pela Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB).

13. Intangível

	2022	Aquisição/ Doação	Transferências	Ajuste	Amortização do exercício	Total líquido 2023
Software	2.842	-	1.024	-	(1.573)	**2.293**
Livro digital	20	-	-	-	(8)	**12**
Direito de exploração mantença **(*)**	71.615	-	-	-	-	**71.615**
Impairment de exploração **(**)**	(17.238)	-	-	-	-	**(17.238)**
Direito de marcas e patentes	561	-	-	-	-	**561**
Software a apropriar	2.188	17.660	-	-	(16.958)	**2.890**
Sistemas de ensino	16.184	-	13.565	-	(1.920)	**27.829**
Intangível em andamento	12.304	26.120	(14.589)	-	-	**23.835**
Total	**88.476**	**43.780**	**-**	**-**	**(20.459)**	**111.797**

(*) Refere-se à aquisição ocorrida em leilão em dezembro de 2018 da mantença do Hospital Universitário Evangélico Mackenzie (HUEM) no valor de R$39.377, da Faculdade Evangélica Mackenzie do Paraná no valor de R$ 15.000 e da Faculdade Moraes Júnior, esta última ocorrida em dezembro de 2008, que incluiu a transferência da autorização de 5.000 vagas pelo MEC no valor de R$ 17.238; **(**)** Constituição de 100% da amortização do direito de mantença da Faculdade Moraes Júnior exploração, no valor de R$ 17.238; e O ativo intangível referente ao "Direito de Mantença" bem como seu prazo de recuperação, estão suportados por estudo técnico, que utilizou a metodologia de "Fluxo de caixa descontado".

14. Empréstimos e financiamentos:

Modalidade/ finalidade	Indexador	Encargos anuais méd %	Circulante 2023	Circulante 2022	Não Circulante 2023	Não Circulante 2022	Total 2023	Total 2022
Em moeda nacional								
BNDES **(i-a)**	TJLP	2,90%	1.461	2.142	-	690	**1.461**	**2.832**
BNDES **(i-b)**	TJLP	4,80%	274	255	-	30	**274**	**285**
BNDES **(i-b)**	SELIC	3,80%	65	103	-	177	**65**	**280**
TRT 9ª Região **(ii)**	IPCA-E	-	-	29.012	-	-	**-**	**29.012**
Financ.**(iii)**	Pré-Fixada	17%	11.235	5.826	9.231	18.937	**20.466**	**24.763**
Financ. **(iv)**	CDI	2,8%	14.540	1.210	70.640	85.140	**85.180**	**86.350**
Financ. **(v)**	CDI	3,2% e 2,5%	405	4.900	100.004	50.000	**100.409**	**54.900**
Total			**27.980**	**43.448**	**179.875**	**154.974**	**207.855**	**198.422**

(i) Operação de crédito contratada em 2015 no montante de R$ 10.419 **(i-a)** para reforma e ampliação de instalações no *campus* de São Paulo por meio da construção do edifício MackGraphe, e outra, no montante de R$ 1.519 (i-b), que tem como destino a construção de um prédio do Colégio em Palmas, ambas as operações de crédito contratadas com o Banco Itaú S.A. Os financiamentos foram obtidos por meio de cédula de crédito bancário do BNDES. Ambos têm o prazo de financiamento de 96 meses para amortização, com 24 meses de carência. Esses financiamentos estão garantidos por hipoteca dos imóveis situados à Rua Piauí, 143/151 e cessão fiduciária de recebíveis de duplicatas; **(ii)** O Instituto, em 2018, arrematou, através de leilão público do TRT 9ª Região, a Faculdade Evangélica do Paraná (Fepar) e o Hospital Universitário Evangélico de Curitiba (HUEC) - pelo valor de R$ 215.050, sendo pagos 20% de entrada e o restante em 60 parcelas mensais, corrigidas pelo IPCA-E (pro rata die), conforme edital, acrescido de 5% de comissão ao leiloeiro e honorários advocatícios. A última parcela foi quitada em outubro de 2023; **(iii)** Corresponde às dívidas parceladas com instituição financeira, no prazo de 50 meses, a serem pagas pelo Instituto em decorrência do recebimento dos imóveis em pagamento dos contratos de mútuo (Nota Explicativa nº 9); **(iv)** Financiamento para aquisição de nova sede acadêmica da unidade Rio de Janeiro no processo de reposicionamento das operações no município. Iniciou em 15 de novembro de 2020, com três anos de carência para início da amortização - período durante o qual são pagos somente juros - com previsão de finalização em 15 de outubro de 2030. O financiamento está garantido pelo imóvel; e **(v)** Financiamento de R$ 50.000 para aquisição de nova sede acadêmica da Faculdade na Unidade Brasília. Iniciou em 25 de dezembro de 2022, com três anos de carência para início da amortização - período durante o qual são pagos somente juros - com previsão de finalização em 25 de setembro de 2029. O financiamento não possui garantias reais. Em 2023, foi contratado um empréstimo de R$ 50.000, que será destinado para as obras no campus de Alphaville da UPM e para as obras de retrofit da FPM - Brasília. A operação foi contratada pelo prazo de 84 meses, sendo 24 meses de carência, taxa contratada de CDI + 2,50% a.a. e tem como garantia real 20% das aplicações na instituição financeira. **15. Fornecedores** - Composto por gastos com fornecedores nacionais, principalmente com a aquisição de materiais de escritório, manutenção, equipamentos, limpeza e alimentos, bem como com a contratação de prestadores de serviços. Em 2023 e 2022, os montantes foram de R$ 33.105 e R$ 38.208, respectivamente. **16. Salários e encargos a pagar**

	2023	2022
Salários a pagar	31.565	27.163
INSS	2.810	2.670
FGTS	4.332	6.235
Previdência privada a pagar **(i)**	3.989	4.177
Imposto de renda retido sobre assalariado	22.884	23.011
Provisão para férias e encargos	49.272	42.161
Outros	4.518	4.604
Total	**119.370**	**110.021**

(i) Previdência privada a pagar Nota Explicativa nº 3.14. **17. Outras contas a pagar** - Composta por convênios educacionais e subvenções da saúde entre outros.

	2023	2022
Convênios educacionais	21.652	12.315
Subvenções da saúde	6.781	7.319
Outros	5.975	4.901
Total	**34.408**	**24.535**

18. Mensalidades antecipadas - Mensalidades e matrículas recebidas no exercício corrente, referentes aos serviços educacionais do exercício subsequente. A receita será reconhecida no resultado de acordo com a prestação de serviço.

	2023	2022
Matrículas	14.711	13.442
Mensalidades	12.656	11.721
Total	**27.367**	**25.163**

19. Provisão para contingências - O Instituto é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2022	Adição	Baixas	Reversão	2023
Trabalhista	10.267	229	(3.388)	-	7.108
Civil	47	700	(489)	-	258
Tributário	170	485	(541)	-	114
Honorários advocatícios	3.425	-	(1.448)	-	1.977
Total provisão para contingências	**13.909**	**1.414**	**(5.866)**	**-**	**9.457**

19.1. Ações trabalhistas - Em 2023, o Instituto constituiu uma provisão de R$ 229 para perdas prováveis. Adicionalmente, existem causas no valor de R$ 1.759 (R$ 1.235 em 2022) para causas com risco de perda possível, que não foram provisionadas nas demonstrações contábeis, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **19.2. Ações tributárias -** Em 2023, foi constituída provisão no valor de R$ 485 referente as causas consideradas prováveis. Adicionalmente, existem causas no valor de R$ 7.576 para causas com risco de perda possível. O Instituto apresenta, ainda, ações advindas de sua condição de entidade sem fins lucrativos, as quais os assessores jurídicos avaliam como risco remoto. Em 28 de junho de 2019, transitou em julgado o acórdão do tribunal regional federal da primeira região restabelecendo o certificado de entidade beneficente e a respectiva isenção de contribuições sociais de que trata o art. 195, § 7º, da Constituição, para que o Instituto mantenha sua imunidade tributária. Para garantia dos recursos no processo acima foi empenhado, em garantia, imóvel de propriedade do Instituto (Nota Explicativa nº 12.1). Os assessores jurídicos estão providenciando a liberação do bem dado em garantia. **19.3. Ações cíveis -** O Instituto teve, em 2023, provisionamento adicional de R$ 700 para fazer frente a um processo já classificado anteriormente como provável, contudo, em valor desfavorável ao Instituto e quitado ao longo do ano. **20. Patrimônio líquido** - Representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição, que são empregados integralmente nos objetivos sociais (Nota Explicativa nº 1). O Instituto, como pessoa jurídica de duração indeterminada, não tem prazo nem condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, ficar impossibilitado de realizar seus objetivos, havendo sua extinção ou dissolução, seu eventual patrimônio remanescente será destinado a uma instituição de fins educacionais e filantrópicos, mediante indicação da Igreja Presbiteriana do Brasil, e será aplicado, necessariamente, em conformidade com sua finalidade, ressalvados os bens recebidos em comodato ou por doação com destinação específica. **a)** Em 2023 o total do Fundo Mackenzie de Pesquisa e Inovação - MackPesquisa foi de R$ 10.384, considerando as Receitas e Despesas conforme quadro a seguir.

	2023	2022
Saldo inicial Mackpesquisa	8.661	8.426
Receita Mackpesquisa	997	615
Despesa Mackpesquisa	(4.749)	(5.340)
Valor líquido da operação Mackpesquisa	**4.908**	**3.701**
0,4% Referente a receita líquida – destinada ao Mackpesquisa	5.476	4.960
Saldo Acumulado	**10.384**	**8.661**

21. Receitas - a) Educação

	Educ. Básica 2023	Educ. Básica 2022	Educ. Superior 2023	Educ. Superior 2022	Total 2023	Total 2022
Rec. com mensalidades	333.294	307.488	1.049.190	963.629	**1.382.484**	**1.271.117**
Bolsas de estudo	(31.836)	(28.476)	(20.658)	(26.030)	**(52.494)**	**(54.506)**
Bolsas Prouni	-	-	(95.356)	(76.126)	**(95,356)**	**(76.126)**
Bolsas deliberação **(i)**	(23.555)	(23.996)	(58.260)	(44.716)	**(81.815)**	**(68.712)**
Bolsas benefícios **(ii)**	(42.102)	(38.377)	(23.764)	(20.667)	**(65.866)**	**(59.044)**
Descontos	(34.688)	(31.984)	(29.400)	(23.919)	**(64.088)**	**(55.903)**
Rest. de mensalidades	(145)	(113)	(1.769)	(1.958)	**(1.914)**	**(2.071)**
Receita de mensalidades líquida	**200.968**	**184.542**	**819.983**	**770.213**	**1.020.951**	**954.755**

(i) Bolsas institucionais de diversos percentuais não utilizadas para cálculo de filantropia; e **(ii)** Bolsas de colaboradores e seus dependentes.

b) Saúde

	2023	2022
Contratualização P. fixada	110.333	90.820
Atendimento hospitalar de alta complexidade	37.754	36.626
Convênios privados	26.198	23.939
Hospsus	4.920	4.784
Contratualização incentivos	60.103	57.203
Contratualização incrementos	44.948	21.839
Faec	16.204	12.340
Atendimento particular	4.335	1.848
Cancelamentos e Glosas - SUS	(10.177)	(5.087)
Glosas - Convênios	(283)	(982)
Total	**294.335**	**243.330**
SUS	264.085	218.525
Convênios	25.915	22.957
Particulares	4.335	1.848

c)Outras receitas - Educação e saúde	2023	2022
Doações **(i)**	7.352	5.476
Outras receitas	10.693	8.105
Total	**18.045**	**13.581**

(i) Eventualmente, o Instituto recebe doações incondicionais que são aplicadas nas finalidades para as quais se destinam, de acordo com os objetivos institucionais. No exercício de 2023, foi recebido o montante de R$ 7.352 (R$ 5.476 em 2022) em doações, sendo aquelas não destinadas ao custeio, referentes, principalmente, a itens de imobilizado. **22. Despesas operacionais com pessoal e encargos**

	2023	2022
Remuneração	(587.021)	(527.399)
Férias e 13º salário	(121.300)	(112.272)
FGTS	(52.165)	(51.477)
Previdência privada	(11.254)	(10.719)
Outras despesas com pessoal **(a)**	(87.339)	(82.639)
Total	**(859.079)**	**(784.506)**

(a) São referentes a vale-transporte, vale-alimentação, convênios médicos, odontológico, seguro de vida e pessoal, auxílio creche e auxílio funeral. O Instituto aplicou 67,5% de sua receita líquida total em despesas com pessoal em 2023 (63,5% em 2022), conforme parâmetro da Lei de Diretrizes e Base de sua regulamentação, e conforme determina a Resolução do CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002, entidades sem finalidade de lucro, item 27 (R1), letra "j". **23. Despesas gerais e administrativas**

	2023	2022
Serviços de terceiros **(a)**	(165.636)	(159.136)
Conservação e manutenção **(b)**	(29.114)	(25.635)
Utilidades e serviços **(c)**	(24.821)	(24.563)
Materiais	(18.681)	(15.768)
Locações **(d)**	(12.109)	(12.281)
Viagens e estadias	(10.706)	(9.335)
Provisão para contingências	(15)	(1.390)
Consumo de estoque	(62.911)	(62.081)
Atividades sócio esportivo, cultural e filantrópico	(2.006)	(1.846)
Edições jornais e revistas	(1.112)	(1.603)
Convênio educacional	(930)	(375)
Outras	8.894	(6.852)
Total despesas gerais e administrativas	**(319.147)**	**(320.865)**

(a) Corresponde à valores pagos a empresas de serviço de vigilância, limpeza, serviços de assessoria, entre outros. Principais variações nas contas de Serviços de Terceiros; **(b)** Referente à manutenção dos edifícios utilizados na atividade fim; **(c)** Valores pagos com a utilização dos serviços de energia elétrica, água e esgoto e telefonia; e **(d)** O Instituto aluga bens móveis e imóveis para as suas atividades educacionais e de saúde, assim como para o apoio administrativo. Os contratos são reajustados a cada ano, de acordo com os índices estabelecidos em cada um. Durante o exercício de 2023, o montante foi de R$ 12.109 (R$ 12.281 em 2022). **24. Resultado financeiro**

	2023	2022
Despesas financeiras	**(38.667)**	**(29.080)**
Juros em empréstimos e financiamentos	(32.161)	(22.947)
Outros	(6.506)	(6.133)
Receitas financeiras	**30.408**	**41.287**
Juros e descontos	13.629	13.169
Rendimentos de aplicações financeiras	16.779	28.118
Resultado líquido	**(8.259)**	**12.207**

25. Imunidade e isenção tributária - O Instituto é imune à incidência de impostos por força do art. 150, inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e Art.195, inciso III, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, Lei nº 9.532/97, Lei nº 11.096/05 e Lei Complementar nº 187/21 e Decreto 11.791/2023. Detém o Certificado CEBAS com validade referente ao triênio 2016-2018 conforme certidão MEC processo (23000.024783/2015-15) emitida em 7 de fevereiro de 2023 e pela apresentação tempestiva de pedidos de renovação, ou seja, protocolo no 23000.04200/2018-86 - renovação CEBAS MEC para o triênio 2019 a 2021 datado de 27 de dezembro de 2018 e protocolo 23000.016250/2021-08 renovação CEBAS-MEC para o triênio 2021 a 2024 datado de 21 de junho de 2021. A CND previdenciária foi renovada por mais 6 (seis) meses, na via administrativa, tendo sido a respectiva certidão positiva com efeito de negativa emitida, em 13 de dezembro de 2023, com validade até 10 de junho de 2024. Em virtude de ser instituição sem fins lucrativos e em usufruto do CEBAS, de acordo com o Art. 150 da Constituição Federal, inciso VI; e do Art. 4º da Lei Complementar nº 187/2021; e da Lei nº 11.096/2005, o Instituto faz jus à imunidade e isenção do pagamento de impostos e de contribuições previstas nos artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91. Assim, encontra-se imune e isento a: • Cota Patronal do Imposto Nacional do Seguro Social (INSS); • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas próprias; • Programa de Integração Social (PIS) sobre a folha de pagamento; • Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ); • Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); • Imposto de Importação (II); • Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); • Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); • Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); • Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); e • Imposto sobre Transmissão de Bens Móveis (ITBI). A isenção usufruída do Instituto referente INSS, PIS e Cofins no exercício de 2023 totalizou R$ 181.130 (R$ 164.547 em 2022). Os associados, conselheiros, instituidores e benfeitores não são remunerados por suas funções e nem recebem vantagens ou benefícios, conforme Lei nº 187/2021, inciso I do Artigo 3º e CTN Lei nº 5.172/1966, Art. 14. **26. Gerenciamento de riscos** - **26.1. Instrumentos financeiros - Gerenciamento de risco financeiro -** O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos, advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco do Instituto. **Estrutura do gerenciamento de risco -** As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Instituto, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de risco são revisados, pela área de riscos e *compliance*, para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto. **Risco de crédito -** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Instituto caso um aluno ou a contraparte em um instrumento financeiro falhem em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem, principalmente, dos recebíveis de alunos e de títulos de investimento. **Mensalidades escolares e direitos creditícios em saúde a receber -** Os riscos de créditos com alunos são gerenciados pela: **(i)** renovação das matrículas dos alunos a cada período na Universidade, nas Faculdades e nos Colégios Presbiterianos Mackenzie, momento no qual os débitos são quitados e/ou renegociados; e **(ii)** constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos, que, em 31 de dezembro de 2023, representava 57% das contas a receber em aberto, constituída com base em histórico de perdas, que inclui valores em cobrança. Os riscos de créditos na prestação de serviços de saúde são gerenciados na adequada aplicação, controle e registro de materiais e serviços médicos com: **(i)** o Sistema Único de Saúde (SUS); **(ii)** os clientes particulares ou de convênios médicos. Em ambas as situações são formalizados contratos que respaldam os serviços prestados. **Exposição a riscos de crédito -** O Instituto limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos de renda fixa e com contrapartes de primeira linha. A administração espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir suas obrigações. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Valor contábil	Notas	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	36.584	47.143
Aplicações financeiras	6	56.048	41.495
Mensalidades escolares a receber	7	65.299	91.625
Contas a receber - saúde	7.1	31.247	33.737
Outros créditos		2.356	1.828
Partes relacionadas		137.164	126.206
Total		**328.697**	**342.034**

Risco de mercado - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos do Instituto ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco, neste caso, é de gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno: **• Risco de preço dos serviços prestados:** esse risco é gerenciado e reduzido, uma vez que o principal componente do custo se refere aos salários dos professores, fixados em moeda nacional conforme o acordo coletivo da categoria; **• Risco de taxas de juros:** esse risco é gerenciado e reduzido, uma vez que o Instituto possui suas aplicações financeiras em taxas prefixadas, e seus empréstimos e financiamentos, em cédulas do BNDES, IPCA e Selic; e **• Risco de taxas de câmbio:** reduzido e de baixa monta, representado pela importação de equipamentos para aplicação em suas atividades de pesquisa, ensino e saúde, além de pagamento de alguns professores estrangeiros. **Risco de liquidez -** A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

	31 de dezembro de 2023				
Passivos financeiros não derivativos	**Valor contábil**	**6 meses ou menos**	**6-12 meses**	**1 a 2 anos**	**3 anos ou mais**
Fornecedores	33.105	33.105	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	207.855	13.990	13.990	52.360	127.515
Total	**240.960**	**47.095**	**13.990**	**52.360**	**127.515**

	31 de dezembro de 2022				
Passivos financeiros não derivativos	**Valor contábil**	**6 meses ou menos**	**6-12 meses**	**1 a 2 anos**	**3 anos ou mais**
Fornecedores	38.208	38.208	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	198.422	21.724	21.724	88.300	66.674
Total	**236.630**	**59.932**	**21.724**	**88.300**	**66.674**

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade do Instituto possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira, não apresentam variações. Durante os exercícios de 2023 e 2022, o Instituto não executou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos. **26.2. Riscos regulatórios -** Os riscos regulatórios dos setores de educação e saúde são gerenciados por meio do monitoramento da legislação setorial e dos referenciais expedidos pelos órgãos governamentais competentes, assim como pelo estabelecimento e gerenciamento de controles internos que assegurem o cumprimento das normas regulatórias de cada um dos setores, como os relatórios gerenciais aplicáveis ao setor educacional e a supervisão do padrão de qualidade na área da saúde. Não é esperado que novos instrumentos regulatórios afetem de maneira significativa as operações do Instituto em um cenário de curto prazo. **27. Trabalho voluntário** - Conforme Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1), item 19, o Instituto reconhece, pelo valor justo, a prestação de serviço não remunerado de 19 (dezenove) conselheiros externos. Sendo os valores estimados em R$ 359 em 2023 (R$ 357 em 2022) por hora dedicada, somando-se total de aproximadamente 224 horas de reuniões ao longo do ano de 2023. Seguindo a exigência legal para instituições filantrópicas, ressaltamos que não houve o desembolso financeiro desses numerários, os quais são apresentados como exigência normativa. **28. Gratuidade educação** - O Instituto, em observância à Lei nº 11.096, de 13 de junho de 2005, aderiu ao Programa Universidade para Todos (Prouni), por meio do termo de adesão de 26 de novembro de 2004, e por essa razão, oferece bolsas integrais (100%) aos beneficiários do Prouni na proporção mínima de 1 bolsa para cada 9 pagantes. Em atendimento à Lei nº 187/21 oferece, também bolsas integrais (100%) e parciais (50%) na proporção de 01 bolsa para cada 05 pagantes incluídas aquelas do Prouni. Apresentamos o demonstrativo de cálculo a partir do número de alunos pagantes:

	Educação Básica 2023	Educação Básica 2022	Educação Superior 2023	Educação Superior 2022
Total de alunos matriculados	**8.170**	**7.898**	**27.154**	**26.836**
Alunos bolsa integral	1.026	821	511	718
Alunos bolsa integral e com deficiência	-	55	-	-
Alunos bolsa integral (PROUNI)	-	-	3.382	3.128
Número total de alunos com bolsa integral	**1.026**	**876**	**3.893**	**3.846**
Outras bolsas integrais	1.559	1.592	1.196	1.102
Alunos inadimplentes (Lei 187/2021)	472	628	1.905	3.092
Alunos pagantes	**6.139**	**5.678**	**24.053**	**22.642**
Alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 187/2021)	206	142	288	461
Alunos com bolsa parcial de 50% (PROUNI)	-	-	232	-
Número total de alunos com bolsa parcial 50%	**206**	**142**	**520**	**461**
Número total de bolsa equiv. (Lei 187/2021)	**1.129**	**958**	**4.153**	**4.077**
Outras bolsas parciais				
Bolsas integrais convertidas de benefícios complementares	**10**	**12**	**-**	**-**
Número de bolsas necessárias para o cumprimento da gratuidade legal				
1 para cada 5 pagantes Educação Básica (Lei 187/2021)	1.032	962	-	-
1 para cada 9 pagantes Ensino Superior (Lei 11.096/2005)	-	-	2.405	2.264
1 para cada 5 pagantes Ensino Superior (Lei 187/2021)	-	-	3.813	3.813
Total de bolsas integrais concedidas	1.129	970	4.052	4.077
Excedente de bolsas concedidas	**97**	**8**	**101**	**264**

Projetos educacionais - O Instituto desenvolve projetos educacionais e de apoio aos alunos bolsistas, com abrangência nos campi São Paulo e Alphaville. Os gastos e as despesas relacionados a esses projetos montaram R$ 465 em 2023 (R$ 439 em 2022). **29. Gratuidade da saúde** - Conforme quadro apresentado adiante, o Instituto cumpriu o determinado pelo Artigo 9º da Lei Complementar nº 187/21 que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS).

	2023	2022
Pacientes Dia SUS - Conforme Data SUS (AIH)	157.451	157.038
Pacientes Dia Não SUS - Conforme Data SUS (CIH) (*)	9.701	10.431
Proced. Ambulatoriais SUS - Conforme Data SUS (SIA)	1.549.449	1.281.683
Proced. Ambulatoriais Não SUS - Conf. Data SUS (CIHA) (*)	56.168	38.885
Internações SUS	**94,20%**	**93,77%**
Ambulatorial SUS	**96,50%**	**10%**
Total antes do Artigo 20 Portaria 834/2016	**104,20%**	**103,77%**
Artigo 20 da Portaria 834/2016		
I - atenção obstétrica e neonatal;	1,50%	1,50%
II - atenção oncológica;	1,50%	1,50%
III - atenção às urgências e emergências;	1,50%	1,50%
VI - hospital de ensino.	1,50%	1,50%
Percentual SUS Final	**110,20%**	**109,77%**

(*) Dados atualizados no site do Ministério da Saúde Datasus de janeiro a dezembro.

30. Transações que não afetam o caixa e informações adicionais - A seguir apresentamos as transações monetárias sem efeito caixa as quais não foram apresentadas na demonstração de fluxo de caixa:

Consolidado	2023	2022
Investimentos: Créditos com partes relacionadas	13.450	63.699
Aquisição de Imobilizado	(38.126)	(88.962)
Efeito no caixa líquido das atividades investimentos	**(24.676)**	**(25.263)**
	2023	**2022**
Atividades de financiamento e outras contas a pagar		
Captação de empréstimos	-	24.763
Fornecedores	24.676	-
Outras contas a pagar	-	500
Efeito no caixa líquido das atividades financiamentos	**24.676**	**25.263**

31. Cobertura de seguros - O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos operacionais por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Durante 2023 foi contratada a Chubb Seguros Brasil S.A.

Descrição	2023	2022
Danos materiais	1.225.385	1.238.050
Responsabilidade civil	50.000	12.000

A frota de veículos tem cobertura de seguro com garantia do valor de indenização de 100% da tabela Fipe. O escopo da auditoria não inclui uma opinião sobre a razoabilidade da cobertura de seguros. **Proposta de destinação do resultado -** Em 29 de fevereiro de 2024 o Conselho Deliberativo aprovou a proposta de incorporação do superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 57.095, sendo R$ 48.454 destinado ao resultado do exercício e R$ 1.974 para a constituição de reserva de superávit destinada ao Fundo Mackenzie de Pesquisa e Inovação - MackPesquisa - cujo objetivo é o fomento da pesquisa e da inovação para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

"Não há entre os deuses semelhante a ti, Senhor; e nada existe que se compare às tuas obras.
Todas as nações que fizeste virão, prostrar-se-ão diante de ti, Senhor, e glorificarão o teu nome.
Pois tu és grande e operas maravilhas; só tu és Deus!
Salmo 86, versículos de 8 a 10"

Denys Cornélio Rosa - Diretor de Finanças • **Milton Flávio Moura** - Diretor-Presidente • **Reinaldo Pereira Santos** - Contador CRC 1SP289799/O-0

Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023 - A Comissão de Finanças apresenta Parecer, na qualidade de Conselho Fiscal, sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, do IPM, nos seguintes termos: O Conselho Fiscal do Instituto Presbiteriano Mackenzie, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer, sem ressalva, da Grant Thornton Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal constatou que as referidas Demonstrações estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral e recomenda a sua aprovação.

Presb. Hesio Cesar de Souza Maciel - Relator • **Presb. Rui Otávio Bernardes de Andrade** - Vice-Relator
**Pres

INÊS249

Companhia ESA

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, estamos apresentando as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas das notas explicativas.

CNPJ nº 52.117.397/0001-08

São Paulo, 29 de abril de 2024. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	99	96
Ativos financeiros (Nota 6)	1.120	5.648
Tributos a recuperar (Nota 7)	4.960	6.297
Juros sobre capital a receber (Nota 8(c))	12.810	11.422
Demais ativos circulantes	467	358
	19.456	23.821
Não circulante		
Investimento (Nota 8)	225.871	157.488
Imobilizado	90	88
Intangível	-	1
	225.961	157.577
Total do ativo	245.417	181.398

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 9)	1.622	1.572
Demais tributos e contribuições a pagar (Nota 10)	1.547	1.778
Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 12(c))	8.505	4.790
Obrigações trabalhistas e sociais a pagar	301	266
Demais passivos circulantes	134	156
Total do passivo	12.109	8.562
Patrimônio líquido (Nota 12)		
Capital social	130.000	80.000
Reservas de lucros	112.208	72.957
Ajustes de avaliação patrimonial	(8.900)	19.879
Total do patrimônio líquido	233.308	172.836
Total do passivo e do patrimônio líquido	245.417	181.398

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Especial	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1° de janeiro de 2022	61.500	1.310	58.914	34.458	–.–	156.182
Distribuição de Lucros de 2016	–.–	–.–	(3.000)	–.–	–.–	(3.000)
Aumento de capital por capitalização de reservas:						
Reserva Especial de Lucros - 2016 e 2018	18.500	–.–	(18.500)	–.–	–.–	–.–
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)						
Transações com empresas subsidiárias e controladas (Nota 8)	–.–	–.–	–.–	820	–.–	820
Outras (Nota 8)	–.–	–.–	–.–	(10.000)	–.–	(10.000)
Lucro líquido do exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	34.233	34.233
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA (Nota 8)	–.–	–.–	–.–	(5.399)	–.–	(5.399)
Destinação do resultado exercício						
Reserva legal	–.–	1.711	–.–	–.–	(1.711)	–.–
Destinação para reserva especial (Nota 12(b))	–.–	–.–	32.522	–.–	(32.522)	–.–
Em 31 de dezembro de 2022	80.000	3.021	69.936	19.879	–.–	172.836
Aumento de capital, com:						
Aporte dos Acionistas	40.000	–.–	–.–	–.–	–.–	40.000
Reserva Especial de Lucros - 2018 e 2019	10.000	–.–	(10.000)	–.–	–.–	–.–
Deságio na Aquisição de Investimentos	–.–	–.–	7.790	–.–	–.–	7.790
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)						
Transações com empresas subsidiárias e controladas (Nota 8)	–.–	–.–	–.–	(2.559)	–.–	(2.559)
Outras (Nota 8)	–.–	–.–	–.–	(30.001)	–.–	(30.001)
Lucro líquido do exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	53.645	53.645
Juros sobre capital próprio aprovados	–.–	–.–	–.–	–.–	(12.184)	(12.184)
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA (Nota 8)	–.–	–.–	–.–	3.781	–.–	3.781
Destinação do resultado exercício						
Reserva legal	–.–	2.073	–.–	–.–	(2.073)	–.–
Destinação para reserva especial (Nota 12(b))	–.–	–.–	39.388	–.–	(39.388)	–.–
Em 31 de dezembro de 2023	130.000	5.094	107.114	(8.900)	–.–	233.308

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2023	2022
Resultado de participações societárias (Nota 8)	36.665	29.583
Despesas gerais e administrativas (Nota 13)	(6.802)	(5.973)
Tributos (Nota 14)	(2.524)	(2.444)
Lucro operacional	27.339	21.166
Receitas financeiras (Nota 15)	27.952	27.231
Despesas financeiras (Nota 15)	(30)	(12.597)
Outras receitas operacionais	6	5
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	55.267	35.805
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	(1.622)	(1.572)
Lucro líquido do exercício	53.645	34.233
Quantidade de ações ordinárias emitidas (milhares)	2.226.628	2.090.914
Lucro por ação do capital social (Nota 12 (d))	0,0241	0,0163

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	53.645	34.233
Participação no resultado abrangente da controlada (Nota 8)	3.781	(5.399)
Resultado abrangente do exercício	57.426	28.834

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	55.267	35.805
Ajustes		
Depreciação e amortização	29	29
Resultado de participações societárias (Nota 8)	(36.665)	(29.583)
Ativos financeiros		
Receitas	(27.952)	(27.231)
Despesas	30	12.597
	(9.291)	(8.383)
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	1.337	(1.174)
Demais ativos circulantes	(109)	(86)
Demais tributos e contribuições a pagar	(1.803)	1.196
Obrigações trabalhistas e sociais a pagar	35	103
Demais passivos circulantes	(22)	132
	(562)	171
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(9.853)	(8.212)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	25.220	20.705
Aquisição de investimentos	(52.707)	–.–
Aquisição e baixas de imobilizado	(30)	–.–
Variação dos ativos financeiros	5.843	4.245
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(21.674)	24.950
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos aos acionistas	–.–	(3.000)
Juros sobre capital próprio pagos aos acionistas	(8.470)	(13.717)
Aumento de capital com aporte dos acionistas	40.000	–.–
	40.000	–.–
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	31.530	(16.717)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3	21
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	96	75
No final do exercício	99	96
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3	21

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações gerais

A Companhia ESA ("COMPANHIA") é uma sociedade anônima com sede na capital do Estado de São Paulo e que tem como objeto social e atividade preponderante a participação na controlada Itaúsa S.A. ("ITAÚSA"), controlada em última instância pela família Egydio de Souza Aranha.

2. Políticas contábeis materiais

Um resumo das políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis está apresentado a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da COMPANHIA no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Apresentação das demonstrações contábeis: A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela diretoria, em 29 de abril de 2024.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme os CPC's emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis (individuais) contêm informações sobre a COMPANHIA e não contêm informações contábeis consolidadas como sendo a controladora de um grupo. A COMPANHIA não está apresentando demonstrações contábeis consolidadas, incluindo a ITAÚSA (Nota 8), uma vez que essa controlada é a *holding* do conglomerado ITAÚSA e, por ser de capital aberto, já prepara demonstrações contábeis consolidadas. A Administração da COMPANHIA concluiu que a preparação das demonstrações contábeis consolidadas incluindo a ITAÚSA, considerando a composição e a relevância de seus ativos e passivos, apenas duplicaria informações já disponíveis, uma vez que não acrescentaria relevância ou confiabilidade ao que já está disponível ao público.

Tivesse a COMPANHIA elaborado demonstrações contábeis consolidadas, a única diferença relevante em relação às demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA seria a classificação da parcela não detida pela COMPANHIA no patrimônio líquido da ITAÚSA como participação dos não controladores, como abaixo demonstrado:

	2023	2022
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	225	157
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	86.825	76.378
	87.050	76.535

Assim, a leitura dessas demonstrações contábeis individuais deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA, que se encontram disponíveis no site oficial da empresa.

2.2. Tratamento da participação na ITAÚSA

A participação detida na ITAÚSA é reconhecida pela aplicação do método de equivalência patrimonial, por meio do qual a COMPANHIA reconhece sua participação proporcional detida no patrimônio líquido da controlada, a fim de registrar a parte que lhe cabe no resultado, resultado abrangente ou outras transações de capital registradas pela controlada. Não existem eliminações de transações com a controlada no processo de aplicação da equivalência patrimonial.

As transações em que a COMPANHIA adquire participações (ações) de acionistas não controladores ou vende parte de participações detidas, são consideradas como sendo transações entre a COMPANHIA e seus acionistas. Dessa forma, qualquer diferença entre o montante pago e o correspondente valor da participação no patrimônio da controlada é reconhecida diretamente no patrimônio líquido da COMPANHIA e não no resultado ou no resultado abrangente.

No caso de aquisição adicional de ações da controlada por valor superior ao valor patrimonial (ágio) ou no caso de aquisições de ações com ganho por compra vantajosa (deságio), os valores de ágio ou deságio são contabilizados em conta do patrimônio líquido. Efeitos semelhantes nas vendas de ações são também assim registradas, a não ser que a venda produza perda de controle da investida.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

A COMPANHIA classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, isto é, as aplicações financeiras (Nota 6). Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. A COMPANHIA não tem contratos de derivativos de qualquer natureza em aberto ou efetuou transações dessa natureza no período coberto por estas demonstrações financeiras.

(b) Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, quando então são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da COMPANHIA compreendem os equivalentes de caixa, desde que não classificados como valor justo por meio do resultado e demais contas ou valores a receber. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem, como resultado financeiro.

2.5. Provisões

As provisões, que incluem os tributos apurados a pagar, são reconhecidas quando a COMPANHIA tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor poderá ser estimado com segurança.

2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela COMPANHIA nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

No período desta demonstração não há ajuste de crédito tributário sobre o Prejuízo Fiscal e Base Negativa registrados.

2.7. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, a serem demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

2.8. Reconhecimento da receita de participação

(a) Resultado de participação societária: O resultado de participação societária decorre da aplicação do método de equivalência patrimonial.

(b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.9. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da COMPANHIA é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na previsão estabelecida no estatuto social de pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Dividendos adicionais somente são reconhecidos como passivo na data em que são aprovados pelos acionistas. Os juros sobre capital próprio a pagar aos acionistas são demonstrados no passivo, no exercício em que o pagamento é aprovado pela diretoria.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), recolhido sobre os juros sobre capital próprio é reconhecido no patrimônio líquido, juntamente com os juros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

No caso da COMPANHIA, as estimativas contábeis críticas referem-se ao cálculo e registro de tributos sobre o lucro, embora não existam ajustes relevantes ao lucro líquido para a apuração das bases fiscais desses tributos. Nesse sentido, são apurados o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, além do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), com base na legislação vigente.

A apuração final desses tributos, para recolhimento, ocorrerá por ocasião da declaração do imposto de renda, e possíveis eventuais ajustes em relação aos valores apurados e registrados nestas demonstrações financeiras.

O julgamento contábil crítico refere-se à determinação do controle detido na ITAÚSA (Nota 8).

4. Gestão de risco financeiro

A atividade da COMPANHIA restringe-se à administração da posição acionária detida na ITAÚSA. Dessa forma, a origem e a aplicação de recursos resumem-se fundamentalmente no recebimento e no pagamento de dividendos e de juros sobre o capital, sem o objetivo de reter valores relevantes de recursos com algum outro objetivo.

O passivo circulante refere-se substancialmente a juros sobre capital próprio a pagar a acionistas. Nesse sentido, na medida em que suficientes recursos são recebidos da ITAÚSA, os acionistas da COMPANHIA são pagos e/ou remunerados. Uma pequena parcela dos recursos é retida para o pagamento de despesas correntes, incluindo tributos além de outras despesas relacionadas ao objeto social da COMPANHIA.

Essa parcela retida é mantida em instrumentos de caixa e equivalentes de caixa, que incluem o caixa, banco conta-movimento e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que, portanto, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a COMPANHIA pode rever a política de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações de capital.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos recebíveis. São classificados como ativos circulantes se foram adquiridos, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

	Empréstimos e recebíveis		Ativos financeiros designados ao valor justo		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	99	96	–.–	–.–	99	96
Ativos financeiros	–.–	–.–	1.120	5.648	1.120	5.648

6. Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros

O caixa e equivalentes de caixa estão representados por numerário em caixa e depósitos em conta-movimento.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os ativos financeiros referem-se as aplicações financeiras e estão apresentados por cotas de fundo de investimento Itaú Empresa Trust RF Referenciado DI FICFI junto ao Itaú Unibanco S.A. que contam com liquidez imediata e com propósito de serem ativa e frequentemente negociadas.

	2023	2022
Caixa e bancos	99	96
Aplicações em fundo de investimento	1.120	5.648
	1.219	5.744

7. Tributos a recuperar

	2023	2022
IRRF referente a juros sobre capital próprio	3.388	3.840
Impostos antecipados		
CSLL a recuperar	361	417
IRPJ a recuperar	985	1.795
IRRF sobre aplicações financeiras	226	245
	4.960	6.297

8. Investimentos

O saldo dessa conta é composto exclusivamente pela participação da COMPANHIA na controlada ITAÚSA, cujas informações estão detalhadas a seguir.

(a) Movimentação dos investimentos no exercício

Em 1º de janeiro de 2022	142.485
Resultado de participações societárias	29.583
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)	
Transações com empresas subsidiárias e controladas	820
Outros	(10.001)
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA	(5.399)
Em 31 de dezembro de 2022	157.488
Resultado de participações societárias	36.665
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)	
Transações com empresas subsidiárias e controladas	(2.559)
Outros	(30.001)
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA	3.781
Subscrição	52.707
Deságio	7.790
Em 31 de dezembro de 2023	225.871

(b) Informações sobre a ITAÚSA: A ITAÚSA é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Avenida Paulista nº 1.938, 5º Andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto participar em outras sociedades, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia, inclusive por meio de fundos de investimento, disseminando nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas, de forma sustentável.

Por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e outros investimentos, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros ("Itaú Unibanco"), painéis de madeira, louças, metais sanitários, revestimentos cerâmicos e chuveiros elétricos ("Dexco"), calçados e artigos de vestuário ("Alpargatas"), transporte de gás natural por meio de gasodutos ("NTS"), distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP ("Copa Energia"), líder no setor privado em serviços de saneamento básico no Brasil ("Aegea"), opera empresas de concessão de infraestrutura e mobilidade na América Latina ("CCR") e plataforma provedora de produtos e serviços financeiros no Brasil ("XP").

Nos termos do Acordo de Acionistas da ITAÚSA, de 10 de maio de 2011, a COMPANHIA foi constituída com a finalidade de administrar a posição acionária da família Egydio de Souza Aranha na ITAÚSA. Assim, os membros da família através da COMPANHIA formam o grupo controlador da ITAÚSA com o objetivo de, entre outros, estabelecerem acordo de votos para orientar as atividades da ITAÚSA.

Esses acionistas detêm, em conjunto, 63,52% das ações ordinárias (2022 - 63,35%) e 17,85% das ações preferenciais (2022 - 17,74%) da ITAÚSA, resultando em 33,55% do capital total. Em 31 de dezembro de 2023, a COMPANHIA possui participação de 0,27229% (2022 - 0,21634%) e o usufruto das ações ordinárias, atuais e futuras, dos membros integrantes do bloco de controle, compreendendo-se no usufruto o direito de voto e 1,1% dos direitos patrimoniais (dividendos, juros sobre capital próprio e bonificações em dinheiro). O valor de 1,1% dos direitos patrimoniais totalizou R$ 13.602 (2022 - R$ 13.384), registrado no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial".

Informações da ITAÚSA em 31 de dezembro de 2023 (*)	
Capital social	73.189
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores da ITAÚSA	82.952
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores	13.466
Participação detida pela Companhia ESA - %	0,27229
Informações da ITAÚSA em 31 de dezembro de 2022 (*)	
Capital social	63.500
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores da ITAÚSA	72.797
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores	13.674
Participação detida pela Companhia ESA - %	0,21634

(*) Informações em milhões de reais ou de outra forma indicado.

(c) Juros sobre Capital Próprio (JCP) a receber: O reconhecimento de juros sobre capital próprio como receitas e direito recebível no ativo circulante se deu com base em Reuniões do Conselho de Administração da ITAÚSA realizadas nas datas informadas abaixo:

	2023	2022
Quantidade de ações		
Companhia ESA	24.493	23.000
Acionistas controladores	28.122	20.988
	52.615	43.988
Juros sobre Capital Próprio		
JCP bruto (2022: R$ 0,04940 por ação) em 15/08/2022	–.–	1.975
Imposto de renda	–.–	(296)
	–.–	1.679
JCP bruto (2022: R$ 0,05154 por ação) em 11/11/2022	–.–	2.267
Imposto de renda	–.–	(340)
	–.–	1.927
JCP bruto (2022: R$ 0,1855 por ação) em 02/12/2022	–.–	8.159
Imposto de renda	–.–	(1.223)
	–.–	6.936
JCP bruto (2022: R$ 0,0235295 por ação) em 20/12/2022	–.–	1.035
Imposto de renda	–.–	(155)
	–.–	880
JCP bruto (2023: R$ 0,05150 por ação) em 20/07/2023	2.265	–.–
Imposto de renda	(340)	–.–
	1.925	–.–
JCP bruto (2023: R$ 0,11650 por ação) em 18/09/2023	5.125	–.–
Imposto de renda	(769)	–.–
	4.356	–.–
JCP bruto (2023: R$ 0,05150 por ação) em 16/10/2023	2.265	–.–
Imposto de renda	(340)	–.–
	1.925	–.–
JCP bruto (2023: R$ 0,07940 por ação) em 13/12/2023	4.178	–.–
Imposto de renda	(627)	–.–
	3.551	–.–
JCP bruto (2023: R$ 0,0235295 por ação) em 20/12/2023	1.238	–.–
Imposto de renda	(185)	–.–
	1.053	–.–
	12.810	11.422

INÊS249

Companhia ESA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) (Continuação)*

9. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda (IR) foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, consoante à legislação específica e a Contribuição Social (CS) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A conciliação entre a alíquota nominal e a efetiva pode ser demonstrada da seguinte maneira:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	43.083	35.805
Alíquota Nominal 34% (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
Encargos (IRPJ e CSLL) às Alíquotas Vigentes	(14.648)	(12.174)
(Adições) / Exclusões	13.026	10.602
Equivalência Patrimonial	12.466	10.058
Ajuste de crédito tributário sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa	705	684
Despesas Indedutíveis	(169)	(164)
Adicional do IRPJ	24	24
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.622	1.572

10. Demais tributos e contribuições a pagar

	2023	2022
Programa de Integração Social (PIS)	90	152
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	414	703
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	616	495
Contribuições Sociais Retida na Fonte (CSRF)	9	14
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	3	3
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	322	318
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	93	93
	1.547	1.778

11. Contingências

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da COMPANHIA estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, pelo período de até dez anos, com referência aos tributos federais e estaduais. Considerando as normas contábeis a respeito, notadamente a norma "provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas", a COMPANHIA não tem contingências passivas ou valores cuja contabilização ou divulgação seja requerida.

12. Patrimônio líquido

(a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da COMPANHIA, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 130.000 (2022 - R$ 80.000), representado por 2.226.627.962 ações ordinárias (2022 - 2.090.913.596), todas nominativas, sem valor nominal.

Em Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2023, os acionistas deliberaram: (i) aumentar o capital social subscrito em R$ 40.000, mediante aporte em dinheiro; e (ii) simultânea bonificação de ações mediante emissão de 29.684.477 novas ações ordinárias, sem valor nominal, atribuídas aos acionistas.

Em Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2023, os acionistas deliberaram: (i) aumentar o capital social subscrito em R$ 10.000, mediante a capitalização de reservas; e (ii) simultânea bonificação de ações mediante emissão de 106.029.889 novas ações ordinárias, sem valor nominal, atribuídas aos acionistas.

(b) Reservas legal e especial: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Conforme o artigo 16 do Estatuto Social da COMPANHIA, a Reserva Especial é constituída objetivando a formação de recursos com as seguintes finalidades: (i) exercício do direito preferencial de subscrição em aumento de capital da ITAÚSA; (ii) aumento de capital social da COMPANHIA; (iii) pagamento de dividendos intermediários, distribuíveis por deliberação da Diretoria, *ad referendum* da Assembleia Geral.

Essa reserva será formada: (i) por valores provenientes do saldo do lucro líquido; (ii) pela parcela revertida da reserva de lucros a realizar para lucros acumulados, sem prejuízo do cômputo dessa parcela no cálculo do dividendo mínimo obrigatório, no exercício em que for feita a reversão; (iii) pela reversão, nos casos aplicáveis, do valor de dividendos intermediários.

Por proposta da Diretoria serão periodicamente capitalizadas parcelas desta reserva para que o respectivo saldo não exceda o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social. O saldo dessa reserva, somado ao da reserva legal não poderá ultrapassar o capital social.

A reserva discriminará em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados à sua constituição, competindo à Diretoria especificar os lucros utilizados na distribuição de dividendos intermediários, que poderão ser debitados em diferentes subcontas em função da natureza dos acionistas.

(c) Dividendos e juros sobre capital próprio: Conforme o artigo 15 do Estatuto Social da COMPANHIA, os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório (incluem os juros sobre capital próprio), em cada exercício, importância não inferior a 2% (dois por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado nos termos da Lei da Sociedade por Ações.

Em reuniões da diretoria, realizadas durante os exercícios de 2023 e 2022, foram aprovadas distribuições de juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas nas datas indicadas na tabela a seguir, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

	2023	2022
Juros sobre Capital Próprio (JCP)	12.184	12.594
Imposto de renda (15%)	(1.828)	(1.889)
JCP Líquido	10.356	10.705
JCP aprovado em 31 de janeiro 2022 (R$ 0,0004 centavos por ação)	–.–	909
JCP aprovado em 31 de março 2022 (R$ 0,0009 centavos por ação)	–.–	1.854
JCP aprovado em 31 de agosto 2022 (R$ 0,0028 centavos por ação)	–.–	5.314
JCP aprovado em 30 de novembro 2022 (R$ 0,0018 centavos por ação)	–.–	3.371
JCP aprovado em 30 de dezembro 2022 (R$ 0,0005 centavos por ação)	–.–	1.146
JCP aprovado em 31 de março 2023 (R$ 0,0010 centavos por ação)	2.200	–.–
JCP aprovado em 30 de junho 2023 (R$ 0,0019 centavos por ação)	4.019	–.–
JCP aprovado em 31 de julho 2023 (R$ 0,0004 centavos por ação)	1.012	–.–
JCP aprovado em 31 de agosto 2023 (R$ 0,0004 centavos por ação)	1.018	–.–
JCP aprovado em 29 de setembro 2023 (R$ 0,0004 centavos por ação)	1.024	–.–
JCP aprovado em 31 de outubro 2023 (R$ 0,0004 centavos por ação)	965	–.–
JCP aprovado em 29 de dezembro 2023 (R$ 0,0009 centavos por ação)	1.946	–.–
Valor reconhecido no exercício	12.184	12.594
Dividendos		
Dividendos aprovados em 28 de abril 2022 (R$ 0,0016 centavos por ação)	–.–	3.000
Valor reconhecido no exercício	–.–	3.000

(d) Lucro por ação: O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da COMPANHIA, pela quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	41.461	34.233
Quantidade de ações ordinárias emitidas (milhares)	2.226.628	2.090.914
Lucro por ação	0,0186	0,0163

13. Despesas gerais e administrativas	2023	2022
Salários e benefícios a empregados	4.358	4.636
Serviços de terceiros	717	311
Anúncios e publicações	28	25
Seguros	359	323
Emolumentos	2	2
Outras	812	164
Indedutíveis	497	483
Depreciação e amortização	29	29
	6.802	5.973

14. Tributos	2023	2022
COFINS	2.076	2.011
PIS	448	433
	2.524	2.444

15. Receitas e despesas financeiras	2023	2022
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(28)	(4)
Despesas financeira	(2)	–.–
Juros s/ Capital Próprio	–.–	(12.593)
Total das despesas financeiras	(30)	(12.597)
Receitas financeiras	2023	2022
Receitas financeiras	1.011	1.219
Variação monetária	332	415
Juros s/ Capital Próprio	26.609	25.597
Total das receitas financeiras	27.952	27.231
Resultado financeiro, líquido	27.922	14.634

16. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas se resumem basicamente aos dividendos e juros sobre capital próprio a receber da ITAÚSA e a pagar a seus acionistas.

O pessoal-chave da administração da COMPANHIA são seus diretores, que também são acionistas. Enquanto diretores, os mesmos não são remunerados.

As demais transações com partes relacionadas referem-se a:

	2023	2022
Aplicações de liquidez imediata no fundo Dynamic (Itaú Unibanco S.A.)	99	95
Aplicações no fundo Trust RF (Itaú Unibanco S.A.)	1.120	5.648
	1.219	5.743
	2023	**2022**
Receita de aplicação financeira (Itaú Unibanco S.A.)	1.011	1.219

Abel Pinto Martins - TC - CRC 1SP076.138/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia ESA
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia ESA ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia ESA** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Valores correspondentes

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam-as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/O-1 — Robinson Meira, Contador CRC 1 SP 244496/O-5

INÊS249

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/MF nº 08.769.874/0001-10

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Alphaville - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

Porto Serviço

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A COMPANHIA

Acreditamos ser a maior provedora de suporte tecnológico premium (PTS) do Brasil. Também somos especializados em serviços de instalação e assistência residencial. Somos uma equipe comprometida, objetiva e atenciosa que resolve dúvidas e problemas dos nossos usuários.

Oferecemos soluções de assistência para atender as necessidades de consumidores e parceiros comerciais, através de uma central de especialistas para suporte remoto e uma rede de técnicos para atendimento presencial.

A Companhia vem crescendo nos últimos anos através da execução do seu plano estratégico que tem como base ampliar seu portfólio de serviços e aumentar os seus canais de distribuição através do desenvolvimento de novas parcerias comerciais. Essa estratégia é executada de maneira orgânica, mas também é acelerada através de aquisições de empresas.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

O desempenho financeiro da CDF no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi influenciado por diversos fatores, mas principalmente pelo desempenho da economia do Brasil. O ano de 2023 foi marcado pela expansão do mercado interno, levando a um crescimento do consumo interno canalizado para serviços, levando a que o setor contribuísse significativamente para o resultado do PIB brasileiro. Outro fator que influenciou no desempenho da Companhia foi a redução da taxa Selic, que atingiu o nível de 11,75%, afetando o comportamento dos consumidores e a demanda por serviços, uma vez que os custos de créditos ficam mais baixos. Isso aumenta as vendas no setor de varejo, principal canal de distribuição de vendas da CDF.

Em 2023, a Receita Líquida da Companhia totalizou R$ 307.272, a maior receita da história da CDF, representando um aumento de 23,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento foi principalmente impulsionado pela celebração de contratos com novos parceiros comerciais, ampliação de receita com parceiros comerciais antigos e o aumento de volume de prestação de serviços no canal ligado a empresas concessionárias do setor de gás.

O Lucro Bruto da CDF foi de R$ 99.122, com aumento de 9,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento percentual de Lucro Bruto foi menor que o aumento percentual da receita liquida principalmente em função do incremento do valor das amortizações de contratos com varejistas.

O Lucro antes do resultado financeiro foi de R$ 12.129, representando uma piora de 11,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa diminuição se deve basicamente ao aumento de provisões para contingências e aumento com despesas de pessoal.

O Resultado Financeiro da CDF foi pior em 17,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa piora no resultado financeiro se deve principalmente ao fato da queda da taxa Selic que chegou a 11,75% a.a. impactando os rendimentos de aplicações. Outro fator responsável pela piora do resultado financeiro foi o pagamento das parcelas de principal e juros no período de 2023, referentes à emissão de debêntures no valor de R$ 135.040 para financiar os investimentos de dois contratos celebrados com dois parceiros comerciais varejistas ("upfront fee") no ano de 2022.

A Companhia fechou o ano de 2023 com um prejuízo de R$ 393, resultado melhor que o mesmo período do ano anterior em 97,4%. Essa variação ocorreu em função de todos os fatores mencionadas anteriormente, somado ao efeito de R$18.852 referente ao registro do ativo fiscal diferido da CDF S.A. realizado em 2023.

A Administração da Companhia tem convicção que a empresa encerrou o exercício de 2023 mais preparada para continuar sua trajetória de crescimento. O acordo de investimento celebrado entre a CDF e a Porto Seguro criou uma das maiores empresas de assistência do Brasil. Esse movimento irá gerar relevantes sinergias operacionais, e grandes oportunidades de expandir os negócios da empresa em canais de distribuição ainda não explorados.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R$)

	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	34.554	62.224	53.009	82.054
Contas a receber de clientes	6	46.282	37.121	73.416	57.914
Impostos a recuperar	7	13.070	10.840	15.825	13.668
Custos e despesas antecipadas	9	61.653	56.704	64.207	59.261
Partes relacionadas	8	–	3.278	–	–
Outros créditos	–	789	3.498	1.000	3.762
Total do ativo circulante		**156.348**	**173.665**	**207.457**	**216.659**
Não circulante					
Contas a receber de clientes	6	4.829	4.926	4.829	4.926
Partes relacionadas	8	–	11.194	–	–
Custos e despesas antecipadas	9	74.141	101.925	100.593	129.256
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	30.878	12.026	54.373	36.842
Depósitos judiciais	20	–	16	698	606
Investimentos	10	77.347	69.685	–	–
Imobilizado	11	1.585	2.343	1.661	2.471
Intangível	12	83.070	120.617	96.019	135.662
Ativo de direito de uso	14	1.986	2.970	1.986	2.970
Total do ativo não circulante		**273.836**	**325.702**	**260.159**	**312.733**
Total do ativo		**430.184**	**499.367**	**467.616**	**529.392**

	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	20.672	23.509	31.100	28.366
Debêntures	13	55.425	60.344	55.425	60.344
Empréstimos e financiamentos	15	19.914	26.002	19.914	26.002
Passivos de arrendamento	14	1.030	1.879	1.030	1.879
Receitas diferidas	16	42.123	33.946	61.845	50.558
Partes relacionadas	8	1.492	1.377	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	4.3	3.279	3.393	3.279	3.393
Obrigações tributárias	18	1.546	1.587	3.197	4.659
Salários e encargos sociais	19	8.543	10.520	8.570	10.548
Total do passivo circulante		**154.024**	**162.557**	**184.360**	**185.749**
Não circulante					
Debêntures	13	13.339	64.073	13.339	64.073
Empréstimos e financiamentos	15	77.012	87.826	77.012	87.826
Passivos de arrendamento	14	1.130	1.434	1.130	1.434
Receitas diferidas	16	609	345	5.336	6.744
Provisões para contingências	20	1.480	148	3.775	508
Parcelamentos fiscais	19	–	–	74	74
Total do passivo não circulante		**93.570**	**153.826**	**100.666**	**160.659**
Patrimônio líquido					
Capital social	21	191.258	191.258	191.258	191.258
Reserva de Capital - Especial de ágio		5.428	5.428	5.428	5.428
Prejuízos Acumulados		(14.096)	(13.702)	(14.096)	(13.702)
Total do patrimônio líquido		**182.590**	**182.984**	**182.590**	**182.984**
Total do passivo e patrimônio líquido		**430.184**	**499.367**	**467.616**	**529.392**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita líquida	22	263.780	206.595	307.272	249.431
Custo dos serviços prestados	23	(188.143)	(144.525)	(208.150)	(158.623)
Lucro bruto		**75.637**	**62.070**	**99.122**	**90.808**
Despesas administrativas e comerciais	24	(78.159)	(70.937)	(82.707)	(75.932)
Equivalência Patrimonial	10	9.751	17.045	–	–
Outras despesas e receitas	25	(801)	(1.039)	(4.286)	(1.153)
Lucro antes do resultado financeiro		**6.428**	**7.139**	**12.129**	**13.723**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	8.719	9.581	9.008	9.932
Despesas financeiras	26	(34.392)	(31.587)	(34.576)	(31.620)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(19.245)**	**(14.867)**	**(13.439)**	**(7.965)**
Imposto de renda e contribuição social	27	18.852	–	13.046	(6.902)
Prejuízo do exercício		**(393)**	**(14.867)**	**(393)**	**(14.867)**
Prejuízo por ação - básico e diluído (em R$)		(0,01)	(0,34)	(0,01)	(0,34)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Prejuízo do exercício	(393)	(14.867)	(393)	(14.867)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	(393)	(14.867)	(393)	(14.867)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Notas	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de Capital especial de ágio	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21	**182.654**	**(110.000)**	**5.428**	**2.214**	**7.371**	**–**	**87.667**
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(14.867)	(14.867)
Subscrição de capital social		8.604	(8.604)	–	–	–	–	–
Reserva legal		–	118.604	–	–	–	–	118.604
Distribuição de dividendos		–	–	–	–	(7.371)	(1.049)	(8.420)
Destinação para reserva de lucros		–	–	–	(2.214)	–	2.214	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	21	**191.258**	**–**	**5.428**	**–**	**–**	**(13.702)**	**182.984**
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(393)	(393)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	21	**191.258**	**–**	**5.428**	**–**	**–**	**(14.095)**	**182.591**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(19.245)	(14.867)	(13.439)	(7.965)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o fluxo de caixa:					
Depreciação e amortização	10, 11 e 12	50.422	30.588	50.481	30.641
Amortização de ativo de uso	14	1.897	1.959	1.897	1.959
Juros de passivos de arrendamento	14	217	240	217	240
Resultado de equivalência patrimonial	10	(9.751)	(17.045)	–	–
Despesa de juros e variação sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	13 e 15	35.702	28.750	35.702	28.750
Valor residual de imobilizado e arrendamento baixado	11	(103)	65	(103)	68
Provisão para contingências	20	1.332	(75)	3.267	(2.287)
Instrumentos financeiros derivativos	4.3	(114)	4.031	(114)	4.031
Receitas diferidas	16	8.441	13.016	9.879	19.394
Amortização de custos e despesas antecipadas	9	94.528	15.890	108.917	13.668
Provisão para perda de créditos esperada	6	(6)	(5)	3.439	(5)
Ajuste de preço, incremento de parcela a pagar CDF Assistência	10	–	76	–	76
		163.320	**62.623**	**200.143**	**88.570**
(Aumento) redução das contas de ativo					
Contas a receber de clientes	6	(9.058)	(13.000)	(18.843)	(26.242)
Custos e despesas antecipadas	9	(71.695)	(91.943)	(85.204)	(91.943)
Depósitos judiciais	20	16	39	(91)	526
Partes relacionadas	8	14.471	2.998	–	–
Impostos a recuperar	7	(2.230)	(1.071)	(2.157)	(1.561)
Outros ativos		2.710	591	2.763	603
(Aumento) redução das contas de passivo					
Fornecedores	17	(2.837)	8.419	2.734	9.505
Salários e encargos sociais	19	(1.977)	1.878	(1.977)	1.859
Obrigações tributárias	18	(41)	(198)	(1.462)	(846)
Partes relacionadas	8	115	(95)	–	4
		92.794	**(29.759)**	**95.906**	**(19.525)**
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	13 e 15	(16.542)	(10.151)	(16.542)	(10.151)
Imposto de renda e contribuição social pagos	27	–	–	(4.485)	(2.975)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		**76.252**	**(39.910)**	**74.879**	**(32.651)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	11	(627)	(749)	(627)	(749)
Aquisição de intangível	12	(9.401)	(138.670)	(9.401)	(138.700)
Valores pagos por aquisição de investimento	10	–	(2.301)	–	(2.301)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(10.028)**	**(141.720)**	**(10.028)**	**(141.750)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de debêntures, líquidas de custo de captação	13	–	133.741	–	133.741
Pagamento de debêntures	13	(56.158)	(10.950)	(56.158)	(10.950)
Captação de empréstimos e financiamentos	15	–	150.000	–	150.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(35.557)	(184.899)	(35.557)	(184.899)
Distribuição de dividendos	21	–	(8.420)	–	(8.420)
Contraprestações de passivos de arrendamento	14	(2.180)	(2.097)	(2.180)	(2.097)
Aumento/Redução de capital social	21	–	118.604	–	118.604
Caixa gerado (aplicado) nas atividades financiamento		**(93.895)**	**195.979**	**(93.895)**	**195.979**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**(27.671)**	**14.349**	**(29.044)**	**21.578**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	62.224	47.875	82.054	60.476
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	34.554	62.224	53.009	82.054
Variação caixa entre saldo inicial e final		**(27.670)**	**14.349**	**(29.045)**	**21.578**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("Companhia" ou "CDF") é o maior provedor de Suporte Tecnológico e um dos maiores provedores de Assistências Residenciais do Brasil, oferecendo serviços como help desk de informática, instalação de eletrodomésticos, impermeabilização de estofados e assistências emergenciais, dentre outros serviços. A Companhia presta esses serviços através de uma central de especialistas (serviços remotos) e através de uma rede de técnicos terceirizados (serviços presenciais) que cobrem 100% do território nacional. A venda dos serviços se dá primordialmente através de parceiros comerciais. O maior canal de distribuição dos serviços são as redes varejistas, seguido das empresas de telecomunicações e seguradoras. A controladora direta da Companhia é a Porto Seguro Assistência e Participações ("Porto Assistência") e a controladora final é a Porto Seguro S.A.

Devido à natureza de sua operação, a Companhia está sujeita a fatores de riscos que podem gerar reflexos nas taxas de juros e da inflação, impactando as vendas dos principais parceiros varejistas, e assim, afetar diretamente na obtenção de receita da Companhia.

Até o momento, contudo, não houve impactos significativos que comprometessem a continuidade das operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. A Administração da Companhia está monitorando a situação econômica, e não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas em suas demonstrações financeiras anuais.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas identificadas como controladora e consolidado foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB).

A Companhia considerou as orientações da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral e, desta forma, as informações próprias e consideradas mais relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4.

As demonstrações contábeis foram devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de fevereiro de 2024 e autorizadas para emissão em 27 de março de 2024.

2.2 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 BASES DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Controlada é toda a entidade na qual a Companhia detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas utilizadas pela Companhia. Todas as transações e saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente.

As controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

	2023 Participação direta %	2022 Participação direta %
CDF Assistência Ltda.	100	100

Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A CDF determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a CDF avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC48/IFRS 15 na demonstração do resultado.

continua →

INÊS249

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/MF nº 08.769.874/0001-10

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Alphaville - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

Porto Serviço

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de reais - R$)

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da CDF que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Em 3 de março de 2020, a CDF realizou a aquisição de 100% das ações da CDF Assistência Ltda. A Companhia adquirida tem como atividade econômica a prestação de serviços de assistência. Os serviços prestados são divididos em duas categorias: assistência auto e moto, e assistências residenciais e emergenciais.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Foi elaborado estudo preparado por especialista independente, dentro do prazo estipulado pelo CPC 15 - Combinação de negócios, para alocação do preço de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos, utilizando as demonstrações financeiras da época da aquisição.

A data-base de aquisição utilizada para esse estudo foi de 29 de fevereiro de 2020. Esta data foi acordada entre as partes dado que não houve movimentação significativa nesse período e por se tratar de uma data usual de fechamento contábil. A alocação do preço de aquisição resultou em compra vantajosa no montante de R$9.429, reconhecido no resultado daquele exercício, tendo a Companhia reconhecido imposto de renda e contribuição social diferido passivo no montante de R$3.550, a ser realizado quando da alienação e/ou realização do investimento na controlada.

2.5 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração efetue julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, no final do exercício. Estas estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em vários outros fatores que se acredita ser razoável sob as circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estas premissas são revistas em uma base continua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que a estimativa é revisada.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas incertezas sobre premissas e estimativas incluem:

- Vida útil dos bens do ativo imobilizado e do intangível;
- Realização do ativo intangível (ágio) e de *signing bônus*;
- Realização dos impostos diferidos ativos;
- Determinação da provisão para perdas de crédito esperada;
- Determinação da provisão para riscos;
- Provisão para custo dos serviços prestados e receita de prestação de serviços.

2.6 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E NATUREZA

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração.

2.7 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto e são apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão definidas abaixo, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

(a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício.

Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresentava classificados nesta categoria saldos de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente, de pagamentos de principal e juros, quanto pela venda de ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

(iii) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais até o final do contrato, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresentava classificados nesta categoria valores a receber de clientes, de partes relacionadas e parte dos custos e despesas antecipadas (contratos a vencer, também denominados de *upfront*).

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: a) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; b) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois, o menor.

Análise de recuperabilidade dos ativos financeiros

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nos históricos e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

(i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço.

(ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (i) passivos financeiros ao custo amortizado; e (ii) ao valor justo por meio do resultado.

(i) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujos fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresentava classificados nesta categoria valores a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, obrigações relacionadas a contratos de arrendamentos e saldos de dividendos a pagar.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresentava classificados nesta categoria saldos de instrumentos financeiros derivativos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Apresentação líquida de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, e que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, quando existentes, possuem características de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, com vencimento de curto prazo e/ou longo prazo (podendo ter restrições de resgate) e com algum componente de risco de mudança de valor.

(d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação de serviços, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas conforme indicado no item (a) acima.

(e) Tributos

Imposto de renda e contribuição social

Corrente

Calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável em cada exercício fiscal.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Diferido

Gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais ou base negativa da contribuição social.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e sobre prejuízos fiscais ou base negativa da contribuição social, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que os benefícios possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicáveis, são também reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

A CDF contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela CDF se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Impostos sobre as vendas

Tributos incidentes sobre as vendas, o PIS e da COFINS são, respectivamente, calculados com base nas alíquotas de 1,65% e de 7,6%, com desconto de alguns créditos apurados com base em custos e despesas incorridas. Adicionalmente, incidem sobre as vendas o imposto sobre serviços - ISS, cujas alíquotas variam de 2 a 5% sobre a receita operacional bruta, a depender do local e tipo do serviço prestado.

(f) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A vida útil estimada atualmente utilizada encontra-se abaixo indicada:

	Anos
Instalações	20
Máquinas e equipamentos	2 a 20
Móveis e utensílios	10 a 20
Equipamentos de informática	3 a 15
Aparelhos telefônicos	10
Equipamentos de telemarketing	10
Benfeitorias (i)	3

(i) Depreciação com base no prazo dos contratos de arrendamento (média de 36 meses).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

(g) Intangível

Intangível é representado substancialmente por licenças de uso de software e valores alocados de combinações de negócios como carteira de clientes; além do ágio na aquisição de controladas e signing bônus pagos para obtenção de contratos de exclusividade de balcão.

A Administração da Companhia entende que as taxas de amortização utilizadas estão de acordo com a vida útil-econômica desses ativos. No caso dos signing bônus, a vida útil é igual ao período de exclusividade de balcão conforme contrato (normalmente 36 meses).

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido das empresas adquiridas por meio de combinações de negócios, após alocação dos valores justos atribuíveis aos ativos adquiridos e passivos assumidos (alocação do preço de aquisição), é considerado como "ágio". O saldo de ágio não é amortizado contabilmente, sendo avaliado anualmente na perspectiva de realização.

(h) Redução ao valor recuperável de ativos *("impairment"),* exceto ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida para determinar se há alguma indicação de que esses ativos sofreram perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante da perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o em uso ou valor justo menos os custos na venda do bem. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável.

(i) Redução ao valor recuperável do ágio *("impairment")*

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda ao valor recuperável, se houver.

Para determinar se o ágio apresenta redução a seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa anual do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida em períodos subsequentes.

(j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(k) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e são subsequentemente demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo e são registrados na rubrica de "Despesas financeiras" pela taxa efetiva de juros.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações contábeis.

(l) Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável (ou possível com viés de provável no caso de incertezas sobre o lucro - IFRIC 23/ICPC 22).

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As contingências avaliadas como risco possível de perda (ou possível com viés de remoto no caso de incertezas sobre o lucro - IFRIC 23/ICPC 22) são divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras.

(m) Benefícios a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros, bolsa de estudos e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

(n) Participação nos lucros

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas pela Administração e contabilizadas com contrapartida no resultado do exercício.

(o) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes a data-base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

(p) Receita e custos com contratos com cliente

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador, com a observância das seguintes etapas:

- Identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente.
- Identificação das obrigações de desempenho contratadas.
- Determinação do preço da transação.
- Alocação do preço às obrigações de desempenho.
- Reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas.

Para reconhecimento das receitas de contratos, a Companhia avalia se atua como principal ou agente desses contratos. Nos casos em que atua como principal, a Companhia pode satisfazer à obrigação de desempenho para fornecer o serviço mediante esforço próprio, ou pode contratar outra parte (subcontratada) para satisfazer a totalidade ou parte da obrigação de desempenho em seu nome. Nesses casos, receitas e custos são reconhecidos separadamente no resultado do exercício. Nos casos em que atua como agente, a Companhia é responsável por providenciar o fornecimento de serviços especificados por outra parte e não controla esse antes que seja transferido ao cliente (normalmente em processos de quarteirização). Nesses casos, a Companhia reconhece a receita equivalente ao valor das taxas de agenciamento ou comissões acordadas com os parceiros comerciais.

As receitas e os custos de certos contratos de prestação de serviço que tem vigência superior a 2 meses são reconhecidos ao longo do tempo do contrato. Parte dos custos referentes a esses contratos, que serão reconhecidos prospectivamente pelo tempo do contrato e/ou prestação do serviço, encontram-se registrados na rubrica de "Custos e despesas antecipadas", no ativo, como "Custos com intermediação de vendas". São custos variáveis incidentes sobre as vendas requeridos pelos parceiros de negócios em decorrência da utilização do espaço e estrutura pessoal e tecnológica. As correspondentes receitas encontram-se registradas na rubrica "Receitas diferidas", no passivo.

(q) Resultado básico por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento. Não houve no período de apresentação dessas demonstrações financeiras fatores diluidores que pudessem alterar o cálculo do lucro por ação.

continua

INÊS249

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/MF nº 08.769.874/0001-10

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Alphaville - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

Porto Serviço

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de reais - R$)

(r) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

Normas

- IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros
- Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
- Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis
- Alterações à IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis
- Alterações à IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction").

A Administração avaliou as respectivas alterações nos pronunciamentos e concluiu que não foram necessários ajustes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2023 em função das respectivas adoções.

(s) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A avaliação dos potenciais impactos nas demonstrações financeiras ainda não foi iniciada, mas considerando as atuais operações não se esperam impactos relevantes.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

4.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de manter a capacidade de investimentos e a estratégia de crescimento.

Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

Balanço	Qualificação	Nível	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	2	34.554	62.224	53.009	82.054
Contas a receber	Custo amortizado	2	51.111	42.047	78.245	62.840
Custos e despesas antecipadas	Custo amortizado	2	135.794	158.629	164.800	188.517
Partes relacionadas	Custo amortizado	2	–	14.471	–	–
			221.459	**277.371**	**296.054**	**333.411**
Fornecedores	Custo amortizado	2	20.672	23.509	31.100	28.366
Debêntures	Custo amortizado	2	68.764	124.417	68.764	124.417
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	96.926	113.828	96.926	113.828
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	2	2.160	3.313	2.160	3.313
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	3.279	3.393	3.279	3.393
Partes relacionadas	Custo amortizado	2	1.492	1.377	–	–
			193.293	**269.837**	**202.229**	**273.317**

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

4.2 GESTÃO DE RISCOS

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (i) risco de mercado (taxa de juros); (ii) risco de crédito; e (iii) risco de liquidez.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de taxas de câmbio, preços e taxas de juros. A governança e as macro diretrizes desse processo estão definidas na política de gestão de riscos de mercado.

i) Risco de mercado (taxas de juros e câmbio)

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros fixas e variáveis.

A Companhia estabelece diretrizes e normas para a proteção contra oscilações de taxas de juros e de câmbio que impactam o fluxo de caixa. As exposições a cada indexador de taxa de juros (principalmente CDI) e de câmbio (empréstimos indexados em EURO) são projetadas até o fim da vigência dos ativos e passivos atrelados a tais indexadores. Para gerenciar o risco de taxa de câmbio, a Companhia contratada utiliza as operações de *Non-deliverable forward ("NDF")* para fixar o valor em Reais de parcela significativa da exposição ao EURO. Para maiores detalhes vide nota 4.3.

ii) Risco de crédito

Principalmente relacionado aos saldos de equivalentes de caixa e valores a receber de clientes, além de saldos não amortizados de upfront (classificados em "Custos e despesas antecipadas" no ativo) e signing bônus (classificados no "Intangível") que geram exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores e risco de não geração de negócios futuros para amortização dos ativos.

Para bancos e instituições financeiras são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas como bancos de primeira linha.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de valores a receber de clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito de cada cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes ("provisão para perdas de crédito esperada"), sempre que necessário.

A provisão para perdas de crédito esperada é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes e é incluída nas despesas de vendas (uma vez que a Companhia não tem histórico de perdas relevantes que justifiquem o reconhecimento como redutor da receita quando da emissão dos títulos a receber de clientes).

No caso dos upfronts e signing bônus, a Companhia avalia anualmente a realização desses ativos por meio do valor em uso estimado desses contratos, ressaltando-se que os mesmos são também suportados por apólices de seguro e garantia em caso de *default* dos parceiros comerciais cujos ativos estão associados (hipótese em que as receitas futuras não seriam geradas).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a composição dos saldos para os quais não foram reconhecidas provisões para perdas de crédito esperada era a seguinte:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Exposição ao risco de crédito				
Caixa e equivalentes de caixa	34.554	62.224	53.009	82.054
Contratos a vencer - *upfront*	114.010	140.198	130.431	161.652
Signing bônus	70.196	108.143	70.196	108.143
Partes relacionadas	–	14.471	–	–
	218.760	**325.036**	**253.636**	**351.849**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo das contas a receber sujeito à provisão para perdas de crédito esperada é demonstrado conforme a seguir:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Vencimentos dos recebíveis de clientes				
Saldos vencidos (a)	785	791	4.388	949
Saldos a vencer	51.111	42.047	78.245	62.480
(–) Provisão para perda de créditos esperada	(785)	(791)	(4.388)	(949)
Total de recebíveis	**51.111**	**42.047**	**78.245**	**62.480**

(a) A Companhia pré-determina em contrato os vencimentos das cobranças, bem como acompanhada de forma efetiva o cumprimento por parte dos varejistas (intermediários parceiros), acarretando na quase inexistência de títulos vencidos.

iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando a garantir recursos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo, e sem custo adicional. O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os valores contábeis das obrigações não considerando, portanto, o efeito dos juros futuros a serem incorridos nas datas de pagamento dessas obrigações:

Maturidade de passivos financeiros - Controladora	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos em diante
Debêntures	68.764	27.712	27.713	13.339		–
Empréstimos e financiamentos	96.926	9.957	9.957	30.405	19.867	26.740
Fornecedores	20.674	20.672	–	–	–	–
Obrigações de arrendamento	2.160	535	525	1.100	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	3.279	3.279	–	–	–	–
Partes relacionadas	1.492	1.334	–	–	–	–
	193.295	**63.489**	**38.195**	**44.844**	**19.867**	**26.740**

Maturidade de passivos financeiros - Consolidado	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos em diante
Debêntures	68.764	27.712	27.713	13.339		–
Empréstimos e financiamentos	96.926	9.957	9.957	30.405	19.867	26.740
Fornecedores	31.100	31.100		–	–	–
Obrigações de arrendamento	2.160	535	525	1.100	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	3.279	3.279	–	–	–	–
	202.229	**72.583**	**38.195**	**44.844**	**19.867**	**26.740**

4.3 DERIVATIVOS

A Companhia determina o valor justo dos contratos de derivativos, contratados na modalidade de *Non-deliverable forward ("NDF")*, os quais podem divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos spreads bancários e fatores de mercado no momento da cotação.

Os valores apresentados pela Companhia baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado. O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Para obtenção do valor justo, é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada para operação, considerando-se o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nocional de cada contrato e trazida a valor presente pela curva futura do DI.

Os contratos foram realizados com o objetivo de fixar o preço futuro de compra do Euro com prazos de vencimento que variam entre 21/01/2021 e 05/03/2025 (de acordo com os prazos para liquidação das parcelas de empréstimo contratado em moeda estrangeira). As taxas futuras contratadas variam de R$ 5,7353 a R$ 8,5150, que correspondem a uma taxa efetiva de 1,13% a.m. ou 14,43% a.a.. O valor total do nocional contratado (saldo inicial) foi de **€** 4.600.000 (R$ 35.680 considerando o termo futuro contratado). O valor da marcação a mercado não realizada desses contratos em 31 de dezembro de 2023 representa uma perda de R$ 3.279 (em 31 de dezembro de 2022 representava uma perda de R$ 3.393).

4.4 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Análise de sensibilidade para risco de taxa de juros

	Taxa | Moeda	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	34.554	53.009
Custos e despesas antecipadas	CDI	135.794	164.800
Total dos instrumentos financeiros ativos		**170.348**	**217.809**
Debêntures	CDI	68.764	68.764
Empréstimos e financiamentos	CDI	89.700	89.700
Empréstimos e financiamentos	Euro	7.226	7.226
Obrigações de arrendamento	CDI	2.160	2.160
Total dos instrumentos financeiros passivos		**167.850**	**167.850**
Exposição líquida em R$		**(9.724)**	**(57.185)**
Exposição em €		**(7.226)**	**(7.226)**

Indexador	Queda Cenário remoto	Queda Cenário possível	Cenário provável	Aumento Cenário possível	Aumento Cenário remoto
CDI	9,60%	8,40%	9,15%	10,65%	13,40%
Euro	4,25	4,94	5,39	5,87	6,9

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Queda Cenário remoto	Queda Cenário possível	Cenário provável	Aumento Cenário possível	Aumento Cenário remoto
Exposição em R$	(9.724)	(934)	(817)	(890)	(1.036)	(1.303)
Empréstimos e financiamentos em € (Ponta Passiva)	(7.226)	(694)	(607)	(661)	(770)	(968)
Valor nocional das NDFs fixadas em € (Ponta Ativa) (i)	7.226	694	607	661	770	968
Total Exposição em €	(9.724)	(934)	(817)	(890)	(1.036)	(1.303)

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Queda Cenário remoto	Queda Cenário possível	Cenário provável	Aumento Cenário possível	Aumento Cenário remoto
Exposição em R$	(57.185)	(5.490)	(4.804)	(5.232)	(6.090)	(7.663)
Empréstimos e financiamentos em € (Ponta Passiva)	(7.226)	(694)	(607)	(661)	(770)	(968)
Valor nocional das NDFs fixadas em € (Ponta Ativa) (i)	7.226	694	607	661	770	968
Total Exposição em €	(57.185)	(5.490)	(4.804)	(5.232)	(6.090)	(7.663)

(i) Em 31 de dezembro de 2023, os R$ 10.505 (R$ 13.556 em 31 de dezembro de 2022 e R$ 35.680 na contratação do instrumento) representam os valores nocionais a termo futuro dos contratos de NDFs. Conforme seção 4.3, as perdas não realizadas líquidas com a marcação a mercado desses contratos montam R$ 3.279 em 31 de dezembro de 2023 (perda não realizada de R$ 3.393 em 31 de dezembro de 2022) na Controladora e no Consolidado. Caso esses contratos não sejam liquidados antecipadamente, a exposição passiva em EURO (empréstimos indexados) se aproximaria de Zero, pois eventual ganho na ponta ativa seria compensado por perda equivalente na ponta passiva, sendo a recíproca verdadeira.

A alíquota de 9,15% para o CDI corresponde à taxa projetada para o final do ano de 2023. Para o cálculo da marcação a mercado (MtM) é utilizada a PTAX projetada nas datas de vencimento das parcelas vincendas de cada instrumento, conforme Bacen/CETIP. Os cenários extrapolados consideram uma desvalorização/valorização conforme cenários da administração com relação a essa taxa. Cumpre-nos informar, no entanto, que o risco de flutuação do EURO é compensado pelas *NDFs* contratadas; entretanto, a Companhia não adotou a prática contábil de *hedge accounting* para registro contábil desses contratos, consequentemente, os efeitos dos ganhos e perdas não realizados encontram-se classificados no resultado financeiro da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Bancos conta movimento	71	4.804	74	4.807
Aplicações financeiras (a)	34.483	57.420	52.935	77.247
	34.554	**62.224**	**53.009**	**82.054**

(a) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras nacionais de primeira linha, e refletem as condições usuais de mercado. Nas datas dos balanços estão substancialmente compostas por aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) que possuem liquidez diária e remuneração que corresponde à taxa média de 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2023.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Clientes mercado interno	51.896	42.838	82.632	63.789
(–) Provisão para perda de créditos esperada	(785)	(791)	(4.388)	(949)
Contas a receber líquido	**51.111**	**42.047**	**78.244**	**62.840**
Circulante	46.282	37.121	73.416	57.914
Não circulante	4.829	4.926	4.829	4.926

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Vencimento até 30 dias	30.869	24.759	55.585	45.165
Vencimento até 60 dias	539	432	532	432
Vencimento até 90 dias	9.254	7.422	9.134	7.422
Vencimento até 120 dias	3.159	2.534	3.119	2.534
Vencimento até 150 dias	2.461	1.974	5.045	2.361
Acima de 360 dias	4.829	4.926	4.829	4.926
	51.111	**42.047**	**78.244**	**62.840**

As vendas são sujeitas às políticas de crédito fixadas pela Administração, que visam minimizar eventuais problemas futuros decorrentes da inadimplência de seus clientes. As condições, os prazos e os limites estabelecidos para o crédito concedido são fixados em contrato com cada cliente. O prazo médio de recebimento do contas a receber é de 30 a 150 dias.

Os valores apresentados no ativo não circulante referem-se a valores a receber de parceiros varejistas em função de métricas de performance de vendas cuja liquidação é esperada ao término dos contratos.

A provisão para perdas de crédito esperada é calculada com base em análise individualizada da carteira de clientes e correspondentes recebíveis, e sua movimentação está assim demonstrada:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Saldo inicial	**791**	**796**	**949**	**954**
(+/–) adição/exclusão	(6)	(5)	3.439	(5)
Saldo final	**785**	**791**	**4.388**	**949**

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	4.439	1.888	5.678	2.879
PIS/COFINS	588	313	607	691
Imposto de renda e contribuição social	7.188	7.953	8.197	8.957
Imposto sobre serviços	855	686	1.343	1.141
	13.070	**10.840**	**15.825**	**13.668**

Os saldos representam impostos pagos antecipadamente, calculados por meio de estimativas e retenções na fonte, os quais são passíveis de compensação no futuro com tributos da mesma natureza e ou esfera, no caso dos tributos federais.

8. PARTES RELACIONADAS

	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Resultado 31/12/2023
Classificado como partes relacionadas					
CDF Assistência (i)	–	–	1.492	–	9.751
Classificado como contas a receber					
Porto Seguro S.A. (ii)	1.602	–	–	–	–
31/12/2023	**1.602**	**–**	**1.492**	**–**	**9.751**
31/12/2022	4.848	11.194	1.377	–	8.373

(i) Em 2023 saldos a pagar para a CDF Assistência Ltda. incluem valores referentes a despesas pagas a advogados referentes à compra da controlada. Os valores apresentados no resultado incluem receitas financeiras de mútuo entre a Companhia e a controlada CDF Assistência Ltda. (liquidado em 2023), que tinha por intuito fortalecer o giro operacional, no montante de R$ 643 em 31 de dezembro de 2023 (R$1.394 em 2022). Adicionalmente, a Companhia apurou em 2023 recuperação de despesas (management fee) junto à controlada no montante de R$4.846 (R$5.379 em 2022).

(ii) Em 2023, os valores a receber e as receitas apuradas contra a Porto Seguro S.A. decorrem de reembolso de serviços prestados de assistência funeral, despesa de atendimento funeral realizada pela CDF e reembolso cobrado via cliente Porto Seguro no montante de R$1.630 (R$1.570 em 2022).

8.1 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da Administração inclui os Diretores. A remuneração é reconhecida no resultado do exercício em despesas gerais e administrativas e está demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Pró-labore	3.669	3.312	3.669	3.312
	3.669	**3.312**	**3.669**	**3.312**

9. CUSTOS E DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Contratos a vencer - upfront (i)	114.010	140.405	130.431	158.573
Custos com intermediação de vendas (ii)	20.108	16.813	32.693	28.532
Seguros a apropriar	820	81	820	81
Outras despesas antecipadas	856	1.330	856	1.331
Total	**135.794**	**158.629**	**164.800**	**188.517**
Ativo circulante	61.653	56.704	64.207	59.261
Ativo não circulante	74.141	101.925	100.593	129.256

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Amortização até 12 meses	61.653	56.704	64.207	59.261
Amortização de 12 a 24 meses	30.094	41.372	53.468	68.703
Amortização de 24 a 36 meses	16.241	22.327	17.376	22.327
Amortização acima de 36 meses	27.806	38.226	29.749	38.226
	135.794	**158.629**	**164.800**	**188.517**

(i) Refere-se a valores antecipados de comissões a título de obtenção de contrato de exclusividade de vendas de balcão com empresas de varejo para venda de serviços de instalação, suporte, impermeabilização e higienização. Os contratos de exclusividade possuem prazo de até doze anos, com encerramento em 2025, 2029 e 2032, e incluem metas de vendas preestabelecidas e volume financeiro mínimo garantido, além de contarem com seguro garantia em caso de *default* do parceiro (hipótese onde a geração de caixa futura utilizada para amortização dos *upfronts* deixaria de existir). Para viabilizar estas operações, a Companhia captou recursos através de contratos de empréstimos com o Banco Itaú S.A., além de ter emitido debêntures durante o exercício de 2022 (Vide notas 13 e 15). A amortização dos contratos a vencer segue o desempenho de vendas atrelado aos contratos de exclusividade junto aos varejistas.

(ii) Conforme preconizado pelo CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente, as receitas e os custos de certos contratos com clientes, que até 2017 eram reconhecidas no mês da venda do contrato, passaram a ser reconhecidas ao longo do tempo do contrato. Os custos referentes a esses contratos, que serão reconhecidos prospectivamente pelo tempo do contrato e/ou prestação do serviço, encontram-se registrados como "Custos com intermediação de vendas".

10. INVESTIMENTOS

Os saldos de investimentos estão assim demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
CDF Assistência Ltda.	77.347	69.684
	77.347	**69.684**

A movimentação dos investimentos em 2023 e 2022 está assim demonstrada:

	31/12/2023	31/12/2022
	69.685	**55.305**
Equivalência patrimonial	9.752	17.045
Amortização de mais-valia	(2.089)	(2.666)
	77.348	**69.685**

continua

INÊS249

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/MF nº 08.769.874/0001-10

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Alphaville - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

Porto Serviço

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de reais - R$)

As principais informações das investidas estão a seguir descritas:

					31/12/2023
	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial
CDF Assistência Ltda.....	100%	64.435	9.751	77.347	9.751

					31/12/2022
	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial
CDF Assistência Ltda.....	100%	54.667	17.045	69.685	17.045

Informações dos principais grupos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas:

				31/12/2023
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado
CDF Assistência Ltda.....	101.202	36.767	64.435	9.751

				31/12/2022
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado
CDF Assistência Ltda.....	100.539	45.872	54.667	17.045

11. IMOBILIZADO

O saldo do imobilizado está assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Instalações	1.872	1.872	1.872	1.872
Máquinas e equipamentos	542	497	542	497
Móveis e utensílios	857	783	857	783
Equipamentos de informática.....	1.669	1.253	1.929	1.513
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i).....	1.443	2.459	1.443	2.459
Aparelhos telefônicos	554	461	554	461
Equipamentos de telemarketing	198	197	198	197
**Total do custo	**7.135**	**7.522**	**7.395**	**7.782**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depreciação de Instalações	(1.771)	(1.748)	(1.771)	(1.748)
Depreciação Máquinas e equipamentos.....	(368)	(286)	(368)	(286)
Depreciação de Móveis e utensílios	(596)	(439)	(596)	(439)
Depreciação de Equipamentos de informática.....	(1.294)	(677)	(1.478)	(809)
Depreciação Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	(1.117)	(1.697)	(1.117)	(1.697)
Depreciação de Aparelhos telefônicos	(264)	(213)	(264)	(213)
Depreciação de Equipamentos de telemarketing.....	(140)	(119)	(140)	(119)
**Total da depreciação	**(5.550)**	**(5.179)**	**(5.734)**	**(5.311)**
**Imobilizado líquido	**1.585**	**2.343**	**1.661**	**2.471**

Movimentação dos saldos para os exercícios de 2023 e 2022:

							Controladora
Custo	31/12/2021	Adi-ções	Bai-xas	31/12/2022	Adi-ções	Bai-xas	31/12/2023
Instalações	1.872	–	–	1.872	–	–	1.872
Máquinas e equipamentos...	772	86	(361)	497	45	–	542
Móveis e utensílios	734	65	(16)	783	74	–	857
Equipamentos de informática.....	1.082	272	(101)	1.253	415	–	1.668
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	2.252	207	–	2.459	–	(1.015)	1.444
Aparelhos telefônicos	344	119	(2)	461	93	–	554
Equipamentos de telemarketing....	197	–	–	197	1	–	198
	7.253	**749**	**(480)**	**7.522**	**628**	**(1.015)**	**7.135**
Depreciação	31/12/2021	Adi-ções	Bai-xas	31/12/2022	Adi-ções	Bai-xas	31/12/2023
Instalações	(1.565)	(183)	–	(1.748)	(23)	–	(1.771)
Máquinas e equipamentos...	(545)	(65)	324	(286)	(82)	–	(368)
Móveis e utensílios	(359)	(82)	2	(439)	(158)	–	(597)
Equipamentos de informática.....	(518)	(246)	87	(677)	(616)	–	(1.293)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	(1.365)	(332)	–	(1.697)	(435)	1.015	(1.117)
Aparelhos telefônicos	(175)	(38)	–	(213)	(51)	–	(264)
Equipamentos de telemarketing....	(100)	(19)	–	(119)	(21)	–	(140)
	(4.627)	**(965)**	**413**	**(5.179)**	**(1.386)**	**1.015**	**(5.550)**
**Imobilizado líquido.....	**2.626**	**(216)**	**(67)**	**2.343**	**(758)**	**–**	**1.585**

							Consolidado
Custo	31/12/2021	Adi-ções	Bai-xas	31/12/2022	Adi-ções	Bai-xas	31/12/2023
Instalações	1.872	–	–	1.872	–	–	1.872
Máquinas e equipamentos	772	86	(361)	497	45	–	542
Móveis e utensílios	734	65	(16)	783	74	–	857
Equipamentos de informática	1.342	272	(101)	1.513	415	–	1.928
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	2.252	207	–	2.459	–	(1.015)	1.444
Aparelhos telefônicos	344	119	(2)	461	93	–	554
Equipamentos de telemarketing	197	–	–	197	1	–	198
	7.513	**749**	**(480)**	**7.782**	**628**	**(1.015)**	**7.395**
Depreciação	31/12/2021	Adi-ções	Bai-xas	31/12/2022	Adi-ções	Bai xas	31/12/2023
Instalações	(1.565)	(183)	–	(1.748)	(23)	–	(1.771)
Máquinas e equipamentos	(545)	(65)	324	(286)	(83)	–	(369)
Móveis e utensílios	(359)	(82)	2	(439)	(157)	–	(596)
Equipamentos de informática	(597)	(298)	86	(809)	(668)	–	(1.477)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	(1.365)	(332)	–	(1.697)	(435)	1.015	(1.117)
Aparelhos telefônicos	(175)	(38)	–	(213)	(51)	–	(264)
Equipamentos de telemarketing	(100)	(19)	–	(119)	(21)	–	(140)
	(4.706)	**(1.017)**	**412**	**(5.311)**	**(1.438)**	**1.015**	**(5.734)**
Imobilizado líquido	**2.807**	**(268)**	**(68)**	**2.471**	**(810)**	**–**	**1.661**

(i) Depreciação com base no prazo dos contratos de arrendamento (média de 36 meses).

12. INTANGÍVEL

O saldo do intangível está assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
Custo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso - software (iv).....	16.269	13.774	16.299	13.804
Carteira de clientes - Montpellier/ Tectotal (i).....	1.194	1.194	1.194	1.194
Carteira de clientes - CDF Assistência (iii).....	–	–	23.011	23.011
Ágio (Goodwill) (ii)	5.530	5.530	5.530	5.530
Sign Bônus - Kalunga Comércio e Ind.	32.411	32.411	32.411	32.411
Sign Bônus - Americanas S.A. - LASA	96.146	96.146	96.146	96.146
Sign Bônus - Carrefour	11.858	5.000	11.858	5.000
	163.408	**154.055**	**186.449**	**177.096**
Amortização	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Amortização Direito de uso - software.....	(8.925)	(6.830)	(8.934)	(6.833)
Amortização carteira de clientes Montpellier/Tectotal.....	(1.194)	(1.194)	(1.194)	(1.194)
Amortização carteira de clientes CDF Assistência.....	–	–	(10.082)	(7.993)
Amortização Sign Bônus - Kalunga Comércio e Ind.	(17.106)	(6.300)	(17.106)	(6.300)
Amortização Sign Bônus - Americanas S.A. - LASA.....	(50.744)	(18.697)	(50.745)	(18.697)
Amortização - Carrefour	(2.369)	(417)	(2.369)	(417)
	(80.338)	**(33.438)**	**(90.430)**	**(41.434)**
Intangível líquido	**83.070**	**120.617**	**96.019**	**135.662**

(i) Registrado na alocação do preço de aquisição da empresa Montpellier Participações S.A. (que tinha participação de 69,10% na Tectotal, e que foi incorporada em 28 de fevereiro de 2018), no montante de R$ 1.194, a ser amortizado em 59 meses. Em 31 de dezembro de 2023 encontra-se totalmente amortizado.

(ii) Ágio gerado na aquisição da Montpellier Participações S.A. (que tinha participação de 69,10% na Tectotal, e que foi incorporada em 28 de fevereiro de 2018).

(iii) Registrado na alocação do preço de aquisição da CDF Assistência Ltda., a ser amortizado entre 36 e 156 meses de acordo com os contratos com os parceiros. Na controladora este valor faz parte do investimento na controlada.

(iv) O direito de uso de software está sendo amortizado segundo a vida útil econômica determinada de 5 anos (20% a.a.).

(v) Os valores registrados como Signing Bônus se referem a pagamentos de bônus de assinatura de contrato com parceiros comerciais, com o objetivo de assegurar o direito de exclusividade e de preferência das vendas dos serviços da Companhia aos clientes desses canais de vendas. O valor do bônus é pago a título de contraprestação destes direitos adquiridos, a ser amortizado conforme prazo contratual de exclusividade com os parceiros comerciais (entre 36 e 48 meses).

Movimentação dos saldos para os exercícios de 2023 e 2022:

							Controladora
Custo	31/12/2021	Adi-ções	Baixas	31/12/2022	Adi-ções	Baixas	31/12/2023
Direito de uso - software.....	8.661	5.113	–	13.774	2.543	(48)	16.269
Carteira de clientes - Montpellier/ Tectotal	1.194	–	–	1.194	–	–	1.194
Ágio (Goodwill).....	5.530	–	–	5.530	–	–	5.530
Sign Bônus - Kalunga Com. e Ind.		32.411		32.411			32.411
Sign Bônus - Americanas S.A. - LASA.....		96.146		96.146			96.146
Sign Bônus - Carrefour	–	5.000	–	5.000	6.858	–	11.858
	15.385	**138.670**	**–**	**154.055**	**9.401**	**(48)**	**163.408**
Amortização	31/12/2021	Adi-ções	Baixas	31/12/2022	Adi-ções	Baixas	31/12/2023
Direito de uso - software.....	(5.288)	(1.542)	–	(6.830)	(2.143)	48	(8.925)
Amortização carteira de clientes Montpellier/ Tectotal.....	(1.194)	,	–	(1.194)		–	(1.194)
Sign Bônus - Kalunga Com. e Ind.	–	(6.300)	–	(6.300)	(10.806)	–	(17.106)
Sign Bônus - Americanas S.A. - LASA.....	–	(18.697)	–	(18.697)	(32.047)	–	(50.744)
Sign Bônus - Carrefour	–	(417)	–	(417)	(1.952)	–	(2.369)
	(6.482)	**(26.956)**	**–**	**(33.438)**	**(46.948)**	**48**	**(80.338)**
**Intangível líquido.....	**8.903**	**111.714**	**–**	**120.617**	**(37.547)**	**–**	**83.070**

							Consolidado
Custo	31/12/2021	Adi-ções	Baixas	31/12/2022	Adi-ções	Baixas	31/12/2023
Direito de uso - software.....	8.661	5.143	–	13.804	2.543	(48)	16.299
Carteira de clientes - Montpellier/ Tectotal	1.194	–	–	1.194	–	–	1.194
Carteira de clientes - CDF Assistência	23.011	–	–	23.011	–	–	23.011
Ágio (Goodwill)	5.530	–	–	5.530	–	–	5.530
Sign Bônus - Kalunga Com. e Ind.	–	32.411	–	32.411	–	–	32.411
Sign Bônus - Americanas S.A. - LASA....	–	96.146	–	96.146	–	–	96.146
Sign Bônus - Carrefour	–	5.000	–	5.000	6.858	–	11.858
	38.396	**138.700**	**–**	**177.096**	**9.401**	**(48)**	**186.449**
Amortização	31/12/2021	Adi-ções	Baixas	31/12/2022	Adi-ções	Baixas	31/12/2023
Direito de uso - software.....	(5.288)	(1.545)	–	(6.833)	(2.149)	48	(8.934)
Amortização carteira de clientes Montpellier/ Tectotal.....	(1.194)	–	–	(1.194)	–	–	(1.194)
Amortização carteira de clientes CDF Assistência ..	(5.328)	(2.665)	–	(7.993)	(2.089)	–	(10.082)
Sign Bônus - Kalunga Com. e Ind.	–	(6.300)	–	(6.300)	(10.807)	–	(17.107)
Sign Bônus - Americanas S.A. - LASA....	–	(18.697)	–	(18.697)	(32.047)	–	(50.744)
Sign Bônus - Carrefour	–	(417)	–	(417)	(1.952)	–	(2.369)
	(11.810)	**(29.624)**	**–**	**(41.434)**	**(49.044)**	**48**	**(90.430)**
**Intangível líquido.....	**26.586**	**109.076**	**–**	**135.662**	**(39.643)**	**–**	**96.019**

12.1 TESTE DE RECUPERABILIDADE DO ÁGIO

A Companhia avaliou a realização do ágio em 31 de dezembro de 2023, tendo concluído que o valor de realização é superior ao valor contábil da Unidade Geradora de Caixa.

O método utilizado foi do Fluxo de Caixa Descontado com base em estimativas financeiras em termos nominais aprovadas pela alta Administração para um período de cinco anos. Ao fim deste período é calculada uma perpetuidade considerando-se constantes os fluxos de caixa gerados a partir do último ano projetado. A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 13,47% em 2023 (16,7% em 2022).

Principais premissas utilizadas no cálculo

Receitas: as receitas líquidas projetadas correspondem as expectativas da Administração, que foram definidas com base na dinâmica de negócios da empresa, no potencial de crescimento do respectivo mercado e a dinâmica competitiva do setor, assim como os contratos de exclusividade de nossos parceiros que incluem fluxo mínimo garantido.

Custos e despesas operacionais: para projeção dos custos e despesas operacionais foram adotadas as variações conforme expectativa da Administração da empresa quanto à evolução das operações, respeitadas correlações com crescimento das receitas e ganhos de escala após a aquisição do controle pela Porto Seguro em 2022.

Impostos: para as projeções do cálculo de impostos adotamos o regime de tributação do lucro real além dos impostos sobre as vendas, conforme regulamentação vigente, não considerando quaisquer alterações que possam resultar de eventuais reformas tributárias futuras.

Capital de giro: a necessidade de capital de giro operacional foi estimada a partir das variações das contas do ativo circulante e passivo circulante e levam em consideração as políticas comerciais da Companhia e prazos de pagamento, os saldos foram segregados entre ativos e passivos operacionais e não operacionais, os drivers foram calculados para projeção dos ativos e passivos operacionais com base na receita liquida, custos e despesas operacionais, das projeções de acordo com a natureza de cada item.

Taxa de crescimento para perpetuidade: a taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 4,2%, representado substancialmente com a previsão de inflação no longo prazo de 3% a.a.

Taxa de desconto: representa a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da UGC, sendo derivado de custos médios ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público.

12.2 TESTE DE RECUPERABILIDADE DOS SIGNING BÔNUS

Apesar de reconhecidos substancialmente em 2022 e terem vida útil definida (36 meses para os contratos da Americanas e Kalunga, e 48 meses para o contrato firmado com o Carrefour), a Companhia também realizou avaliação da realização ao valor recuperável dos signing bônus decorrentes de contratos de exclusividade com parceiros comerciais (que também são utilizados na avaliação da recuperabilidade do ágio quanto à geração de receitas futuras). A avaliação de realização levou em consideração as particularidades de cada contrato, sendo que a Companhia também avaliou que o valor de realização é superior ao valor contábil (líquido das respectivas amortizações).

13. DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures - circulante	55.425	60.344	55.425	60.344
Debêntures - não circulante	13.339	64.073	13.339	64.073
	68.764	**124.417**	**68.764**	**124.417**

	Movimentação das debêntures	
	31/12/2023	31/12/2022
**Saldo inicial.....	**124.417**	**–**
Captação de debêntures	–	135.040
Variação cambial	**–**	**(1.299)**
Provisão de juros.....	**15.374**	**4.531**
Amortização do principal.....	**(56.158)**	**(10.951)**
Amortização de juros.....	**(14.869)**	**(2.904)**
**Saldo final	**68.764**	**124.417**

Refere-se à captação de recursos com vencimento final em 2025, cujo objetivo foi a aquisição de contratos de exclusividade com parceiros comerciais, por meio dos bancos Itaú e ABC, nos montantes de R$ 90.027 e R$ 45.013, respectivamente. O custo dessa operação corresponde a 100% da variação das taxas médias diárias do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), expressa na forma percentual ao ano-base, dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um spread ou sobretaxa, de 2,32% ao ano. Sobre essas debêntures não incidem taxas restritivas ("covenants").

14. ARRENDAMENTOS

Em 1º de janeiro de 2019 a Companhia aplicou o novo modelo de contabilização de arrendamentos do CPC 06 (R2)/IFRS 16. Em decorrência reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento em montante equivalente ao valor presente dos pagamentos contratuais ao longo do prazo do contrato.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo de direito de uso	1.986	2.970	1.986	2.970
	1.986	**2.970**	**1.986**	**2.970**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivos de arrendamento - circulante	1.030	1.879	1.030	1.879
Passivos de arrendamento - não circulante	1.130	1.434	1.130	1.434
	2.160	**3.313**	**2.160**	**3.313**

O quadro abaixo apresenta a movimentação dos saldos entre os exercícios:

									Controladora e consolidado
	31/12/2021	Amorti-zação (i)	Baixas	Adi-ções	31/12/2022	Amor-tização	Baixas	Adi-ções	31/12/2023
Imóveis e máquinas e quipamentos	4.306	(1.959)	(1.688)	2.311	2.970	(1.897)	(857)	1.770	1.986
	4.306	**(1.959)**	**(1.688)**	**2.311**	**2.970**	**(1.897)**	**(857)**	**1.770**	**1.986**
	31/12/2021	Juros	Baixas (i)	Adi-ções	Paga-mentos	31/12/2022	Juros	Baixas	Adi-ções
Passivos de arrendamento	4.547	240	(1.688)	2.311	(2.097)	3.313	217	(960)	1.770
	4.547	**240**	**(1.688)**	**2.311**	**(2.097)**	**3.313**	**217**	**(960)**	**1.770**

(i) Baixa refere-se à cessão de contrato de arrendamento à Porto Seguro.

Taxa de desconto:

Ao mensurar os passivos de arrendamento a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa de desconto em 1º de janeiro de 2019. A taxa aplicada foi de 6,22% para o contrato firmado em 2023. A taxa utilizada é a firmada em contrato.

Fluxo de pagamento:

O detalhamento dos fluxos de pagamentos está demonstrado no quadro a seguir:

Fluxo de pagamento	R$
2023.....	1.030
2024.....	959
2025 em diante.....	171
	2.160

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são representados por:

Linha de crédito	Encargos (% a.a.)	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento
Em moeda nacional				
Capital de Giro Garantido (Banco Itaú) (i).....	(4,15% + 100% do CDI)	85.378	87.319	21/12/2029
Capital de Giro Garantido (Banco Santander S.A.) (ii)	(4,33% + 100% do CDI)	4.322	12.953	10/06/2024
Em moeda estrangeira - EURO				
Capital de Giro Garantido (Banco Itaú) (iii)	(5,82% + variação do cambial)	7.226	13.556	21/03/2025
		96.926	**113.828**	
Passivo circulante.....		19.914	26.002	
Passivo não circulante.....		77.012	87.826	

(i) Empréstimo captado em moeda nacional em função do investimento realizado pela CDF em 2018, com o objetivo de renovar o contrato de exclusividade com um dos

continua

INÊS249

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/MF nº 08.769.874/0001-10

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Alphaville - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

Porto Serviço

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de reais - R$)

parceiros (varejista) da Companhia. O contrato com o varejista tinha prazo inicial de seis anos, com meta de vendas estabelecida e volume financeiro mínimo garantido (Vide nota 9 (i)). Em 2021 ocorreu a renegociação do contrato de exclusividade com esse cliente, aumentando o prazo desse contrato. Com o objetivo de alinhar o prazo dos contratos houve a captação de novo empréstimo com Itaú com liquidação do anterior. O custo dessa operação corresponde a 100% da variação das taxas médias diárias do CDI (Taxa DI), expressa na forma percentual ao ano-base, dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um spread ou sobretaxa, de 4,15% ao ano. Os efeitos do reconhecimento do passivo pela modificação substancial do contrato em 2021 foram registrados no resultado do exercício.

(ii) Em 2021 houve a captação de novo empréstimo em moeda nacional com Santander com liquidação do empréstimo anterior com o banco. Essa operação aconteceu para alinhar o prazo do contrato de empréstimo com o contrato comercial de um dos parceiros da Companhia (varejista) cujos recebíveis dos clientes intermediados por este varejista são objeto de garantia dessa operação. Além disso, os recursos captados nesse contrato foram usados para reforçar o caixa da Companhia. O custo dessa operação corresponde a 100% da variação das taxas médias diárias do CDI (Taxa DI), expressa na forma percentual ao ano-base, dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um spread ou sobretaxa, de 4,33% ao ano.

(iii) Empréstimo captado em moeda estrangeira (€ 4.600.000) para obtenção de recursos em função do investimento realizado pela CDF com o objetivo de renovar o contrato de exclusividade com um dos parceiros (varejista) da Companhia. O contrato com o varejista tem prazo de 12 anos, com meta de vendas estabelecida e volume financeiro mínimo garantido. Além disso, os recursos captados nesse contrato foram usados para reforçar o caixa da Companhia no início da pandemia da COVID-19. O custo dessa operação corresponde a 5,82% ao ano, além da variação cambial. Para proteger os efeitos da variação cambial foi contratada uma operação de compra a termo (NDF) de moeda estrangeira. Vide maiores detalhes na nota explicativa 4.3.

Cronograma de vencimentos

A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos dos empréstimos existentes em 31 de dezembro de 2023:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante
Capital de giro Itaú	15.592	17.420	12.985	10.222	9.645	26.740
Capital de giro Santander	4.322	–	–	–	–	–
	19.914	**17.420**	**12.985**	**10.222**	**9.645**	**26.740**

Os contratos financeiros celebrados com o Itaú possuem certas cláusulas restritivas ("covenants") incluindo, principalmente, cláusulas de restrição de mudança de controle e aquelas que exigem a manutenção de determinados índices financeiros: (i) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado menor ou igual que (a) 2,6x no ano de 2020; (b) 2,1x no ano de 2021; e (c) 1,8x a partir do ano de 2022 até a liquidação de todas as obrigações assumidas; (ii) a Companhia obriga-se a não distribuir dividendos, realizar pagamento de juros sobre o capital próprio ou quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia e/ou qualquer um dos devedores solidários estejam em mora com qualquer uma das obrigações assumidas. Sendo certo que, na hipótese de a Companhia estiver adimplente com todas as obrigações previstas, e desde que a razão entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado seja igual ou superior a 1,0x, a Companhia poderá distribuir dividendos e juros sobre capital próprio de até no máximo (a) 50% do lucro líquido no ano de 2020; (b) 70% do lucro líquido no ano de 2021 e (c) 80% do lucro líquido a partir do ano de 2022 até a integral liquidação das obrigações assumidas; (iii) hipótese de ocorrência de vencimento antecipado se (a) a Companhia não mantiver o índice resultante do quociente entre sua dívida líquida por seu EBITDA Ajustado em 2020 igual ou inferior a 1,8x até o final da operação em 2024; e (iv) não realizar distribuição de lucros (a) caso esteja inadimplente perante o Itaú Unibanco em decorrência do financiamento assumido; e (b) acima de 80% do lucro líquido do período. Por EBITDA Ajustado entenda-se ajuste pela exclusão dos efeitos da "Amortização do Upfront", registrados na rubrica de "Contratos a vencer - upfront" na nota 9.

O contrato financeiro celebrado com o Santander possui cláusulas restritivas e que determinam, entre outras restrições, os seguintes covenants financeiros à Companhia: (i) haverá vencimento antecipado do contrato: (a) se a Companhia distribuir dividendos, pagar juros sobre capital próprio ou efetivar qualquer outro tipo de benefício econômico de natureza similar, em valor igual ou superior ao equivalente a 70% do lucro líquido anual, apurado pelo Banco Santander, em qualquer momento, caso a relação dívida financeira líquida (DFL) e EBITDA, a ser apurada anualmente, com base no fechamento do balanço auditado em dezembro de cada ano, seja igual ou superior a 1,0x; ou (b) se a Companhia distribuir dividendos, pagar juros sobre capital próprio ou efetivar qualquer outro tipo de benefício econômico de natureza similar, em valor igual ou superior ao equivalente a 75% do lucro líquido anual, apurado pelo Banco, em qualquer situação e em qualquer outro momento, observado o disposto no item (a) acima; e (c) a Companhia deverá manter a relação dívida financeira líquida (DFL) e EBITDA, a ser apurada anualmente, com base no fechamento do balanço auditado em dezembro de cada ano, menor ou igual a 2,0x em 2021; e 1,5x a partir de 2022.

A Companhia monitora essas cláusulas restritivas de forma sistemática e constante, para garantir que os requisitos sejam atendidos. Tais medições são realizadas anualmente, em 31 de dezembro de cada exercício, tendo a Companhia atendido correspondentes indicadores financeiros em 31 de dezembro de 2023.

Garantias

Foram oferecidas garantias representadas pela cessão fiduciária de 100% recebíveis de direitos creditórios de contratos de prestação de serviço já celebrados com clientes e 84% de fiança bancária nacional.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Movimentação dos empréstimos	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**113.828**	**131.755**
Captação de empréstimos	–	150.000
Provisão de juros e variação cambial	20.328	24.219
Amortização do principal	(35.557)	(184.899)
Amortização de juros	(1.673)	(7.247)
Saldo final	**96.926**	**113.828**

16. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas diferidas (contratos)	42.732	34.291	67.181	57.302
	42.732	**34.291**	**67.181**	**57.302**
Passivo circulante	42.123	33.946	61.845	50.558
Passivo não circulante	609	345	5.336	6.744
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Amortização				
0 até 90 dias	28.222	22.694	33.395	27.301
91 até 120 dias	9.689	7.917	11.132	9.304
121 até 360 dias	4.212	3.335	17.318	13.953
Acima de 360 dias	609	345	5.336	6.744
	42.732	**34.291**	**67.181**	**57.302**

Conforme preconizado pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, as receitas e os custos de certos contratos com clientes, que até 2017 eram reconhecidas no mês da venda do contrato, passaram a ser reconhecidas ao longo do tempo do contrato. Os custos referentes a esses contratos (quando existentes), que serão reconhecidos prospectivamente pelo tempo do contrato e/ou prestação do serviço, encontram-se registrados como "Custos com intermediação de vendas" no ativo.

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de serviços	20.672	23.509	31.100	28.366
	20.672	**23.509**	**31.100**	**28.366**
Vencimento até 30 dias	20.010	22.756	30.275	27.613
Vencimento até 45 dias	662	753	825	753
Total	**20.672**	**23.509**	**31.100**	**28.366**

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS	118	111	139	161
COFINS	546	521	644	754
IRRF a recolher	52	47	70	61
IRPJ e CSLL	–	–	1.468	2.588
ISS sobre faturamento	612	601	652	817
Tributos federais retidos e outros	218	307	224	278
	1.546	**1.587**	**3.197**	**4.659**

19. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	–	–	–	–
FGTS	209	220	210	222
INSS	287	597	288	598
IRRF s/salário	305	358	305	358
Parcelamento de obrigações trabalhistas	–	24	74	98
Provisão de férias e encargos	3.352	3.501	3.377	3.528
PLR Funcionários	3.723	5.809	3.723	5.809
Outras obrigações trabalhistas	667	11	667	9
	8.543	**10.520**	**8.644**	**10.622**
Passivo circulante	8.543	10.520	8.570	10.548
Passivo não circulante	–	–	74	74

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e sua controlada são partes em processos judiciais e administrativos perante tribunais e órgãos do poder judiciário, surgidos no curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias e cíveis.

Com base na análise individual desses processos, tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos, o montante de causas consideradas prováveis (ou com risco de perda possível com viés de provável no caso de incertezas sobre o lucro) e correspondentes naturezas estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para contingências trabalhistas	11	15	56	54
Provisão para contingências cíveis	561	133	671	328
Provisão para contingências tributárias	908	–	3.048	126
	1.480	**148**	**3.775**	**508**
	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais trabalhistas	–	16	698	607
	–	**16**	**698**	**607**

A movimentação da provisão para contingências é como segue:

							Controladora
	31/12/ 2021	Constituição	Reversão	31/12/ 2022	Constituição	Reversão	31/12/2023
Trabalhistas	84	–	(69)	15	6	(10)	11
Cíveis	136	–	(3)	133	486	(58)	561
Tributário	1	–	(1)	–	908	–	908
	221	**–**	**(73)**	**148**	**1.400**	**(68)**	**1.480**

							Consolidado
	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/ 2022	Constituição	Reversão	31/12/2023
Trabalhistas	123	–	(69)	54	11	(9)	56
Cíveis	2.558	–	(2.230)	328	579	(236)	671
Tributários	113	14	(1)	126	3.051	(129)	3.048
Total	**2.794**	**14**	**(2.300)**	**508**	**3.641**	**(374)**	**3.775**

Contingências possíveis

Os processos judiciais classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2023 estão classificados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributários	1.389	331	2.114	1.577
Cíveis	3.443	1.079	3.476	2.482
Trabalhistas	555	184	555	184
Total	**5.387**	**1.594**	**6.145**	**4.243**

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado é de R$ 191.258.378, dividido em 44.278.468 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços prestados	291.042	228.437	338.429	282.547
Impostos incidentes	(21.814)	(18.081)	(25.700)	(22.200)
Cancelamentos de vendas	(5.448)	(3.761)	(5.457)	(10.916)
	263.780	**206.595**	**307.272**	**249.431**

23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos serviços prestados	(71.902)	(69.929)	(89.771)	(81.485)
Repasse mínimo contratual (i)	6.100	4.179	6.100	4.179
Serviços prestados de rede	(36.277)	(25.901)	(36.668)	(26.920)
Amortização de contratos com varejistas (ii)	(38.735)	(25.026)	(40.482)	(26.549)
Amortização *Signing* bônus de contratos com varejistas (ii)	(44.805)	(25.414)	(44.805)	(25.414)
Outros serviços prestados	(2.524)	(2.434)	(2.524)	(2.434)
	(188.143)	**(144.525)**	**(208.150)**	**(158.623)**

(i) No transcorrer dos exercícios de 2023 e 2022 a Companhia abateu os correspondentes montantes dos custos de intermediação junto aos varejistas em função de repasses mínimos contratuais.

(ii) Em 2023 as amortizações de contratos incluem R$ 44.805 de signing bônus (contratos firmados no ano de 2022 e 2023), conforme nota explicativa 12, além de amortizações de comissões (upfronts) com novos varejistas (os mesmos com que a Companhia reconheceu os signing bônus). As comissões antecipadas encontram-se registradas na rubrica "Custos e despesas antecipadas" como "Contratos a vencer - *upfront*" no ativo.

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS (POR NATUREZA)

As contas de despesas administrativas e comerciais estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	(45.697)	(42.510)	(45.940)	(42.785)
Despesas administrativas	(2.901)	(2.836)	(3.328)	(3.153)
Despesa com tecnologia de informação	(4.505)	(3.931)	(4.505)	(3.931)
Participação nos lucros	(5.497)	(5.708)	(5.500)	(5.726)
Despesas com locação e correlatas	(951)	(672)	(952)	(674)
Despesas com depreciação e amortização	(8.175)	(6.697)	(8.231)	(6.749)
Amortização de direito de uso em contratos de arrendamento	(1.792)	(1.959)	(1.794)	(1.959)
Remuneração da administração	(3.669)	(3.312)	(3.669)	(3.312)
Despesas com serviços de terceiros	(4.411)	(6.415)	(4.820)	(6.861)
Despesas comerciais	(2.387)	(2.334)	(2.520)	(2.428)
Provisão para contingências	(1.348)	73	(1.174)	2.286
Recuperação de despesas (management fee CDF Ltda.	3.439	5.379	(9)	–
Outras despesas	(265)	(15)	(265)	(640)
	(78.159)	**(70.937)**	**(82.707)**	**(75.932)**

25. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com brindes	(770)	(913)	(831)	(995)
Despesas com baixa de recebíveis	5	5	(3.419)	5
Despesas com doações	(21)	(31)	(21)	(31)
Despesas com multas e taxas	(13)	–	(13)	–
Despesas tributárias	(2)	(100)	(2)	(132)
	(801)	**(1.039)**	**(4.286)**	**(1.153)**

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.237	7.597	7.921	9.342
Resultado de operações com NDFs	943	–	943	–
Receita Financeira sobre mútuos	1.398	1.394	–	–
Outras receitas financeiras	141	590	144	590
	8.719	**9.581**	**9.008**	**9.932**
Despesas financeiras				
Juros e encargos	(30.696)	(26.886)	(30.762)	(26.886)
Despesas bancárias	(61)	(50)	(77)	(65)
Resultado de operações com NDFs - Despesa	(829)	(4.031)	(829)	(4.031)
Variação cambial passiva	(2.040)	–	(2.040)	–
Juros de arrendamento mercantil	(217)	(240)	(217)	(240)
Outras despesas financeiras	(549)	(380)	(651)	(398)
	(34.392)	**(31.587)**	**(34.576)**	**(31.620)**
Total	**(25.673)**	**(22.006)**	**(25.568)**	**(21.688)**

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS

Constituídos conforme as alíquotas vigentes, com base no lucro ajustado para fins tributários (lucro real).

As taxas de imposto de renda são de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de imposto de renda de 10% sobre o valor acima de R$240 ao ano, sendo a contribuição social calculada à taxa de 9% sobre o lucro tributável.

Movimentação do ativo:

				Controladora
	31/12/2022	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de ativos e reversão de passivos	31/12/2023
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	15.576	11.498	–	27.065
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Outras provisões	–	8.116	–	8.116
Compensação de ativo/ passivo diferido (iii)	(3.550)	–	–	(4.302)
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa líquido	**12.026**	–	–	**30.878**

				Consolidado
	31/12/2022	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de ativos e reversão de passivos	31/12/2023
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	40.392	11.498	(4.489)	47.393
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Outras provisões	–	11.283	–	11.283
Compensação de ativo/ passivo diferido (iii)	(3.550)	–	–	(4.302)
	36.842	–	–	**54.374**

Movimentação do Passivo:

				Controladora
	31/12/2022	Constituição	Reversão/ realização	31/12/2023
IR e CS sobre combinação de negócios (i)	(3.550)	(752)	–	(4.302)
	(3.550)	**(752)**	**–**	**(4.302)**
	(3.550)	–	–	**(4.302)**

(i) composto por imposto de renda diferido passivo sobre compra vantajosa apurado da combinação de negócios junto a CDF Assistência Ltda. no montante de R$3.550 (nota 2.4) e R$752 referente a amortização do ágio fiscal da Tectotal, incorporada em 2018.

Movimentação do Resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(19.245)	(14.867)	(13.439)	(7.965)
Alíquota combinada vigente	34%	34%	34%	34%
Crédito de Impostos pela alíquota combinada	6.543	5.055	4.569	2.708
Outras adições (exclusões)	265	125	(252)	1.365
Equivalência patrimonial	3.315	5.795	–	–
Impostos diferidos de anos anteriores constituídos no exercício corrente	8.729		8.729	–
Impostos diferidos não constituídos	–	(10.975)	–	(10.975)
Crédito de Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**18.852**	**(0)**	**13.046**	**6.902**
Imposto de renda e contribuição social corrente	–	–	(4.485)	(5.352)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.852	–	17.530	(1.550)
Alíquota efetiva	**98%**	**0%**	**354%**	**87%**

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem, de acordo com a legislação tributária vigente.

No ano de 2023, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R$ 18.852 referente à imposto de renda e contribuição social diferidos, incluindo prejuízos acumulados de anos anteriores, considerando restruturações societárias em andamento que irão acelerar a utilização desses prejuízos.

Os saldos de prejuízos fiscais e base negativa serão realizados integralmente no decorrer do ano de 2024.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Para fins de análise e gerenciamento das operações, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com dois segmentos sujeitos a divulgação de informações:

Suporte Tecnológico é a prestação de serviços de manutenção, configuração, instalação e outros serviços de tecnologia da informação, em computadores, celulares, tablets, periféricos, equipamentos de comunicação e equipamentos eletrônicos de uso pessoal e doméstico.

Assistências Residenciais são serviços baseados na instalação de produtos eletroeletrônicos como aparelhos de áudio e vídeo e instalação de produtos linha branca. Além disso, a Companhia presta serviços emergenciais como encanador, eletricista, chaveiro, telhadista, impermeabilização de estofados etc.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, também responsável pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

	31/12/2023			Controladora 31/12/2022		
	Suporte Tecnológico	Assistências residenciais	Total	Suporte Tecnológico	Assistências residenciais	Total
Receita líquida	166.181	97.599	**263.780**	54.430	152.165	**206.595**
Custo dos serviços prestados	(118.530)	(69.613)	**(188.143)**	(38.077)	(106.448)	**(144.525)**
Lucro Bruto	**47.651**	**27.986**	**75.637**	**16.353**	**45.717**	**62.070**

	31/12/2023			Consolidado 31/12/2022		
	Suporte Tecnológico	Assistências residenciais	Total	Suporte Tecnológico	Assistências residenciais	Total
Receita Líquida	190.102	117.170	**307.272**	140.764	108.665	**249.429**
Custo dos serviços prestados	(129.534)	(78.616)	**(208.150)**	(89.518)	(69.105)	**(158.623)**
Lucro Bruto	**60.568**	**38.554**	**99.122**	**51.246**	**39.560**	**90.806**

continua

INÊS249

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/MF nº 08.769.874/0001-10

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Alphaville - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

Porto Serviço

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de reais - R$)

Os ativos e passivos não estão segmentados, pois, a Administração entende que ambos contribuem de forma igualitária para a prestação dos serviços assistências residenciais e de suporte tecnológico. O mesmo se aplica as despesas administrativas e comerciais e resultado financeiro.

29. COBERTURA DE SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos com danos materiais, danos na execução de serviço e seguro de locação de imóvel.

A cobertura em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada abaixo:

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Danos materiais (RCG)	12.000	12.000
Danos na execução de serviço (RCP)	5.000	5.000
Seguro de locação imóvel (Danos Materiais)	15.000	15.000

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Incorporação Porto Assistência:

Com o objetivo de aumentar a autonomia e o foco em cada negócio e visando potencializar soluções que impulsionem o crescimento de suas operações, o Grupo Porto tem passado por uma estruturação em verticais.

Desta forma, para fins estratégicos e dando continuidade ao programa de reorganização societária iniciada pelo Grupo, em 29 de Fevereiro de 2024, a empresa Porto Assistência foi incorporada pela CDF Ltda. (controlada da CDF S.A.), resultando na emissão de novas quotas da sociedade incorporadora (CDF Ltda.).

DIRETORIA

LENE ARAÚJO DE LIMA
CEO - Serviços

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor Executivo

TOMAS TRABULSI
Diretor Comercial

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

DANIELE GOMES YOSHIDA
Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas e Administradores da

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CDF Assistência e Suporte Digital S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao valor recuperável de ativos *("impairment")*

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa 12, a Companhia possui registrado saldos de ágio gerado na aquisição de investimentos e intangíveis de *sigining bônus* (contratos de exclusividade) com varejistas parceiros classificados no ativo não circulante, no montante de R$75.726 mil, na controladora e no consolidado, líquidos de amortização. A metodologia e modelagem, utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado da Companhia, estimativa para a qual foram utilizadas pela administração premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições econômicas e de mercado, taxas de desconto e amparado no plano de negócios, assim como pelo desempenho futuro dos correspondentes contratos.

Adicionalmente, conforme notas explicativas 3, 6 e 9, Companhia revisa periodicamente sua carteira de contas a receber e comissões antecipadas aos varejistas parceiros (contratos a vencer - *upfront*), que totalizaram R$51.111 mil e R$114.010 mil, respectivamente, na controladora, e R$78.244 mil e R$130.431 mil, respectivamente, no consolidado, com o objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor realizável. A determinação do *impairment* das contas a receber e das comissões antecipadas é documentada em políticas internas e exige, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte da Companhia.

Devido à relevância do valor do ágio, dos *signing bônus*, das contas a receber e das comissões antecipadas aos varejistas parceiros, e ao alto grau de julgamento para a determinação das premissas relacionadas ao teste de *impairment* desses ativos, que pode impactar os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela administração, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do ágio e do *signing bônus*. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento e de desconto, projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela administração da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas.

Também avaliamos a razoabilidade dos critérios, premissas e dados utilizados pela Companhia para mensurar as perdas por *impairment* das contas a receber e comissões antecipadas aos varejistas parceiros, avaliadas de forma coletiva, incluindo o recálculo matemático das provisões para perdas e avaliação do histórico de inadimplência, que é parcialmente coberto por seguros garantias no caso de varejistas parceiros, assim como o *sigining bônus*.

Adicionalmente, comparamos os valores recuperáveis determinados pela administração da Companhia, com o valor contábil de referidos ativos submetidos a redução ao valor recuperável, e avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 3, 6, 9 e 12 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que a metodologia, os julgamentos e as premissas adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Valor recuperável dos impostos diferidos ativos

Em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa 27, a Companhia possui registrados impostos diferidos ativos nos montantes de R$35.180 mil na controladora, e R$58.676 mil no consolidado, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado internamente pela administração, sobre a geração de lucros tributáveis futuros.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do potencial impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer sobre o valor dos impostos diferidos ativos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases tributárias conforme legislação tributária vigente. Analisamos e avaliamos as premissas e metodologia usadas pela administração, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos e lucro tributável, incluindo aspectos relacionados à restruturação societária do segmento de assistências em curso, assim como alíquotas dos tributos e cálculos aritméticos e matemáticos, além de comparamos certos dados das projeções, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados da Companhia.

Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações efetuadas na nota explicativa 27 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos impostos diferidos ativos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos impostos diferidos ativos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 27, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem os Comentários da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange os Comentários da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler os Comentários da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB),* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP 034519/O
Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador - CRC-SP 246234/O

INÊS249

CSBRASIL
Companhia de Serviços

CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

CNPJ/MF nº 10.965.693/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas: A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda., cumprindo as disposições legais e estatuárias, submete à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras, bem como as notas explicativas e parecer do auditor independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022

AVISO: 1.) As Demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeiras e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **2.)** As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/ - Jornal "O Estado de S.Paulo" / Estadão RI - Edição de 30 de abril de 2024.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	6.319	4.212	6.851	21.339
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	91.916	133.249	103.174	133.249
Contas a receber	114.580	250.183	114.490	250.183
Estoques	3.133	4.867	3.133	4.867
Tributos a recuperar	11.707	19.044	11.707	19.044
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	34.709	22.836	34.807	22.835
Despesas antecipadas	1.646	1.492	1.973	1.508
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	35.393	18.323	35.393	18.323
Adiantamento de terceiros	4.221	1.896	4.226	1.895
Ativos para cumprimento de contratos	–	2.272	–	2.272
Outros créditos	27.213	47.184	27.188	47.184
	303.837	**505.558**	**342.942**	**522.699**
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Instrumentos financeiros derivativos	8.717	28.100	8.717	28.100
Contas a receber	180.236	109.925	180.236	109.925
Tributos a recuperar	11.826	11.826	11.826	11.826
Partes relacionadas	199.427	60.227	199.427	60.227
Depósitos judiciais	4.146	4.369	4.146	4.369
Ativos para cumprimento de contratos	–	203	–	203
Outros créditos	238	305	238	305
	404.590	**214.955**	**404.590**	**214.955**
Investimentos	49.110	46.417	34.797	30.608
Imobilizado líquido	475.395	521.057	475.652	521.057
Intangível líquido	3.709	1.927	10.756	5.161
	932.804	**784.356**	**925.795**	**771.781**
Total do ativo	**1.263.641**	**1.289.914**	**1.268.737**	**1.294.480**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	73.685	85.230	74.410	85.230
Empréstimos e financiamentos	2.824	25.215	2.826	25.215
Arrendamentos a pagar	14.250	16.020	14.250	16.020
Arrendamentos por direito de uso	84	3.980	84	3.980
Obrigações sociais e trabalhistas	34.527	32.583	34.835	32.583
Tributos a recolher	20.995	14.851	21.050	14.909
Adiantamentos de clientes	21.570	9.900	21.570	9.900
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	1.050	–	1.050
Partes relacionadas	–	453	–	453
Outras contas a pagar	3.902	14.215	3.897	14.215
	171.837	**203.497**	**172.922**	**203.555**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	79.819	79.552	79.819	79.552
Arrendamentos a pagar	11.591	22.829	11.591	22.829
Arrendamentos por direito de uso	7.647	9.086	7.647	9.086
Obrigações sociais e trabalhistas	490	–	490	–
Instrumentos financeiros derivativos	29.477	47.657	29.477	47.657
Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.562	4.659	2.562	4.659
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74.638	64.673	74.638	64.673
Partes relacionadas	105.909	107.636	105.909	107.637
Outras contas a pagar	–	1.575	–	1.574
Total do passivo	**483.970**	**541.164**	**485.057**	**541.222**
Patrimônio líquido				
Capital social	675.714	675.714	675.714	675.714
Reservas de capital	1.196	1.196	1.196	1.196
Reservas de lucros	99.536	68.615	99.536	68.615
Avaliação Patrimonial	3.225	3.225	3.225	3.225
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	**779.671**	**748.750**	**779.671**	**748.750**
Participação de não controladores	–	–	4.009	4.508
Total do Patrimônio Líquido	**779.671**	**748.750**	**783.680**	**753.258**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.263.641**	**1.289.914**	**1.268.737**	**1.294.480**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios Findos de 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	**583.850**	**472.561**	**583.774**	**639.888**
Custo de venda, locação e prestação de serviços	(339.488)	(328.362)	(340.583)	(474.781)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(134.634)	(36.746)	(134.558)	(36.746)
Total do custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	**(474.122)**	**(365.108)**	**(475.141)**	**(511.527)**
Lucro bruto	**109.728**	**107.453**	**108.633**	**128.361**
Despesas comerciais	(1.516)	(1.966)	(1.516)	(1.966)
Despesas administrativas	(28.927)	(28.363)	(31.068)	(42.538)
Reversão (provisão) de perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	(4.394)	(306)	(4.394)	(2.965)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.186)	21.310	(3.186)	21.327
Resultado de equivalência patrimonial	3.768	(1.736)	5.264	2.781
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras	**75.473**	**96.392**	**73.733**	**105.000**
Receitas financeiras	22.172	27.964	24.036	30.273
Despesas financeiras	(43.979)	(47.229)	(43.994)	(61.542)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**53.666**	**77.127**	**53.775**	**73.731**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(7.096)	(4.178)	(7.704)	(4.190)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(9.965)	(28.466)	(9.965)	(25.761)
Total do imposto de renda e da contribuição social	**(17.061)**	**(32.644)**	**(17.669)**	**(29.951)**
Lucro líquido do exercício	**36.605**	**44.483**	**36.106**	**43.780**
Atribuído aos:				
Acionistas controladores	36.605	44.483	36.605	44.483
Acionistas não controladores	–	–	(499)	(703)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios Findos de 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**36.605**	**44.483**	**36.106**	**43.780**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do Exercício	**36.605**	**44.483**	**36.106**	**43.780**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos de 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	53.666	77.127	53.774	73.731
Ajuste para:				
Resultado de equivalência patrimonial	(3.768)	1.736	(5.264)	(2.781)
Depreciação e amortização	29.251	38.900	29.258	45.154
Custo de venda de ativos desmobilizados	134.634	36.746	134.558	36.746
Provisões para perdas, baixa de outros ativos e créditos extemporâneos de impostos		–	–	(477)
Reversão de perdas demandas judiciais e administrativas	9.128	1.952	9.128	1.952
Baixas de outros ativos imobilizados	3.479	1.637	3.479	5.499
Reversão perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	4.394	306	4.394	2.965
Perda com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	1.203	(9.087)	1.203	(9.087)
Remuneração com base em ações	–	9	–	9
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos	18.323	25.234	18.323	38.821
	250.310	**174.560**	**248.854**	**192.532**
Contas a receber	60.898	(161.440)	60.988	(195.326)
Recebíveis por vendas de empresas controladas	–	119.816	–	119.816
Tributos a recuperar	7.337	13.529	7.337	13.165
Estoques	1.734	(235)	1.734	(235)
Depósitos judiciais	–	(862)	–	(3.795)
Fornecedores	(11.545)	5.378	(10.820)	17.369
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher	(15.579)	4.142	(28.462)	(291)
Adiantamento de clientes	11.670	(10.374)	11.670	(10.374)
Outras contas a pagar	(11.888)	(1.276)	(17.419)	(1.303)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(89)	36.387	18.078	34.726
Variações no capital circulante liquido operacional	**42.538**	**5.065**	**43.006**	**(26.248)**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	7.096	(15.757)	7.704	(15.703)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos	(16.019)	(24.214)	(16.019)	(33.876)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	–	(73.029)	–	(73.029)
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	41.333	79.547	30.075	73.614
Caixa líquido gerado pela atividades operacionais	**325.258**	**146.172**	**313.620**	**117.290**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	(144.954)	(4.495)	(149.911)	(82.432)
Aporte de capital em investidas	–	(109.004)	–	(498)
Aporte de capital de não-controladores	–	–	–	4.500
Partes relacionadas (assunção de divida)	(119.816)	–	(119.816)	–
Redução de capital de não-controladores por alienação de empresas	–	–	–	(3.236)
Redução de caixa pela alienação de empresas	–	–	–	7.596
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(264.770)**	**(113.499)**	**(269.727)**	**(74.070)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	–	81.663	–	91.607
Recebimento (pagamento) de swaps	(10.095)	20.835	(10.095)	20.835
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(4.609)	(1.500)	(4.609)	(1.500)
Amortização de empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar	(43.261)	(144.268)	(43.261)	(149.661)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(58.381)**	**(43.270)**	**(58.381)**	**(38.719)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**2.107**	**(10.597)**	**(14.488)**	**4.501**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	4.212	14.809	21.339	16.838
No final do período	6.319	4.212	6.851	21.339
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**2.107**	**(10.597)**	**(14.488)**	**4.501**
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa				
Adição ao imobilizado por arrendamento mercantil	–	–	–	(2.027)
Adição de arrendamentos por direito de uso	(230)	(6.081)	230	(1.031)
Venda de participação de investidas a prazo	–	119.816	–	

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	Reservas de capital	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Reserva de lucros: Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**595.714**	**80.000**	**1.187**	**24.677**	**–**	**1.540**	**703.118**	**3.947**	**707.065**
Integralização de capital	23.1	80.000	(80.000)	–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	44.483	–	44.483	(703)	43.780
Retenção de lucros	23.3	–	–	–	43.938	(44.483)	–	(545)	–	(545)
Transações com pagamento baseado em ações	23.2	–	–	9	–	–	–	9	–	9
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	23.4	–	–	–	–	–	1.685	1.685	–	1.685
Transações de acionistas	23.5	–	–	–	–	–	–	–	4.500	4.500
Redução de minoritário em função de venda de controlada		–	–	–	–	–	–	–	(3.236)	(3.236)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**675.714**	**–**	**1.196**	**68.615**	**–**	**3.225**	**748.750**	**4.508**	**753.258**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	36.605	–	36.605	(499)	36.106
Retenção de lucros	23.3	–	–	–	36.605	(36.605)	–	–	–	–
Transações com pagamento baseado em ações	23.2	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ajuste de exercícios anteriores		–	–	–	(1.075)	–		(1.075)	–	(1.075)
Dividendos intermediários		–	–	–	(4.609)	–	–	(4.609)	–	(4.609)
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	23.4	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**675.714**	**–**	**1.196**	**99.536**	**–**	**3.225**	**779.671**	**4.009**	**783.680**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Companhia" e/ou "CS Brasil Transportes") é uma Companhia limitada controlada direta da CS Holding e Locação S.A. ("CS Holding"), que por sua vez é controlada direta da Simpar. A sede da Companhia é na Avenida Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: operações de transporte rodoviário de passageiros no âmbito municipal; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados, incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores; execução e conservação de áreas verdes; limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais; locação de veículos leves e pesados, para órgãos públicos; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva) e venda de veículos. A Companhia é uma controlada indireta da Simpar S.A ("Grupo Simpar") que possui 100% das cotas. A CS Brasil Transportes possui contratos de consórcio para operação de transporte de passageiros através da Companhia Consórcio Sorocaba ("Consórcio Sorocaba") e a Companhia controlada em conjunto BRT Sorocaba Concessionaria de Serviços Públicos SPE S.A ("BRT Sorocaba Concessionárias"). As concessões dos contratos do Consórcio Sorocaba têm vigência de 16 anos, que se encerra em 1º de novembro de 2028, e o contrato de concessão do BRT Sorocaba Concessionárias foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos. Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia participou de processo de concorrência na modalidade de leilão presencial para arrendamento de dois terminais portuários no Complexo Portuário de Aratu-Candeias, no município de Candeias-BA, denominados ATU12 e ATU18, realizados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e nas datas de 09 de março de 2021 e 10 de março de 2021, foram publicadas as adjudicações das propostas de ATU 18 e ATU 12, respectivamente onde a Companhia foi a vencedora e por consequência passou a ser a controladora das sociedades de propósito especifico "SPEs" ATU12 e ATU18, constituídas em 25 de março de 2021, ambas as companhias são sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Candeias - Bahia, que tem como propósito especifico a construção dos dois terminais portuários no estado da Bahia. Em 26 de julho de 2021, a Companhia venceu a proposta apresentada pelo Consórcio Grãos do Piauí e foi assinado o contrato de concessão para prestação dos serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária das rodovias PI-397 e PI-262 ("Transcerrados"), no qual a Companhia detém 64% de participação. A partir de então foi criada a Sociedade de propósitos específicos (SPE) denominada Grãos Do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. Em 30 de dezembro de 2022, a Companhia vendeu a integralidade de sua participação em 3 controladas: ATU 12, ATU 18 e Grãos do Piauí, para a CS Infra S.A. ("CS Infra"), controlada direta da Simpar. Desta forma, a Companhia deixou de demonstrar saldo patrimonial das controladas em sua consolidação a partir de 30 de dezembro de 2022. Em 13 de junho de 2022, a Companhia venceu a proposta apresentada pelo Consórcio CS Mobi Cuiabá e, em 20 de dezembro de 2022, foi assinado o contrato de concessão para revitalização das vias e logradouros públicos da região central da cidade de Cuiabá; revitalização e gestão Mercado Municipal; implementação, operação, gestão e manutenção do sistema do mobiliário urbano; e implementação, operação, gestão e manutenção do sistema de estacionamento rotativo do município. A partir de então foi criada a Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada da Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. A concessão possui prazo de 30 anos e está em processão de implantação com início em 20 de fevereiro de 2024, com a cobrança do estacionamento rotativo do Mercado Municipal Miguel Sutil, onde foram disponibilizadas 2.300 vagas, com a cobrança de R$3,40 por hora para veículos e R$2,00 por hora para motos. Em 02 de agosto de 2023, a Companhia firmou contrato de venda de sua participação no Consórcio Sorocaba e da frota de ônibus dedicada à operação pelo valor total de R$25 milhões. A decisão pelo desinvestimento está alinhada ao planejamento estratégico e gestão contínua do portfólio de ativos do Grupo SIMPAR, visando maximizar o retorno sobre o capital empregado. Desta forma, a Companhia deixou de demonstrar os saldos patrimoniais e resultado da controlada em sua consolidação a partir de 31 de julho de 2023. **1.1 Relação de participação em entidades controladas e controlada em conjunto:** As participações percentuais da Companhia em sua controlada em conjunto e consórcio na data do balanço são as seguintes:

Razão social	País sede	Atividade Operacional	2023 Participação direta %	2023 Participação indireta %	2022 Participação direta %	2022 Participação indireta %
BRT Sorocaba Concessionárias (b)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	–	49,75	–	49,75
Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. (c)	Brasil	Revitalização, implementação, gestão e operação de mobiliário urbano	75,0	–	75,0	–

a) Consórcio Sorocaba: O Consórcio Sorocaba ("Consórcio Sorocaba") é uma Companhia em Comandita Simples, com sede na rua Doutor Campos Salles, 900, Pinheiros - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de transportes, com itinerário fixo, municipal e intermunicipal em região metropolitana. Sua concessão tem vigência de 16 anos, que se encerra em 1º de novembro de 2028. A CS Brasil Transportes mantém operações em conjunto no consórcio Sorocaba na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações e registra os direitos e obrigações na proporção de sua participação. A Companhia em 02 de agosto de 2023, vendeu sua participação (Nota 1). **b) BRT Sorocaba Concessionárias:** O BRT Sorocaba Concessionárias de Serviços Públicos SPE S.A ("BRT Sorocaba") é uma sociedade anônima fechada, controlada em conjunto com outros sócios, com sede na Av. Antônio Carlos Comitê, 540, Parque Campolim - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e administração de obras. O contrato de concessão foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aumentou sua participação na BRT Sorocaba Concessionárias de 49,25% para 49,75% mas não possui o controle. A Companhia registra em seu balanço o percentual de sua participação de 49,75% no BRT Sorocaba Concessionárias por meio do método de equivalência patrimonial. **c) Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A ("CS Mobi"):** Em 20 de dezembro de 2022, foi assinado contrato de concessão para revitalização das vias e logradouros públicos da região central da cidade de Cuiabá; revitalização e gestão Mercado Municial; implementação, operação, gestão e manutenção do sistema do mobiliário urbano; e implementação, operação, gestão e manutenção do sistema de estacionamento rotativo do município. A CS Brasil possui 75% de participação na sociedade. Em 31 de dezembro de 2023 a CS Mobi não havia registrado a concessão, pois a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional: fase de capacitação dos usuários, com o veículo OCR (veículo de fiscalização) pronto, smartphones e parquímetros instalados, colaboradores

continua →★

INÊS249

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.
Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

capacitados para o posto de atendimento e, o mercado demolido. A Companhia iniciou a operação da cobrança do estacionamento rotativo em 20 de fevereiro de 2024. **1.2 Situação do conflito entre Ucrânia e Rússia:** Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Companhia tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países. A Administração não identificou impactos em seus custos. **1.3 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O Grupo Simpar para orientar suas controladas, desde 2022 é mantida Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação. Isso em razão de o cenário de mudanças climáticas ser considerado nas decisões e estratégias dos negócios. O Grupo também segue o determinado no Programa Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa ("GEE"), de forma a contribuir com a meta pública da SIMPAR de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030 atrelada ao primeiro *Sustainability-Linked Bond* ("SLB") do setor no mundo emitido em 2021, o primeiro *Sustainability-Linked Bond* em reais com liquidações em dólares do país. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (*Tank-to-Wheel*) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (*upstream*) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A Companhia elabora, divulga e tem auditado por terceira parte seu inventário de emissões que, constantemente aprimorado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG *Protocol* - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. Além disso, a Companhia manteve em 2023 a nota B no *Carbon Disclosure Project* ("CDP"), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação ao Comitê de Sustentabilidade do Grupo Simpar são considerados como plano de atendimento do compromisso da Companhia conforme abaixo: • Os bens, equipamentos e instalações modernas que permanentemente ao longo da concessão, acompanhe as inovações do desenvolvimento tecnológico e sustentável e • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos dos veículos da frota, assim como campanha de comunicação envolvendo os clientes que utilizam a frota. O inventário de emissões é compilado e auditado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso, o programa de controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG *Protocol* - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia se manteve em 2023 a nota B no *Carbon Disclosure Project* ("CDP"), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. Consequentemente, a CS Brasil Transportes anualmente vem renovando sua frota de veículos locados e o impacto pode ser verificado através da aquisição de novos veículos, máquinas e equipamentos, no montante de R$134.634 em 2023 (R$78.241 em 2022) conforme nota 11. **1.4 Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA *dual*") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRÁTICAS MATERIAIS.

2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "CPC"): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados no caixa e equivalente de caixa, além dos títulos e aplicações financeira (Nota 2.16) tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.20. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apresentadas em Reais ("R$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico de suas operações. Os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Base de consolidação: a) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b) Operação em conjunto:** A operação em conjunto existe quando as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. A Companhia mantém operações em conjunto no consórcio Sorocaba na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações. Consórcios possuem regulamentação específica para o desenvolvimento de suas atividades e apesar de possuir controles contábeis individuais, seu registro é realizado nos livros contábeis de seus participantes pela participação de cada um, desta forma, estão inseridas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, na proporção de sua participação. **c) Investimentos em entidades controladas em conjunto:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades com controle conjunto (joint venture). Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto. **d) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. **2.6 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Companhia, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. **2.7 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota):** Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços de locação a Companhia renova constantemente sua frota. Os veículos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponibilizado para venda". Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.8 Imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *("impairment")*, quando aplicável. Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. **b) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com o tipo de bem comprado, o valor pago, a data e o valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de bens utilizados diretamente na prestação de serviços de locação compõe o custo da prestação de serviços de locação e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. A Companhia adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstradas na nota explicativa 11. **d) Redução ao valor recuperável *("impairment")*:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram observados indicativos, os quais a Companhia fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável. **2.9 Intangível: *2.9.1 Softwares:*** As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.9.2 Concessões:** A controlada CS Mobi é um contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão, para a revitalização das vias e logradouros públicos da região central, gestão do Mercado Municipal Miguel Sutil com implementação, operação, e manutenção de estacionamento rotativo e de mobiliário urbano, com foco na melhoria da mobilidade urbana municipal. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos com possibilidade de prorrogação. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não havia registrado a concessão, pois a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional: fase de capacitação dos usuários, com o veículo OCR (veículo de fiscalização) pronto, smartphones e parquímetros instalados, colaboradores capacitados para o posto de atendimento e, o mercado demolido. A Companhia tem previsão de entrar em operação comercial no primeiro trimestre de 2024. **2.10 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). **(i) Como arrendatária:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** A Companhia classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R2), tais como: • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendadora:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Companhia é uma arrendadora intermediária ela contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ela avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatária contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ela classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (nota 2.8 (d)). A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.11 Ativos reconhecidos a partir dos custos para o cumprimento de um contrato:** A Companhia reconhece ativos relacionados aos custos para o cumprimento de exigências estabelecidas no edital e são tratados no escopo do CPC 47/IFRS15 - Receita de contrato com Cliente, apresentados no balanço patrimonial na rubrica "ativos para cumprimento de contratos" no ativo circulante e não circulante, uma vez que não são elegíveis para reconhecimento como ativos sob nenhuma outra norma contábil. A Companhia utiliza as principais premissas para avaliar os ativos contratuais: (a) custos atrelados diretamente ao edital ou ao contrato previsto que a entidade pode especificamente identificar, como por exemplo custos relativos a serviços a serem prestados de acordo com a renovação de contrato existente ou custos para projetar o ativo a ser transferido, de acordo com contrato específico; (b) custos que geram ou aumentam os recursos da entidade para cumprimento das obrigações de desempenho no futuro; e (c) espera-se que os custos sejam recuperados. O ativo é amortizado pelo método linear ao longo do contrato específico ao qual está relacionado, de forma consistente com o padrão de reconhecimento da receita associada e as amortizações foram reconhecidas como custo de prestação de serviços durante o exercício de 2023. **2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos ("IRPJ e CSLL"):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **2.13 Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.14 Provisão para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.15 Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. A Companhia utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "*ad hoc*". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras classificados ao custo amortizado, a metodologia de "*impairment*" aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.1.a (ii) é detalhado como a Companhia determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto após 24 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.16 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e concessão de serviço público. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao: - Custo amortizado: quando os ativos e passivo financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e - Valor justo por meio do resultado ("VJR"): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Estimativa do valor justo:*** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). **2.17 Uso de estimativas de julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A companhia não possui estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023. **2.18 Receitas de contrato com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.18.1 Receita de locação:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à locação, onde os valores anteriormente provisionados mediante a competência são estornados, conforme boletim de medição aprovado pelo cliente e: **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2):** é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.18.2 Receita de venda de ativos desmobilizados a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** após o término do contrato de locação com seus clientes, a Companhia desmobiliza e vende os veículos que ficam disponibilizados em seus pátios e através de plataforma de venda online. Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando da entrega, mediante a transferência de risco. As faturas emitidas, são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** a receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.18.3 Receita de transporte de passageiros: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** serviços de transporte público municipal de passageiros. O serviço ocorre no momento da utilização do transporte público pelo passageiro, e é recebido até o décimo quinto dia do mês subsequente da secretária de transporte do município. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** a receita de transporte público municipal de passageiros é reconhecida quando a prestação de serviços é realizada, ou seja, na utilização do transporte pelo passageiro. **2.18.4 Receita de serviços de limpeza e coleta urbana: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** serviços de limpeza e coleta urbana são realizadas diariamente e são cobrados mediante medição da tonelagem de lixo coletada e limpeza efetuada. As faturas são emitidas e recebidas no mês subsequente à prestação do serviço. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. **2.19 Benefícios a empregados: 2.19.1 Benefícios de curto prazo:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.19.2 Transações com pagamentos baseados em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações da Simpar concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). **2.20 Capital social: 2.20.1 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio:** A distribuição de lucros e os juros sobre capital próprio para os sócios da Companhia são reconhecidos

continua →★

INÊS249

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Companhia. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.21 Uso de estimativas de julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 6.1; b) Ativo imobilizado disponível para venda - definição do valor residual - nota explicativa 8; c) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 11; e d) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 20.

3. MUDANÇAS NAS POLITICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e IFRS e entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023: **• Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2/CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "políticas contábeis relevantes", sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. **• Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras no exercício de adoção (1º de janeiro de 2023). **3.1 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. **• Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 - "**Presentation** *of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: c*ovenant*s), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos":** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs; (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento e (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i) e concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Companhia. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 Capital social: O capital social da Companhia, mantido pela CS Holding com 99,99% das quotas, totalmente subscrito e integralizado no fim dos exercícios de 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 675.714, dividido em 675.714.248 quotas, sem valor nominal mentido pela atual controladora CS Holding e Locação S.A.

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**595.714**	**595.714.248**
Aumento de capital (i)	80.000	80.000.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**675.714**	**675.714.248**
Aumento de capital	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**675.714**	**675.714.248**

(i) Em 01 de junho de 2022, o adiantamento para futuro aumento de capital realizado em 29 de dezembro de 2021, foi utilizado para integralização do capital social, mediante aprovação em assembleia de acionistas. A Companhia aumentou seu capital na importância de R$80.000 mediante a criação de 80.000.000 quotas sociais, com valor nominal de R$1,00 cada uma, mediante aprovação em assembleia de acionistas. **23.2 Reserva de Capital: a) Transações com pagamentos baseados em ações:** i. Plano de opções de ações da Simpar: Os Planos da CS Transportes para opção de ações da Simpar são calculados com base na média da cotação das ações na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, exceto pelo 2º lote do plano II que é calculado e apurado com base no último balanço aprovado pela Companhia, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento à Sociedade do preço de exercício pelo beneficiário. O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo *Black-Scholes* de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. As opções outorgadas nos planos vigentes em 2022 foram exercidas, e para o ano de 2023 não houve plano para essa modalidade de opções de ações.

Plano	Ano da outorga	Quantidade de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Vida da opção	Exercício de aquisição	Prazo do exercício
VII	2017	5208	1	R$ 9,03	8,51	42,31%	11,02%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	5208	2	R$ 9,03	8,51	42,31%	11,15%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2020 a 06/2022
VII	2017	10415	3	R$ 9,03	8,50	42,31%	11,30%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2020 a 06/2022

Movimentação durante os exercícios: A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Direitos de opções de ações outorgadas	Direitos de ações em circulação	Preço médio do período (R$)
Posição em 31 de dezembro de 2021	**31.251**	**31251**	**8,59**
Ocorrências 2022	(31.251)	(31.251)	–
Posição em 31 de dezembro de 2022	–	–	–
Ocorrências 2023	–	–	–
Posição em 31 de dezembro de 2023	–	–	–

	Quantidade de opções de ações				
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Opções de ações em circulação	Preço médio do exercício (R$)
Posição em 31 de dezembro de 2021	**215.892**	**(78.344)**	**(111.990)**	**25.558**	**3,04**
Ocorrências 2022	–	(25.558)	–	**(25.558)**	–
Posição em 31 de dezembro de 2022	**215.892**	**(103.902)**	**(111.990)**	**–**	**–**
Ocorrências 2023	–	–	–	–	–
Posição em 31 de dezembro de 2023	**215.892**	**(103.902)**	**(111.990)**	**–**	**–**

ii. Plano de ações restritas e *matching*

No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da Simpar (ações restritas) a colaboradores da Companhia de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da Simpar, e caso o colaborador opte por receber ações, a Simpar entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Simpar e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Simpar e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Simpar S.A. e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à Simpar e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários. Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será divido pela média da cotação das ações da Simpar na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas. As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano da outorga	Qtd. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor da ação na data da outorga	Volatidade	Tx. de jrs. livre risco	Dividendos esperado	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
IV	2020	20.449	4	R$ 5,89	4,25	40,25%	10,80%	0,26%	5 anos	04/05/2020 a 01/05/2024	01/04/2024
VI	2021	19.413	4	R$ 7,98	9,98	40,25%	9,80%	0,26%	5 anos	02/05/2021 a 01/05/2025	01/04/2025

iii. Movimentação durante o exercício: A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Quantidade de ações				
	Direitos de ações outorgadas	Canceladas	Exercidos	Direitos de ações em circulação	Preço médio do exercício (R$)
Posição em 31 de dezembro de 2021	**539.518**	**(19.840)**	**(92.690)**	**426.988**	**–**
Transferência de administradores (i)	–	–	(207.996)	(207.996)	3,25
Outorgas canceladas	–	–	–	–	
Posição em 31 de dezembro de 2022	**539.518**	**(19.840)**	**(300.686)**	**218.992**	**–**
Transferência de administradores			(144.328)	(144.328)	3,87
Outorgas canceladas				–	
Posição em 31 de dezembro de 2023	**539.518**	**(19.840)**	**(445.014)**	**74.664**	**–**

(i) Conforme reestruturação da Companhia Simpar, parte dos administradores que estavam registrados na JSL, foram transferidos para CS Brasil Transportes. O saldo acumulado na conta de reserva de capital referente a esses planos no patrimônio líquido é de R$1.196 em 31 de dezembro de 2023 (R$1.196 em 31 de dezembro de 2022). **23.3 Reserva da lucros:** Para atender a projetos de investimentos, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei 6404/76. Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação constituiu reserva de R$30.007 (R$43.938 em 31 de dezembro de 2022). **23.4 Ajustes de avaliação patrimonial:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de R$2.149 (R$3.225 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023 o valor de R$1.076 refere-se a ajuste de exercício anterior. **23.5 Participação de não controladores:** A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o valor de R$4.009 relacionado a participação de não controladores, composto por R$9 referente ao lucro do exercício da CS Mobi Cuiabá e R$4.500 de capital social da CS Mobi Cuiabá, na qual a CS Brasil Transportes detém 75% de participação.

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho - Diretor Presidente

Samir Moises Gilio Ferreira - Diretor Financeiro

CONTADOR

Diogo Venceslau da Silva - Contador - CRC 1SP 344761

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e quotistas CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (i) Ressalta-se que o relatório do auditor independente resumido foi elaborado a partir do relatório do auditor independente completo, que está devidamente divulgado em endereço eletrônico que se encontra referenciado após o relatório da administração dessa publicação resumida. Tipo de Opinião - Sem modificação.

Barueri, 29 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora - CRC 1SP222241/O-0

INÊS249

Sabesp Mais investimentos

Câmara quer repasse maior para aderir à privatização

Para aprovação em segundo turno do projeto que autoriza venda da estatal, vereadores querem elevar aportes da empresa na capital

ELISA CALMON
SAMUEL LIMA

A Câmara de Vereadores de São Paulo tem negociado alterações para aprovar, em segundo turno, o texto que prevê a adesão do município à privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento do Estado). Segundo o prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB), entre as mudanças está a elevação no patamar de investimentos que a companhia deve fazer na cidade e do repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI).

O texto inicial, aprovado pelos vereadores no último dia 17, determina que a empresa destine ao menos 20% da receita bruta obtida na prestação de serviços na cidade de São Paulo para investimentos em ações de saneamento básico e ambiental de interesse do município até 2029. Atualmente, essa taxa é de 13%. De acordo com Nunes, as negociações em curso envolvem elevar a obrigação ainda mais, para 25%. "Os próprios vereadores colocaram essa demanda. Estamos nesta negociação. Não sei se chegará a 25%, mas não será menor que 20%, com certeza. Daqui para frente só discutimos melhoras, não teremos recuos", disse Nunes em entrevista à imprensa.

Para a segunda votação, os parlamentares também planejam aumentar de 3% para 5,5% a antecipação do repasse da receita projetada da Sabesp para os próximos cinco anos ao FMSAI. Com isso, o montante saltaria de R$ 1,8 bilhão para cerca de R$ 2,3 bilhões, informou ainda o prefeito.

Esse adiantamento se refere aos 7,5% da receita da estatal a que o município tem direito a cada ano. De acordo com Nunes, nas negociações os vereadores buscam o aumento do repasse para 8%.

SEM QUESTIONAMENTO. Ao ser questionado sobre a oposição política pública em relação à privatização da Sabesp, o prefeito disse que a única discussão em curso atualmente é sobre "como melhorar a condição contratual da Sabesp com o município para otimizar os serviços de saneamento em São Paulo".

Neste sentido, Nunes destacou que o aval à privatização não cabe à Prefeitura ou à Câmara de Vereadores. Desta forma, o debate agora está voltado para a melhoria do contratual entre o município e a companhia de saneamento.

Em relação às tarifas, Nunes reforçou o discurso do governo do Estado de São Paulo de que não haverá aumento de preços. Em coletiva recente, o Executivo paulista afirmou que a privatização da Sabesp pode levar a uma redução de até 10% nas tarifas social e a vulnerável. Para a tarifa residencial, a queda deve ficar em cerca de 1%, calcula o governo. Já as tarifas industriais, comerciais e outras podem cair aproximadamente 0,5%.

A aprovação do processo de venda da Sabesp pelo Legislativo da capital é vista como um passo importante para a desestatização, considerando a grande participação da cidade de São Paulo nas contas da companhia. Entre os cerca de 370 municípios paulistas atendidos pela Sabesp, a cidade de São Paulo representa entre 45% e 50% da receita total da estatal de saneamento.

Na semana passada, a Justiça de São Paulo determinou que a Câmara só faça a segunda votação do projeto de lei que autoriza a privatização após a realização de todas as audiências públicas e de outras mais, caso necessárias. A intenção do presidente da Câmara de São Paulo, Milton Leite (União Brasil), porém, é promover a votação em segundo turno do projeto já na quinta-feira.

ADESÃO. A adesão da capital precisou ser discutida na Câmara Municipal porque a lei de 2009, que autorizou o Executivo a celebrar contratos com a Sabesp, determina a extinção automática da parceria se o "Estado vier a transferir o controle acionário da Sabesp à iniciativa privada".

No dia 17, a Câmara aprovou, por 36 votos a favor e 18 contrários, a adesão do município à privatização em primeiro turno. O debate sobre o projeto de lei, no entanto, foi acalorado ao longo da sessão que durou mais de quatro horas. Além de manifestações de grupos civis contrários à privatização, houve bate-boca entre os vereadores durante os pronunciamentos na sessão de votação.

Vereadores do PSOL e do PT criticaram o fato de a matéria não ter passado por todas as comissões da Casa, incluindo a de Finanças. O vereador Sidney Cruz (Solidariedade), relator do projeto, negou falta diálogo na Câmara. "Não dá para falar que o assunto começou a ser debatido ontem na primeira audiência pública. Estamos falando disso desde outubro de 2023", disse. ●

Repasses

O aumento dos benefícios à capital na privatização

● **25%** **é o porcentual das receitas da Sabesp na cidade que os vereadores querem que a empresa destine para investimentos em saneamento e ambiental; no projeto aprovado dia 17, esse valor era de 20%**

● **5,5%** **é quanto os vereadores querem que a Sabesp pague em antecipações para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI)**

COLUNA FIABCI-BRASIL

INFORME PUBLICITÁRIO

SÃO PAULO, 30/04/2024

Residenciais com serviços de hotelaria ganham cada vez mais espaço no Brasil

*Por Fabricio Mitre**

Limpeza, organização diária, concierge, governança, lazer, climatização de ambientes, alimentação à disposição e atendimento personalizado e 24h são alguns dos serviços mais valorizados na hotelaria e que qualquer pessoa gostaria de replicar na sua própria residência. Não é mesmo?

Para os consumidores de luxo, isso já é possível em alguns dos principais hotéis cinco estrelas do mundo, que lançaram projetos que unem o serviço de hospitalidade com o mercado residencial. Embora seja um conceito comum lá fora, no Brasil, o modelo ainda é tímido, mas vem ganhando espaço nos últimos anos.

E a aposta está ligada ao crescimento da demanda por imóveis de luxo, facilmente percebida nas ruas de São Paulo pelos novos edifícios em construção, sejam eles studios, apartamentos pequenos ou imóveis de alto luxo, com metragens maiores.

Um estudo da consultoria Brain, obtido pela Forbes, mostra que, no último ano, o mercado imobiliário da capital paulista cresceu 12%, com 90,2 mil apartamentos negociados, movimentando um VGV de R$ 50,8 bilhões. No caso do luxo e superluxo, o crescimento foi de 40% em 2023, de acordo com a pesquisa. Os números são bastante expressivos, apesar de a taxa de juros ter se mantido acima dos 11,75% nesse período.

No Brasil, as vendas do segmento de luxo cresceram 32,9% em 2023, atingindo 11,9 mil unidades comercializadas. O VGV chegou a R$ 35 bilhões, enquanto, no mercado geral, atingiu R$ 111,9 bilhões, com 195,8 mil unidades vendidas.

Antes, o luxo estava associado à metragem ampla. Hoje, ele está ligado ao projeto como um todo, incluindo design, áreas comuns e serviços oferecidos. A sustentabilidade também passou de um elemento para uma necessidade. Já o lazer ganhou outro significado durante e após a pandemia. Atualmente, o consumidor não abre mão de qualidade de vida e bem-estar.

Além disso, a associação de construtoras e incorporadoras com marcas de hotelaria tem sido uma saída do setor imobiliário para lidar com os studios, que acabaram incentivados pelo Plano Diretor de 2014, em São Paulo. A revisão da lei, feita no ano passado, tornou esses incentivos mais "flexíveis", o que pode reduzir a oferta de compactos em lançamentos futuros.

Fato é que esse tipo de acomodação veio para ficar, oferecendo instalações similares às de um hotel, mas com uma atmosfera menos corporativa, mais serviços e privacidade, ou seja, uma experiência exclusiva. E deve ganhar abrangência nacional em 2024, percorrendo cidades do interior, para além das grandes capitais.

** Fabricio Mitre é CEO da Mitre Realty*

Disulgação

Modelo surge como alternativa atraente para quem procura serviços exclusivos, sem perder a privacidade do conforto de um lar

*Coluna publicada às terças-feiras sob responsabilidade da **FIABCI-BRASIL** (Federação Internacional Imobiliária) Tel: (11) 5078-7778 - www.fiabci.com.br - Produção gráfica: **Publicidade Archote***

Rateio R$ 365 milhões

Massa falida do Banco Santos paga a credores

ALTAMIRO SILVA JUNIOR

Credores do Banco Santos, incluindo o grupo Caoa e a Hering, vão receber mais R$ 365 milhões, no nono rateio da massa falida do banco de Edemar Cid Ferreira, que quebrou há quase 20 anos, em setembro de 2005.

Com mais esse pagamento aos credores, chega a R$ 3,1 bilhões até o início deste mês o valor em ativos recuperados do Banco Santos pelo administrador judicial. O número é dez vezes maior que o esperado na época do início da falência.

Inicialmente, a proposta era fazer o nono rateio em dezembro de 2023, e em volume menor, de R$ 163,8 milhões. Mas, com adiamentos, o processo teve atrasos e, no período, novos ativos do banco foram vendidos, o que aumentou o valor.

Ao todo, 891 credores quirografários (sem preferência ou garantia de pagamento) do Banco Santos vão receber recursos no nono rateiro, segundo documentos judiciais, incluindo nomes como Cargill, Hotel Othon, Zoomp, Seara, Serasa e Varig Logística.

Fundador do banco, Edemar Cid Ferreira morreu em 13 de janeiro, aos 80 anos, de enfarte, em São Paulo. Ferreira, que chegou a ser preso duas vezes e foi acusado de crimes financeiros, era conhecido pela sua extensa coleção de obras de arte e sua icônica mansão no bairro do Morumbi, bens que foram levados a leilão por determinação da Justiça. ●

INÊS249

CSfrotas

CS BRASIL FROTAS S.A.

CNPJ/MF Nº 27.595.780/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração: É com confiança que reportamos os resultados do ano de 2023. Agradeço aos nossos Clientes, Fornecedores, Acionistas e, de forma especial à nossa Gente, que, com comprometimento e determinação permitiram as entregas desse ano - período em que registramos importantes avanços e que irão nos permitir seguir evoluindo de forma positiva em 2024. Transformamos nossos indicadores de eficiência e produtividade e seguiremos evoluindo nestas frentes para avanços ainda maiores na nossa rentabilidade. Em 2023 tivemos receita líquida de R$1,3 bilhão com crescimento de 65,7% frente a 2022. Já frota total atingiu 50,1 mil carros no mesmo período, um crescimento de 28,8% frente à frota total de 38,9 mil carros em 2022. O crescimento da receita acima do patamar de crescimento da frota demonstra a geração de valor realizada ao longo de 2023. Esses indicadores nos dão confiança para continuarmos trabalhando com muita disciplina na execução do nosso planejamento estratégico e foco para seguirmos evoluindo em excelência operacional ao mesmo tempo em que, extraímos o máximo de valor dos nossos ativos e promovemos a geração de valor adequada aos nossos acionistas com a satisfação dos nossos clientes numa equação que garante o desenvolvimento sustentável e perene dos nossos negócios. Agradeço aos nossos colaboradores pelas entregas e por tudo que ainda vamos construir juntos. Aos nossos acionistas, fornecedores e clientes, nosso muito obrigado pela confiança.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

1) Sobre a CS Frotas: Há 14 anos no mercado, a CS Frotas, é a maior companhia de Gestão e Terceirização de Frotas (GTF) dedicada ao atendimento de veículos para o setor Público e Empresas de Economia Mista. A Companhia contribui ativamente para a evolução do setor público com eficiência e transparência, operando para empresas de saneamento, concessionárias de energia, segurança e administração pública, entre outros. Os contratos são resultantes de licitações públicas realizadas com processos que garantem a transparência nas disputas, utilizando um modelo de gestão baseado em geração de valor de forma sustentável. Há 2 anos, a CS Frotas passou a integrar a Movida, trazendo consigo toda a experiência no segmento de gestão e terceirização de frotas, focado no setor Público e Empresas de Economia Mista. A CS Frotas tem soluções completas em seu portfólio de serviço: i) Customização; ii) Documentação; iii) Manutenção; iv) Dimensionamento; v) Disponibilização de veículo reserva dedicado; e vi) Portal do cliente para acompanhamento e gestão da frota. A Companhia possui práticas que são referência no mercado: **i) Sala de Licitações:** exclusiva para uso em processos de licitações públicas. Processos auditados e certificados por empresa independente. Equipamentos dedicados. Ambiente seguro 100% monitorado e gravado. Infraestrutura de TI. Acesso restrito. Sistema eletrônico de workflow que evidencia e documenta o processo licitatório. Linha Monitorada - meio obrigatório para comunicação entre colaboradores e órgãos públicos; **ii) Programa de Conformidade:** assegurar, disseminar e garantir o cumprimento da legislação vigente e aplicável, normas e diretrizes internas, principalmente nas relações mantidas com a Administração Pública; e **iii) Portal da Transparência:** com acesso fácil e objetivo, o Portal da Transparência foi criado para dar visibilidade às contratações da CS Brasil no setor público - da licitação ao término da vigência contratual. Em junho de 2021, o Pacto Global da ONU reconheceu o Portal de Transparência da CS Frotas como uma das quatro práticas brasileiras escolhidas como exemplo de governança. **2) Cenário e Mercado:** O cenário no fim de 2022 era de bastante incerteza, o mercado internacional ainda se reerguia da crise econômica causa pela pandemia da COVID-19 e o Brasil apresentava um cenário de altas taxas de juros e com eleições presidenciais. As estimativas para 2023 do último Boletim Focus do Banco Central de 30/12/2022 era de um IPCA no patamar de 5,3%, crescimento do PIB de 0,8%, câmbio do dólar de R$/US$ 5,27 e Selic de 12,25% a.a., ou seja, baixo crescimento, inflação moderada e alto patamar de juros. A queda das cotações internacionais das *commodities* impactaram positivamente na queda da inflação. Adicionalmente, a fragilidade financeira das famílias começou a melhorar no segundo semestre de 2023. A ampliação do poder de compra das famílias foi canalizada para serviços, o que ajuda a compreender o papel desempenhado pelo setor no crescimento do PIB em 2023. Por sua vez, a expansão do setor de serviços, geralmente intensivo em mão de obra, ajudou a taxa de desemprego fechar o ano de 2023 no nível de 7,8%, menor patamar registrado desde 2014 e uma queda de 1,8 ponto percentual em relação a 2022 (9,6%), mesmo com os resultados negativos da indústria de transformação. A indústria de transformação apresentou quadro estagnação em 2023 mesmo com cenário de crescimento econômico nos demais setores. O PIB de 2023 foi liderado pelo crescimento de serviços e agropecuária e deterioração da indústria. Assim, é esperado um crescimento do PIB no patamar de 3,2% para 2023, acima do projetado pelo Boletim Focus para o ano. Para 2024, segundo o Boletim Focus mais recente de 15 de março de 2024, é esperado um crescimento do PIB de 1,8%, IPCA no patamar de 3,8%, câmbio do dólar de R$/US$ 4,95 e Selic de 9% a.a., ou seja, um ligeiro crescimento do PIB com IPCA dentro da meta de inflação mas com uma Selic em patamares inferiores em 2024. A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do Banco Central de novembro de 2023 destacou que das 22 atividades que compõem o índice de turismo, o transporte aéreo de passageiros teve o maior impacto negativo influenciado pelo aumento do preço das passagens. Isso gerou uma pressão negativa para o setor de transportes, para as atividades turísticas e para os serviços como um todo. Outro fator a impactar o turismo no mês foi a menor receita real vinda da locação de automóveis, pelo mesmo motivo, já que o aluguel de veículos, mensurado pelo IPCA, subiu 8,27% em novembro de 2023. A produção de automóveis e comerciais leves cresceu 1,3% no comparativo de 2023 com 2022, segundo dados da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), atingindo a produção de 2,2 milhões de veículos no período. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, a inflação acumulada do ano de 2023 sobre o preço do carro novo foi de 2,37%, ao passo que em 2022 foi de 9,36%. Já em 2024, segundo a consultoria automotiva KBB, o valor médio dos carros novos ano-modelo 2024 no Brasil subiu 0,54% em janeiro de 2024 que, se a tendência seguir, seria um repasse de preço perto da inflação. Já para o mercado de Seminovos é esperado uma queda em 2024, conforme projeção da SINDIVEL, justificada pela perspectiva da queda da inadimplência, na redução das taxas de juros e na oferta um pouco maior de veículos em 2024. Em junho de 2023, governo federal anunciou a Medida Provisória 1.175/23 que estabeleceu mecanismos de desconto nos preços dos veículos, patrocinado pelo governo, para facilitar a compra de veículos mais sustentáveis por pessoas físicas e jurídicas. O programa previa a redução do preço de automóveis, caminhões, ônibus e vans como incentivo à renovação da frota. No total, o governo destinaria R$ 1,5 bilhão em créditos tributários - R$ 500 milhões para estímulo à troca por carros menos poluentes, R$ 700 milhões para caminhões e R$ 300 milhões para ônibus e vans. Para viabilizar a redução nos preços dos veículos, as montadoras receberam do governo créditos tributários para oferecer um desconto patrocinado, abatido diretamente do valor final, entre i) R$ 2 mil a R$ 8 mil nos carros; ii) R$ 33,6 mil a R$ 80,3 mil nos caminhões; e iii) R$ 38 mil a R$ 99,4 mil nos ônibus e vans. O programa foi temporário com duração de quatro meses. Em 2023 foram vendidos quase 14,5 milhões de automóveis, comerciais leves, pesados e motos seminovos e usados vendidos no Brasil, um aumento de 8,7% em relação a 2022, quando foram vendidos 13,3 milhões de veículos, segundo dados da FENAUTO. Foi o terceiro melhor resultado do setor na série histórica, ficando atrás apenas de 2021, quando foram comercializados mais de 15 milhões de veículos seminovos e usados, e 2019, com 14,6 milhões. Considerando apenas as vendas por dias úteis, 2023 foi melhor até do que 2019, com 9,1 mil veículos negociados diariamente. O acumulado de vendas de veículos com 13 anos, ou mais, foi o mais expressivo, com um crescimento de 13,5% em relação a 2022, chegando a um total de 5,0 milhões unidades no ano. A projeção da Fenauto é que 2024 consiga registrar a melhor marca da história do mercado de seminovos e usados. No entanto, considerando somente o mercado de Seminovos de 1 a 3 anos divulgado pela FENAUTO em 2023 tivemos a venda de 1,0 milhão de veículos frente 1,1 milhão de veículos em 2022. Por fim, a Companhia segue confiante com as perspectivas positivas no mercado de aluguel de veículos que demonstra mudança significativa na mentalidade do consumidor quanto à mobilidade e a maneira de se relacionar com o veículo e das empresas quanto a terceirização de suas frotas. No ponto de vista de Seminovos, a Companhia acredita na tendência de melhora no final do ano de 2024 que, conforme já mencionado, possui a projeção de uma Selic em patamares inferiores que poderia beneficiar a oferta de crédito de financiamento de veículos. **3) Auditoria Independente:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PricewaterhouseCoopers"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. **4) Declaração da Diretoria:** Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

AVISO - As Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são Demonstrações Financeiras Resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
• Central de Downloads - / • Empresas Listadas | B3 / • Estadão RI (estadao.com.br) = https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	6.193	2.487
Títulos e valores mobiliários	7.2	530.089	600.621
Contas a receber	8.2	332.483	156.237
Estoques	–	3.015	2.827
Tributos a recuperar	–	2.621	21.165
Imposto de renda e contribuição social antecipados	18.4	36.881	12.484
Veículos desativados para renovação de frota	9.2	127.548	100.172
Outros ativos	–	47.821	33.455
Total dos ativos circulantes		**1.086.651**	**929.448**
Não circulante			
Contas a receber	8.2	12	5
Tributos a recuperar	–	58	58
Depósitos judiciais	16.2	1.658	519
Outros ativos	–	6.146	631
Total do ativo realizável a longo prazo		**7.874**	**1.213**
Imobilizado	10.2	4.384.184	2.757.642
Intangível	–	4.267	3.402
Total dos ativos não circulantes		**4.396.325**	**2.762.257**
Total do ativo		**5.482.976**	**3.691.705**

Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado nota explicativa 2.6
Circulante			
Fornecedores	12.2	654.743	313.807
Debêntures	13.2	128.730	179.266
Arrendamento por direitos de uso	15.2	3.718	6.141
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	14.2	–	3.045
Obrigações trabalhistas e sociais	–	8.194	3.604
Tributos a recolher	–	11.053	19.324
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.2	18.278	11.916
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	3.702	47.298
Total dos passivos circulantes		**828.418**	**584.401**
Não circulante			
Debêntures	13.2	1.565	–
Arrendamento por direito de uso	15.2	7.071	3.062
Provisões para demandas judiciais e administrativas	16.2	102	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	239.733	168.151
Outras contas a pagar e adiantamentos		142	–
Total dos passivos não circulantes		**248.613**	**171.213**
Patrimônio líquido			
Capital social	19.1	1.438.222	1.378.222
Reservas de capital	–	1.912.707	1.098.668
Reservas de lucros	19.2	669.846	399.201
Adiantamento para futuro aumento de capital		385.170	60.000
Total do patrimônio líquido		**4.405.945**	**2.936.091**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**5.482.976**	**3.691.705**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado nota explicativa 2.6
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	–	373.589	306.120
Ajuste para:			
Depreciação, amortização e impairment de ativos	21	271.298	134.882
Custo de venda de ativos desmobilizados	21	309.535	133.384
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21	4.208	1.655
Baixa de ativos	11.2	5.508	702
(Reversão de provisão) provisão para demandas judiciais e administrativas	16.3	102	–
Juros e variações monetárias sobre debêntures e arrendamentos	13,14 e 15	50.466	5.448
		1.014.706	**582.191**
Variações no capital circulante liquido operacional			
Contas a receber	9	(180.461)	(45.183)
Estoques	–	(188)	(323)
Fornecedores	12	22.057	92.818
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	–	14.863	(41)
Contas a pagar e adiantamentos		(43.454)	–
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	–	(18.703)	23.184
Variações no capital circulante liquido operacional		**(205.886)**	**70.455**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	18	(24.397)	(7.684)
Demandas judiciais e administrativas pagas	16	–	(15)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos	13 e 15	(214.873)	(35.917)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	10	(1.912.142)	(1.327.352)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**(2.151.412)**	**(1.370.969)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	70.322	(238.409)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(2.081.090)**	**(1.609.378)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	10	(2.698)	(4.289)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(2.698)**	**(4.289)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de debêntures conversíveis em ação	13	927.500	960.000
Amortização de arrendamentos a pagar	14 e 16	(8.996)	(59.806)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	19.2.2	(25.000)	(6.398)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	385.170	60.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**1.278.674**	**953.796**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**3.706**	**(7.224)**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	–	2.487	9.711
No final do período	–	6.193	2.487
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**3.706**	**(7.224)**
Informações suplementares aos fluxos de caixa			
Aquisição de ativo imobilizado por linhas de financiamento:			–
Por arrendamento de direitos de uso de imobilizado		(7.403)	(5.962)
Fornecedores em aberto		318.879	40.877

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado nota explicativa 2.6
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	19	1.293.053	780.587
(–) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(852.984)	(457.709)
(=) Lucro bruto		**440.069**	**322.878**
Despesas comerciais	21	(9.997)	(4.795)
Despesas administrativas	21	(24.186)	(20.695)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber	21	(4.208)	(1.655)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(350)	994
Despesas operacionais, líquidas		**(38.741)**	**(26.151)**
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**401.328**	**296.727**
Receitas financeiras	22	24.934	16.484
Despesas financeiras	22	(52.673)	(7.091)
Resultado financeiro, líquido		**(27.739)**	**9.393**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**373.589**	**306.120**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18.2	(71.582)	(76.127)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		**(71.582)**	**(76.127)**
Lucro líquido do exercício		**302.007**	**229.993**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**302.007**	**229.993**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**302.007**	**299.993**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

	Nota	Capital social	Reservas de capital Reapresentado nota explicativa 2.6	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Reserva de lucros: Lucro acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.378.222**	**313.646**	**–**	**8.421**	**173.187**	**–**	**1.873.476**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	60.000	–		–	60.000
Emissão de debentures conversíveis em ações	13.2	–	960.000		–	–	–	960.000
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	–	–	(174.978)		–	–	–	(174.978)
Lucro líquido do exercício	–	–	–		–	–	229.993	229.993
Reserva legal	–	–	–		11.500		(11.500)	–
Juros sobre capital próprio distribuidos	19.2.2	–	–		–		(12.400)	(12.400)
Constituição de reserva para investimento	–	–	–		–	206.093	(206.093)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.378.222**	**1.098.668**	**60.000**	**19.921**	**379.280**	**–**	**2.936.091**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	385.170	–		–	385.170
Aumento de capital	–	60.000	–	(60.000)	–	–	–	–
Emissão de debentures conversíveis em ações	13.2	–	927.500		–	–	–	927.500
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	–	–	(113.461)		–	–	–	(113.461)
Lucro líquido do exercício	–	–	–		–	–	302.007	302.007
Reserva legal	–	–	–		15.100		(15.100)	–
Juros sobre capital próprio distribuidos	19.2.2	–	–		–		(31.362)	(31.362)
Constituição de reserva para investimento	–	–	–		–	255.545	(255.545)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.438.222**	**1.912.707**	**385.170**	**35.021**	**634.825**	**–**	**4.405.945**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CS Brasil Frotas S.A. ("Empresa") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada direta da CS Brasil Participações e Locações S.A. ("CS Brasil Participações") com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo a qual detém 25,40% de participação direta. Que tem como atividades preponderantes: locação de veículos automotores sem condutor; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva), podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócio ou acionista. A CS Brasil Frotas S.A. ("Empresa") também é controlada direta da Movida Locação de Veículos S.A. (Movida Locação) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 60,96% de participação direta que atua no segmento de locação de veículos leves ('rent a car') e tem como objeto social principalmente a locação de veículos automotores, administração e licenciamento de marcas comerciais no ramo da locação de veículos sob o regime de franquia empresarial, assessoria de tecnologia aos franqueados, sistemas, treinamento, produto e materiais promocionais e intermediação da locação de veículos no Brasil. E também é controlada direta da Movida Participações S.A. (Movida Participações) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 13,64% de participação direta que atua nos segmentos de locação de veículos leves ("rent a car" ou "RAC") e de gestão e terceirização de frotas de veículos leves ("GTF"). Como consequência e visando a consecução das atividades de locação. Em 26 de julho de 2021, foi celebrado um contrato de venda para a Movida Participações S.A., de 100% do capital da CS Brasil Participações S.A. e sua controlada direta CS Frotas Ltda. A reestruturação foi efetuada mediante aumento de capital realizado pela Movida Participações S.A., no valor total de R$ 583.480 com a emissão de 63.381.072 novas ações ordinárias pela aquisição do

continua →

INÊS249

★ continuação

CS BRASIL FROTAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

referido investimento com parte relacionada. Em 07 de dezembro de 2021, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada em uma Sociedade por Ações e alterxação da razão social para CS Brasil Frotas S.A. Em 28 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Movida Participações S.A aprovou a Cisão Parcial da CS Participações transferindo para a Movida Locações. Pertencentes ao mesmo grupo econômicos, entendem que a cisão parcial se insere no contexto da reorganização administrativa, financeira e jurídica dos negócios da CS Participações e será realizada tendo em vista a necessidade de segregação e redistribuição de determinados ativos e passivos da CS Participações em outra estrutura societária, visando otimizar sua estrutura e permitir que seus acionistas possam realocar tais ativos e passivos com maior eficiência. A Parcela cindida é composta (i) pelo investimento na CS Brasil Frotas S.A. ("CS Frotas"), sociedade operacional, correspondente a 557.587.450 ações de sua emissão, representativas de, aproximadamente, 40,45% de seu capital socialtotal avaliados e (ii) pelo saldo passivo referente aos débitos da totalidade das 600.000 debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única realizada pela CS Participações em 10 de dezembro de 2020 e avaliado, segundo o Laudo de Avaliação, em R$ 620.339. **1.1 Principais eventos ocorridos no exercício: 1.1.1 Decisão Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre a coisa julgada e matéria tributaria o fim da "coisa julgada":** Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que julgamentos individuais tidos como definitivos (decisões transitadas em julgado), favoráveis aos contribuintes, perderão suas eficácias caso o Tribunal venha, posteriormente, a se pronunciar contrariamente às teses defendidas pelos contribuintes. Por maioria de votos, foi decidido que a perda dos efeitos das decisões individuais será imediata, sem necessidade de propositura de ações rescisórias, e que os tributos e/ou contribuições em questão passarão a ser devidos a partir da data da publicação da decisão do STF (contrária ao contribuinte), respeitadas as regras constitucionais de irretroatividade e anterioridade. A CS Frotas não identificou efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, em decorrência desta decisão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1 Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS® "), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 29 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Uso de estimativas, julgamento e premissas contábeis críticas:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.2.1. Julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): a CS Frotas classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional da Companhia. **2.2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a CS Frotas faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 18.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 10; c) Veículos desativados para renovação de frota - valor residual líquido - nota explicativa 9; d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 11; e) Perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 8; f) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 16; g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - nota explicativa 5.3. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da CS Frotas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a CS tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da CS Frotas. Quando disponível, a CS Frotas mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a CS Frotas utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a CS Frotas mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a CS Frotas determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da CS na nota explicativa 5. **2.5. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O setor de logística e transportes é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas e seus impactos para a sociedade. Por isso, a CS Frotas busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou neutralizem os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. A CS Frotas também segue o que está determinado no Programa de Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa por meio de sua coligada Movida Europe S.A. ("Movida Europe"), sociedade constituída sob as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo ("Emissora"), de forma a contribuir com a meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. Essa meta está comprometida às emissões dos Sustainability-Linked Bond (SLB) em 2021. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (Tank-to-Wheel) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (upstream) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A gestão e contribuição da CS Frotas no tema no tema é essencial para SIMPAR atingir a meta de intensidade que leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo SIMPAR. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade da CS Frotas, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores: • Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes; • Avaliação de aquisição de veículos e equipamentos elétricos e movidos a biometano; • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores; • Uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota; • Ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2. O inventário de emissões é compilado pela companhia. O relatório de sustentabilidade é assegurado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso, o programa de controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no Carbon Disclosure Project (CDP), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. **2.6. Reclassificação dos saldos comparativos:** Em 2023, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no cálculo do Ajuste a Valor Presente das debêntures conversíveis em ações, todos no exercício de 2022, nos montantes de: • R$ 104.176 no grupo de debêntures, no passivo; • R$ 34.150 no grupo de Reservas de capital no patrimônio líquido; • R$ 34.150 no grupo de Ajuste do Valor Presente da demonstração de mutação do patrimônio líquido; • R$ 70.026 no grupo de despesas financeiras na Demonstração do Resultado do Exercício; A referida correção afetou o passivo circulante, demonstração do resultado do exercício, demonstração de mutação do património líquido e demonstração do fluxo de caixa, de 31 de dezembro de 2022 e de 1º de janeiro de 2022 nesses mesmos valores. As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Conforme demonstrados nos quadros abaixo:

Balanço Patrimonial		31/12/2022		
Passivo	**Notas**	**Divulgado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Circulante				
Fornecedores	12.2	313.807	–	313.807
Debêntures	13.2	283.442	(104.176)	179.266
Arrendamento por direitos de uso	15.2	6.141	–	6.141
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	14.2	3.045	–	3.045
Obrigações trabalhistas e sociais	–	3.604	–	3.604
Tributos a recolher	–	19.324	–	19.324
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.2	11.916	–	11.916
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	47.298	–	47.298
Total dos passivos circulantes		**688.577**	**(104.176)**	**584.401**
Não circulante				
Arrendamento por direito de uso	15.2	3.062	–	3.062
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	168.151	–	168.151
Total dos passivos não circulantes		**171.213**	**–**	**171.213**
Patrimônio líquido				
Capital social	19.1	1.378.222	–	1.378.222
Reservas de capital	–	1.064.518	34.150	1.098.668
Reservas de lucros	19.2	329.175	70.026	399.201
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	60.000	–	60.000
Total do patrimônio líquido		**2.831.915**	**104.176**	**2.936.091**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.691.705**	**–**	**3.691.705**

Demonstração do resultado

		31/12/2022		
Demonstração de Resultado	**Notas**	**Divulgado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	19	780.587	–	780.587
(–) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(457.709)	–	(457.709)
(=) Lucro bruto		**322.878**	**–**	**322.878**
Despesas comerciais	21	(4.795)	–	(4.795)
Despesas administrativas	21	(20.695)	–	(20.695)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber	21	(1.655)	–	(1.655)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	994	–	994
Despesas operacionais, líquidas		**(26.151)**	**–**	**(26.151)**
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**296.727**	**–**	**296.727**
Receitas financeiras	22	16.484	–	16.484
Despesas financeiras	22	(77.117)	70.026	(7.091)
Resultado financeiro, líquido		**(60.633)**	**70.026**	**9.393**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**236.094**	**70.026**	**306.120**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18.2	(76.127)	–	(76.127)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		**(76.127)**	**–**	**(76.127)**
Lucro líquido do exercício		**159.967**	**70.026**	**229.993**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Nota	Reservas de capital - Divulgado	Reservas de capital - Ajuste	Reservas de capital - Reapresentado
Saldos em 31 de dezembro de 2021		313.646	–	313.646
Emissão de debentures conversíveis em ações	13.2	960.000	–	960.000
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	–	(209.128)	34.150	(174.978)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.064.518**	**34.150**	**1.098.668**

Demonstração do Fluxo de Caixa		31/12/2022		
	Nota	**Divulgado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.2	236.094	70.026	306.120
Ajuste para:			–	
Depreciação e amortização	21	134.882	–	134.882
Custo de venda de ativos desmobilizados	21	133.384	–	133.384
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21	1.655	–	1.655
Baixa de ativos	11.2	702	–	702
Juros e variações monetárias sobre debêntures e arrendamentos	13,14 e 15	75.474	(70.026)	5.448
		582.191	**–**	**582.191**
Variações no capital circulante liquido operacional				
Contas a receber	9	(45.183)	–	(45.183)
Estoques	–	(323)	–	(323)
Fornecedores	12	92.818	–	92.818
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	–	(41)	–	(41)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	–	23.780	(596)	23.184
Variações no capital circulante liquido operacional		**71.051**	**(596)**	**70.455**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	18	(7.684)	–	(7.684)
Demandas judiciais e administrativas pagas	16	(15)	–	(15)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos	13 e 15	(36.513)	596	(35.917)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	10	(1.327.352)	–	(1.327.352)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**(1.371.564)**	**596**	**(1.370.968)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	(238.409)	–	(238.409)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(1.609.973)**	**596**	**(1.609.377)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	10	(4.289)	–	(4.289)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(4.289)**	**–**	**(4.289)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de debêntures conversíveis em ação	13	960.000	–	960.000
Amortização de arrendamentos a pagar	14 e 16	(59.806)	–	(59.806)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	19.2.2	(6.398)	–	(6.398)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	60.000	–	60.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**953.796**	**–**	**953.796**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(7.224)**	**–**	**(7.224)**
Caixa e equivalentes de caixa				–
No início do período	–	9.711	–	9.711
No final do período	–	2.487	–	2.487
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(7.224)**	**–**	**(7.224)**
				–
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa				–
Adição de arrendamentos por direito de uso		(5.962)		(5.962)
Variação no saldo de fornecedores, montadoras de veículos a pagar		40.877		40.877

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

CONTADOR

João Paulo de Oliveira Lima
CRC SP259650/O-3

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações contábeis Individuais da CS Brasil Frotas S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, autorizando a conclusão nesta data.

Mogi das Cruzes, 29 de abril de 2024

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho – Diretor Presidente
Anselmo Tolentino Soares Junior – Diretor Financeiro

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações contábeis Individuais da CS Brasil Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Mogi das Cruzes, 29 de abril de 2024

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho – Diretor Presidente
Anselmo Tolentino Soares Junior – Diretor Financeiro

INÊS249

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ. 56.577.059/0014-16

COMPRA REGULAMENTO FFM 2558/2024

A FFM, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César , São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO**, para contratação de empresa especializada para o fornecimento de **CARRO PARA BEIRA LEITO – INTERNAÇÃO,** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ALTERAÇÃO DE LOCAL/ENDEREÇO PARA O RECEBIMENTO DOS ENVELOPES/ABERTURA DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024

Processo nº 00.870/2024 – Secretaria de Habitação - Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA (S) DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL, DESTINADAS AO PÚBLICO ALVO DEFINIDO PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.620, DE 13 DE JULHO DE 2023, COM RECURSOS DO FUNDO DE ARRECADAMENTO RESIDENCIAL (FAR). A Secretária Executiva de Compras e Licitações comunica a ALTERAÇÃO DO LOCAL/ENDEREÇO: da **"Sala de Licitações"** da Secretaria Executiva de Compras e Licitações, localizada na Rua Narciso Sturlini, n.º 161 - Centro - Osasco/SP, PARA o **"Auditório da Secretaria de Educação"**, localizada na **Rua Elísio Viviani, 126 - 9º andar**, Centro – Osasco/SP. Motivo: Adequação de Espaço. A data da Entrega dos envelopes/abertura continua inalterada, sendo **dia 16 de maio de 2024 às 10h30min**. No caso da **ENTREGA ANTECIPADA DOS ENVELOPES**, ou seja, **antes do dia 16/05/2024**, os mesmos deverão ser entregues/protocolados na Secretaria Executiva de Compras e Licitações e Compras, localizado na Rua Narciso Sturlini, 161, Centro, Osasco/SP, CEP: 06018-100, das 8:00 às 17:00 horas. O Edital poderá ser consultado e/ou obtido no sites da Prefeitura do Município de Osasco e no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos endereços eletrônicos: https://transparencia.osasco.sp.gov.br/ e www.pncp.gov.br/app/editais – Visita Técnica: Conforme Edital.

Osasco, 29 de abril de 2024.

Meire Regina Hernandes - Secretária Executiva de Compras e Licitações

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000 - Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 12 de Janeiro de 2024

No dia 12/01/2024, às 12 h, em formato exclusivamente digital (**"Companhia"** ou **"CSED"**). **Presença:** Presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa: Presidente:** Wolfgang Stephan Schwerdtle; **Secretária:** Jéssica Caroline da Silva Angeiras. **Deliberações:** (i) acolher o pedido de renúncia do Sr. **Rodrigo Capelato** ao cargo de membro independente do Conselho de Administração e ao cargo de membro efetivo do Comitê de Auditoria da Companhia, conforme carta de renúncia apresentada à Companhia, nesta data, a qual se encontra arquivada na sede da Companhia; (ii) nomear, *ad referendum* da Assembleia Geral a ser convocada, oportunamente, para este fim, o Sr. **Silvio José Genesini Junior,** RG n° 5.610.359 SSP/SP, CPF/ME n° 607.689.408-34, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração, em substituição ao Sr. Rodrigo Capelato, com mandato unificado com os demais membros do Conselho de Administração, os quais foram eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29/04/2022, para um mandato de 2 anos; (iii) Nomear o Sr. **Silvio José Genesini Junior** para o cargo de membro efetivo do Comitê de Auditoria da Companhia, em substituição ao membro renunciante, com mandato unificado com os demais membros do referido Comitê, os quais foram eleitos na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20/09/2022, para um mandato de 2 anos, iniciado a partir de 05/10/2022; O Sr. **Silvio José Genesino Junior** toma posse de seus novos cargos, mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, constante do Anexo I à presente ata, tendo declarado, sob as penas da lei que não está impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1° do artigo 147 da Lei n° 6.404/76 e na Instrução CVM n° 367/02. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 12/01/2024. **Mesa: Jéssica Caroline da Silva Angeiras -** Secretária. **JUCESP** nº 90.465/24-6 em 05/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

LOTTOPAR — PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ - LOTTOPAR

AVISO - PREGÃO ELETRÔNICO 001/2024

PROTOCOLO: 21.916.221-9

Torna-se público que a Loteria do Estado do Paraná, realizará Pregão Eletrônico, com critério de julgamento maior desconto, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto n. º 10.086, de 17 de janeiro de 2022 e na Resolução SEAP n. º 603, de 3 de março de 2023 e demais legislação aplicável. OBJETO: Contratação de empresa para empresa para o gerenciamento de abastecimento de combustíveis de veículos por postos credenciados, por meio de implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado (chip) e disponibilização de rede credenciada de postos de combustível, compreendendo a distribuição de gasolina, para veículos automotores, para atender a demanda da LOTTOPAR, conforme especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA AQUISIÇÃO: R$ 102.528,00

PERÍODO DE PROPOSTAS:

Até: às 9h do dia 14.05.2024 PERÍODO DE DISPUTA DE LANCES:

10h do dia 14.05.2024

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e seus anexos disponíveis para download gratuito no sítio eletrônico da LOTTOPAR www.loteriasdoparana.pr.gov.br e no PNCP. Para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do procedimento do pregão, em campo específico no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Curitiba, 30 de abril de 2024.

Anderson Ribeiro da Silva Pregoeiro – Portaria 058/2023 Lottopar

DNIT DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES — MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência nº 0127/2024 - UASG 393003

Nº Processo: 50600006894202436. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de remanescente parcial das obras para reconstrução do lote "C" da rodovia BR-319/AM, entre o km 198,2 e o km 218,2. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 30/04/2024 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Saun Quadra 3 Bloco a - Mezanino - Cgcl, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/393003-3-90127-2024. Entrega das Propostas: a partir de 30/04/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 07/06/2024 às 15h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O edital poderá ser obtido por meio dos sítios: www.dnit.gov.br ou www.gov.br/compras .

NATHALIA PRADO RADEL
Agente de Contratação

OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME n° 12.139.922/0001-63 - NIRE n° 35.300.380.517

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 31ª (TRIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DA OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os senhores Titulares de CRA da 1ª e 2ª Séries da 31ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A. ("**Titulares de CRA**", "**Emissão**" "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 13.2 do "*Termo de Securitização de Créditos da 1ª e 2ª Séries da 31ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A*" ("**Termo de Securitização**"), a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("**AGT**"), a ser realizada em segunda convocação, no dia 06 de maio de 2024, às 15h30, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital Microsoft Teams, na qual o acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular de CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31/12/2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos senhores Titulares dos CRA, conforme previsto no § 2º, do artigo 25, da Resolução CVM N° 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. **INFORMAÇÕES GERAIS:** 1. Em linha com a Resolução CVM n° 60, de 23 de dezembro de 2021 ("**RESOLUÇÃO CVM 60**"), a AGT será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de videoconferência via plataforma digital Microsoft Teams, cujo o link de acesso será disponibilizado pela Emissora aos Titulares de CRA que enviarem os documentos de representação ao endereço eletrônico operacoes@octante.com.br, com cópia ao juridico@octante.com.br e ao Agente Fiduciário, no endereço eletrônico gtm@vortx.com.br | agentefiduciario@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação **(AGT|COPAGRIL)**. 2. Solicitamos que os documentos de representação sejam enviados em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT e conforme documentação abaixo: a. Quando Pessoa Física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. Quando Pessoa Jurídica: (a) último estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. Quando Fundo de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. Quando Representado por Procurador: caso quaisquer titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. 3. Os documentos relacionados à ordem do dia, bem como as informações acerca do depósito dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções referentes ao sistema e formato da AGT estão disponíveis nos sites da (https://www.octante.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br); e 4. Os termos iniciados em letra maiúscula nesse edital e não definidos expressamente possuem o mesmo significado que lhes é atribuído no Termo de Securitização. **Guilherme Antonio Muriano da Silva -** Diretor de Securitização. **Octante Securitizadora S.A. -** Rua Beatriz, 226, São Paulo – SP, CEP. 05.445-040.

Japão Logística S.A.

CNPJ nº 03.726.905/0001-31

Demonstrações Financeiras referentes aos Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Relatório da Diretoria

Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à inteira disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 26 de abril de 2024. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais

Ativo	2023	2022
Circulante	**11.685**	**16.926**
Caixa e equivalentes de caixa	5.825	5.747
Dividendos a receber	5.860	11.179
Não Circulante	**43.906**	**37.967**
Impostos a recuperar	669	590
Investimentos em coligadas	43.237	37.377
Total do Ativo	**55.591**	**54.893**
Passivo e Patrimônio Líquido	**2023**	**2022**
Circulante	**5.976**	**11.192**
Contas a pagar	2	-
Obrigações com partes relacionadas	20	19
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	5.947	11.167
Outras obrigações	7	6
Patrimônio Líquido	**49.615**	**43.701**
Capital social	3.166	3.166
Reserva legal	633	633
Reserva de lucros	42.955	36.933
Ajustes de avaliação patrimonial	2.861	2.969
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**55.591**	**54.893**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**3.166**	**633**	**27.234**	**3.081**	**34.114**
Lucro líquido do exercício	-	-	22.334	-	22.334
Dividendos pagos de exercício anterior	-	-	(1.580)	-	(1.580)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos do exercício	-	-	(11.167)	-	(11.167)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	112	(112)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**3.166**	**633**	**36.933**	**2.969**	**43.701**
Lucro líquido do exercício	-	-	11.894	-	11.894
Dividendos pagos de exercício anterior	-	-	(33)	-	(33)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos do exercício	-	-	(5.947)	-	(5.947)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	108	(108)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**3.166**	**633**	**42.955**	**2.861**	**49.615**

Demonstrações do Resultado

	2023	2022
Resultado de Equivalência Patrimonial	**11.721**	**22.358**
Despesas/ Receitas Operacionais		
Gerais e administrativas	(528)	(580)
Resultado financeiro, líquido	736	556
Lucro Operacional Antes do IR e da CS	**11.929**	**22.334**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(35)**	**-**
Lucro Líquido do Exercício	**11.894**	**22.334**
Lucro Líquido por Ação (Básico e Diluído)-R$	**1,92**	**3,60**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	**11.894**	**22.334**
Outros resultados abrangentes	108	112
Resultado Abrangente Total do Exercício	**12.002**	**22.446**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2023	2022
Lucro líquido do exercício	11.894	22.334
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Equivalência patrimonial	(11.721)	(22.358)
Variação nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(79)	(62)
Variação nos passivos operacionais:		
Contas a pagar	3	(3)
Obrigações com partes relacionadas	1	-
Outras obrigações	1	2
Caixa usado nas operações, antes dos dividendos recebidos	99	(87)
Dividendos recebidos	11.179	11.183
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	11.278	11.096
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(11.200)	(7.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(11.200)	(7.500)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**78**	**3.596**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.747	2.151
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.825	5.747
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**78**	**3.596**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Japão Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.842 - 23º andar. A Companhia tem como objetivo principal a participação societária em outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui participação societária na Libraport Campinas S.A. ("Libraport"), cujas atividades estão concentradas na operação, movimentação e armazenagem de cargas e contêineres de importação e exportação em centro logístico industrial aduaneiro no Município de Campinas - SP, sob a permissão da Superintendência da Receita Federal. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme Orientação Técnica OCPC 07. **3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **b) Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"), sendo, nesse caso, o Real (R$). **c) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado. **d) Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado, quando houver. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber, assim como contas a pagar a fornecedores, sendo reconhecidos pelo custo amortizado. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, sem prazos fixados para resgate, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **f) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. **g) Investimento em coligada:** O investimento em empresa coligada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. **h) Outras provisões:** Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou presente como resultado de um evento passado, e é provável que uma sápida de recursos será necessária para cumprir com a obrigação. Provisões são reconhecidas baseando-se na melhor estimativa do risco envolvido. **i) Novas normas, alterações e interpretações de normas revisadas vigentes e não vigentes.**

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações ao pronunciamento técnico CPC 23 - Definição de Estimativas Contábeis	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada.
Alterações ao pronunciamento técnico CPC 32 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada.
Alterações à Apresentação das Demonstrações Financeiras (pronunciamento técnico CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis	As alterações modificam as exigências contidas na norma internacional IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por" informações de políticas contábeis relevantes". As alterações à norma internacional IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.
Alterações ao pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações ao pronunciamento técnico CPC 26(R1) publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

A Administração entende que estas emendas não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. **4. Capital Social:** O capital social é representado por 6.208.211 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor de R$ 3.166. A reserva legal foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício social, nos termos da Lei nº 6.404/76. O estatuto social da Companhia não prevê o dividendo obrigatório, ~~sendo, portanto,~~ reconhecido 50% do lucro líquido ajustado, podendo esse ser distribuído em percentual inferior ao estipulado mediante deliberação da Assembleia Geral.

Lucro por ação:	2023	2022
Lucro líquido do exercício	11.894	22.334
Média ponderada das ações ordinárias em circulação - em milhares	6.208	6.208
Lucro básico e diluído por ação - R$	1,92	3,60

Kaoru Aoki – Diretor-Presidente **Eduardo Yoshimitsu Hidaka** - Contador – CRC 1 SP 219788/O-1

PENITENCIÁRIA II DE SÃO VICENTE

Encontra-se aberto na Penitenciária II de São Vicente, situada à Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, km 282 – Parque Continental – São Vicente/SP, licitação do tipo menor preço, na modalidade Pregão Eletrônico – 002/2024 e 003/2024, visando a Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis – Participação Restrita e Participação Ampla, para consumo no período de 01/05/2024 a 31/08/2024.

A licitação será realizada no dia 29/04/2024 às 09H00hs, através do site: https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Maiores informações através do telefone (13) 3565-3605 em horário comercial, ou e-mail: finansupri@gmail.com

PENITENCIÁRIA II DE SÃO VICENTE

Encontra-se aberto na Penitenciária II de São Vicente, situada à Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, km 282 – Parque Continental – São Vicente/SP, licitação do tipo menor preço, na modalidade Pregão Eletrônico – 006/2024 e 007/2024, visando a Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis – Participação Restrita e Participação Ampla, para consumo no período de 06/05/2024 a 31/08/2024.

A licitação será realizada no dia 06/05/2024 às 09H00hs, através do site: https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Maiores informações através do telefone (13) 3565-3605 em horário comercial, ou e-mail: finansupri@gmail.com

PENITENCIÁRIA II DE SÃO VICENTE

Encontra-se aberto na Penitenciária II de São Vicente, situada à Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, km 282 – Parque Continental – São Vicente/SP, licitação do tipo menor preço, na modalidade Pregão Eletrônico – 001/2024, visando a Aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene Participação Restrita, para consumo no período de 06/05/2024 a 31/12/2024.

A licitação será realizada no dia 03/05/2024 às 09H00hs, através do site: https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Maiores informações através do telefone (13) 3565-3605 em horário comercial, ou e-mail: finansupri@gmail.com

AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP FSCS 00510/24-Prestação de serviços de Prevenção de Perda de Dados (Data Loss Prevention) contemplando atualização tecnológica, implantação em nuvem, operação, manutenção e suporte no ambiente Sabesp. Edital disponível para "download" a partir de 30/04/2024 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso "cadastre sua empresa". Problemas c/ site, contatar fone (11) 997672261, 3388-6984/6812. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 16/05/2024 até as 09h00 de 17/05/2024 - www.sabesp.com.br/licitacoes. Às 09h00 será dado início a Sessão Pública. SP 30/04/2024 - (FX). A Diretoria.

PG SABESP CSM 3565/23-Aquisição de conjunto moto-bomba submersível para a Estação Elevatória flutuante do sistema Taquacetuba, da UN Produção de Água OA, Diretoria de Operação e Manutenção - O. Edital disponível para download a partir de 30/04/2024 no site www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso "Cadastro de Fornecedor". Envio das "Propostas" a partir das 00h00 do dia 14/05/2024 até as 9h00 do dia 15/05/2024 no site acima. Às 9h00 será dado início a sessão pública. SP, 30/04/2024 (OA) CSM.

PG SABESP CSM 295/24-Aquisição de três Sistemas Compactos de Filtração montados sobre estrutura metálica (skid) 30l/s, para uso na ETA Ibiúna e ETA Salto de Pirapora, UN Médio Tietê OM. Edital disponível para download a partir de 30/04/2024 no site www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso "Cadastro de Fornecedor". Envio das "Propostas" a partir das 00h00 do dia 14/05/2024 até as 9h00 do dia 15/05/2024 no site acima. Às 9h00 será dado início a sessão pública. SP, 30/04/2024 (OM) CSM.

COMUNICADO - ADIAMENTO "SINE-DIE" 00.149/24

Serviços de arrecadação por cartão de débito/crédito através de ambiente comercial físico e virtual da Sabesp. Comunicamos que a data estabelecida ao certame fica adiada "Sine-Die". SP 30/04/24 - (FFE). A Diretoria.

CHAMAMENTO PÚBLICO
PROGRAMA INTEGRA TIETÊ
OBRAS LINEARES - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Convidamos as empresas interessadas em participar do evento on-line, para a apresentação referente aos objetos das licitações, as quais visam a implantação de obras lineares - redes, interceptores, coletores, estações elevatórias, ligações e demais instalações - pertinentes a efetivação de sistema de coleta e afastamento de esgoto, junto aos municípios operados pela SABESP na Região Metropolitana de São Paulo, a ser realizada no dia 07/05/2024 às 10:00h. A apresentação ocorrerá via plataforma do YouTube, sendo que o link de acesso poderá ser obtido mediante cadastro prévio através do e-mail obraslineares@sabesp.com.br. Ressaltamos que, o evento será gravado e todo o material estará disponível para download no site Licitações SABESP (http://licitacoes.sabesp.com.br/wps/portal/licitacoes) a partir de 08/05/2024. SP-29/04/2024-E

sabesp — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

INÊS249

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

CNPJ: 67.185.694/0001-50

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativos	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	77.458	68.071
Recursos vinculados a projetos	4	10.971	15.540
Créditos a receber	5	17.000	15.311
Estoques	6	6.393	5.374
Outros Créditos		841	581
Total do ativo circulante		**112.663**	**104.877**
Não circulante			
Depósitos judiciais		250	244
Imobilizado	7	69.213	67.156
Intangível		2.404	3.240
Total do ativo não circulante		**71.867**	**70.640**
Total do ativo		**184.530**	**175.517**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	8	8.546	5.202
Salários e encargos sociais	9	11.056	11.059
Obrigações fiscais a recolher		1.954	1.912
Subvenção e convênios	10	13.256	18.811
Outras obrigações		669	719
Total do passivo circulante		**35.481**	**37.703**
Não circulante			
Provisões para contingências	11	-	32
Subvenção e convênios	10	18.702	20.429
Total do passivo não circulante		**18.702**	**20.461**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	12	117.353	104.524
Superávit do exercício		12.994	12.829
Total do patrimônio líquido		**130.347**	**117.353**
Total do passivo e patrimônio líquido		**184.530**	**175.517**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita			
Receitas com serviços hospitalares e gratuidades	13	61.231	65.984
Receitas com captações de recursos	14	127.509	118.801
Receita com trabalhos voluntários	15	2.811	1.925
		191.551	**186.710**
Custos operacionais			
Custos com serviços hospitalares e gratuidades	16	(142.498)	(136.805)
Custos com captações de recursos	17	(26.386)	(24.951)
		(168.884)	**(161.756)**
Superávit bruto		**22.667**	**24.954**
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	18	(13.086)	(12.030)
Perda por provisão ao valor recuperável do contas a receber	5	(2.143)	(4.016)
Despesa com trabalhos voluntários	15	(2.811)	(1.925)
		(18.040)	**(17.971)**
Superávit operacional antes do resultado financeiro		**4.627**	**6.983**
Receitas financeiras	19	8.592	6.032
Despesas financeiras	19	(225)	(186)
Resultado financeiro		**8.367**	**5.846**
Superávit do exercício		**12.994**	**12.829**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total do patrimônio social
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**92.341**	**12.183**	**104.524**
Transferência para patrimônio social	12.183	(12.183)	-
Superávit do exercício	-	12.829	12.829
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**104.524**	**12.829**	**117.353**
Transferência para patrimônio social	12.829	(12.829)	-
Superávit do exercício	-	12.994	12.994
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**117.353**	**12.994**	**130.347**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	**12.994**	**12.829**
Ajuste por :		
Depreciação	5.366	5.421
Valor residual do ativo imobilizado baixado	37	36
Provisão para devedores duvidosos	2.143	4.016
(Reversão) provisão para contingências trabalhistas	(32)	14
	20.508	**22.312**
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos vinculados a projetos	4.570	860
Créditos a receber	(3.834)	(3.406)
Estoques	(1.019)	(442)
Outros Créditos	(261)	220
Depósitos judiciais	(6)	(127)
(Redução) aumento dos passivos		
Fornecedores	3.344	(346)
Salários e encargos sociais	(4)	1.371
Obrigações Fiscais a Recolher	42	193
Outras Obrigações	(49)	(196)
Subvenção e convênios	(3.922)	497
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**19.371**	**20.936**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo intangível	(85)	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(9.899)	(6.850)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(9.984)**	**(6.850)**
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**9.387**	**14.085**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	68.071	53.986
No fim do exercício	77.458	68.071
(Redução/aumento) do caixa e equivalentes de caixa	**9.387**	**14.085**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Superávit do exercício	12.994	12.829
Resultado abrangente total	**12.994**	**12.829**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto operacional

Instituído em 4 de novembro de 1991 como uma organização sem fins lucrativos, o GRAACC tem o propósito de garantir ao maior número de crianças e adolescentes todas as chances de cura do câncer infantojuvenil, com qualidade de vida.

Para ser Entidade de interesse social, possui os seguintes certificados:
- Título de Utilidade Pública Estadual nº 50.679 de 31 de março de 2006;
- Título de Utilidade Pública Municipal nº 36.776 de 16 de março de 1997;
- Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) nº 733/2012;
- CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de saúde, portaria nº 112 de 04/02/2021;
- CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 1083/04.

Para isso, possui um hospital, inaugurado em maio de 1998, situado à Rua Pedro de Toledo, 572, na cidade de São Paulo, com uma estrutura moderna com foco na individualização terapêutica e tratamento humanizado e conta com centro de diagnóstico, quimioterapia, radioterapia, centro de transplante de medula óssea, centro cirúrgico, internação, UTI, entre outros serviços. O atendimento é dividido por diagnóstico de modo que o paciente é tratado por médicos e profissionais multidisciplinares e experientes por tipo de tumor.
O resultado da expertise é expresso em resultados. O Hospital do GRAACC tem média de taxa de cura de 72%.
O GRAACC mantém sua produção anual com 3.605 pacientes atendidos em 2023 recebeu 438 casos novos, realizou 21.584 consultas médicas, 17.857 aplicações de quimioterapia, 3.483 sessões de radioterapia, 9.470 consultas multiprofissionais e 110 transplantes de medula óssea.
Uma das grandes conquistas do ano foi a reacreditação da JCI, umas das certificações mais importantes do mundo no segmento da saúde, que demonstra o nosso compromisso com protocolos de segurança no ambiente hospitalar, tanto para os pacientes e acompanhantes como para todos os funcionários das diversas áreas que compõem o nosso hospital, além do atendimento humanizado e a prestação de cuidados ágeis e eficazes.
Para manter a instituição, o GRAACC conta com recursos obtidos por meio de receitas hospitalares e das receitas não hospitalares, advindos da captação de recursos de subvenções provenientes do primeiro setor (governamental), de doações provenientes do segundo setor (empresarial de fins econômicos), do terceiro setor (organizações não governamentais) e de pessoas físicas.
Desde 2020, os investimentos do GRAACC têm como prioridade a expansão de sua capacidade, aumentando o conforto e a segurança de seus profissionais, pacientes e acompanhantes.
A administração do GRAACC continua monitorando suas operações e não identificou nenhum evento com indicação de impairment e/ou não realização de seus ativos. Não há indícios de que possam gerar dúvidas significativas sobre a continuidade operacional da Entidade.
Fundado com base numa tríplice aliança entre empresariado, sociedade e universidade, o GRAACC, ao longo de seus 32 anos, vem mostrando-se como o resultado dessa união frente a um objetivo comum, pode oferecer chances de cura e promover saúde a crianças e adolescentes com câncer, com qualidade de vida.

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal e administração da Entidade em 17 de abril de 2024.

2.1 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo e pelos ativos imobilizados recebidos de doações, também mensurados ao valor justo.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.
a) Incertezas sobre premissas e estimativas
As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - provisão para crédito de liquidação duvidosas;
- Nota 7 - valor residual do ativo imobilizado; e
- Nota 11 - provisão para contingência.

Mensuração do valor justo
Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.
Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

2.4 Principais políticas contábeis
As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.
b) Contas a receber
O contas a receber **é** registrado pelo valor produzido junto a convênios e ao Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, tendo como base a etapa de execução dos serviços até a data-base do balanço, compreendendo parcelas já faturadas e outras pelos serviços prestados a faturar.
A provisão para crédito de liquidação duvidosa **é constituída com base na análise dos riscos de realização do contas a receber**, títulos a vencer acima de 360 dias.
k) Receitas
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável.
i) *Doações*
As doações recebidas pela Entidade em moeda corrente são reconhecidas no resultado do exercício no momento em que as contraprestações à essas doações são cumpridas pela Entidade.
ii) *Subvenção e convênios*
O reconhecimento da receita é efetuado pelo regime de competência do exercício. Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e a crédito de gastos a incorrer em subvenção e convênios no passivo circulante e não circulante. À medida que os gastos incorrerem, no mesmo momento as receitas são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito do passivo de gastos a incorrer em subvenção e convênios.
iii) *Serviços hospitalares*
Os serviços hospitalares concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecido de acordo com o regime de competência.
Os serviços hospitalares que se encontram em curso ou ainda não foram faturados aos convênios até o encerramento das demonstrações financeiras são avaliados e quantificados pela administração, sendo reconhecidos pela contabilidade na data do encerramento das demonstrações financeiras.

10. Subvenção e convênios

	2023	2022
Subvenções e convênios (a)	13.256	18.811
Terreno (b)	4.447	4.447
Diferidas edificações e reformas (c)	6.474	6.693
Diferidas máquinas e equipamentos (c)	7.781	9.289
	31.958	**39.240**
Subvenções passivo circulante	13.256	18.811
Subvenções passivo não circulante	18.702	20.429

(a) Subvenções e convênio referem-se a recursos obtidos de terceiros para a realização de objetivos de interesse comum. Os recursos recebidos e não empregados estão apresentados no ativo circulante, na rubrica de recursos vinculados a projetos (Nota 9). Abaixo demonstramos os principais convênios e o mapa de movimentação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

14. Receitas com captações de recursos

	2023	2022
Doações de mantenedores (a)	64.219	60.264
Outros eventos (b)	38.198	32.906
Eventos McDia Feliz (c)	6.243	5.052
Governamentais (d)	14.969	16.724
Doações de Materiais e medicamentos	520	648
Amortização das receitas diferidas	3.360	3.207
	127.509	**118.801**

(a) Doações
No exercício de 2023, a Entidade recebeu doações por depósitos em conta corrente no valor de R$ 64.219 (R$ 60.264 em 2022) de mantenedores.
(b) Outros Eventos
O GRAACC também obteve recursos líquidos no valor de R$ 38.198 (R$ 32.906 em 2022) por meio de outros eventos programados anualmente pela própria Entidade, bem como por iniciativa de empresas doadoras. Em 2023, os principais eventos foram: doações PF/PJ R$ 16.618, relacionamento institucional R$ 6.912, empresas investidoras R$ 4.731, eventos R$ 4.601, investimentos para obras R$ 2.266 e outros R$ 3.070.
(c) Eventos
Os recursos decorrentes do evento anual "McDia Feliz" (renda obtida com a venda do "Big Mac" na cidade de São Paulo) são repassados como doação à Entidade. Adicionalmente, com o apoio de voluntários na venda de *souvenirs*, bem como de padrinhos e patrocinadores dessa campanha, de acordo com o plano de trabalho firmado entre o Instituto Ronald McDonald e o GRAACC.
(d) Governamentais
Referem-se aos recursos captados para a manutenção das áreas assistenciais. Os principais recursos recebidos em 2023 estão atrelados aos projetos Emenda parlamentar R$ 5.078, Fumcad R$ 4.119, Municipal R$ 2.193, Estadual R$1.704, Pronon R$ 771 e outros R$ 1.104 .

15. Receitas com trabalhos voluntários
Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, as receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade registrou o montante de R$ 2.811 (R$ 1.925 em 2022) de receitas com voluntários.

Exercício	Diretoria estatutária	Coordenação geral	Coordenação	Subcoordenação	Operação	Total
2023	44	893	642	136	1.096	**2.811**
2022	60	348	522	67	928	**1.925**

16. Custos com serviços prestados e gratuidades

	2023	2022
Salários e encargos diretos e auxiliares	(62.165)	(60.875)
Medicamentos e materiais	(31.924)	(32.486)
Serviços profissionais	(24.597)	(22.599)
Custos hospitalares (i)	(15.423)	(12.474)
Depreciação e amortização	(7.786)	(7.722)
Gratuidades (Nota 23)	(603)	(669)
	(142.498)	**(136.825)**

(i) Referem-se aos gastos incorridos para a manutenção das atividades da Entidade, como: manutenção de máquinas hospitalares, equipamentos, energia elétrica, água, correios etc.

17. Custo com captações de recursos

	2023	2022
Salários e encargos	(7.003)	(6.374)
Depreciação e amortização	(382)	(376)
Despesas bancarias	(2.484)	(2.693)
Correios e mala direta	(4.402)	(5.118)
Campanhas e eventos	(5.128)	(3.505)
Serviços pessoa jurídica	(3.044)	(2.715)
Aluguel	(851)	(794)
Licença e manutenção software	(736)	(933)
Custos operacionais	(2.356)	(2.443)
	(26.386)	**(24.951)**

18. Despesas administrativas

	2023	2022
Salários e encargos administrativos	(10.466)	(9.733)
Depreciação e amortização	(557)	(550)
Administração em geral	(2.063)	(1.747)
	(13.086)	**(12.030)**

21. Imunidade do imposto de renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais
O GRAACC é uma Entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes: (a) contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - isenta do pagamento da contribuição patronal incidente sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - imune do recolhimento de 2% sobre os serviços prestados a pessoa jurídica e física (convênios e particulares); (c) Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doações (ITCMD) isenta nos termos do artigo 4º do Decreto nº 46.665/02 e Resolução conjunta SF/SJDC - 1º a 5º de dezembro de 2002; e (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social.
Com relação à Cofins, a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que as instituições de educação e assistência social, de caráter filantrópico que preencham as condições e requisitos do artigo 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 2007, são isentas do recolhimento da Cofins no montante das receitas relativas às atividades próprias, de repasses e financeiras.
Consideram-se receitas derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (IN SRF nº 247, de 2002, artigo 47, § 2º).
Os recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista (IN SRF nº 247, de 2002, artigo 47, § 2º).
As receitas financeiras de acordo com o Decreto nº 5.442, de 2005, estão reduzidas à alíquota de 0% (zero) da Cofins.
A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde (CEBAS) ao Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer – GRAACC,deferido por meio da Portaria SAES/MS nº 112, de 04 de fevereiro de2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 29, de 11 de fevereiro de 2021, seção 1, página 150, em observância ao disposto no artigo 40, §1º, da Lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. A Renovação terá validade pelo período de 05 de maio de 2021 a 31 dedezembro de 2025.

22. Renúncia fiscal
Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício de 31 dezembro de 2023 e 2022:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas próprias;
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Cota Patronal - INSS.

23. Atendimento SUS
Em observância ao artigo 4º da Lei Complementar de 27 de novembro de 2009, aos artigos 19 e 20 do Decreto federal nº 7.237 de 20 de julho de 2010 e ao artigo 24 da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, o número de atendimentos a pacientes do SUS foi superior ao limite mínimo estabelecido de 60% em relação ao total de atendimentos efetivados pela Entidade, como segue:

	2023 Percentual de atendimento	2022 Percentual de atendimento
Atendimentos ambulatoriais		
SUS	76%	84%
Convênios e particulares	24%	16%
	100%	100%
Internações hospitalares		
SUS	78%	75%
Convênios e particulares	22%	25%
	100%	100%

Conforme artigo 32 da Portaria nº 1970/2011, o mínimo de 60% (sessenta por cento) de prestação de serviços ao SUS será apurado por cálculo percentual simples, com base no total de internações hospitalares, medidas por paciente-dia, e no total de atendimentos ambulatoriais realizados pela Entidade para pacientes do SUS e não SUS. Parágrafo único. Para efeitos de atendimento do disposto no *caput*, a participação do componente ambulatorial SUS será de no máximo 10%, devidamente comprovado.

Sérgio Antônio Garcia Amoroso
Presidente

André Luiz Negrão Albanez
CEO

Alexandre Tadeu da Costa
Vice-Presidente

Ednilson Alves Deo
Contador CRC-1SP192736/O-0

Fabio Henrique Rontani Fonseca
Contador CRC-SP292795/O

Ernest & Young Auditores Independentes S /S Ltda
CRC-SP 034519/O

Conheça nossas demonstrações financeiras em **www.graacc.org.br**

INÊS249

Varejo Dívidas de R$ 4,1 bi

Justiça dá aval a pedido de recuperação da Casas Bahia; ações sobem 34%

Analistas veem alívio para o caixa da empresa com proposta costurada com bancos credores; CEO fala em 'manter cortes'

CARLOS EDUARDO VALIM
JÚLIA PESTANA

As ações da Casas Bahia avançaram ontem 34,19%, a R$ 7,30, depois de o grupo varejista apresentar pedido de recuperação extrajudicial para dívidas que somam R$ 4,1 bilhões. O anúncio foi visto por analistas do mercado como uma boa alternativa para a Casas Bahia, ao abrir caminho para um alívio momentâneo para o caixa da empresa.

"O pedido permite o reperfilamento da dívida de forma mais célere, o que, em última instância, afasta o risco de uma recuperação judicial iminente e permite à companhia amadurecer as iniciativas relacionadas ao seu plano de transformação", avaliou a analista do BB Investimentos Georgia Jorge.

Só com o salto de ontem, a empresa ganhou R$ 176,8 milhões em valor de mercado, alcançando R$ 694,1 milhões. Ainda ontem, o Tribunal de Justiça de São Paulo deferiu o pedido da Casas Bahia. O CEO do grupo, Renato Franklin, disse que a expectativa é de que a homologação do plano aconteça em 37 dias, somando 7 dias de prazo inicial mais 30 dias previstos em lei. Embora esse prazo possa ser renovado por mais 60 dias, a empresa acredita que bastarão os 30 dias, já que o plano foi desenhado com os credores.

A recuperação extrajudicial é uma negociação entre a empresa devedora e seus credores para renegociar a dívida, sem depender de uma intervenção da Justiça.

Bradesco e Banco do Brasil são os principais credores, com 54,5% dos débitos (*mais informações na pág. B26, na Coluna do Broadcast*). Atualmente, a família Klein possui cerca de 24% das ações da empresa, mas apenas Raphael Klein, neto do fundador, Samuel Klein (1923-2014), possui assento no conselho de administração.

O acordo inclui uma carência de 24 meses para pagamentos de juros e 30 meses para pagamento de principal. Assim, antes da renegociação, a empresa desembolsaria, até 2027, R$ 4,8 bilhões. Agora, ela terá de saldar no mesmo prazo cerca de R$ 500 milhões.

Segundo Franklin, o pedido de recuperação extrajudicial não muda a estratégia da companhia. Para ele, o foco segue em rentabilidade, ainda que isso signifique menos volume de vendas em categorias que não são o principal mercado da companhia. "Ninguém tem crença de que está fácil. Sabemos das dificuldades. Seguimos em cortes de custos", afirmou ele.

Especializada em eletroeletrônicos e móveis, a rede de varejo foi criada em 1952, a partir das vendas como mascate do empresário Samuel, nascido na Polônia e que fugiu do extermínio nazista durante a Segunda Guerra, antes de se estabelecer em São Caetano do Sul (SP). Até chegar aos números de hoje, a empresa teve seu controle vendido para o Pão de Açúcar (em 2009), mudou de nome, houve um processo de pulverização das ações no mercado até que, em 2019, Michael Klein, o primogênito de Samuel, voltou a ser o maior acionista individual da então Via Varejo, ao comprar ações da empresa. Hoje, ele detém pouco menos de 10% das ações, que, somadas às de sua irmã, Eva, e a dos seus filhos Raphael e Natalie, somam 24% em mãos da família.

REESTRUTURAÇÃO. O grupo Casas Bahia registrou no quarto trimestre de 2023 um prejuízo líquido de R$ 1 bilhão, 513,5% maior do que no mesmo período do ano anterior. Foi o sexto trimestre consecutivo em que os resultados líquidos da empresa ficaram no negativo. O último em que registrou lucro foi no segundo trimestre de 2022, de R$ 16 milhões. Só no ano passado, foram fechadas 55 lojas. Além disso, reduziu estoques em R$ 1,2 bilhão em relação ao quarto trimestre de 2022. As despesas de pessoal caíram 18%, também na mesma base de comparação.

Os números são resultado de uma reestruturação iniciada com a chegada de Franklin, em abril de 2023, para o posto de CEO, vindo da locadora de veículos Movida. A escolha do executivo foi do presidente do conselho de administração, Renato Carvalho, da Laplace Finanças, o conselheiro independente que, em dezembro de 2022, substituiu no posto Raphael Klein.

Além dos cortes de custos, em setembro do ano passado a Via Varejo anunciou que voltaria a se chamar Casas Bahia e que teria ações negociadas na Bolsa com o código BHIA3. Dois anos antes, a Via Varejo (com código VVAR3) já havia sido renomeada como Via (VIIA3) para indicar que ruma-va para além do negócio de varejo. Mas, nesta última reestruturação, ela tem buscado retornar às origens, não só com a retomada do nome de sua mais conhecida marca, mas também com a recuperação de slogans antigos, posicionamento de mercado, identidade visual e até com a volta o antigo garoto-propaganda do grupo, que remonta a épocas mais prósperas.

A crise da empresa, prejudicada também pela alta da Selic, já parecia clara em agosto do ano passado, quando suas ações caíram cerca de 60%, sobretudo após um follow on (nova emissão de ações) mal-sucedido. A empresa buscava levantar R$ 1,1 bilhão, mas conseguiu apenas R$ 623 milhões, com um desconto de 28% no preço das ações em relação ao do dia anterior.

Ao **Estadão**, Michael Klein chegou a dizer que a crise teve relação com uma tentativa de crescimento acelerado da empresa durante a pandemia de covid, com investimentos massivos em comércio eletrônico.

"Na época, era melhor se voltar para o comércio eletrônico. Passou a pandemia, e a empresa continuou priorizando o online. Mas o cenário mudou, com a entrada de novos competidores, como Amazon, Shopee e Shein", disse o empresário. ●

Proposta de acordo

● **Valor em negociação**
R$ 4,1 bilhões em dívidas financeiras sem garantias

● **Proposta**
Carência de 24 meses para pagamento de juros e 30 meses para o principal

● **Contrapartida**
Os principais bancos credores poderão converter 63% dos valores devidos em ações da varejista

"Ninguém tem crença de que está fácil. Sabemos das dificuldades. Seguimos em cortes de custos"
Renato Franklin
CEO do grupo Casas Bahia, ao falar sobre a negociação com os bancos credores

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

DIAS INCRÍVEIS COM ESTRUTURA COMPLETA!

Descubra no Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 uma variedade de atividades para todas as idades, incluindo **golfe, beach tennis, tênis, bocha, corrida ao ar livre, futebol, spa, piscinas** e muito mais, tudo envolto de **uma paisagem de tirar o fôlego**!

Venha para uma jornada completa de diversão e bem-estar!

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000 m² de área verde.

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!

INÊS249

MATHEUS PIOVESANA, TALITA NASCIMENTO, ALTAMIRO SILVA JUNIOR, BRUNA CAMARGO E CRISTIANE BARBIERI / GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Esforço dos bancos para rolar dívidas da Casas Bahia esbarrou no mercado

A recuperação extrajudicial apareceu à mesa da Casas Bahia diante da piora nas condições de mercado. A empresa e os bancos credores vinham atuando para estender os vencimentos da dívida e aliviar a pressão sobre o caixa, e acertaram uma rolagem em fevereiro. Mas a piora nas expectativas do mercado financeiro para os juros tornou o ambiente mais difícil, estreitou o espaço para soluções no mercado e obrigou a companhia a fazer a nova repactuação, acertada com Bradesco e Banco do Brasil. O desempenho da operação também explica o processo: tanto as vendas de final de ano quanto as do primeiro trimestre ficaram abaixo do esperado. Os bancos então partiram para uma solução mais definitiva, que evitasse que a empresa fosse parar em recuperação judicial.

Empresa trabalharia para pagar juros

O acordo deve ajudar a melhorar a percepção do mercado, pois sem a renegociação a empresa seguiria trabalhando para pagar os juros, com as contas apertadas e sem espaço para boas negociações com fornecedores. Apesar da boa recepção, analistas dizem que há necessidade de melhoria operacional (*leia mais na pág. B21*).

Bradesco e BB negociaram R$ 1,5 bi

Em fevereiro, a varejista reperfilou junto aos bancos dívidas equivalentes a R$ 1,5 bilhão, em operação ancorada por Bradesco e BB, após outros acertos feitos em 2023. No entanto, com a piora das condições de mercado, essa renegociação não foi suficiente e dificultou novas alternativas de levantar recursos no mercado.

● **VENCIMENTO.** Sem a recuperação extrajudicial, a empresa teria de pagar R$ 772 milhões a debenturistas agora, o que seria "traumático", de acordo com uma fonte. Havia ainda mais vencimentos pela frente, incluindo outro em setembro, de R$ 462 milhões. A repactuação não vai impor desconto nas dívidas. Além disso, reduz o risco de a companhia dar um calote. O acordo foi aprovado pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Justiça de São Paulo na tarde desta segunda-feira, 29.

● **NO BALANÇO.** Bradesco e BB já tinham provisões compatíveis com o risco da Casas Bahia, segundo fontes, e com a renegociação, esses patamares devem ser suficientes. "O ciclo financeiro agora está voltado ao operacional, e isso reduz muito o risco da empresa", diz um executivo de um dos bancos, sob anonimato. Procurados, Bradesco e BB não comentaram.

● **DÚVIDAS.** No mercado, porém, as dúvidas ainda não estão sanadas. Em teleconferência, o próprio CEO do grupo, Renato Franklin, reconheceu que ainda há desafios. "Ninguém tem crença de que está fácil. Sabemos das dificuldades. Seguimos em cortes de custos", afirmou.

● **ORDEM.** Um dos alívios da empresa e credores é que o processo foi mais organizado que o da Americanas. A maior preocupação da direção era justamente evitar uma situação similar, de uma recuperação judicial sem acordo com os credores. Uma fonte afirma que as conversas vêm desde meados 2023 e conseguiram agora "limitar aos bancos" o reperfilamento da dívida. A dívida foi alongada de 22 meses para 72 meses, com um prazo de carência de 30 meses para o principal.

● **VIRADA.** A expectativa é de que os negócios da varejista prossigam e voltem a gerar resultados para a empresa retornar aos trilhos, observa uma fonte. O balanço do primeiro trimestre deve ser divulgado no dia 08 e, segundo uma fonte, já deve mostrar resultados da reestruturação que a varejista, afetada por juros altos, famílias muito endividadas e comércio mais desafiador, vem fazendo.

● **FUSÕES.** A Unio Partners, butique de investimentos criada em 2020 por executivos egressos do Credit Suisse, prevê melhora na área de fusões e aquisições este ano. A expectativa é elevar de 20 para até 30 seus negócios no segmento. O principal foco são empresas fora do eixo Rio-São Paulo e companhias avaliadas em R$ 300 milhões, em média. "O cliente de São Paulo é mais bem atendido, mais assediado. Mas há muita riqueza Brasil afora", afirma o sócio-fundador da Unio, Marco Dorigon.

● **HOME OFFICE.** Uma das principais mudanças trazidas pela pandemia, o trabalho remoto perdeu força e tornou-se privilégio das classes A e B, segundo pesquisa da empresa de benefícios VR com o Instituto Locomotiva. Hoje, 82% dos trabalhadores exercem suas funções presencialmente e apenas 18% têm algum modelo de trabalho mais flexível, podendo ser 100% remoto ou híbrido. Na edição anterior, de 2022, 78% dos entrevistados trabalhavam presencialmente e 22% em algum modelo com home office, o que mostra a tendência de mudança. O benefício é restrito hoje às classes A e B.

OLHO NOS RESULTADOS

ALEX SILVA /ESTADAO-25/11/2021

Vendas da varejista no final de ano e no primeiro trimestre ficaram aquém do esperado, mas a expectativa é de retomada dos negócios

SOBE

Confiança do comércio está no maior nível em 19 meses

JF DIORIO/ESTADÃO-21/9/2019

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) subiu 5,1 pontos de março para abril, para 95,5 pontos, maior nível desde setembro de 2022, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV). "As notícias favoráveis sobre oaumento do rendimento da população e da confiança dos consumidores trazem um tom otimista ao setor", avaliou Geórgia Veloso, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV).

DESCE

FGV: Otimismo do setor de serviços recuou em abril

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO-18/1/2022

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) caiu 1 ponto de março para abril, na série com ajuste sazonal, para 94,8 pontos, segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV). Em médias móveis trimestrais, o ICS recuou 0,3 ponto. "O resultado de abril mantém a percepção dos últimos meses de perda de fôlego do setor sobre a situação atual", disse Stéfano Pacini, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 127.351,79 PTS. | Dia 0,65% | Mês -0,59% | Ano -5,09%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
CASAS BAHIA ON NM	7,44	36,76	22.636
P.ACUCAR-CBDON	2,99	8,33	10.238
HYPERA ON EJ NM	30,08	5,36	30.648

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

PETZ ON NM	4,81	-4,37	7.453
3R PETROLEUMON	34,38	-2,74	19.221
ENEVA ON NM	12,60	-1,79	9.947

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

24/4 a 24/5	0,0627	0,7631	0,5630	0,5000
25/4 a 25/5	0,0621	0,7625	0,5624	0,5000
26/4 a 26/5	0,0365	0,7268	0,5367	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	38.386,09	0,38	-3,57	1,85
FRANKFURT - DAX	18.118,32	-0,24	-2,02	8,16
LONDRES - FTSE	8.147,03	0,09	2,44	5,35
TÓQUIO - NIKKEI	37.934,76	0,81	-6,03	13,36

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,12	3.165,03
	15/5/2035	6,10	2.224,90
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	6,10	4.355,22
PREFIXADO	1º/1/2027	10,78	761,09
	1º/1/2031	11,63	481,92
SELIC	1º/3/2027	0,09	14.734,23

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Março	Abril	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,19	-	1,58	3,40
IGP-M (FGV)	-0,47	0,31	-0,60	-3,04
IGP-DI (FGV)	-0,30	-	-0,97	-4,00
IPC (FIPE)	0,26	-	1,18	2,87
IPCA (IBGE)	0,16	-	1,42	3,93
CUB (Sinduscon)	0,10	-	0,21	2,62
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,51	-	1,12	4,77

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	-1,0426	IPCA (IBGE)	1,0393
IGP-DI (FGV)	-1,0400	INPC (IBGE)	1,0340
IPC-FIPE	1,0287	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (ABRIL)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.412,00	7,5%
DE R$ 1.412,01 ATÉ R$ 2.666,68	9%
DE R$ 2.666,69 ATÉ R$ 4.000,03	12%
DE R$ 4.000,04 ATÉ R$ 7.786,02	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.412,00 A 7.786,02	20%	DE 282,40 A 1.557,20

VENCIMENTO 7/5. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	10,43	-0,29	-2,16	-10,47
CDI	10,65	0,00	0,00	-8,58

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/24	20,20	47.768	19,37	20,23	4,12
CAFÉ NY*	JUL/24	227,50	119.524	223,05	228,85	1,56
SOJA CBOT**	MAI/24	11,61	40.350	11,57	11,718	0,11
MILHO CBOT**	JUL/24	4,49	686.631	4,455	4,513	-0,17

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	124,46	-0,17	-4,68
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	229,60	-2,65	-15,40
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	58,11	0,02	-11,43
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1277,47	17,44	18,52

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1153	-0,02	1,99	5,40
DÓLAR TURISMO	5,3210	-0,02	1,99	5,26
EURO	5,4840	0,16	1,35	2,12
OURO US$/ONÇA-TROY	2347,30	0,30	4,12	11,15
WTI US$/BARRIL	82,5500	-1,17	-0,41	15,79
IBRENTUS$/BARRIL	87,2200	-0,85	0,44	13,21

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0722	1,2563	0,1954
EURO	0,933	1,0000	1,1717	0,1822
FRANCO SUÍÇO	0,910	0,9762	1,1438	0,1778
LIBRA ESTERLINA	0,796	0,8535	1,0000	0,1555
IENE	156,331	167,5885	196,3920	30,5340

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

IMÓVEIS SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

CONSOLAÇÃO
Estudio 23m² Rua Gravatai - SP. R$330.000. (11)98422-3906

MOEMA
R$450.000 S.novo, 50util, 1ds,gar, px.metro. Lazer. 2198.5555 c8767

2 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$585.000 Alto,60ú,2ds.,varanda, gar, lazer.2198.5555 cr8767

3 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$950.000 Sacada,110úteis, 3dts, 1ste,2vgs,lazer. 2198.5555

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$1.800.000 Urgente. Alto, 245 úteis, varandão, 3 salas, 4 dts. (3sts), 5gars., lazer. F:2198.5555

MOEMA
R$1.600.000 225út, varanda, liv. 3 ambs, 4dts(3suítes), 3grs. + dep. Lazer total. 11 2198.5555 cr8767

PARAÍSO

R$2.300.000 Edif. Polaris-Rua Thomas Carvalhal,760.C/4 suítes, 4 vagas,200m². Ac. permuta 50 %. ☎(11)94059-2903/3086-2032

Vendem-se

CASAS

ZONA SUL

PLANALTO PAULISTA
R$950.000 Sobr., 10x30, 3dts. 1ste, 3gars., quintal. F:2198.5555

ZONA OESTE

VL LEOPOLDINA
R$1.050.000 Sobrado, R:Frederico Wolf 151, 113m² terr., 160m² ác, 4ds., sendo 1 empreg., ar cond., 2vg, 4 banhs. (11)99185-8484

Vendem-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

PARAÍSO

Upside Paraíso Gafisa. R: Afonso de Freitas, 75, conjuntos comerciais, ideal p/consultório médico, lado Hosp.Coração. Abaixo avaliação. (11)98196-6102/ 99952-9404

Alugam-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

3 DORMITÓRIOS

VL N. CONCEIÇÃO
3 dorms. c/armários, 1 suíte, ampla sala c/ tabuão, varanda, coz c/ armários, banheiro, lavabo, dep empregada c/ banheiro, 3 vagas. (11)98672-2110 CRECI 06169-J

Alugam-se

COMERCIAIS

CENTRO

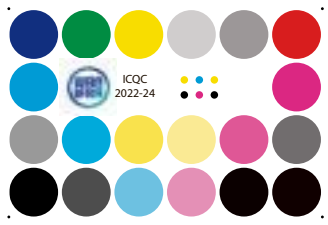
CAMPOS ELÍSEOS
Imóvel comercial, Alameda Barão de Limeira, 486. R$35mil. Aceito proposta (11) 3221-6655

TERRENOS

ZONA LESTE

ITAQUERA
Vende-se área c/ 9.514m², boa topografia, toda infraestrutura. ☎(11)2092-9443/98175-7561 Direto com proprietário

Classificados Estadão
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE



PROPRIEDADES RURAIS

CHÁCARAS E SÍTIOS

BRAGANÇA PAULISTA

R$2.500.000 Lindo Sítio 5 alqs. 120.000 m² Entre Bragança, Jundiaí e Campinas.Todo tratorável. Casa Principal Avarandada, 3 Dts (1ste), sl.festas c/churr, á.lazer, 4 pisc., vest., 2 cps futeb. gramado, cs caseiro, todo cercado. Ac. proposta ☎11)2291-2277 Dr Walter

NEGÓCIOS E SERVIÇOS

CAPITAL DE GIRO
Garantia, acima $100mil, 180 meses, todo Brasil. WhatsApp ☎(11)91471-6463

OPORTUNIDADES

LEILÕES

CONJUNTO DE PRÉDIOS INDUSTRIAIS S. PAULO/SP
R. Nova dos Portugueses. Valor Inicial R$12.208.074,00 Site: www.leiloesjudiciaismg.com.br 0800-707-9272 Leil. Of.. Thais Teixeira JUCEMG 629/2006

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp
ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE

COMUNICADOS

PUBLICAÇÃO SEMASA
PCR COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA torna público que requereu ao SEMASA a Renovação de sua LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LO nº 000042/2020 para Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras na Rua Ibiapava, 75, Vila Apiaí/Paraíso, conforme Processo Ambiental nº 101981/2024. E declara aberto o prazo de 30 dias para manifestação escrita, endereçada ao SEMASA.

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE
LIGUE (11) 3855 2001

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

POUSADA CUMURUXATIBA/BA

R$4.500.000,00 Terreno 3000m² Frente mar. 11 bangalôs, casa propr., 2 suítes, pisc., jard.,restaurante, bar de praia. 5 estrelas Trip Advisor. (☎11)98196-6102

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO - LIVRO USADO
Livros, Gibiteca, CD, DVD e discos usados.Compro, vendo. Pça João Mendes, 140 ☎(11)3104-7111

RELAX / ACOMPANHANTES

ESPAÇO MORUMBI NOVA DIREÇÃO !!!
Um ambiente diferenciado para seu entretenimento. As mais Lindas massagistas!!! R: Chafic Maluf 101 ☎(11)98242-6000

MASS.C/NOVA ENERG.FINAL
(11) 3223-1227/ 98565-1075

EMPREGOS

COZINHEIRA ESCOLAR - PCD
Empresas do Grupo Angá (ANGÁ, G&T, Pack Food e COELFER) admitem. Vaga exclusiva p/ pessoas com deficiência.Enviar Currículo: trabalheconosco@grupoanga.com.br ou (11)98867-8275

PCD - VAGAS
PARA RESTAURANTE INDUSTRIAL Empresa ALERE Alimentação admite. Vagas exclusivas p/ pessoas com deficiência. Enviar Currículo: talentos@alerealimentacao.com.br ou ☎(11)98867-8275

Classificados Estadão
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE

PESTANA LEILÕES 40 ANOS
bradesco
06/05/2024
SEGUNDA-FEIRA | 10h
ELETRÔNICO

LEILÃO - 39 IMÓVEIS EM TODO O BRASIL!
Residenciais • Comerciais

Casa em São Paulo/SP
Área construída de 381,11m² em terreno de 404m²
Rua Japira, 88.
Bairro Jd. Franca
Lance Mínimo:
R$ 786.000,00

Edital completo, descrições e fotos dos imóveis no site.

Aponte a câmera p/ o QR-Code e saiba mais.

COND. PGTO. DO LEILÃO:
• À vista c/ 10% de desc.
• Parc. c/ sinal e o saldo em até 12, 24, 36 ou 48x. (exceto lotes 21 e 29).
Comissão de 5% à Leiloeira.

Liliamar Pestana Gomes - Leiloeira Oficial | JUCISRS 168/00 | 51 3535.1000 | banco.bradesco/leiloes | pestanaleiloes.com.br

Agenda de Leilões Mercedes-Benz
ID: 249869

Sucata de Eletrodos de Cobre, Mesa para Medições Tridimensionais
Encerramento: 03/05 às 11h
Juiz de Fora/MG
Lances iniciais a partir de R$15,00 (Preço p/ Kg)
saiba mais
Leiloeiro Oficial – Renato Schlobach Moysés – JUCESP nº 654
Consulte condições em www.superbid.net
(11) 4950-9400
SOLD
AGENTE AUTORIZADO SUPERBID EXCHANGE

NEW

ALTOS
Cidade Jardim

3 OU 4 SUÍTES
270 A 901M² | COM TERRAÇO VERDE | 3 A 6 VAGAS

A PARTIR DE
R$ 4.320.000*
EM ATÉ 70 MESES, DIRETO COM A INCORPORADORA.
*Referente à unidade B31.

PERSPECTIVA ILUSTRADA DA FACHADA

Rua Ampélio Dionísio Zocchi, 136 - Cidade Jardim

ALTOSCIDADEJARDIM.COM.BR
IMOVEISNSR.COM.BR
(11) 99930-0450

INCORPORAÇÃO: FFj
INCORPORAÇÃO: FCL PARTICIPAÇÕES
GERENCIAMENTO: SR
ESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA: NORTH
CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO: Citycorp
VENDAS: NSR

Memorial de Incorporação registrado sob o R.18, matrícula 112.651, no 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo, em 23/10/2023. Incorporadora responsável: ALTOS CIDADE JARDIM SPE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA. - CNPJ 38.407.333/0001-02 - Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.015 – conj. 21 – Itaim Bibi – CEP 01452-000 – São Paulo-SP. A vegetação apresentada nas perspectivas é correspondente ao porte adulto das espécies, podendo apresentar diferenças de porte na entrega do empreendimento. Imagens ilustrativas sujeitas a alterações.

INÊS249

Tecnologia Aumento da concorrência

Apple retoma as negociações para usar o ChatGPT

Empresa trabalha em novo sistema para seu iPhone com recursos de inteligência artificial generativa

HENRIQUE SAMPAIO

Pressionada pela investida de concorrentes como a Samsung, a Apple retomou negociações com a OpenAI para integrar suas tecnologias de inteligência artificial (IA) generativa (como o ChatGPT) ao iOS 18, próximo sistema operacional do iPhone, a ser lançado no fim do ano com a chegada do iPhone 16. As informações foram obtidas pela Bloomberg.

Segundo a agência de notícias, a Apple já havia conversado com a OpenAI no início do ano, sem que fosse firmada uma parceria. A fabricante do iPhone também vem mantendo contato com o Google para licenciar seu chatbot Gemini, já disponível para celulares Android.

A Bloomberg afirma que o próximo sistema operacional do iPhone incluirá novos recursos baseados em uma IA da própria Apple, incluindo uma função semelhante a um chatbot, como o ChatGPT e o Gemini.

De acordo com pessoas a par do tema ouvidas pela agência, a Apple ainda não se decidiu com quais parceiros irá trabalhar. Anúncios sobre esse desenvolvimento devem ser feitos na Worldwide Developers Conference da Apple, evento anual para programadores, que ocorre entre os dias 10 e 14 de junho.

Apesar de não tocar no assunto, a Apple vem desenvolvendo seu próprio LLM (grande modelo de linguagem, na sigla em inglês), batizado de Ajax – informalmente chamado de AppleGPT.

Recente artigo acadêmico discretamente publicado por pesquisadores da Apple mostra que a companhia está obtendo êxito no desenvolvimento de novos métodos para treinar LLMs em texto e em imagens. O artigo descreve um modelo proprietário com suporte a até 30 bilhões de parâmetros e capaz de "alcançar performance competitiva". As técnicas desenvolvidas pela Apple teriam a capacidade de trabalhar com conjuntos de dados "cada vez maiores e com melhor desempenho e confiabilidade".

Em dezembro, a Apple publicou um artigo sobre um método para rodar LLMs no smartphone sem depender de processamento na nuvem, como os chatbots mais populares. Em abril, o site Venture Beat afirmou que a Apple está trabalhando em uma IA generativa integrada à Siri capaz de ler a tela do celular e entender elementos visuais e contexto. ●

Desenvolvimento próprio

30 bilhões de parâmetros é a capacidade do sistema da Apple

OpenAI fecha acordo com 'Financial Times'

A OpenAI, dona do ChatGPT, fechou parceria com o jornal inglês *Financial Times* (*FT*). O acordo permite que a empresa use o conteúdo do jornal para treinar seus modelos de inteligência artificial (IA) nas respostas do ChatGPT. O jornal também pode desenvolver novos produtos e funcionalidades de IA baseados na tecnologia da OpenIA.

A publicação afirma que passou a fazer uso do ChatGPT Enterprise no início do ano e que busca maneiras de aprofundar a utilização da IA de forma responsável, expressando cautela sobre a confiabilidade das respostas automáticas.

"Além dos benefícios para o *FT*, há implicações mais amplas para a indústria", escreveu o CEO do FT Group, John Ridding, em comunicado. "É certo que as plataformas de IA paguem aos editores pelo uso de seu material. A OpenAI entende a importância da transparência, atribuição e compensação – tudo essencial para nós. Ao mesmo tempo, é claramente do interesse dos usuários que esses produtos contenham fontes confiáveis."

Recentemente, a companhia americana fechou parcerias com a editora alemã Axel Springer, a agência de notícias Associated Press, com o jornal francês *Le Monde*, o espanhol *El País* e o conglomerado Prisa Media.

As parcerias com editoras e jornais parece ser um movimento da OpenAI para reduzir as "alucinações" do ChatGPT (*nome dado às respostas erradas ou inventadas pelo chatbot*), bem como aumentar a confiabilidade das respostas oferecidas pela ferramenta. Além disso, a OpenAI também vem tentando manter uma boa relação com empresas de mídia após o jornal americano *The New York Times* entrar com uma ação contra a empresa, alegando que seus conteúdos foram usados para treinar seu modelo de IA sem sua autorização. ● H.S.

Respostas melhores

Uso de conteúdo profissional tende a reduzir 'alucinações', os erros do chatbot

É HOJE

LIVE
CENÁRIOS
com Sonia Racy
30 | ABR | 11h

O ambientalista fala sobre a importância de criar uma agenda positiva contra o desmatamento e como a tecnologia pode ser decisiva para fiscalizar e punir crimes ambientais.

Luís Fernando Guedes Pinto
Diretor executivo da Fundação SOS Mata Atlântica

Assista ao vivo pelas mídias sociais do **Estadão** e pelo canal do YouTube do Banco Safra

TV Estadão

Podcast

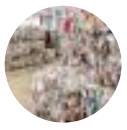
Mídias sociais

YT Banco Safra

Realização:

Parceria:

INÊS249



Tecnologia não dá conta de devolver à 'vida' plástico que a indústria descarta

Música *Clássica*

Um pianista em busca da arte criada em diálogo com o público

Ao lançar o álbum 'Pianolatria', Cristian Budu diz que não basta ser fiel à partitura: é preciso trazer a obra para o mundo contemporâneo

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Budu na casa dos pais, na zona sul de São Paulo: profissional que pensa criticamente o ofício a partir do modelo de grandes professores

JOÃO MARCOS COELHO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Esqueça a casaca preta e a figura do pianista caminhando para o seu instrumento na sala de concertos. Prepare-se para se surpreender, ter seus ouvidos sacudidos por sonoridades inéditas. De repente, a música ouvida no ambiente clássico adquire musculatura, revive no momento da execução como se tivesse sido composta pelo intérprete. É música de carne e osso, que desce do Olimpo das obras-primas e "conversa" com a gente, que paga para "ficar em silêncio", na expressão contundente do pianista Cristian Budu, de 36 anos.

Ele acaba de lançar um álbum duplo intitulado *Pianolatria*, pelo Selo Sesc, que tem tudo para estimular novas gerações de músicos a assumir o papel não só de ser fiel à obra musical escrita no pentagrama pelo compositor, mas de fato a conviver com ela, trazê-la para o mundo contemporâneo. "Preciso me surpreender com uma coisa sempre nova. Do contrário, perco o interesse. Num recital em que não errei nenhuma nota, o que tinha programado saiu exatamente como tinha ensaiado, saí infeliz."

Num mundo em que a fidelidade à obra dos grandes mestres é um mantra intocável, esse tipo de declaração choca. Mesmo assim, o mundo musical está a seus pés, muito por causa de suas conquistas extraordinárias nos últimos 14 anos. De repente, ele apareceu numa lista das dez gravações mais relevantes de Chopin, e outra de Beethoven, ambas da revista inglesa *Gramophone*.

PRÊMIOS. Budu relembra que "foi um baque muito grande, as pessoas começaram a me tratar muito diferente. Esse tratamento não era sincero. Parei de tocar nos meses seguintes, porque não havia sinceridade comigo, portanto eu também não estava sendo sincero. Neguei convites. No ano seguinte tive depressão, não gostava daquele olhar diferente".

A sequência de prêmios foi de fato impactante. Começou aos 9 anos, quando ganhou um Concurso Magda Tagliaferro; dez anos depois, aos 19, o Prelúdio, da TV Cultura, em 2007; aos 22, o Concurso Nelson Freire no Rio, em 2010; e aos 25, em 2013, o Grande Prêmio e dois prêmios extras de um dos mais reputados concursos de piano no planeta: o Clara Haskil, na Suíça. Foi um reencontro com suas raízes, já que Haskil era romena como seus pais, imigrantes que se fixaram no Grande ABC. Ele nasceu em São Bernardo, mas foi criado em Diadema. Família musical, pai clarinetista e mãe violinista.

Mas Budu é muito mais do que um pianista excepcional. Ele é um músico que pensa criticamente seu ofício, o que credita a alguns de seus professores. Quando estudou numa das mais afamadas escolas do planeta, o New England Conservatory, em Boston, nos EUA, ele teve em Russell Sherman sua estrela-guia: "Conheci Schoenberg por ele".

O compositor austríaco foi responsável por uma das maiores revoluções da música, com a adoção do atonalismo e em seguida a da música serial. Budu não disse, mas Sherman conta que o fundamental para o pianista é "o prazer de tocar, não apenas o virtuosismo técnico" e atribui a frase a seu professor, o ucraniano Eduard Steuermann, braço direito de Schoenberg na Sociedade de Execuções Musicais Privadas em Viena, entre 1918 e 1922.

Outro dado que nos ajuda a entender as razões da maravilhosa liberdade criativa que Budu exerce em seu ofício: em 1967, Sherman foi convidado a dar aulas no New England por seu diretor, Gunther Schuller – não por acaso criador, em 1957, da Third Stream, uma fusão entre o jazz e a música clássica que escandalizou os puristas eruditos.

> ***"As pessoas começaram a me tratar diferente. Não era sincero. Parei de tocar, porque não havia sinceridade comigo, portanto eu também não estava sendo sincero. Neguei convites. No ano seguinte tive depressão, não gostava daquele olhar diferente"***
> **Cristian Budu**
> **Pianista, sobre o impacto da vitória em concurso suíço**

Mas o encontro mais decisivo de sua vida aconteceu quando Budu tinha 13 anos e estudava no Sesc Ipiranga com Marina Brandão. "Eu não achava atrativo o ambiente. Minha realidade de adolescente era outra, não havia abertura pra discutir como sair daquilo."

Foi lá, porém, que ele assistiu a um espetáculo do Brincante de Antonio Nóbrega que foi a maior epifania de sua vida. Nóbrega foi convidado por Ariano Suassuna, criador do Movimento Armorial, para integrar o Quinteto Armorial. Ele tocava violino.

VULCÃO. Suassuna conseguiu a proeza de transformar a cultura popular no vulcão que constitui o magma das artes em geral e da música no Brasil. Não há palco e plateia, há brincantes que participam da mesma atividade criativa. Leitor de Suassuna, Budu se entusiasma: "Carregou sempre a importância da identidade brasileira 'descolonizada', e que fala tão bem do 'Brasil profundo', rico e complexo".

Por isso, seu guru é Nóbrega: "Se não fosse ele, eu não estaria fazendo música profissionalmente. Tocaria em casa. Eu não queria fazer uma carreira. Com o Nóbrega entendi como linguagens diferentes convivem. E descobri que posso fazer isso através do piano". ●

LEIA MAIS SOBRE CRISTIAN BUDU E SOBRE O DISCO 'PIANOLATRIA' NA PÁGINA C3

Preste atenção

***Pianolatria* traz clipes gravados pelo músico, em que se destacam diálogos entre manifestações artísticas**

● Cabaré Onírico
Budu revisita o universo dos pianeiros, que atuavam em bailes, gafieiras e no cinema mudo... no início do século 20. Tia Amélia e Ernesto Nazareth animam esse cabaré.

● O Protetor Exu
É um dos movimentos da *Suíte Litúrgica Negra*, de Brasílio Itiberê II. No registro, Budu encontra a coreógrafa Rosângela Silvestre, que lhe transmite memórias ancestrais através do corpo de Exu.

● Evoca Pompeia
A música de Camargo Guarnieri inspira um encontro: de um lado, as danças nordestinas; do outro, o Teatro Nô. A arquitetura de Lina Bo Bardi e suas pontes suspensas criam um clima mágico.

INÊS249

Direto da Fonte

Marcela Paes (interina) MARCELA.PAES@ESTADAO.COM

PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM

MILENA DUZZI

A primeira edição do 1º de Miles Street Jazz Festival

Festival na rua promove shows de jazz no Campo Belo

Um festival na rua vai reunir bandas de jazz da noite paulistana em um evento com nove horas de música ao vivo, no bairro Campo Belo. Trata-se da segunda edição do 1º de Miles Street Jazz Festival. O título brinca com a data do evento por ser no feriado de 1º de maio.

A iniciativa é liderada por Leandro Dias, ex-publicitário e proprietário do bar Miles Wine & Jazz Bar. Ele destaca: "Teremos Miguel Assis, baterista da Baby Consuelo; e Os Cubanos, uma banda que toca em todos os bares cubanos de São Paulo e tem uma incrível pegada de jazz. Todos são artistas talentosos".

No ano passado, o evento surpreendeu ao reunir cerca de 6 mil pessoas. Neste ano, haverá 200 lugares para pessoas assistirem sentadas, porém a maior parte do público tende a acompanhar os shows em pé. O festival ocorrerá no quarteirão da rua Antônio de Macedo Soares, entre as ruas Pascal e Vieira de Moraes, das 11h às 20h, próximo ao Miles Jazz Bar.

"O objetivo do evento é oferecer mais uma opção cultural em São Paulo, promovendo um festival com músicos talentosos e performances incríveis", resume Dias.

Arte

Pina Estação vai receber, a partir do dia 4, exposição do artista plástico baiano J.Cunha

No próximo dia 4 de maio a Pinacoteca de São Paulo abre exposição do artista plástico baiano J. Cunha, expoente do tropicalismo que atuou também como designer gráfico, cenógrafo, dançarino e figurinista. A retrospectiva de seus mais de 60 anos de trabalho será no edifício Pina Estação e vai até 29 de setembro. A mostra *J. Cunha: Corpo Tropical* apresenta uma obra icônica do artista, *Apocalipse do Radinho de Pilha* (foto), que participou da exposição *Sertão e Luz* no MAM da Bahia em 1976.

A tela, que chega agora a SP, sintetiza o espírito tropicalista do pintor.

ISABELLA MATHEUS

Bloco de Notas

● **RETROFIT.** A Metro Arquitetos é um dos vencedores do Prêmio Monocle de Design de 2024, e o único escritório brasileiro a integrar a lista. Em sua quarta edição, a premiação selecionou o Edifício Renata, no centro de SP, como vencedor na categoria "Melhor Retrofit".

● **DOCE.** O Restaurante Chiado, em Moema, prepara no Dia das Mães um mimo especial à moda portuguesa para todas elas: uma caixinha de pastel de nata.

● **LETRINHAS.** A Ibá (Indústria Brasileira de Árvores) realiza pelo terceiro ano a Campanha #CirculeUmLivro, que incentiva o compartilhamento de livros e a doação por indivíduos, editoras, empresas e personalidades.

LECA NOVO

1. Carol Bassi com Silvia Braz, que lançou collab com Arezzo para o Dia das Mães. 2. Victoria Linhares e 3. Mariana Sampaio também estiveram no jantar no Hotel Fasano, nos Jardins, em São Paulo, no último dia 24.

Conteúdo multimídia: leitura leve e rápida para compreender questões fundamentais da vida na periferia

Getty Images

Acesse e acompanhe!

Cultura e lazer
Direitos humanos
Educação
Meio ambiente e sustentabilidade
Segurança pública
E muitos outros assuntos atualizados diariamente no portal

Criação

Uma parceria

INÊS249

Música *Clássica*

Álbum de Budu é um retrato do período modernista brasileiro

Continuação página C1

O álbum duplo *Pianolatria* faz escolhas surpreendentes para mostrar a música brasileira no período modernista. O título remete ao célebre artigo de Mário de Andrade de 1922 desancando a vida musical paulista então dominada avassaladoramente pelo piano. Ele clamava por mais concertos sinfônicos, camerísticos, ópera – àquela altura um sonho, que se concretizou na década seguinte quando foram criados os corpos estáveis no Teatro Municipal de São Paulo.

"Fui muito ajudado na escolha de repertório por Alexandre Dias", diz Cristian Budu. Dias criou em 2015 o Instituto Piano Brasileiro e vem realizando um trabalho fundamental de recenseamento e resgate de partituras e gravações de pianistas nacionais.

Três exemplos dão a dimensão dessa concepção inclusiva da música, que não distingue gêneros ou rótulos. Uma das melodias mais conhecidas da música erudita brasileira é a *Alvorada* da ópera *Lo Schiavo*, de Carlos Gomes. Budu faz uma surpreendente e maravilhosa parceria com Ulrich Schneider, responsável pela produção musical, edição, mixagem e masterização.

"A princípio, eu queria fazer uma fantasia sobre *Lo Schiavo*, não só sobre a *Alvorada*. Mostrei pra ele, que sugeriu fazermos alguns dobramentos. Quando ele deu a ideia, achei superlegal. Ele sugeriu nos limitarmos à *Alvorada*, música muito emblemática. 'Por que não?', como diz o Mário de Andrade, não pegar uma peça antiquada, mas 'fazê-la de outro jeito, que só daria para fazer com as superposições em estúdio e efeitos sonoros'."

"Abracei a ideia, dividi as vozes enquanto estávamos gravando. Fizemos no último dia de gravação. Fiquei muito feliz, porque, em geral, nas transcrições sempre falta alguma coisa. Como só dá para fazer em estúdio, nada mais contemporâneo, nesse sentido, do que uma peça antiga", completa.

O resultado é fantástico. De repente, essa melodia tão conhecida soa novinha em folha. O mesmo acontece com a derradeira e 22.ª faixa. Dez em cada dez pianistas tocam *Apanhei-te Cavaquinho* de Ernesto Nazareth. Budu também fecha com ela, só que num arranjo seu, que ora encarna o pianeiro carioca, ora o leva para outras paisagens sonoras. Ele conta rindo e orgulhoso que "acabar com Nazareth e sua peça mais conhecida numa versão minha é puro Nóbrega".

Entre uma e outra, Budu tira a poeira de outra peça que toda orquestra brasileira costuma tocar fora do Brasil: o *Batuque* de Lorenzo Fernández, em transcrição de Souza Lima. Só que Budu deu vários pitacos, ampliando a sonoridade, suingando. "Tenho essa péssima mania!", comentou ele, por mensagem, dias após a entrevista. "Mas tento fazer de modo a não desnaturar a obra." Ao contrário, ele injeta vida nelas. *Pianolatria* também dá acesso a três videoclipes – *Cabaré Onírico, O Protetor Exu* e *Evoca Pompeia* – e ao doc *Reflexões Sobre a Identidade Brasileira na Música*, com a pesquisadora Camila Fresca e o pianista Hércules Gomes. ● J.M.C.

Superposições
Ideia ao escolher 'Alvorada' foi não usar uma peça antiga, mas outra, aplicando efeitos sonoros

Literatura *Memória*

Livro vai reunir cartas em que Ernest Hemingway dá conselhos a escritores

Um Ernest Hemingway reflexivo, generoso, falando de si, de suas caçadas na África, da pesca de grandes peixes – e dando conselhos práticos sobre texto a jovens candidatos a escritor – será em breve apresentado ao público pela editora americana Cambridge University Press.

Ainda sem data de distribuição, o volume 6 de *The Letters of Ernest Hemingway* reúne nada menos que 366 cartas dirigidas a 116 destinatários e cobre vários temas, boa parte deles já presente em *Green Hills of Africa*, de 1935. As informações são do jornal *The Guardian*, de Londres.

O pacote, que traz principalmente textos de 1934 e 1935, foi editado por Sandra Spanier, Verna Kale e Miriam B. Mandel. Nele, além do encorajamento a aspirantes a escritor, ele compartilha detalhes inéditos sobre seu próprio processo de escrita.

CARTA. Em uma carta de 1934, por exemplo, Hemingway sugere manter o controle de uma narrativa como se controla um cavalo. A certa altura, ele também orienta seus destinatários a nunca esgotarem suas ideias de uma vez, mas a continuar a escrever de forma cotidiana, diariamente.

Em outra carta, dirigida a um iniciante, Joseph Hopkins, ele diz que escrever boas histórias poderia torná-lo imortal através de sua obra. Hemingway ajudou Hopkins a publicar um de seus contos na *Esquire*. O livro trará também detalhes de sua relação com Arnold Gingrich, editor que lançou a *Esquire*, a quem Hemingway dava sempre um feedback franco sobre suas tentativas de escrever um romance. ● AFP

EDITORA BERTRAND

Autor escreveu 'O Velho e o Mar' e 'Paris É uma Festa'

Cinema

Gérard Depardieu é detido para explicar agressões

O ator francês Gérard Depardieu, de 75 anos, foi detido na segunda, 29, pela polícia judiciária de Paris, e intimado a comparecer a um interrogatório sobre supostas agressões sexuais a duas mulheres. A primeira, uma decoradora, acusa o ator de agredi-la sexualmente em 2021. A segunda, uma ex-assistente de direção, fala de atos semelhantes em 2014.

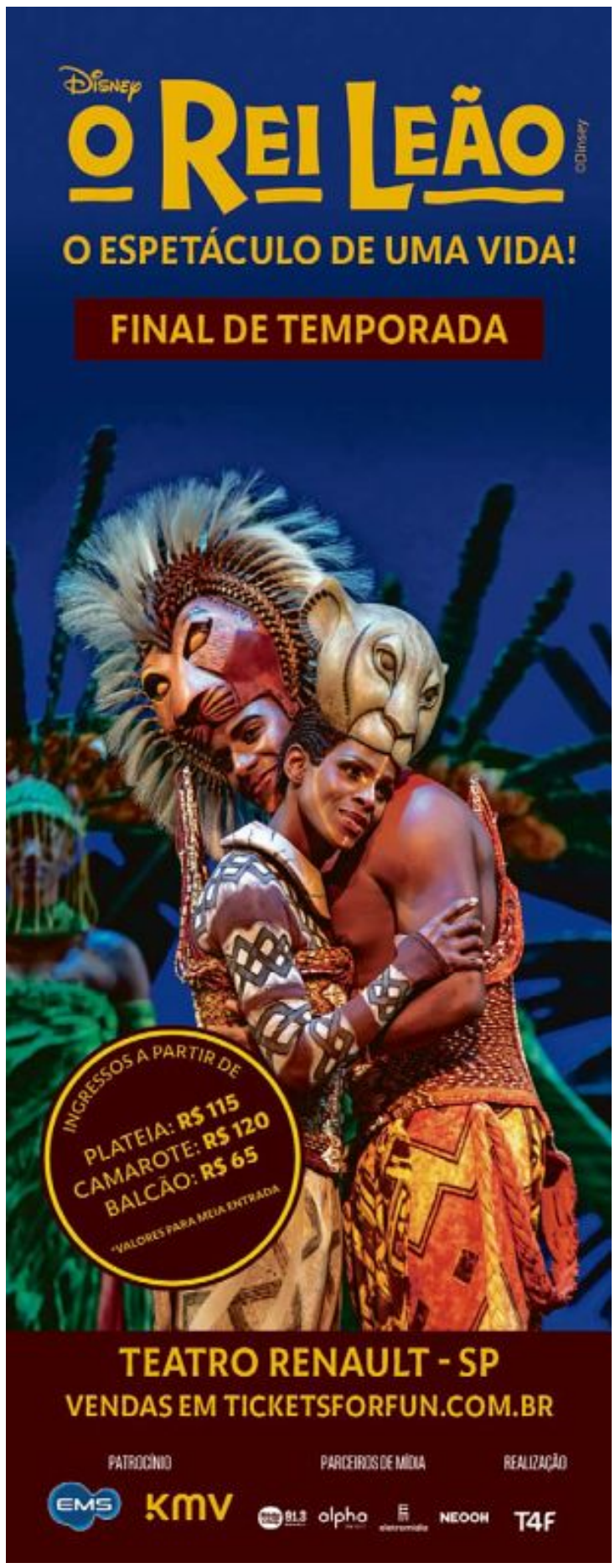
AXEL SCHMIDT/AP

Música

Britney Spears e seu pai fazem acordo judicial

A disputa legal entre Britney Spears e seu pai, Jamie Spears, chegou ao fim. Eles assinaram um acordo na quinta-feira, 25. Os dois brigavam na Justiça por conta dos 13 anos em que a artista viveu sob tutela do pai. O jornal *The New York Times* revelou que o empresário pedia US$ 2 milhões.

EDITORA BUZZ



INÊS249

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

De quem é a Terra?
Data estelar: Marte ingressa em Áries

O estado de guerra é a máxima ofensa contra nossa humanidade, no qual se perde toda perspectiva de suprimento das questões mais básicas, sem as quais não há dignidade, quanto menos segurança e conforto, para os milhões de humanos que ficam no meio dos que guerreiam.

Os que guerreiam são numericamente inferiores, mas se comportam como donos do mundo, acumulando e testando armamentos para atropelar a todos os que se atrevem a ficar em seus caminhos. Os que guerreiam são ungidos pela tradição de defender o lado certo da História.

Se outrora houve honra envolvida nesse movimento, só há degradação no lugar dela hoje em dia, porque não faz mais sentido para nossa humanidade ser governada por elites armamentistas autocentradas e equivocadas num planeta que não é sua propriedade. De quem é a Terra? ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Por pior que seja tudo, ainda assim será bom para você. Portanto, não há verdadeiras razões para continuar nutrindo angústias que são impertinentes, já que tiveram sua razão de ser superada em outros momentos.

TOURO 21-4 a 20-5

Nem todos os erros devem produzir em sua alma a culpa de não ter feito o melhor, porque há casos, como agora, em que o próprio sistema em que você existe induz a erros que as pessoas individualmente não podem driblar.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Sua alma pressente que vêm vindo por aí experiências enriquecedoras, mas passou tanto tempo amargando limitações que anda desconfiando de tudo não passar de ilusão. De todo modo, continue se preparando.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Apesar dos erros que eventualmente sejam cometidos, ainda assim será melhor se lançar à ação, porque assim, pelo menos, você promoverá certo avanço, pois, se ficasse esperando, é evidente que isso só traria retrocesso.

LEÃO 22-7 a 22-8

Preserve suas visões e objetivos, porque o dinamismo atual inclui subidas e descidas íngremes. Há pessoas que se divertem com isso, como se estivessem numa montanha russa, há outras, contudo, que sofrem com a vertigem.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Você tem seus trunfos, portanto, evite se convencer de que tudo seja tão difícil que não haveria nada de bom para viver no futuro. Você tem seus trunfos e, talvez, estejam tão bem escondidos que você não sabe quais são.

LIBRA 23-9 a 22-10

As pessoas intimidam as outras com a naturalidade de que não haja outro jeito de se relacionarem e organizarem seus interesses em comum. Chega uma hora em que não há como tolerar essas distorções, é necessário enfrentar.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Não é muito o que você pode fazer para ajudar, porque as pessoas parecem decididas a se encrencarem, ungidas pela certeza de fazerem a coisa certa. Às vezes, é preciso deixar que as pessoas errem sozinhas.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Coisas extraordinárias acontecem justo quando sua alma parece decidida a seguir planos e se ater às regras. Isso também é importante, mas não é nada divertido, sua alma prefere quando coisas extraordinárias acontecem.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

As limitações se impõem e seria melhor respeitar as condições que se apresentam sem, no entanto, desistir de seus planos, mas por enquanto os deixar amadurecer melhor para não enfiar os pés pelas mãos.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Cuide para não se meter em encrenca desnecessária agora, complicando o que, se você esperasse desanuviar o panorama, se organizaria por si só. A precipitação há de ser mantida à distância nessa hora.

PEIXES 20-2 a 20-3

Talvez nada seja como você desejaria, mas se você se contiver e não cair na tentação de achar isso motivo de angústia, perceberá, em pouco tempo, que o rumo que as coisas andam tomando é melhor do que você desejaria.

Cinema *Festival*

Última produção de Godard, 'Scénarios' vai estrear em Cannes

Curta concluído em 2022, um dia antes da morte do diretor, estará na sessão Classics da mostra que começa dia 14

O último filme do diretor franco-suíço Jean-Luc Godard, *Scénarios*, será exibido na edição deste ano do Festival de Cannes, a realizar-se entre 14 e 25 de maio. O curta de 18 minutos foi concluído em 2022, um dia antes de Godard morrer por suicídio assistido na Suíça. Uma introdução de 34 minutos, também criada por ele, será apresentada com o filme. As informações são do *The Guardian*.

Scénarios combina imagens estáticas e em movimento, criando uma experiência que fica entre ler e ver. No ano passado, Cannes também exibiu *Trailer of the Film That Will Never Exist: Phony Wars*, um documentário inacabado tido como seu último filme. No entanto, Nicole Brenez, que trabalhou em um livro sobre Godard, afirmou que ele havia planejado e dirigido vários outros projetos antes de sua morte.

Os colaboradores de longa data de Godard, Fabrice Aragno e Jean-Paul Battaggia, têm trabalhado para trazer esses filmes para as telas. Aragno diz que *Scénarios* tem um estilo de vídeo mais clássico e inclui imagens em Super-8.

O curta integra a programação Cannes Classics do festival, que também apresentará especiais de *Sete Samurais*, de Akira Kurosawa, e *Os Guarda-Chuvas do Amor*, de Jacques Demy. Além disso, haverá estreias de documentários sobre Faye Dunaway e Jim Henson.

O programa principal do evento inclui *Kinds of Kindness*, que marca a reunião de Yorgos Lanthimos com Emma Stone, *Bird*, de Andrea Arnold, estrelando por Barry Keoghan, *Megalopolis* de Francis Ford Coppola, e o prequel de *Mad Max*, *Furiosa*, de George Miller. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Heresia é outro nome para liberdade de pensamento"* **Graham Greene**

INÊS249

Prato do dia

Patrícia Ferraz *E-mail: patriciacferraz@gmail.com; instagram: @patriciacferraz*

Palmito grelhado com farofa e pistache

Bastam alguns toletes de palmito in natura, uma farofa feita com farinha de pão japonesa, panko, e um punhado de pistache para preparar esse prato que faz as vezes de uma bela entrada, acompanhamento para um assado ou até um churrasco.

Pode ser servido quente ou em temperatura ambiente. Gosto de usar os toletes, que são menores e fáceis de cozinhar antes de grelhar, o que os deixa bem macios. Mas se preferir, use o palmito pupunha inteiro: corte ao meio no sentido do comprimento e asse com um pouco de sal e azeite, coberto por papel-alumínio, até o centro ficar macio. Finalize com a farofa e pistache.

RENATA CARLINI

Ingredientes
(4 porções)

- 4 ou 5 toletes de palmito pupunha in natura
- 1 e ½ xícara de azeite (½ para grelhar o palmito, ½ para fazer a farofa e ½ para fazer o molho)
- 2 xícaras de farinha de pão japonesa panko
- Suco e as raspas de 1 limão-siciliano
- ½ xícara de salsinha picada
- ½ xícara de pistache salgado sem casca
- sal a gosto

Preparo
Fácil. 30 min.

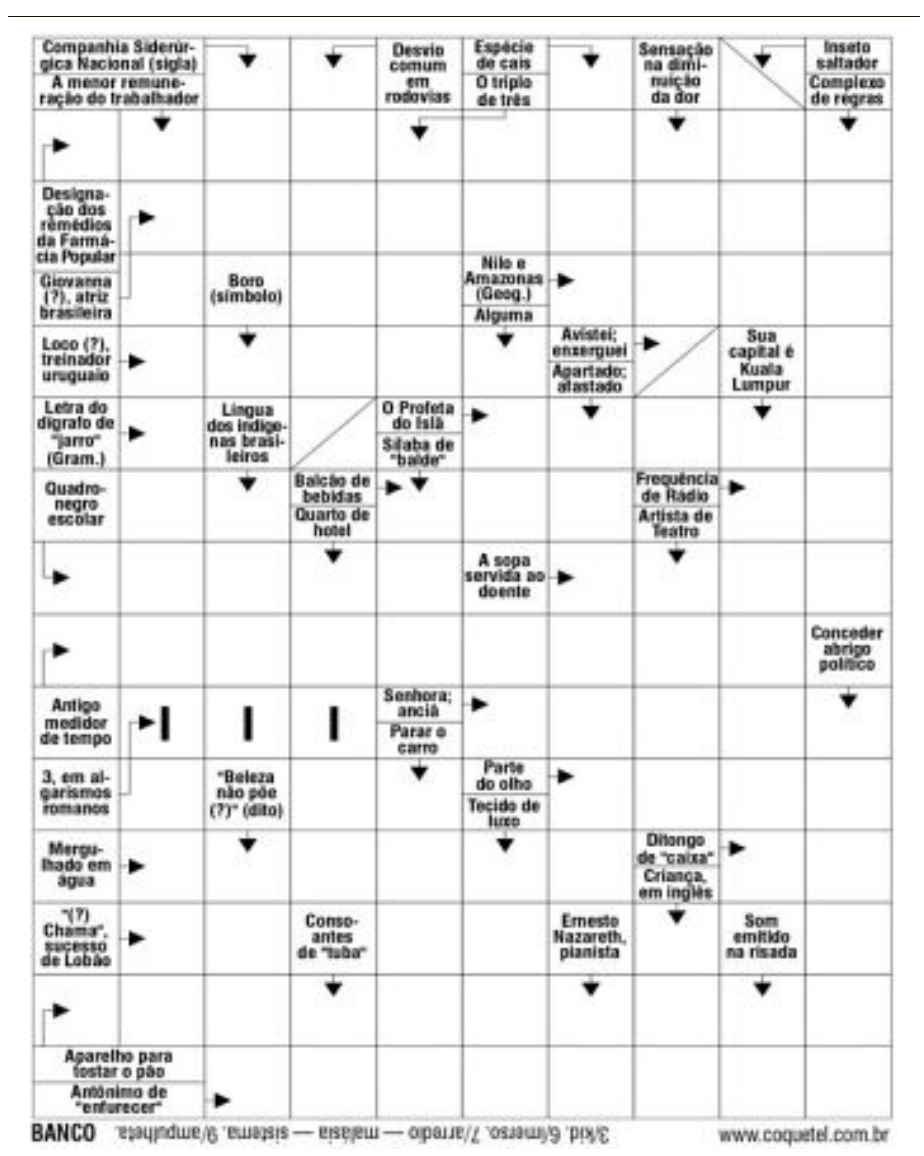
1. Cozinhe os toletes de palmito em água fervente com sal por 15 minutos ou até ficarem macios. Escorra e corte ao meio no sentido do comprimento.
2. Aqueça ½ xícara de azeite em uma frigideira, ponha o palmito com a parte cortada virada para a panela e grelhe, sem mexer, por cinco ou seis minutos, até dourar. Vire, grelhe do outro lado.
3. Faça um molho com ½ xícara de azeite e metade do suco de limão. Tempere com sal e as raspas de limão.
4. Ponha o azeite e o limão restantes em uma frigideira e aqueça, junte a farinha panko e cozinhe, mexendo, por aproximadamente 5 minutos. Misture a salsinha e mexa bem.
5. Pique grosseiramente o pistache.
6. Acomode o palmito grelhado no prato de servir e regue com o molho de azeite e limão. Distribua, por cima, a farofa e finalize com o pistache. ●

É JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 24 ANOS

SEG Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Alice Ferraz e Suzana Barelli ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **https://bit.ly/49SvlvD**

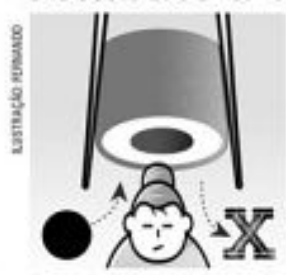


CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Combate à obesidade no Japão

ILUSTRAÇÃO FERNANDO



Na lista dos países com menores índices de **OBESIDADE** no mundo, encontramos países que lutam contra a pobreza, fome e falta de **SEGURANÇA**, como Mali e Zimbábue. No entanto, há um **PAÍS** desenvolvido com baixas taxas de obesidade entre a população **ADULTA**: o Japão. Comparado a outros países **DESENVOLVIDOS**, como a **FRANÇA**, o Reino Unido e os Estados Unidos, as diferenças nessas taxas são **ENORMES**. Qual seria o **SEGREDO** para o sucesso japonês em manter níveis **BAIXOS** de obesidade e **SOBREPESO** em todas as idades da população? Há leis no Japão que ajudam a garantir a boa **SAÚDE** no país, além de investimentos em programas de **NUTRIÇÃO** e educação para a saúde. Essas leis determinam processos como **CARDÁPIOS** saudáveis nas **ESCOLAS** e a contratação de nutricionistas profissionais que também tenham formação como professores para dar aulas específicas sobre **ALIMENTAÇÃO**. Há a promoção de uma **CULTURA** social ao redor da comida e não há quiosques ou máquinas de comida dentro das escolas, evitando que os alunos consigam encontrar lanches que não sejam saudáveis, como **BATATAS** fritas ou bebidas açucaradas.

N	A	Ç	N	A	R	U	G	E	S	B
F	N	N	C	Y	T	F	M	D	T	S
F	M	S	E	M	R	O	N	E	N	E
R	T	C	T	C	D	R	D	F	N	E
F	Y	C	A	R	D	A	P	I	O	S
F	F	R	G	D	T	T	F	D	T	A
O	G	N	T	L	L	Y	D	H	L	T
O	B	E	S	I	D	A	D	E	F	A
H	Y	R	C	T	N	D	G	T	N	T
L	C	G	D	S	N	C	R	D	U	A
O	D	E	R	G	E	S	E	Y	T	B
L	D	Y	Y	E	D	R	D	D	R	L
S	O	M	B	Y	D	A	P	F	I	L
O	Ã	T	H	R	L	A	N	L	Ç	D
D	Ç	Y	B	C	I	Y	D	N	Ã	N
I	A	T	T	S	R	C	D	E	O	D
V	T	I	F	R	D	G	N	D	H	L
L	N	B	S	A	L	O	C	S	E	E
O	E	B	D	Y	H	B	Y	F	G	G
V	M	G	A	T	L	U	D	A	C	A
N	I	N	T	T	I	R	D	T	L	L
E	L	D	D	Y	T	T	G	F	D	E
S	A	R	U	T	L	U	C	L	D	D
E	C	G	T	D	T	N	L	G	D	U
D	F	N	N	R	N	T	N	E	D	A
T	M	O	S	E	P	E	R	B	O	S
O	M	F	T	T	L	R	D	A	N	E
L	F	F	F	G	E	H	F	I	L	N
T	L	S	N	B	T	L	H	X	F	L
R	T	B	B	N	C	S	C	O	C	G
E	Y	B	C	L	B	N	N	S	C	M
O	F	A	Ç	N	A	R	F	T	E	H

© Revistas COQUETEL

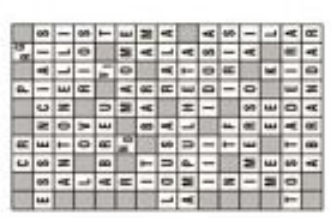
SUDOKU

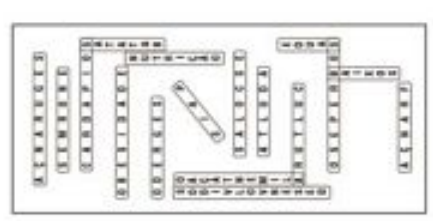
NA WEB | Jogue o sudoku **https://bit.ly/4darVXM**

Nível Fácil

2			3	1			9	
			6			8		5
							7	
5	7							
3				4				1
							4	6
	6							
7		8			4			
	2			5	7			9

SOLUÇÕES





SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel /editoracoquetel @coquetel

ASSINE AGORA!
www.coquetel.com.br

INÊS249

A tecnologia não está dando conta de devolver à 'vida' o plástico que a indústria gera e depois descarta

Recicladoras precisam passar por reciclagem

Pellets de polipropileno recuperado na fábrica da PureCycle: reciclagem agora é química

NOVA YORK

Até 2025, a Nestlé promete não usar em seus produtos nenhum plástico que não seja reciclável. Até esse mesmo ano, a L'Oréal afirma que todas as suas embalagens serão "recarregáveis, reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis". E até 2030, a Procter & Gamble se compromete a reduzir pela metade o uso de resina plástica virgem produzida a partir do petróleo.

Para chegar lá, essas e outras empresas estão promovendo uma nova geração de usinas de reciclagem, chamadas de reciclagem "avançada" ou "química", que prometem reciclar muito mais produtos do que os reciclados atualmente.

Até o momento, a reciclagem avançada está tendo dificuldades para cumprir sua promessa. No entanto, a nova tecnologia está sendo saudada pelo setor de plásticos como uma solução para um problema global de resíduos que está explodindo.

A abordagem tradicional da reciclagem consiste em simplesmente triturar e derreter os resíduos plásticos. Os novos operadores de reciclagem avançada afirmam que podem quebrar o plástico muito mais, em blocos de construção moleculares mais básicos, e transformá-lo em um novo plástico.

A PureCycle Technologies, empresa que aparece com destaque nos compromissos de plásticos da Nestlé, L'Oréal e Procter & Gamble, administra uma dessas instalações, uma fábrica de US$ 500 milhões (R$ 2,56 bilhões) em Ohio. A fábrica deveria ter começado a operar em 2020, com capacidade para processar até 182 toneladas diárias de polipropileno, plástico amplamente utilizado em copos, cápsulas de café e fibras de roupas, de difícil reciclagem.

No entanto, os últimos meses da PureCycle foram repletos de contratempos: problemas técnicos na fábrica, ações judiciais de acionistas, dúvidas sobre a tecnologia e um relatório surpreendente de investidores contrários que ganham dinheiro quando o preço das ações cai. Eles disseram que um sobrevoo de drone mostrou que a fábrica estava longe de ser capaz de produzir muito plástico novo.

A PureCycle, com sede na Flórida, disse que continua no caminho certo. "Estamos aumentando a produção", disse seu executivo-chefe, Dustin Olson, durante uma recente visita à fábrica, repleta de tubos, tanques e torres de resfriamento. "Acreditamos nessa tecnologia. Já vimos que ela funciona", disse. "Estamos dando passos largos e rápidos."

Nestlé, Procter & Gamble e L'Oréal também expressaram confiança na PureCycle. A L'Oréal disse que a PureCycle é um dos muitos parceiros que estão desenvolvendo uma série de tecnologias de reciclagem. A P&G disse que espera usar o plástico reciclado para "inúmeras aplicações de embalagens". A Nestlé não respondeu aos pedidos de comentários, mas disse que está colaborando com a PureCycle em "tecnologias inovadoras de reciclagem".

Os problemas da PureCycle são emblemáticos das grandes dificuldades enfrentadas por uma nova geração de usinas de reciclagem que têm lutado para acompanhar a crescente onda de produção global de plástico, que, segundo os cientistas, pode quase quadruplicar até meados do século.

Uma instalação de reciclagem de produtos químicos no Oregon, uma joint venture entre a Agilyx e a Americas Styrenics, está em processo de fechamento após perdas de milhões de dólares. Uma fábrica em Indiana, que tinha como objetivo reciclar 100 mil toneladas de plástico por ano até 2021, processou apenas 2 mil toneladas até o final de 2023, após incêndios, derramamentos de óleo e reclamações de segurança dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, muitas das instalações de reciclagem da nova geração estão transformando plástico em combustível, algo que a Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) não considera como reciclagem, embora grupos do setor digam que parte desse combustível pode ser transformada em plástico novo.

De modo geral, as usinas de reciclagem avançadas estão lutando para reduzir os cerca de 36 milhões de toneladas de plástico que os americanos descartam todo ano, o que é mais do que qualquer outro país. Mesmo que as 10 fábricas de reciclagem química restantes nos EUA operassem em sua capacidade total, elas processariam juntas cerca de 456 mil toneladas de resíduos plásticos, de acordo com uma contagem recente da Beyond Plastics, grupo sem fins lucrativos que defende controles mais rígidos na produção de plásticos. Isso talvez seja suficiente para aumentar em um único ponto porcentual a taxa de reciclagem de plástico, que há décadas está abaixo de 10%.

Ameaça crescente
Segundo cientistas, a produção global de plástico pode aumentar quase quatro vezes até meados do século, com riscos ao ambiente

PARA O ATERRO. Para as famílias, isso significa que grande parte do plástico que elas colocam para reciclagem não é reciclada, e acaba em aterros sanitários. Descobrir quais plásticos são recicláveis e quais não são se transformou, essencialmente, em um jogo de adivinhação. Essa confusão levou a um fluxo de lixo não reciclável que contamina o processo de reciclagem, obstruindo o sistema.

'MÁQUINA DE LAVAR MOLECULAR'. Era um dia muito esperado em junho passado nas instalações da PureCycle: a empresa acabara de produzir seu primeiro lote do que ela descreve como pellets de polipropileno reciclado "ultrapuro".

Baixo aproveitamento
Os EUA descartam 36 milhões de toneladas de plásticos por ano, mas o país não consegue reciclar nem 10% disso

Esse marco chegou com vários anos de atraso e com mais de US$ 350 milhões em custos excedentes. Ainda assim, a empresa parecia ter finalmente conseguido.

A PureCycle havia conseguido isso ao licenciar um método revolucionário – desenvolvido por pesquisadores da Procter & Gamble em meados da década de 2010, mas não comprovado em escala –

INÊS249

FOTOS: MADDIE MCGARVEY/THE NEW YORK TIMES

que usa solvente para dissolver e purificar o plástico para torná-lo novo. "É como uma máquina de lavar molecular."

Há um motivo pelo qual Procter & Gamble, Nestlé e L'Oréal, alguns dos maiores usuários de plástico do mundo, estão entusiasmadas com a tecnologia. Muitos de seus produtos são feitos de polipropileno, um plástico que eles transformam em uma infinidade de produtos usando corantes e enchimentos. A P&G disse que usa mais polipropileno do que qualquer outro plástico, mais de meio milhão de toneladas por ano. Mas esses aditivos dificultam a reciclagem.

A EPA estima que 2,7% das embalagens de polipropileno são reprocessadas. Mas a PureCycle prometia pegar qualquer polipropileno – copos de cerveja, para-choques de carros e até placas de campanha – e remover as cores, os odores e os contaminantes para transformá-lo em um novo plástico.

Em 13 de setembro, a PureCycle divulgou que sua fábrica havia sofrido uma queda de energia no mês anterior, que interrompeu as operações e causou falhas no processo.

Então, em novembro, a Bleecker Street Research – empresa de vendas a descoberto (estratégia de investimento que envolve apostar que o preço das ações de uma empresa cairá) sediada em Nova York – publicou um relatório afirmando que os pellets brancos que haviam saído da linha da PureCycle em junho não eram reciclados de resíduos plásticos. Em vez disso, os vendedores afirmaram que a empresa havia passado polipropileno virgem pelo sistema como parte de uma demonstração.

Pilhas de plásticos: EUA é a nação do planeta que mais gera resíduos

Olsen disse que a PureCycle não utilizou resíduos de consumo, mas também não utilizou plástico virgem. Em vez disso, usou sucata conhecida como "pós-industrial", que é o que sobra do processo de fabricação e que, de outra forma, iria para um aterro sanitário.

A Bleecker Street também disse que havia feito sobrevoos com drones com sensores de calor e que havia encontrado poucos sinais de atividade em escala comercial. A empresa também levantou questões sobre o solvente que a PureCycle estava usando para quebrar o plástico, chamando-o de "uma mistura de pesadelo" difícil de gerenciar.

A PureCycle agora está sendo processada por outros investidores que acusam a empresa de fazer declarações falsas e enganar investidores.

Olson não quis descrever o solvente. Os registros regulatórios analisados pelo *New York Times* indicam que se trata de butano, gás altamente inflamável, armazenado sob pressão. O registro da empresa descreveu os riscos de explosão, citando um "pior cenário" que poderia causar queimaduras de segundo grau a 800 metros de distância, e disse que, para mitigar o risco, a fábrica foi equipada com sprinklers, detectores de gás e alarmes.

ECONOMIA CIRCULAR. Não é incomum que qualquer nova tecnologia ou instalação tenha problemas. O setor de plásticos afirma que esses projetos, uma vez iniciados, aproximarão o mundo de uma economia "circular", em que as coisas são reutilizadas várias vezes.

Em uma audiência em Nova York no final do ano passado, lobistas do setor de plásticos apontaram a promessa de reciclagem avançada ao se oporem a um projeto de lei de redução de 50% nas embalagens plásticas. E nas negociações para um tratado global sobre plásticos, os grupos estão pedindo às nações que considerem a expansão da reciclagem química em vez de tomar medidas como restringir a produção de plástico ou proibir sacolas plásticas.

Uma porta-voz do Conselho Americano de Química, que representa os fabricantes de plásticos, bem como as empresas de petróleo e gás, disse que a reciclagem química potencialmente "complementa a reciclagem mecânica, pegando os plásticos mais difíceis de reciclar".

Grupos ambientalistas afirmam que as empresas estão usando uma estratégia antiga de promover a reciclagem como forma de justificar a venda de mais plástico, embora a nova tecnologia de reciclagem não esteja pronta. Enquanto isso, dizem eles, o lixo plástico sufoca rios e córregos, acumula-se em aterros sanitários ou é exportado.

Longe do objetivo
Este ano, a PureCycle processou cerca de 589 toneladas de polipropileno, ou 1% de sua meta anual

"Essas grandes empresas estão se excedendo", disse Judith Enck, presidente da Beyond Plastics e ex-administradora regional da EPA. "Se olharmos por trás da cortina, veremos que elas não estão operando em escala e não são ambientalmente sustentáveis."

VISITA À FÁBRICA. Olsen recentemente passeou por um armazém na unidade da PureCycle em Ohio, construída em uma antiga fábrica da Dow Chemical. Desde janeiro, disse ele, a PureCycle vem processando principalmente resíduos plásticos de consumidores e produziu cerca de 589 toneladas de polipropileno reciclado, ou cerca de 1% de sua meta de produção anual.

A fábrica estava lidando com uma válvula defeituosa descoberta no dia anterior, portanto, nenhum pellet estava saindo da linha. Posteriormente, a empresa enviou um vídeo de Olson ao lado de pelotas brancas saindo novamente de sua linha de produção.

Nestlé, L'Oréal e Procter & Gamble continuam a se dizer otimistas com relação à tecnologia. Em novembro, a Nestlé disse que havia investido em uma empresa britânica que separaria mais facilmente o polipropileno de outros resíduos plásticos. Essa foi "apenas uma das muitas medidas que estamos tomando em nossa jornada para garantir que nossas embalagens não acabem como lixo", disse a empresa. ● NYT

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

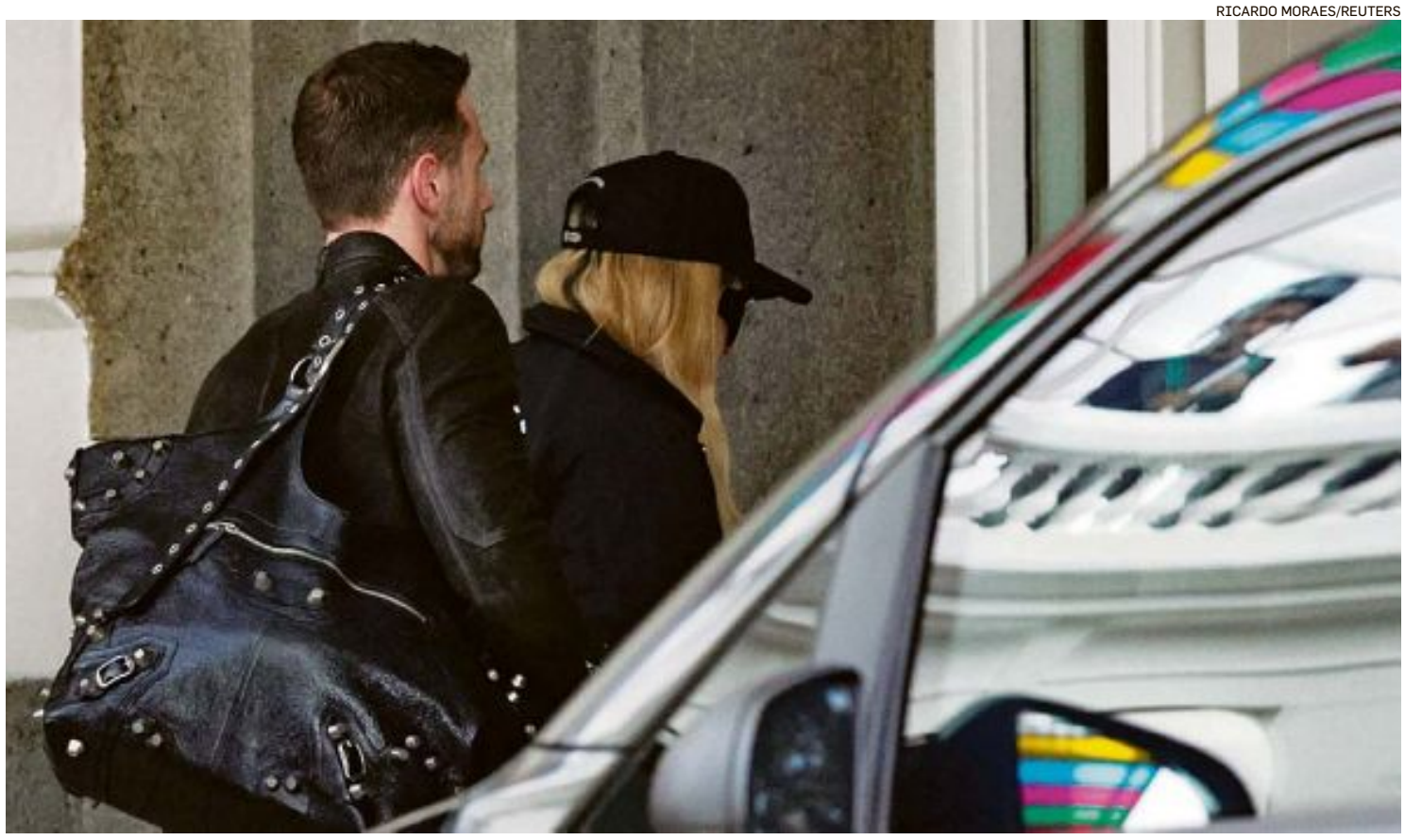
INÊS249

Música Pop

Madonna chega ao Brasil para show, que terá palco de mais de 800 m²

270 toneladas de equipamentos para a apresentação de sábado, na Praia de Copacabana, vieram ao País em três aviões

RICARDO MORAES/REUTERS



Madonna entra acompanhada de um segurança no Hotel Copacabana Palace, onde ficará hospedada até o final da semana

A cantora Madonna chegou ontem, 29, ao Brasil para o show de encerramento da turnê *The Celebration Tour*, que ocorre no sábado, 4, na Praia de Copacabana. Ela desembarcou no Aeroporto Internacional Tom Jobim, no Rio, por volta das 10h de segunda-feira.

Desde domingo, 28, fãs da diva acompanhavam sites de aviação para monitorar o voo privado que traria a cantora do México, onde fez seu último show. Madonna foi direto do aeroporto para o Hotel Copacabana Palace, onde ficará hospedada nesta passagem pelo Brasil – o palco da apresentação de sábado está sendo montado na frente do tradicional endereço carioca.

A previsão é de que Madonna inicie seu megashow às 21h45 de sábado. A apresentação deve ter cerca de duas horas de duração e será transmitida pela TV Globo.

No domingo, 28, chegaram ao Rio os primeiros aviões com as 270 toneladas de equipamentos que serão utilizados na *Celebration Tour* – o show no Rio vai encerrar a turnê, que comemora 40 anos de carreira de Madonna. O material foi dividido em três aeronaves de carga.

Os números são superlativos. A estrutura do palco, com 812 m², está erguida a 2,40 m do chão para que o público posicionado mais longe da artista tenha a chance de vê-la ao vivo, não somente pelos telões. A boca de cena do palco, de um lado a outro, tem 24 metros (geralmente, os grandes palcos possuem 20 metros), e pé-direito de 18 metros.

90 QUARTOS. Serão construídas três passarelas conectadas com o palco para que Madonna se movimente entre o público, e haverá ainda um elevador.

A equipe de produção de Madonna é formada por 200 pessoas, que ficarão hospedadas em 90 quartos de hotéis. Segundo a TV Globo, para o show a produção separou 45 baús com roupas para trocas de figurino da Rainha do Pop e de seus dançarinos.

O DJ americano Diplo foi escolhido para abrir a noite, com uma apresentação prevista para ter início às 20h. O artista, nascido Thomas Wesley Pentz, é um nome consagrado no cenário musical. Desde o início de sua carreira, tem colaborado com grandes nomes como Justin Bieber, M.I.A., Sia e Beyoncé. Entre os seus maiores sucessos estão: *Where Are U Now* e *Run the World (Girls)*.

Diplo tem forte conexão com o Brasil e se apaixonou pelo País já em sua primeira visita, em 2004, quando conheceu os bailes funk cariocas. Desde então, o Brasil se tornou uma fonte constante de inspiração para ele, que já colaborou com artistas brasileiros como Anitta, Pabllo Vittar e Deize Tigrona. ● GABRIELA CAPUTO E SABRINA LEGRAMANDI

Loja da artista vende produtos sobre a turnê por até R$ 1 mil

A loja virtual oficial de Madonna lançou produtos para marcar sua passagem pelo Brasil. Os itens custam entre US$ 45 e US$ 200 – cerca de R$ 232 e R$ 1.032.

O lançamento mais barato é uma camiseta simples branca, estampada com o pôster do evento. Por US$ 50 (R$ 258), é possível adquirir uma ecobag preta com escritos nas cores da bandeira do Brasil, e, por US$ 88 (R$ 454), o pôster oficial – de acordo com o site, "40 cópias serão assinadas pessoalmente por Madonna e incluídas aleatoriamente em alguns dos pedidos feitos". Também foram criadas camisas que imitam a da Seleção Brasileira de Futebol, bem como sua versão em azul. Elas custam US$ 90 (R$ 465).

O item mais pomposo da lista é um terço folheado a ouro, com uma medalha da cantora e um pequeno Cristo Redentor como pingente. Custa US$ 200 na loja oficial, cerca de R$ 1.032.

Por enquanto, os produtos estão sendo comercializados apenas pela loja virtual da artista. ● G.C.

Música Funk

Brasileiro não quer pagar preço de show para artista nacional, diz Anitta

Ao lançar novo disco, 'Funk Generation', artista reforça objetivo de encontrar posição sólida no mercado internacional

O álbum *Funk Generation* é a nova aposta de Anitta em sua carreira internacional e tem várias vertentes do funk e da música eletrônica, com músicas cantadas em português, inglês e espanhol.

Em uma coletiva de imprensa na sexta-feira, 26, a carioca contou que, durante a época de idealização do álbum, passava por um susto de saúde. "Eu estava muito doente. Tive de fazer exame de câncer, fiquei muito mal. Achei que fosse morrer", declarou. "Falei: 'Já que vou morrer, vou fazer o melhor álbum da minha vida'."

A cantora também explicou por que marcou uma turnê internacional para o novo álbum, sem apresentações no Brasil. Para ela, o público nacional não está disposto a pagar o preço do show para uma artista brasileira. "Quando é show internacional, todo mundo quer pagar zilhões", disse.

Funk Generation busca mostrar diferentes sonoridades do gênero e expressões da cultura brasileira. Segundo a cantora, ela faz o que pode para fugir de estereótipos brasileiros no mercado internacional. "Quando é possível, quando uma revista se interessa, a gente pergunta se não pode vir ao Brasil. Tento fazer algo assim. E nas entrevistas, vou falando."

"O clipe de *Aceita* vai vir com candomblé; o de *Ahí* terá escolas de samba, se a gente conseguir fazer sair. Eu não coloquei só a mulher bonita do samba, coloquei a velha-guarda... para que as pessoas busquem e se interessem."

Ela relembrou apresentações que fez em contexto internacional, como no VMA 2023, e falou sobre levar o funk para o mundo. "Estava até a Taylor Swift lá. Quero inspirar, não somente os artistas de funk, mas todos os jovens de comunidade a fazer o que querem."

"Quando eu comecei, meus amigos estavam sendo presos. Estavam indo para a cadeia, única e exclusivamente por causa da música", relembrou. "Até agora, eu tive de me enfiar em muita briga, só para conseguir fazer esse álbum."

Segundo a artista, a essa altura da carreira, ela considera que já não tem mais nada para provar. "Eu sou doida para fazer uma pausa", revelou. "Já sinto que cumpri tudo o que tinha para cumprir", completou. ● DORA GUERRA